

REPERTORIO ALPHABETICO

DO

# CODIGO CIVIL PORTUGUEZ

COORDENADO POR

AUGUSTO MARIA DE CASTRO CORTE-REAL

BACHAREL FORMADO EM DIREITO

NOVA EDIÇÃO

COM REFERENCIAS AOS ARTIGOS PUBLICADOS NA GAZETA DOS TRIBUNAES,  
REVISTA DE LEGISLAÇÃO, JORNAL DE DIREITO, ETC.

SOBRE O MESMO

## CODIGO CIVIL

PORTO

TYPOGRAPHIA DO JORNAL DO PORTO  
31—RUA FERREIRA BORGES—31

1870

118.11660 - 3 - 70  
REPERTÓRIO ALPHABÉTICO

AO

# CODIGO CIVIL PORTUGUEZ

COORDENADO POR

A. M. DE CASTRO CORTE REAL

Bacharel formado em direito

Os algarismos indicam os artigos, numeros e paragraphos.

## A

**Abandonados** — Vide *Expostos*.

**Abandono** — Das cousas moveis em estações de transporte, viação, alfandegas e outras casas fiscaes, 412 — dos animaes, 404 — dos thesouros e cousas escondidas, 422 — das cousas immoveis, faz perder a posse, 482 n.º 1 — exonera o dono do predio serviente, 2277.

**Abatimento de renda** — Não o pôde exigir o arrendatario, por perda de fructos ou esterilidade, 1630 — excepto no caso de ser estorvado ou privado do predio, 1612 e 1613 — da contribuição dos fóros, 1675 § 1.

**Abertura da herança** — Quando se faz, e em que lugar, 2009 — quando o herdeiro for ausente ou menor, 2012 — quando houver testamento cerrado, como se deve fazer, 1933 e 1934.

**Abonação** — O que é, como deve ser, e como se prova, 827, 828 e 829. Vide *Fiança*.

**Abonador** — Seus privilegios, 837 — a sua obrigação não se extingue, ainda que pela herança se confunda a obrigação do devedor e fiador, 849 — quando abona o fiador, qual a sua responsabilidade para com os outros comfiadores, 846 e 847.

**Absolução do réo** — Não illide a acção de perdas e damnos, 2505.

**Abuso de poder** — 141 e 365.

**Acção** — É prohibida a de investigação da paternidade illegitima, excepto em tres casos, 130 n.º 1, 2 e 3 — quando deve ser intentada, 133 — quando a pôde o pae impugnar, 107 — por que tempo tem os herdeiros esta acção, 109 — a de investigação da maternidade em que termos é permittida, 131 — a de interdicção por demencia ou prodigalidade, 317 e 343 — a de rescisão de actos e contractos, 353 e 354 — a de reparação de damno causado pelo caçador, quando prescreve, 390 — a de manutenção e restituição de posse, quando pôde ser intentada, por quem e qual seja o seu fundamento, 482, 489 e 504 — em caso de violencia, como deve proceder o possuidor, 487 e 2367 — por perdas e damnos tem o auctor d'obras litterarias, 611 e 612 — de nullidade e rescisão de privilegio de inventos, 634 — a de rescisão por nullidade resultante da incapacidade dos contrahentes, quando é admittida, e por que tempo prescreve, 687 e seguintes — a de contratos celebrados pelos devedores em prejuizo dos credores, 1033 e 1040 — não pôde ser intentada pelo alheador contra o adquirente, 1054 — a de soldadas, por que tempo prescreve, 1387 — a de perdas a

damnos no contrato de aprendizagem, 1425 — a de revogação ou redução de doação, 1487, 1491 e 1509 Vide *Doação* — a de perdas e danos com a coisa emprestada, 1522 — a de despejo é summaria, 1632 — a de dividas por fóros, 1683 e 1695 — a do desherdado, quando prescreve, 1884 — a de nullidade de testamento, quando prescreve, 1967 — a relativa a predio indiviso ou sobre a diminuição do valor do quinhão, 2193 — *acção criminal* em que casos é permittida ao conjugue offendido e contra quem 1029 — acção e sentença judicial provam a legitimidade dos filhos, 119 n.º 2 — em favor do menor, 243 — contra as publicações de manuscriptos, 310 — a acção criminal prescreve pela transacção civil, excepto emquanto ao ministerio publico, 1716 e 1717 — contra os juizes, 2402 — a de demarcação, 2340 e 2345 — contra quem é proposta, em que lugar, e por que tempo, 314 e seguintes — de dolo contra o conservador, 982 — a de falsidade de registo, 984 — em que juizo, 995 — a de furto contra o cabeça de casal, 1080 e seguintes — a de indemnisação por prejuizos de crimes, 2382 — por causa de aguas, 460 — a de nullidade de casamento, 1086 e 1095 — a de nullidade de registo de titulos, não estando os direitos pagos á fazenda, 980 — a de nullidade de alienações do marido sem outorga da mulher, 1191 e 1202 — acção de prestação de cousas, 738 — a de separação de pessoas e bens dos conjugues, 1204 e 1219 — a de liquidação de sentença, 494 — a de annullação de contrato praticado pelo menor ou tutor, 298 e seguintes — a de servidão, 440 — para remover os obstaculos ao curso das aguas, 442 — para a curadoria definitiva dos bens do ausente, 64 — para conservação da coisa ou direito commun, 2178 — para exigir o cumprimento do contrato, 676 — para haver o que se deu ou dispendeu a titulo de futuro casamento, 1067 — para pedir o landemio dos bens do foro vendido, 1693, 1704 e 1705 — para rescindir o arrendamento, 1610 — para supprir o consentimento do conjugue que o nega, 1216 — pela responsabilidade dos dementes e ebrios, 2377 e 2378 — a de reforço de hypotheca, 901 — a acção de despejo é sempre summaria, 1632.

**Acção criminal**—Vide *Conjuge*.

**Acções** — O que sejam e quando teem lugar, 2535 e 2536 — para as possessorias não é necessario certidão do registo da posse, 952 — podem ter registo provisorio, 967 n.º 4 e 970 — acções persecutorias, pôde propô-las o tutor, auctorizado pelo conselho de familia, 224 n.º 17 — acções reaes, estão sujeitas ao registo, 949 n.º 3.

**Accessão** — O que é, o que abrange e quando se dá, 2287, 2288 e 2280 — *immobiliaria*, 2304 — *industrial*, 2298 — *mobiliaria*, 2299 — *natural*, 2290. Vide *Fruição*.

**Accesso** — Qual o seu fundamento, 2287 n.º 3, e 2309 e seguintes.

**Accusação** — A dos filhos contra os paes, ou d'estes contra aquelles, auctorisa a desherdação, 1876 e 1878 — por que tempo prescreve a respectiva acção, 1884.

**Aceitação** — Quem pôde aceitar doações, 1477 — quem não, 1478 — a de qualquer coisa proveniente de partilha com preço declarado, suspende a hasta publica, 1234 e 1235 — a dos assentos e registos, que effeitos tem, 2440 — a do repudio da herança é acto voluntario, 2021 — da herança a beneficio de inventario, em que tempo se deve fazer, 2044 e seguintes — *aceitação* é expressa ou tacita, 2027 e 2028 — a falta d'ella não invalida a doação antenupecial, 1169. Vide *Herança*.

**Aceite** — Quando é preciso, 1465 — quando é dispensado, 1478. Vide *Doação*.

**Achador** — De animal domestico perdido ou extraviado, 405 e seguintes — tem direito a haver as despesas feitas, 409 — faz sua a coisa perdida, 419 — quando é obrigado a restituil-a, 420 — dos thesouros, seus direitos e responsabilidade, 422 e seguintes.

**Actos** — Quando podem ser rescindidos os celebrados pelo devedor em prejuizo do credor, 1033 — os authenticos demandam procuração publica, 1327 — os juridicos podem ser celebrados por procurador, quando não são pessoas, 1332 — *actos inter vivos*, pessoas que n'elles não podem ser testemunhas, 1966 e 2492 — os praticados contra a disposição da lei, envolvem nullidade, 10 — são nullos os praticados pelo menor sem auctorisação, 299 — são nullos os celebrados pelo interdicto, 334 e seguintes — os praticados pelo pródi-

ce  
fil  
ser  
e s  
a d  
— a  
que  
não  
— a  
rido  
do  
cia  
— c  
cer  
nen  
cios  
con  
gal  
da  
se  
qu

m  
no  
no  
re  
qu  
ci  
se  
ni  
di  
ga  
da  
sa  
de  
ta  
so

go, 349 — em que casos são válidos os praticados por condemnado, 358 — os celebrados em prejuizo de terceiro podem ser rescindidos, 1030 — enquanto aos praticados fóra dos limites expressos no mandato, 1351, 1353 e 1369. Vide *Contratos, Testamentos*.

**Actos e contratos** — Quaes os que podem ser rescindidos e em que tempo, 353.

**Additamento** — Vide *Declaração*.

**Adjudicação** — Tem o senhorio a preferencia nos bens de praso, 1683 — tem logar no predio hypothecado, seja qual for o valor da divida, 963. Vide *Arrematação*.

**Administração** — Como se procede na dos bens do casado ausente sem filhos, 82 e seguintes — e quando o ausente tiver deixado consorte e filhos, 90 e seguintes — quando pertence aos paes a dos bens dos filhos, 146 e seguintes — a dos bens dos filhos, perde-a a mãe que passar a segundas nupcias se n'ella não for mantida depois, 162 e seguintes — a dos bens do casal pertence ao marido, 1104, 1117 e 1189 — a dos bens do casal pertence á mulher na ausencia ou impedimento do marido, 1190 — o socio encarregado d'ella pôde exercer todos os actos que lhe são concernentes sem dependencia dos outros socios, 1266 e seguintes — a da herança com condição suspensiva, como tem logar e se regula, 1822 e seguintes — a da causa ou do direito commum, como se regula, 1219 e 2179 — da herança, quando se confere a outra pessoa, 2052.

**Administrador** — Aos bens do menor, quando e por quem pôde ser nomeado, 225. Vide *Curador, Tutor* — nos bens do pródigo, quaes os seus direitos e obrigações, 351 — o da herança, quando tem os direitos e obrigações dos curadores provisórios dos bens dos ausentes, 1825 — quaes são os actos que não pôde exercer sem auctorisação judicial, 2054 — quando pôde pagar os legados da herança e as dividas passivas, 2056 e seus §§ — em que caso e a quem deve dar contas, e qual é a sua responsabilidade, 2059 e §§ — do concelho, de que modo procede á abertura do testamento cerrado, 1933.

**Administrar** — O predio indiviso, só ao possessor compete, 2191.

**Adquirente** — De que direitos

gosa contra o alheador, 1046 e seguintes.

**Adquirição de bens** — Não a pôde haver a mulher sem auctorisação do marido, mas em que caso pôde requerer supprimento da respectiva auctorisação, 1193 e §. Vide *Adquirir, Adquisição*.

**Adquiridos** — Acaba a communhão d'estes bens nos mesmos casos em que acaba a universal, 1132 — como serão repartidos estes bens entre os socios familiares, 1295. Vide *Adquirir* — por titulo oneroso — 2116.

**Adquirir** — Em que caso pôde adquirir por prescripção o que possui em nome de outrem a cousa possuida, 510 — que pessoas podem adquirir por testamento, 1776 e seguintes — quaes as que não tem esse direito, 1779 e seguintes — não podem adquirir por successão legitima os que são incapazes de adquirir por testamento, 1978 — as servidões continuas e apparentes podem ser havidas por qualquer modo legitimo, 2272 e seguintes — em que consiste o direito de apropriação, 366.

**Adúltero** — O conjuge adúltero não pôde casar com o seu cumplice condemnado, 1058 n.º 3 — nem pôde haver nada d'elle por doação ou testamento, 1064 — o adulterio da mulher é causa legitima de separação de pessoas e bens — em que termos o é o do marido, 1204. Vide *Separação*.

**Advogado** — Por que tempo prescrevem as suas retribuições, e quando começa a correr a prescripção, 540 — qual a pena que lhe cabe se contrata com a parte receber uma porção do pedido na acção, 1358 e § — que salarios deve receber, 1359 — o que aceitar procuração de uma das partes não pôde advogar pela outra; como é punido se advoga pela parte contraria aquella de quem aceita procuração na mesma causa, 1360 e § — pôde o juiz suspender-o se não aceitar a defeza para que for nomeado a requerimento, 1357 — em que caso incorre na pena de não mais poder advogar em juizo, 1361 — em que penas incorre se abandonar a procuradoria sem substabelecer a procuração, ou avisar o seu constituinte para nomear outro, 1362.

**Aflançar** — Quem pôde fazel-o e em que terminos, 818, 819 e seguintes — seus effeitos, 830, n.º 1, 2 e 3.

**Aforamento** — O que seja este contrato, 1653 — é perpetuo, e em que termos pôde ser tido como arrendamento, 1654 — deve ser celebrado por escriptura publica, e como produz effeito em relação a terceiro, 1655 e seguintes. Vide *Emprazamento*.

**Agricultura** — Providencias em seu beneficio no que toca a encanamentos de aguas atravez de predios rusticos alheios, 456 e seguintes.

**Aguas** — Publicas, em que termos é permittido a todos fazer uso d'ellas, 431 — e sem que sejam prejudicados os interesses da navegação e fluctuação, idem, §§ 1 e 2 — quando depender de obra ou construcção permanente o uso das navegaveis ou fluctuaveis, como poderá ser feito, 432 — e se essa obra for abandonada, em quanto tempo prescreve o direito de occupação, e a quem pôde aproveitar a prescripção, 433 — em que condições podem os donos de predios fazer uso, em proveito dos mesmos predios, das não navegaveis ou fluctuaveis, 434 — como pôde o dono do predio alterar ou mudar o leito ou alveo das mesmas, 435 — como deve ser regulado o seu uso quando passarem entre dois ou mais predios, 436 — em que predios não podem ser empregadas, 437 — quando é que não ficam prejudicados os direitos adquiridos sobre ellas, e quaes os casos exceptuados, 438 e 439 — em que casos podem os vizinhos dos proprietarios marginaes de quaesquer correntes fazer uso da agua necessaria para os seus gastos domesticos, 440 e seus §§ — que penas cabem aos que alteram ou corrompem as que não consomem, em prejuizo dos que tem igual direito ao seu uso, e tambem os que lhes embaraçam o livre curso em prejuizo dos seus vizinhos, 441 e 443 — como podem todos em busca d'ellas abrir minas ou poços nos terrenos publicos, 452 — providencias em beneficio da agricultura ou da industria quanto a encanamentos subterraneos ou a descoberto atravez dos predios rusticos alheios, e outras disposições respectivas, 456 e seguintes — quando não pôde o vizinho de um predio sito na margem de uma corrente impedir a construcção de preza, açude ou obra semelhante que passe no seu predio, e que direito lhe cabe, 463 e 464 — os predios inferiores são obriga-

dos a receber a terra ou entulhos que, naturalmente e sem obra do homem, levarem consigo as correntes, 2282 — a quem cumpre fazer reparos nos predios para contel-as ou para não lhes estorvar o curso, 2283 e 2285 — tudo o que por acção d'ellas se unir aos predios confinantes com rios ou quaesquer correntes de agua, fica pertencendo a esses predios, 2291 e seguintes — ácerca das de fontes ou nascentes, vide *Fontes*.

**Aguas medicinaes** — Como pôde ser regulado o seu uso, 445 e seguintes.

**Aguas pluviaes** — Por quem podem ser occupadas na sua passagem as das torrentes e dos enxurros que correm por terrenos, estradas ou ruas publicas, e como prescreve esse direito, 453 — quem pôde livremente usufruir as que caem directamente sobre predio rustico ou urbano, e com que limitação, 454 — não pôde ser adquirida por prescripção a posse de recebê-las, 455.

**Aguas salgadas** — São cousas publicas as das costas, bahias, enseadas, fozes, rios e esteiros, e o leito d'ellas, 380 n.º 2.

**Albergaria ou pousada** — O que seja, 1419 — obrigação e responsabilidade do albergueiro, 1420 e seguintes — como se prova este contrato, § unico do artigo 1419.

**Alcances** — Em favor ou contra os tutores, e quando vencem juros, 253 — não havendo bens para indemnisação applica-se a lei penal, 255.

**Alfandegas** — Como se deve proceder, enquanto ás cousas alli encontradas, 412.

**Alfinetes** — Podem estipular-se nas escripturas antenupciaes até ao terço do rendimento dos bens da mulher, para d'elles poder dispôr, 1104 — para estes é obrigado o registo provisorio, 949, 968 e 970.

**Alheador** — Qual seja a sua responsabilidade, 1046 e 1051 e seguintes.

**Alhear** — Quem o pôde fazer, 2357 — quando alguém pôde ser obrigado a fazê-lo, 2359 e 2360 — podem fazê-lo os quinhoeiros e como, 2195.

**Alienação** — A mulher só a pôde fazer na ausencia do marido, com os requisitos do artigo 1190 — se exceder a 100\$000 réis deve ser feita nos ter-

mos do artigo 268 e seguintes — dos bens do demente, não a pôde fazer a mulher, o marido ou o tutor, sem que preceda auctorisação do juiz com audiência do ministério publico, 326 e 327 — não se presume, salvo estabelecendo-a a lei, 2338 — a da coisa legada pelo testador extingue o respectivo legado, 1811 n.º 1 — pôde ter logar, 2360 § unico — alienações de cousas indeterminadas, 716 — de coisa determinada, a sua transferencia se opéra pelo contrato, sem dependencia de tradição, ou posse, salvo accordo em contrario, 715 e 716 — dos bens do menor pôde realisar-se com auctorisação do conselho de familia, 224 n.º 16 — quando pôde rescindir-se, 1038 — da parceria pecuaria, quaes os direitos do proprietario, 1317 — da coisa já alienada pelo mesmo vendedor, dá direito ao primeiro comprador de reivindicar e em que termos, 718 — não podem os paes hypothecar ou alienar os bens dos filhos, excepto nos casos do artigo 150 — a disposição que o prohibe é havida como fidei-commissaria, e por isso defesa, 1871 e 2199 — da coisa já vendida, 718 — alienação por falta de auctorisação, quando pôde ser sanada, 1201 — dos direitos que eventualmente possa ter pessoa viva, 2042 — responsabilidade do usufructuario que alienar, 2224.

**Alimentos** — Pôde-os o conselho de familia arbitrar por conta do menor a seus irmãos ou ascendentes, não havendo opposição, 224 n.º 19 — devem os parentes prestal-os aos filhos de paes miseraveis, com preferencia á tutela da camara, 294 e seguintes — em que consistem, 171 § unico — a quem pertence esta obrigação, 172 — a obrigação de os prestar transmite-se com a herança e em que casos, 176 — não se podem renunciar, mas sim deixarem de ser pedidos e renunciados os vencidos, 182 — quando são prestados em casa do alimentante, 183 — providencias em relação aos filhos legitimos até aos dez annos, 177 — são proporcionados aos meios de quem houver de prestal-os e á necessidade de quem houver de receber-os, 178 — quando cessa essa obrigação, 179 e 180 — quando se podem reduzir, 181 — quando devem ser pagos para alimentos de familia e em que termos se podem vender os bens immobiliarios dotaes, 1149 n.º 2 — pertencem

ao menor, ainda no caso da pena do § 1 do artigo 1060 — tem-as o sobrevivente dos bens do finado, 1231 — quaes devem ser os do marido e mulher em caso de separação, 1207 n.º 2 — os devidos por direito de familia não podem ser objecto de compra e venda, 1538 — os devidos á viúva, quando lhe pertencem como indemnisação do homicidio na pessoa de seu marido, 2384 n.º 2, 2385 e 2387 e seguintes — em que caso se oppõem á compensação, 767 n.º 3 — quando forem recusados, sem justa causa, pelo filho ao paé, auctorisa este para a desherdação d'aquelle, 1876 n.º 3, 1877 e 1878 — para os haver em favor dos filhos espurios, como se procede, 281 — a elles tem direito com hypotheca legal o respectivo credor, 906 n.º 5 — e quando é obrigado a registo, 932 e seu § — se pedem e quando nas causas de separação conjugal (regulamento de 12 de março de 1868, artigo 2) — são sempre resalvados, quanto ao desassissado, quando por seus bens se exigir reparação, 2378 — arbitram-se ao menor que casar sem licença, 306 — ao pródigo para suas despezas ordinarias, segundo o seu estado e posses, 348.

**Allegações** — Podem juntar-se no conselho de tutela (regulamento de 12 de março de 1868, artigo 5.)

**Alma** — Os respectivos suffragios não os paga a herança, salvo sendo ordenados em testamento, 2116 (suspensão por uma portaria de 27 de abril de 1868).

**Almocreves** — Vide *Recovagem*, 882.

**Alquilador** — Deve declarar as manhas das cavalgadas e responde pela omissão, 1416 e 1418.

**Alquilaria** — Vide *Recovagem*, 1410.

**Alugador** — Seus direitos e obrigações, 1418.

**Alugar** — Pôde fazel-o o usufructuario, 2207.

**Aluguer** — Diz-se locação de moveis, 1596 — toma a natureza de commodato, 1508 — cousas que podem fazer objecto d'este contrato, 1633 — sua prescripção, 543 § 1. Vide *Pensões*.

**Amanuenses** — Os do tabellião não podem ser testemunhas no testamento, 1966 n.º 6.

**Amo** — Suas obrigações e direitos

para com o serviçal, 1370, 1378, 1384 e 1385.

**Andares** — Quando diversos de um edificio pertencem a diversos donos, seus respectivos direitos, 2334 e 2335.

**Animacs** — Os bravios que já tiveram dono, podem ser occupados logo que voltem á natural liberdade, 400 e 403 — mas se da guarida de seu dono se passarem para a de outrem, podem ser recuperados, 401 — bravos ou domesticos, podem ser destruidos pelos proprietarios e cultivadores, quando se tornem prejudiciaes ás sementeiras e plantações, 384, 392 e 400 — domesticos abandonados, extraviados ou perdidos, podem ser livremente occupados pelo primeiro que os encontrar, 404 e seguintes — quem responde pelos seus prejuizos, 2394 e seguintes.

**Anno** — Para a prescripção regula-se pelo calendario gregoriano, 560 § 1.

**Annullação de matrimonio** — O que n'este caso se deve observar em relação aos filhos, 165 — o casamento catholico só pôde ser annullado no juizo ecclesiastico e segundo as leis da igreja, 1086 — a execução d'essa sentença perante que juizo deve correr, 1088 — seus effeitos, 1093.

**Annuncios** — É obrigado a fazer-os aquelle que achar thesouros ou cousas escondidas, 423 — como devem ser feitos para a separação judicial de bens, 1225 e 1229 — seu processo (regulamento de 12 de março de 1868, artigo 14 § unico).

**Apanagios** — Do conjuge sobre-vivo, consistem no direito de ser alimentado, na falta de meios de subsistencia, 1231 — por que tempo duram, 1232 — quando os tem o conjuge administrador dos bens do ausente, 87 § unico — tem hypotheca legal nos bens do conjuge fallecido, 906 n.º 4 — sobre que titulo é constituída, 931.

**Apostas** — Não são permittidas, como meio de adquirir, 1541 e 1543 — em que consistem, 1539.

**Appellação** — Da sentença que julga a prodigalidade só se recebe no effeito devolutivo, quando houver embargos, 545 § 1 — da sentença que rejeitar os embargos pôde appellar-se, citado artigo, § 2 — tem sempre logar por parte do ministerio publico

da sentença que julgar a interdicção, 317 n.º 7 — quando tem logar nas causas de separação (regulamento de 12 de março de 1868, artigo 13 § unico).

**Approvação** — Do testamento cerrado, quando deve ser feita e por quem, 1922.

**Aprendiz** — Não pôde ser obrigado a trabalhar mais de nove horas, até aos quatorze annos, e doze até aos dezoito, 1427 — o mestre não o pôde reter além do tempo convencionado no ajuste, 1428 — seus direitos e deveres, 1424 e 1426 — como responde pela indemnisação do prejuizo, 1429 — o que seja este contrato, 1424 — como pôde ser rescindido e por que causas termina, 1425 e 1430.

**Apresentação** — Do testamento cerrado, a quem deve ser feita, por quem e quando, 1421 e 1422 — dos documentos particulares, 2436 n.º 3.

**Apropriação** — Em que consiste, qual o modo por que deve ser feita, e como se legitima, 366 e § unico e 383 — é um direito originario, 359 n.º 4 — como tal inalienavel, 368 — pôde dar-se em tudo que está sujeito ao commercio, 370.

**Arbitrio** — Do julgador emquanto á prova testemunhal, quando tem logar, 2513 — sua norma, 1514.

**Arbitros** — D'este modo se pôde fazer a divisão da coisa commum, 2181 e seguintes.

**Arbustos** — De quaes e em que circumstancias d'elles se pôde utilizar o usufructuario, 2210 e 2211.

**Archivo testamentario** — Ha um na secretaria do governo civil, 1928.

**Arras** — Emquanto á hypotheca de que gosam, 931.

**Arrematação** — Em relação aos orphãos, 268, 273 e 274 — não prejudica os privilegios mobiliarios especiaes, que se achem constituidos a esse tempo, 1021 — quando tem logar nos bens da partilha e por que preço, 2134 e 2136 — de gado de parceria não se annulla, ainda sendo por divida do pensador, de predio que se pretende expurgar, nem se susta, quando um credor desista, se outro se oppozer, 943 — não se procede a arrematação nos dois casos do artigo 2135 — quando não envolve os fructos e moveis, 1021 — tem logar nos predios hypothecados, seja qual for o seu valor

e o da divida, 903 — em bens de praso, 1662 § 2.

**Arrendamentos** — Quando estão sujeitos ao registo, e para que, 1621, 1622 § 1, e 951 — de predios urbanos, suas especialidades, 1623 — obrigações e direitos do senhorio e do arrendatario, 1606 e seguintes — sobre os bens do estado, 1604 e 1605 — diz-se locação de immoveis, 1596 — de bens de menores, 263 e 602 — póde o tutor fazel-os por tres annos dos bens do seu pupillo, 224 n.º 14 e 243 n.º 6 — quando se não rescindem por morte do senhorio, 1619 — os sujeitos ás leis especiaes ficam sujeitos ás disposições d'este codigo, 1631 — sua duração, 1623, 1624 e 1626 — o que é, 1596 — quaes as pessoas que podem tomar de arrendamento certos bens, 1599 — os administradores de bens dotaes, usufructuarios e fidei-comissarios por que tempo podem dar de arrendamento, 1601 — em que póde consistir o preço da renda, 1603 — sublocação, 1605 — consistindo a renda em fructos, e não tendo sido paga no devido tempo, como deve ser satisfeita, 1617 — transmissão de propriedade arrendada por utilidade publica, 1620 — por execução, 1621 — por que tempo se presume feito o arrendamento de predios urbanos, 1623 — é tido como arrendamento o contrato celebrado com o nome de emphyteuse, mas por tempo determinado, 1654.

**Arrendar** — O predio indiviso, quem póde, 2191 — póde o usufructuario na cousa usufruida, 2207 — não o póde o tutor fazer sem auctorisação dos bens do menor, 244 n.º 2, confrontado com o 243 n.º 6.

**Arrendatario** — De predio rustico que o deteriorar, responde por perdas e damnos, 1627 — por tempo indeterminado, como se despede, 1229 — suas obrigações e direitos, 1606 e seguintes — se o senhorio lhe não fizer entrega da cousa no praso convencionado ou do costume, e não fizer os reparos necessarios, como poderá proceder, 1610 e 1611 — se for estorvado por caso fortuito ou força maior no uso do predio, 1612 e 1613 — em que praso deve declarar ao senhorio que não quer continuar no arrendamento, 1626 — no arrendamento de predio rustico por menos de vinte annos, quando tem direito a haver as bemfeitorias que fez, 1615 —

o que indevidamente retiver o predio arrendado, fica sujeito a perdas e damnos, 1616 — o de predio urbano que pozer escriptos nas terras, onde se usa rem, haver-se-ha por despedido, e será obrigado a mostrar o interior da casa a quem a quizer ver, 1625 e 1626.

**Arresto** — Interrompe a prescripção se em um mez se intentar a acção, 552 n.º 3 — tem logar e em que termos nos objectos contrafeitos e nos instrumentos, 636, 637 e 638 § unico.

**Arrolamento** — De bens da herança, a quem pertence fazel-o e suas especialidades, 2067 e seguintes.

**Artes liberaes** — 1409 — artisticas, 602.

**Arvores** — Plantadas em predio alheio, a quem ficam pertencendo, 2304 e 2307 — em terreno alheio, quando podem ser expropriadas, 2309 — é licito plantal-as, em que condições, e arrancamento d'ellas, 2317 — a quem pertencem os fructos das que são confinantes, 2318 — quanto a outras arvores e matos, 1211 e seguintes — quando dos arbustos se póde utilizar o usufructuario, 2210 — de quem se presumem quando houver contestação sobre a propriedade, 2319 — consideram-se de grande porte as oliveiras, carvalhos, figueiras e semelhantes, 387 — levadas pelas cheias para predios alheios, podem em tres mezes ser pedidas, 2292.

**Ascendentes** — Não podem procurar contra os descendentes em juizo, 1354 n.º 8 — quando podem ser desherdados pelos descendentes, 1878 e 1879 — como lhes é deferida a successão legitima, 1993 e seguintes — não podem ser testemunhas nas causas dos descendentes, 2511 — constituem a segunda ordem de successão, 1699 n.º 2 — quanto ao direito dos descendentes e ascendentes, que o marido ou mulher tiverem ao tempo do casamento e quanto ao direito d'aquelles, 1167 e seguintes — succedem pela proximidade do grau, 1997 e seguintes. Vide *Alimentos*.

**Assentos** — Para os de reconhecimento e legitimação ha um livro especial, 2488 e seguintes — do registo civil, como se fazem, 2449 e 2483 — podem ser lavrados nas residencias das partes, 2455 — dos obitos, sem elle nenhum cadaver será sepultado, 2481 — como e por quem serão feitas as necessarias declarações, 2482 e 2483 —



...os hospitaes, 2484 — do casamento, 2459 e 2475. Vide *Registo Civil*, *Registo dos Nascimentos*, *Casamentos e Óbitos*.

**Assignatura** — É necessario o seu reconhecimento nos escriptos particulares, quando o conservador o exigir, 981 — quando a testemunha não souber escrever, deve fazer o seu signal, 1915 — do testador, 1922 n.º 1 — quando o official publico não assignar, é nullo o acto, 2495 — e do mesmo modo quando as partes o não fizerem, cit. art. n.º 4 — a rogo ou de cruz, que prova faz em juizo, 2434 e 2435.

**Associação** — Representa uma individualidade juridica. Vide *Pessoas moraes* — para isso precisa de ser legalmente auctorisada, 33 e 34 — este direito em que consiste, 359 n.º 3 e 365.

**Associações** — Não podem adquirir por titulo oneroso e com que excepções, 35 e seus §§ — extinguindo-se por qualquer motivo são os seus bens encorporados na fazenda nacional, 36 — as de interesse particular são regidas pelas regras do contrato social, 39 — não gosam do privilegio da restituição por inteiro, 38 — as perpetuas, como podem comprar bens immobiliares, 4561.

**Aterros** — A quem pertencem os que se formarem nos rios navegaveis e fluctuaveis, bem como nos não navegaveis, 2294 e 2295.

**Auctor de escriptos** — Seus direitos, 574, 603, 604 e 607 — como podem ter direito de citar-se reciprocamente e de copiar artigos ou passagens, 576 e 578 — da herança, 2999 — emquanto á morte do auctor da herança, seus herdeiros e legatarios, 1758.

**Auctores** — De obras de musica, esculptura, gravura, etc., 602 e seguintes — que recursos cabem áquelles cujas obras forem reproduzidas fraudulentamente, 611. Vide *Contrafactores* — dramaticos, 594 e 607 — sem seu consentimento nenhuma obra dramatica pôde ser representada em theatro publico, 595 — a parte que lhes pertence no producto das récitas, não pôde ser penhorada, 597 — os que contratarem a representação de suas obras, de que direitos gosam, 598 e seguintes — qual o fóro competente para estas questões, 601.

**Auctoridade administrativa** — Sua interferencia nos testamentos, 1750 — emquanto ás aguas publicas, 432 — emquanto aos inventos, 625 — quando não pôde adquirir, 785.

**Auctoridade ecclesiastica** — Sua competencia, 1087 e seguintes.

**Auctoridade propria** — 2535.

**Autorisação** — Do marido á mulher para estar em juizo, adquirir ou alienar bens, 1194 e 1198 — para o menor ou tutor, 297.

**Ausencia** — 55 e seguintes — quando dá direito ao fiador para demandar o devedor, 843 n.º 3.

**Ausente** — Casado e sem filhos, que bens recupera, e com filhos, 90 e 94 — ausente em serviço da nação não corre contra elle a prescrição, 551 § 1 — quando podem seus herdeiros presumidos requerer entrega dos bens, 64 — no caso de haver testamento cerrado, como deverá proceder o juiz, 66 — da sua herança ou legado dará noticia ao juiz o testamenteiro, 1901 — deve haver inventario, 69 — no caso em que appareça, ou herdeiros seus, como se fará, 80 e 94. Vide *Curadoria*.

**Authoria** — A ella deve o foreiro chamar o senhorio, 1674 — deve o réo fazel-o na acção de evicção, 1051.

**Auto** — Quando se faz o da abertura de testamento, 1933 e seguintes.

**Auto de approvação** — Na do testamento cerrado como deve proceder o tabellião, 1922 e §§.

**Auto publico** — Por elle pôde ser feita a partilhação, 123.

**Autos de conciliação** — São admittidos a registo definitivo, 978 n.º 2, e 980.

**Avaliação** — Por quem, e de que modo deve ser feita, 2089. Vide *Louvados* — como se fará nos bens embarcados, 2121 — pela força probatoria dos depoimentos das testemunhas, como se deve fazer, 2514 — quando exige segunda praça, 271 — quando tem logar a nomeação de peritos, 2093 — como deve ser feita tanto nos predios rusticos, como nos urbanos, 2094 — devem declarar-se quaes as bases que se tomaram para a avaliação, 2092 — por que modo é feita no dominio directo, 2096 — nas bemfeitorias, 2097 — em partilhas, 2126, 2132 e 2134 — em inventarios entre maiores, 2089 — de menores, 2091 e 2092 — quando pôde ser

## AO CODIGO CIVIL PORTUGUEZ

## IX

rada, 2132 — como se emenda a ra vez, mas não segunda, 2133 — do predio para descripção d'elle no registo, supprime-se pela declaração feita por escripto do registante, 959 n.º 4.

**Aves** — 392 e 393. Vide *Animaes*.

**Avoenga** — Não se admite no registo civil, excepto quando o avô ou avó a fazem por si ou por seu procurador, 2467.

**Avós** — Não podem vender aos netos, 1565 e § unico.

## B

**Bahias** — Pertencem á classe das cousas publicas, 388 n.º 2.

**Baldios** — A quem pertencem, 381 e seus §§ — pastos, matos e lenhas apahadas n'elles, a quem pertencem, e que regulamentos se devem observar, 473.

**Baptismo** — Vide *Nascimento*.

**Barcagem** — O que é, 1410 — é regulada pela legislação commercial, 1411 — os seus creditos tem privilegio mobiliario especial, 882 § 1.

**Barqueiros** — São considerados depositarios dos objectos que lhes são entregues, 1412 — quando respondem por perdas e damnos, 1415.

**Bemfeitorias** — Uteis, quaes são e como deve calcular-se o seu valor, 499 — volutuaras, que direito tem o possuidor de boa fé, 500 e seus §§ — o possuidor de má fé perde-as em beneficio do vendedor, 502 — melhoramentos estranhos á intervenção do evicto, revertem em favor do vendedor, 503 — quando possa dar-se detrimento no levantamento das uteis, que deve fazer-se, 499 — são compensadas com as deteriorações, 501 — quaes pôde fazer o usufructuario, 2217 — no predio arrendado quem as paga, e de que modo se compensam no rendimento, 1614 e 1615 — na cousa recebida por erro, 459 e 758 — nos bens incommunicaveis tem communhão, 1109 — nos bens partiveis, como se conferem, 2113 — nos prazos, 2097 — no predio hypothecado, em que circumstancias fazem parte da hypotheca, 891 n.º 2 — no predio indiviso, 2192 — quando se encontram na acção de evicção, 1047 § 5 — quaes levanta o marido feitas nos bens dotaes, 500 e 1613 — extraordinarias nos bens

de menores, são auctorisadas pelo conselho de familia, 224 n.º 14.º — em que caso motivam no arrendamento a entrega do predio ao senhorio, 1614 — sua avaliação, 2097 — quando se descontam ao alheador, 1047 § 5 — pagamento d'ellas ao marido, quando em bens dotaes, 1163.

**Beneficio** — Da divisão entre os com-fiadores, quando se não dá, 835 § unico — de inventario, 2018 e 2015 — n'este caso o herdeiro não é obrigado a encargos além das forças de herança, 2019, combinado com o 1792.

**Bens** — Do ausente solteiro podem ser entregues aos herdeiros, 69 — a quem passam os que advierem ao ausente, 72 — direitos e obrigações do conjuge presente, 84 e seguintes — emquanto aos demais herdeiros, 87 — os do ausente casado, 88 — dos bens dos filhos, que estão na companhia dos paes, 144 e seguintes — quaes os que se não communicam, 1019 n.º 1 — em que condições os perde o cabeça de casal, 2079 — os adquiridos na constancia do matrimonio, como são regidos, 1130 — com quaes se pôde dotar a mulher, 1135 — os do marido segundo o regimen dotal são havidos como proprios, 1155 e seguintes — emquanto á mãe binuba, privada da administração dos bens dos filhos, 163 — emquanto aos arrendamentos dos immoveis dos menores, 261, 265 e 266 — os futuros quando devem ser determinados no contrato de casamento, 1137 — quaes os que se podem emprazar, 1664 e seguintes — necessidade do registo para os immoveis, 1722 — immoveis por disposição da lei, e pela natureza, 373 e 376 — venda dos bens de menores, como deve fazer-se, 267 e 1554 — quando estiverem em julgado diverso do inventario, como deve proceder-se, 269 — adquiridos pelos socios, 1286, 1287, 1290 e 1295 — de prazos não se dividem senão em quanto á estimação, 1662 — adquiridos, que passarem precipuos a um herdeiro, como devem ser conferidos, 2114 — deve o pae entregar-os ao filho, findo que seja o patrio poder, 152 e seguintes — findo o matrimonio, ou havendo separação, como se deverá providenciar em relação aos bens, 1158, 1162 e 1163 — quaes as regras applicaveis á restituição do dote da mulher, 1165 — os doados entre ma-

huições, 224 e seguintes — não pôde nomear ao menor mais que um tutor, 225 — das suas decisões podem recorrer para o conselho de tutela, o tutor, o protutor, o curador dos orphãos e qualquer parente ou interessado, 226 — examina as contas do tutor, 250 — quando pôde ser condemnado em custas, 239 — deve ser instruido do objecto principal, em que tem de deliberar, pelo mandado convocatorio, 211 — o tutelado maior tem direito de assistir às suas deliberações, 212 — decide em relação aos filhos, de paes que se tenham separado por acção crime, 1209 § 3 e 1210 § unico — é informado pelo protutor de quanto for prejudicial aos menores, 258 — auctorisa a mulher acerca da venda de bens immobiliarios, 1190 — em relação às hypothecas do menor e pessoas equiparadas a elle, 918 e seguintes — nomeação de louvados, 2090 e 2091 — como prové quando ha abuso do poder materno, 161 § unico — quando a mãe passa a segundas nupcias, qual o seu dever, 169 § unico — auctorisa a emancipação do menor, 304 n.º 2 — as suas decisões são homologadas pelo juiz de direito, 1208 — emquanto à separação dos conjuges, o que deve fazer, 1207 — declara a caução que a mãe deve prestar no caso de passar a segundas nupcias, 162 § unico — é ouvido para se propôr a acção de prodigalidade, 343 — nada tem com a venda de bens do menor debaixo do patrio poder, 274 — emquanto ao casamento dos menores e interdictos, 1060 e 1061 — para os filhos perfilhados, é nomeado d'entre os amigos do pae, 176 — o membro que não comparece, quaes as penas que tem, 214 — são necessarios tres membros, pelo menos, para funcionar, 217 — pôde mandar registrar as hypothecas que oneram os bens do tutor e curador, 984 e 1002 — tem de approvar a nomeação que a mulher que passar a segundas nupcias fizer do segundo marido, ou de algum estranho, 193 e 197 — quando o protutor o pôde convocar, 258 — nomeia tutor ao demente, 340 n.º 4 — protutor, 330 — é ouvido para deferir ao levantamento da tutela, requerida pelo prodigo, 352 § unico — auctorisa os contratos antenupciaes, 224 n.º 18 — tem de deliberar sobre o destino que se deve dar à coisa que se não pôde vender, 2147 — emquanto à prisão do interdicto é ouvi-

do, 333 — auctorisa o tutor ou curador a licitar e a comprar em hasta publica, 2130 e 2136 — nomeia um curador para aceitar a herança do surdo-mudo, a beneficio de inventario, 2026 — auctorisa os paes ou avós para venderem a filhos ou netos, 1565 § unico — acerca da separação de pessoas e bens dos conjuges, 1206 e 1209.

**Conselho de tutela** — De quem é composto, 226 § 1 — quando este se harmonisa com a decisão do conselho de familia não ha recurso, § 2 — quando o ha, § 3 — o recurso tem o effeito suspensivo, § 4.

**Consentimento** — É necessario para a validade dos contratos, 643, 647, 666 e 668 — a nullidade nos contratos pôde ser sanada, se a lei infringida não for de interesse e ordem publica, 10 § unico — para o casamento de menores por contrato dotal, 929.

**Conservador** — Será suspenso por um anno e responde por perdas e damnos o que omitir certas declarações, 961 e 962 — é obrigado a dar certificado à parte que o requerer, 963 — em que casos podem recusar o registro definitivo dos titulos apresentados, 981 e §§ — não tem responsabilidade a sua recusa quando não haja dolo, 982 — são responsaveis pelas perdas e damnos a que derem causa, 986.

**Conservatorio real de Lisboa** — N'elle se devem depositar exemplares das obras dramaticas ou de musica, 604 e 605.

**Consignação de rendimentos** — Quando se dá este contrato, 873 a 877 e 949 n.º 7.

**Consortes** — Seus direitos e obrigações, 2177, 2178 e 2332.

**Constituição das hypothecas** — Para segurança da fazenda nacional, quem as faz, 916 — em favor do menor, 918 — como devem ser registradas, 935 e 936 — quando houver duvida acerca do valor dos bens para constituir a hypotheca poder-se-ha fazer avaliação prévia, 937 — quaes os bens que podem constituir-se em hypotheca, 890.

**Constituinte** — Suas obrigações em relação ao mandatario, 1344 e seguintes — obrigações d'este em relação àquelle, 1335 — o mandato, sendo judicial, só lhe pôde ser conferido por procuração publica ou havida por tal, 1355

— obrigações de ambos, constituinte e mandatário em relação a terceiro, 1350 e seguintes — quando pôde revogar o mandato, 1364 — a nomeação de um novo procurador, importa revogação do antigo mandato, 1363 e 1365 — pessoas que podem ser constituintes ou mandantes, 1332 — procuradores, 1354 — os actos praticados depois da expiração do mandato não obrigam o constituinte e quaes as excepções, 1369 e n.º

**Construções** — Podem todos fazel-as, e com que restricções, 2324, 2327 e 2338 — concertos e reparos dos diversos andares de um edificio, 1335.

**Consules ou vice-consules portugueses** — Podem servir de tabelliães na approvação dos testamentos de subditos portugueses, 1962 — suas obrigações, 1963 a 1964.

**Contas** — O curador provisorio dos bens do ausente presta-as annualmente, 59 — o que tem direito a haver, 51 — os curadores definitivos podem pedir-as aos provisórios, 74 — os curadores definitivos não são obrigados a dal-as, senão ao ausente ou a seus herdeiros, 75 — são obrigados os paes, durante o exercicio do poder paternal, a dal-as dos bens de que forem meros administradores, 152 — é obrigado o tutor a dal-as e quando, 249 — devem ser apresentadas ao conselho de familia, 250 — devem ser acompanhadas de documentos justificativos, 251 — se por ellas se verificar alcance para o tutor, vence juros, 263 — no caso de morte, ausencia ou interdicção do tutor, serão dadas por seus herdeiros ou representantes, 256 — no caso de emancipação ou maioridade, serão dadas ao emancipado ou maior, 257 — sua prescripção, 546 — o conjuge é obrigado a prestal-as, 324 — deve prestal-as o cabeça de casal, 2035 — e tambem o mandatário, 1339.

**Contrato de aprendizagem** — O que seja, 1424 — em que casos pôde ser rescindido, e quando, 2425 e 1426 — tempo por que o aprendiz deve trabalhar durante o dia, 1427 e 1428 — quando termina, 1430.

**de censo reservativo** — O que é, 1706 — é prohibido para futuro, 1707 — em caso de duvida, se é censitico, se emphythentico, presume-se censitico enquanto se não provar o contrario, 1709.

**Contrato de deposito** — O que é, 1431 — quem pôde fazel-o, 1433 — como se prova, 1434 e §§. e 1440 — direitos e obrigações do depositario e depositante, 1435 e seguintes.

— **de doação** — Vide *Doação*.

— **de emprazamento** — Em que consiste, 1653 — deve ser celebrado por escriptura publica, e devidamente registado, 1655 — a quantidade e qualidade do fôro será regulada a aprazimento das partes, 1656 — bens que podem ser emprazados, 1664 — pessoas que podem dar e receber de emprazamento, 1667 — direitos e obrigações dos senhores e foreiros, 1670 e seguintes — o foreiro será obrigado a todos os encargos e tributos que forem lançados ao predio, 1675 — o foreiro pôde doar ou trocar livremente o predio, fazendo-o saber ao senhorio, dentro de sessenta dias — a acção que lhe diz respeito é summaria, 1685 — dos de vidas e nomeação, como recebem a natureza de fateusins hereditarios puros, 1697.

— **de sub-emprazamento** — É prohibido, 1701 — os de preterito subsistem, 1702.

— **de emprestimo** — Em que consiste, 1506 — quando se diz commodato, 1507 — os direitos e obrigações n'elle consignados são transmissiveis aos herdeiros e representantes, 1509 — feito a menores, sem a devida auctorisação, não pôde ser exigido, 1535 — quaes os casos em que pôde ser exigido, 1536.

— **de locação** — Em que consiste, 1595 — quem pôde locar, 1597 e 1598 — quem pôde aceitar-o, 1599 — por que tempo se pôde fazer, 1600 — obrigações e direitos respectivos, quando toma este contrato a natureza de arrendamento, 1606 — não se rescinde por morte do senhorio nem do arrendatario, quando a sua data tenha sido declarada em titulo authenticico ou authenticado, 1619 — está sujeito ao registo e em que termos, 949 § 2 n.º 6, 967 § 5 e 1622 — disposições especiaes em relação aos predios urbanos, 1623 e 1626 — dos predios rusticos, 1627 e 1631 — a acção que lhe diz respeito é summaria, 1632.

— **de usura** — Em que consiste, 1636 — quando é distractavel, 1641 — sua prova, 1534 § unico e 1643.

**Contratos** — O que são, 641 —

legalmente celebrados devem ser pontualmente cumpridos, 702 — os direitos e obrigações n'elles consignados podem ser transmittidos, excepto se forem puramente pessoas, 703 — resolvem-se na prestação de factos, 710 — sua forma externa, 686 — sua interpretação, 684 — acção de rescisão d'elles, quando pôde dar-se, 687 e seguintes — é nullo o contrato, cujo objecto seja physica ou legalmente impossível, 669 e seguintes — a que condições estão sujeitos, 643 — quaes as pessoas habeis para os celebrar, 644 — podem ser feitos pelos outorgantes, ou pessoalmente ou por procurador, 645 e 646 — o consentimento deve ser claramente manifestado, 647 e 648 — ficam perfeitos logo que a proposta seja aceite, 649 — como deve ser feita a aceitação, 650 e 652 — n'elles o erro ou coacção quando produz nullidade, 656 e 668 — Vide *Coacção* — a pena imposta nos contratos é dependente da convenção das partes, 692 e seguintes — o celebrado pelo devedor em prejuizo do credor, quando pôde ser rescindido, 1033 — podem juntar-lhe os contratantes as condições ou clausulas que quizerem, 672 — de compra e venda, o que seja, e quando se considera troca ou escambo, 1544 e 1545 — emquanto ao preço, 1546 — o que pôde ser objecto de compra e venda 1553 e 1554 — os de compra e venda serão sempre reduzidos a escripto, 1590 — aleatorios, quaes sejam, 1537 — quando se diz de risco ou seguro, 1538 — de jogo ou aposta, 1539 — o de jogo não é permitido como meio de adquirir, 1541 — são nulos aquelles em que as partes prometterem a seus advogados ou procuradores alguma cousa no pedido, 1358 — de mandato e procuradoria, o que são, 1318 — como se constitue, 1319 — de parceria pecuaria, 1304 e seguintes — de sociedade, 1240 e seguintes — de prestação de serviços, 1370 e seguintes — os feitos com menores podem ser annullados por estes, 99 — de arrendamento fundado em leis especiaes, ficam sujeitos às disposições d'este Codigo, 1631 — quando n'elles se usar das expressões, «bens moveis ou immoveis», como se deve entender, 377 — os nulos como podem ser ratificados, 696 — os celebrados por interdicto ou demente, desde quando são nulos, 334 e seguintes — os de promessa de futuro

casamento são nulos, 1067 — quando pôde ser opposta a nullidade d'elles por via de excepção, 693 e 694.

**Contratos antenupticiaes** — Podem os esposos celebrar-os antes do casamento, dentro dos limites da lei, 1096 — devem celebrar-os em escriptura publica, 1097 — na falta de qualquer accordo ou convenção, o que se entende, 1098 — n'elles, não pôde a mulher privar o marido da administração dos bens do casal, mas pôde reservar para si o direito a receber uma parte de seus rendimentos, 1104 — não podem ser revogados ou alterados, 1105 — quando forem celebrados em paiz estrangeiro, 1106 — não se pôde n'elles alterar a ordem de successão, 1103 — em que consiste a communhão, 1108 e seguintes — os celebrados pelo menor não podem ser impugnados pelos outros estipulantes, com o fundamento de incapacidade, 99 — como é supprida essa incapacidade, 100 — são nulos os que obrigam a futuro casamento, 1067 § unico — se os esposos declararem que pretendem casar-se com simples communhão de adquiridos, que deve observar-se, 1130 — Vide *Contratos*.

**Contrafactores dos inventos** — Sua responsabilidade e seus meios de defeza, 636 e 640.

**Contrastes e ensaiadores** — São louvados nos objectos d'ouro e prata, 2092 — são nomeados ou por accordo das partes, ou pelo juiz, 2089 § unico — ou pelo conselho de familia, 2090.

**Contrahentes** — Seus direitos e responsabilidades, 702, 705 a 710.

**Contribuições** — O foreiro é obrigado a todas as que forem lançadas no predio emphytheuticado, devendo o senhorio directo abonar as respectivas ao fôro, 1675 § unico — quando é o usuario obrigado a pagal-as, 2259 e 2260 — é a ellas obrigado o usufructuario, emquanto o usufructo durar, 2238 — em que termos recáem no usufructuario aquellas que forem lançadas directamente ao capital ou à propriedade, 2239 e seus §§.

**Convenção** — De pagar em certa especie de moeda, 724 e seguintes — na falta de convenção, porque tempo se entende prestado o serviço domestico, 1373 — o que seja este serviço, 1370 — por ella pôde existir o contrato de so-

cidade, 1241 — pôde por ella constituir-se expressamente a sociedade familiar, 2281.

**Convenções antenupciaes** — Vide *Casamentos*.

**Corporações** — O que sejam, 32 — podem exercer todos os direitos civis, relativos aos interesses legítimos de seu instituto 33 e 34 — não podem adquirir bens immobiliarios por titulo oneroso, excepto fundos consolidados, 35 — não podem receber de emprazamento, 1669 n.º 1 — a sede de sua administração é a sua residencia, 41 e seguintes — não pôde estabelecer-se em seu favor usufructo por mais de trinta annos, 2244 — extinguindo-se, a quem pertencem os seus bens, 36.

**Correios** — flia para elles regulamentos especiaes, que é mister observar emquanto ás cousas abandonadas, 412.

**Correntes de agua** — São commun — as que atravessarem terrenos municipaes, parochiaes, ou particulares, não sendo navegaveis nem fluctuaveis, e indo lançar-se em alguma corrente navegavel ou fluctuavel, 381 n.º 2 e § 1 — pertence ao dono do predio confinante aquillo que por accessão as correntes de agua lhe trouxerem, 2291 — os donos dos predios que são atravessados por estas correntes que direito têm a ellas, 434 — em que termos se respeitam os direitos adquiridos a ellas, 438 — em que termos pôde ser attendida a prescripção, 438 § un. — só podem ser alienadas por escriptura ou auto publico, 439 — as questões d'esta natureza são resolvidas administrativamente, 440 § 2 — e quando pelo poder judicial, 446 e 457.

**Cousa** — Diz-se tudo aquillo que carece de personalidade, 369 — quaes as que podem ser apropriadas, 370 a 372 — as cousas podem ser moveis ou immoveis, 373 a 378 — publicas, 380 — communis, 381 — particulares, 382 — as cousas perdidas podem ser occupadas, e em que termos, 413 e seguintes — presume-se perdida a movel, que se não sonber se é abandonada ou perdida, 421 — pertence ao dono d'ella tudo o que por effeito da natureza ou casualmente lhe crescer, 2290 — só sendo certas podem ser objecto de posse, 479 — a que é letigiosa, quem não a pôde comprar, 1563 — commun pôde dividir-se

amigavelmente, 2181 e seguintes — pertence ao dono d'ella quanto lhe crescer naturalmente, 2290.

**Cousa julgada** — É assim considerada a transacção, 1718 — para produzir este effeito deve ser feita nos termos do art. 1712 — ás acrescidas tem direito o usufructuario, 2206 — da occupação das inanimadas, 411 e seguintes. Vide *Occupação*.

**Legada** — Em que casos fica sem effeito, 1811 e n.ºs — sendo legadas duas alternativamente e uma perecer, subsiste o legado na restante, 1812.

**Cousas alheias do testador** — É nullo o legado em que d'ellas se dispozer, 1801 e 1802.

**Credores** — Vide *Serviço Domestico*, 1370 e seguintes — em que termos são responsaveis pelos prejuizos causados a seus amos, 2380.

**Credito predial** — Os titulos de estabelecimentos de credito predial, devidamente auctorizados são admittidos a registo definitivo, 933, 978 n.º 5 e 980 — havendo confusão de credor e devedor na mesma pessoa extingue-se a dívida, 796 — social, em que termos fica o credor social com obrigação de vir á massa, 1257.

**Creditos ou privilegios creditorios** — O que são, 887 — são de duas especies, mobiliarios e immobiliarios, especiaes e geraes, 879 — quaes os credores que gosam do privilegio mobiliario especial e em que bens, 880 e seguintes — suas preferencias, 1010 — do privilegio geral sobre os moveis, 884 — quaes os privilegios da fazenda nacional, 887 — os privilegios não precisam ser registados, 1006 — não ha differença entre elles, quando são representados por titulos admittidos a registo, 1025 — os da mulher são pagos primeiro que os do marido, pelos bens communis, e na falta d'estes pelos proprios d'elle, 1124 — nas sociedades particulares, como responderão os socios, 1273 — podem transmittir-se, independentemente do consentimento do devedor, e sendo litigiosos, em que termos não podem ser cedidos, 785 § unico. Vide *Concursos*, *Preferencias*.

**Credor com hypotheca** — Não adquire direito á propriedade hypothecada, senão sendo-lhe adjudicada, ou arrematando-a, 903 — o pignoratício é considerado como credor commun,

depois de pago pelo preço do objecto vendido, emquanto ao resto não pago, 886 — quando não pôde ser constrangido a receber a dívida, 747 § unico — só a elle ou a seu legítimo representante se deve pagar, 748 e seguintes — o solidario pôde livrar o devedor pelo pagamento, compensação, novação ou perdão, 751 e 759 — o de diversos devedores solidarios, pôde exigir o cumprimento da obrigação de todos conjunctamente ou só de algum d'elles, 752 e 759 — quando perde o direito de preferencias, 763 — da subrogação, 778 e seguintes — como se effectua a novação, 802 — quando não pôde o credor ser obrigado a aceitar o fiador, 824 — quando tem direito a exigir que se reforce a hypotheca, 901 — que direitos tem, destruido o predio hypothecado, 902 — accitando o credor alguma coisa em pagamento da dívida, fica exonerado o fiador, ainda que o credor venha a perder a coisa prestada, 850 — o juramento deferido por um dos credores solidarios ao devedor não livra este, senão pelo que toca á parte do dito credor, 2530.

**Credores** — Do cedente exercem seus direitos, emquanto a cedencia não é notificada, 792 — quaes são aquelles que tem hypotheca legal para o pagamento de seus creditos, 906 — na herança, depois de pagos os legatarios, qual o seu direito, 2061 — durante a formação do inventario podem demandar os herdeiros, 2056 § 1 e 2 — são chamados por editos para assistirem ao processo de inventario, 2048 — quando podem ser auctorisados judicialmente a aceitar a herança, 2040 — no inventario devem apresentar os titulos em que fundam os seus direitos, 2118 § unico — no caso de separação de bens entre mulher e marido, podem intervir, como oppoentes na demanda de separação, 1228 — os da sociedade particular, como preferem, 1274 — os do proprietario na parceria pecuaria podem penhorar o que por direito lhe pertence, 1315 e 1316 — o fiador que implorar o beneficio da divisão, em que termos é responsavel, 836 — quando respondem pela evicção do objecto do penhor vendido, 869 — os que tiverem os bens, cujos rendimentos lhes eram consignados, não se podem oppôr a que o devedor disponha dos mesmos bens, 874 § 1 — de

dividas, contrahidas por um dos conjugues antes do casamento, que direitos tem, 1112 — os de hypotheca registada devem ser citados para a expurgação da mesma, 939 — os do usufructuario podem, em caso de renuncia, fazer rescindil-a, sendo feita em prejuizo dos seus direitos, 2242.

**Crime** — Pôde ser causa da revogação da doação, 1438 n.º 2 — quem o commetter não pôde ser interdicto de nenhum de seus direitos civis, senão por sentença passada em julgado, 355 — de venda em que incorre o proprietario, 896 § unico — quem vende a coisa alheia, sua responsabilidade criminal, 1555 — no caso de offensa de direitos, que responsabilidade criminal tem aquelles que a praticaram, 2372 § 1 e 2 — de falsidade por registrar factos que não existem juridicamente, se o fizer dolorosamente, 984 — *de homicido*, é prohibido o casamento ao conjugue auctor, complice ou que tentou matar o seu consorte com aquelle que foi seu complice, 1058 n.º 4 e 1064 — quando motiva a revogação da doação, 1488 e n.ºs.

**Culpa** — Por causa d'ella é o tutor responsavel pelos prejuizos que causar ao menor, 248 — quem e quando se incorre n'ella, 2377 e 2379 — é fundamento para a acção de damno, 2285 — como fundamenta o risco que corre por conta do adquirente, 717 — a qualificação d'ella depende do prudente arbitrio do julgador, 717 § 3 — em que termos responde por ella o administrador da herança, 2059 — na administração do socio, 1258 — por ella responde aquelle, cujos animaes, ou outras cousas suas prejudicarem a outrem, 2394.

**Curador** — A hypotheca em favor do menor é constituida pela nomeação d'elle, 918 — o conselho de familia pôde escusar-o de hypotheca, 921 — quem nomeia curador e quando, 55 — tem 5 por cento de receita liquida que realisar, 61 — pôde ser provisorio ou definitivo, 55 e seguintes e 64 e seguintes — dos direitos e obrigações do definitivo, 71 e seguintes — quando termina o seu officio, 78 n.º 2 — nas tutelas dos filhos espurios exerce as funcções de protutor, 282 — ao interdicto dos direitos civis por sentença é dado um, 356 — como é deferida, § unico — por que tempo dura, 358 — quando ao tempo da

morte do marido a mulher ficar grávida, ser-lhe-ha nomeado um ao ventre, 157 — assiste aos arrendamentos dos bens dos menores, quando forem feitos por mais de tres annos, 265 e 266 — deve prestar caução aos bens do ausente, 58 — surdos-mudos, que não souberem escrever, será nomeado um para a acção da herança a beneficio d'inventario, 2026 — poderão os legatarios requerer que se nomeie um curador a herança jacente, se os herdeiros renunciarem a herança, 1838 § 2 — no caso de remoção do tutor, pôde requerer ao juiz providencias provisórias, 1241.

**Curador dos orphãos** — Promove o andamento e conclusão do inventario a favor do menor, 158 — faz parte do conselho de tutela, 187 — requer ao juiz que proveja tudo que for provisoriamente urgente, em favor das pessoas dos menores, e que se comece o inventario dentro de um mez, 190 — responsabilidade que tem quando não promove o inventario, 192 — pôde recorrer do conselho de familia para o conselho de tutela, 226 — quando deve ser ouvido, 221 — tem a seu cargo velar pelos direitos e interesses dos menores, 220 — sua responsabilidade, 222 — o juiz que o não ouvir, responde por erro de officio, ainda quando do despacho não resulte prejuizo aos menores, 223.

**Curadoria** — Provisoria, quando se dá, 55 e seguintes — quando termina, 63 — qual o juiz competente para ella, 55 § 1 e 2 — como se deve escolher o curador, 57 — deve haver inventario e caução, 58 — definitiva, quando começa, 64 — quando termina, 78 e seguintes — deve proceder-se a inventario e caução, 69 — direitos e obrigações que lhe são proprios, 71 e seguintes.

**Custas** — Quando são pagas pelo usufructuario, 2219 — em que casos podem os juizes ser condemnados n'ellas, 2401 — pagas pela herança as do inventario, das contas e das demandas, excepto se o herdeiro houver sido condemnado por dolo ou má fé, 2063 — quando as paga o menor e o conselho de familia, 239 — as do inventario são pagas pelo cabeça de casal, 2157 — de um dos conjuges, quem as paga, 1115 n.º 4 — quando são condemnados os juizes substitutos no conselho de tutela (regulamento de 12 de março de 1868, artigo

4 § 2) — preferem no concurso de credores privilegiados, 887 n.º 3 e 1011.

## D

**Damno** — O proprietario deve indemnizar o gestor pelo damno imminente e manifesto, não tendo ratificado a gestão, 1725 — a reparação por simples quebra de posturas municipaes prescreve por um anno, 539 § 7 — o caçador é responsavel por elle, 390 — a respectiva acção prescreve dentro de trinta dias, 390 § 3 — quando é que os empregados publicos são responsaveis por elle, 2399 e 2401 — d'elle nasce o direito do restituição e indemnisação, 2169 n.º 4 — a reparação do feito por qualquer animal prescreve por um anno, 539 n.º 6 — dos que proveem da inobservancia dos regulamentos, ou desleixo ou imprudencia 2398 — por elles responde o albergueiro, 1421 e 1422 — o usufructuario que alienar o usufructo responde por elle, 2224 — o que por caso fortuito padecerem os bens do socio, recae sobre o proprietario, 1288.

**Dar em pagamento** — Pôde o foreiro fazel-o, avisando primeiro o senhorio, 1678.

**Data** — Os documentos particulares consideram-se datados do dia em que este facto se tiver dado, 2436 e seus numeros — dividas com data authentica ou authenticada nas doações, 1469.

**Decisões** — Do conselho de familia são tomadas por maioria absoluta, 218 e 219.

**Declaração** — Nenhuma, seja de que natureza for, se pôde fazer nos assentos do registo civil, senão em virtude de sentença passada em julgado, 2450 § unico — é necessaria para o casamento civil e em que termos, 1075 e 1077 — qual a que deve fazer o cabeça de casal para os devidos effeitos do inventario, 2072.

**Defensor** — É nomeado pelo juiz ao interdicto em caso de demencia 316 § unico — nomeia-o o juiz ao réo, se for o ministerio publico que propozar a acção de demencia, 217 § 2.

**Defeza** — É um dos direitos do proprietario ou possuidor, 2169 n.º 3, 484, 487, 2367 e 2370 — é um direito originario, 359 n.º 5 — a prescripção,



como meio de defeza, só pôde ser allegada por via de excepção, 514.

**Delegação** — Não se pôde fazer do encargo de testamentaria.

**Delegados** — Vide *Ministerio publico*.

**Delicto** — Pôde ser desherdado o filho que o commette contra seus paes, 1876.

**Delirio** — É motivo de rescisão do contrato, 353 — a quem aproveitam os resultados, § unico.

**Demandar** — Podem os curadores demandar ou serem-o, como legítimos herdeiros dos bens do ausente, 74 — pôde sel-o o fiador pelo pagamento da divida, 844 n.º 1.

**Demarcação** — Pertence ao proprietario, ao usufructuario e ao possuidor em proprio nome, contra os donos dos predios confinantes, 2340 — é feita em conformidade dos titulos ou da posse, 2341 — o direito de exigil-a é imprescriptivel, 2345.

**Demencia** — Releva da responsabilidade criminal, mas não da civil, 2377 e 2378. Vide *Interdicção por demencia*.

**Dementes** — São interdictos dos seus direitos, 314 — os seus actos sem a devida auctorisação, são nulos, 549 — recurso que lhe é permitido contra os seus curadores, 350 — em que termos corre contra elles a prescripção, 550.

**Depoimentos das testemunhas** — A sua força provatoria é avaliada pelo prudente arbitrio do julgador, 2514 — o de uma só testemunha não fará prova, excepto quando a lei expressamente o ordenar, 2512 — Vide art. 1377, 2392 § 2 e 2533 — só pôde ser exigido de pessoas habéis para estarem em juizo, 2411 n.º 1 — e só pôde recair sobre factos pessoaes certos e determinados, 2411 n.º 2.

**Depositante** — Seus direitos e obrigações, 1435 e seguintes.

**Depositarios** — Quando não respondem pelos depositos, 1436 n.º 1 e 2 — quando respondem por perdas e damnos, 1437. — Vide *Barqueiros, Alberqueiros*.

**Deposito** — O que seja, 1431 — é de sua natureza gratuito, salvo a convenção, 1432 — quem pôde ser depositante e depositario, 1433 — como pôde ser provado o que excede a 100,000

réis, 1434 — a exoneração d'elle como se prova, 1434 — judicial, quando tem lugar, 1448 — de substancias corrosivas, 2338.

**Deprecada** — Quando é necessaria na venda de bens de menores, 269.

**Descendentes** — São em primeiro logar chamados á herança, 1969 n.º 1 — tem direito á legitima, 1784 — tendo o testador filhos legitimos, legitimados e perflhados, que deve observar-se, 1785 e seguintes — entre estes ascendentes e irmãos é reciproca a obrigação de alimentos, 172 e seguintes — não podem ser procuradores contra os ascendentes, 1354 n.º 8 — quando podem ser desherdados, 1875 — em certos casos, 1876 — os descendentes herdados têm direito a haverem legitima d'estes, 1877 — não podem ser testemunhas nas causas de seus ascendentes, 2511 n.º 2 — havendo-os, caduca a instituição de herdeiro, 1760 e 1814.

**Descobridor** — Gosa da propriedade de seu invento e em que termos, 613.

**Desconhecido** — Quando algum dos herdeiros o for, haverá sempre inventario, que será concluido dentro de sessenta dias, 2064.

**Descrição de bens** — É o cabeça de casal que a faz nas partilhas, 2073 — o que seja cabeça de casal e a quem pertence, 2067 e seguintes — dos bens que devem passar precipuos a algum herdeiro, se fará arrolamento separado, 2078 — se for feita dolosamente pelo cabeça do casal, será este obrigado á reparação do damno e á pena do furto, 2080.

**Desherdação** — Em que consiste, 1875 — quem pôde ser desherdado, 1876 e seguintes — só pôde ser feita em testamento e com expressa declaração da causa, 1780 — a acção do desherdado para impugnar, presereve por dois annos, contados da abertura do testamento, 1884.

**Desleixo** — 2398.

**Despejo** — É procedimento sumario, art. 1631 e 1632.

**Despezas** — A quaes são obrigados, tanto o possuidor de boa fé como o de má fé, 498 — taxar no começo de tutela as que tem de se fazer com o menor e seus bens, pertence ao conselho de familia, 224 n.º 8 — são abonadas ao depositario pelo depositante, 1450 e

§ unico — é obrigado a pagar-as o dono do animal perdido ou extraviado, 409 e 410 — pagas ao dono da coisa achada, 418 e 420 — as do deposito da quantia em divida, são pagas pelo credor, e com que excepção, 764 — seu privilegio immobiliario, 887 n.º 2 e 3 — seu privilegio mobiliario, 882 n.º 1 e 2, e 884 n.º 1 e 2 — são indemnizadas pelo devedor, quando se fizerem com objecto empenhado, 860 n.º 3 — quaes as pagaves ao credor, 861 n.º 2, e 867 — em bens dotaes, como se reputam compensadas, 1164 — as feitas com a entrega do legado, quando ficam a cargo da herança, 1842 — quando têm os herdeiros direito a havel-as dos legatarios, 1800 — do casal commum, obrigações respectivas da mulher casada, 1226 — as dos socios na sociedade universal, 1246 e seguintes — as da manutenção estão a cargo da sociedade familiar, 1285 n.º 1 e 3 — por estas e respectivos prejuizos, quando responde o proprietario que ratificar a gestão, 1724 — por estas quando responde o gestor, 1725 — quaes as que ficam a cargo do comprador, 1552 — quando a ellas é obrigado o commodatario, 1519 — sendo muitos os commodatarios, suas obrigações, 1520 e 1521 — ás communs, e em beneficio commum, estão obrigados os com-proprietarios, 2178 — as do funeral são pagas pela herança indivisa, haja ou não herdeiros legitimarios, 2116 — Vide Portaria de 27 de abril de 1868 — quanto aos suffragios pela alma do finado, são a herança as paga, sendo ordenadas no testamento, 2116 — sobre estas despesas, providenciou, e em que termos, a portaria-circular de 6 de fevereiro de 1868, publicada no *Diario de Lisboa*, de 10 de fevereiro — as do testamentario são abonadas pela herança, 1908 — as miudas, em que caso são abonadas por declaração jurada, idem, § unico — quando nas servidões constituídas por natureza da coisa, e respectiva necessidade de obras, é o proprietario obrigado a contribuir para ellas, 2285 — quaes as que têm direito a haver o cabeça de casal com os competentes juro, 2286 — de cultura, quando a estas é obrigado o usuario ou morador usuario, 2259 e 2260 — de sementes e outras, quando é o proprietario obrigado a pagar ao usufructuario, 2203 § 1 e 2204 — em muro commum

e andares communs, 2334 e 2335 — quando são abonadas ao tutor nas contas do menor, 252. Vide *Dividas* — na entrega de moveis e immoveis, por conta de quem devem ser feitas, 744 e 746 — aquellas que se fizerem com a entrega do legado são pagas pela herança, 1842.

**Destruição** — Pela perda ou destruição se perde a posse, 482 n.º 3 — havendo-a na coisa transferida por effeito de contrato, por conta de quem corre, 717.

**Desuso da lei** — Não motiva direito para *alguem* se eximir dos preceitos estabelecidos n'ella, 9.

**Deteriorações** — Póde o usufructuario compensal-as com melhoramentos, 2220 — compensam-se com as hemfeitorias, 501.

**Devedor** — Como assegura o cumprimento da sua obrigação, 855 — em que termos póde dispôr dos bens consignados em pagamento pelos seus rendimentos, 874 §§ 1 e 2 — o acto ou contrato verdadeiro por elle celebrado em prejuizo do seu credor, póde ser rescindido, e em que caso, 1033 e 1034 e seguintes — tem obrigação de indemnizar o fiador e em que termos, 838 — que excepções póde oppôr ao seu fiador, 841 § unico — em que termos póde hypothecar de novo o predio, 914 — o seu direito, quando o registo da hypotheca se faça em relação a todos os seus bens, 702 e seguintes, 714 e seguintes, e 909 — quando está obrigado a um de dois factos, cumpre e paga, satisfazendo um á sua escolha, 733 e seguintes — o solidario que pagar pelos outros, que direitos adquire, 754 e seguintes — em que termos póde exonerar-se da sua divida, 765 e seguintes — sem o seu consentimento póde fazer-se a cessão do credito, 785 — como se póde livrar da obrigação cedida, 786 — e sobre que excepções, 1, 2 e 3, e 787 — confundindo-se a sua qualidade com a de credor, extingue-se o credito e a divida, e com que resultados, 796 e seguintes — o substituido, que excepções póde oppôr ao credor, 814 — substituido por outro fica exonerado, e se opéra a novação, 802 n.º 2 — sem consentimento d'este, e entre fiador e credor, se póde estipular a fiança, 824 — em que casos não póde ser aceite o seu fiador, 825 — de qualquer obrigação litigiosa, o devedor exonera-se, pagando ao cessionario

aquillo que elle houver dado, excepto nos casos marcados, 786 — em caso de insolvencia será a sua parte repartida pelos demais coherdeiros, 2123 § unico.

**Diário** — Deve existir nas conservatorias, 957 n.º 1

**Dias** — São de vinte e quatro horas, começando-se a contar depois da meia noite, 561 — o da prescrição é contado por inteiro, ainda que não seja completo n'aquelle em que ella principiou, 562 — sendo feriado o ultimo dia da prescrição, só se considera finda no primeiro dia seguinte não feriado, 563.

**Diminuição de renda** — Não pôde ter lugar em caso algum, a não ser o estipulado no contrato e no caso de privação que o arrendatario soffrer do predio, 1612, 1613, 1630 e 1631.

**Dinheiro** — Se no dote for incluído, será convertido, e em que tempo, em bens immoveis, em inscripções, acções, ou dado a juro, 1140.

**Direito** — O adquirido posteriormente, ainda que semelhante, não fica ligado a transacção anteriormente feita, 1715 — o cedido passa ao cessionario pelo facto do contrato, mas quanto ao devedor, ou a terceiro, a cessão só depois de notificada ao devedor pôde produzir os seus efeitos, 789 — transfere-se e se adquire por contrato, 461 — não o pôde vender, alugar, nem trespassar, o usuario, ou morador usuario, 2258 e 2260 — interrompe a prescrição, 552 n.º 1 — o de exigir reparação, bem como a obrigação de a prestar, transmite-se com a herança, e com que excepção, 176 e 2366 — tem-o os herdeiros nos bens que lhes pertencerem em partilhas, 2158 — o da herança de pessoa viva não pôde ser objecto de compra e venda, 1556 — o de aceitar ou repudiar a herança, passa para seus herdeiros, 2033 — de petição de herança, quando prescreve, 2017 — do legatario para haver o legado, e contra quem, 1838 — de exclusão e de defeza, é consequencia do direito de propriedade, 2169 n.º 3 — consiste na faculdade de obstar á violação dos direitos naturaes e adquiridos, 367 — de gosar, consiste na tapagem, demarcação e defeza, e em que termos, 2169 e 2339 e seguintes, e 2346 e seguintes — de accesso ou transito, em que consiste, 2309 e seguintes — de liberdade, o que é e o que comprehende, 361 — de alienação, é uma conse-

quencia do direito de propriedade, 2169, 2357 e seguintes, e 2373 e seguintes — de associação, em que consiste, 265 — indivisivel, tem-o as varias pessoas que simultaneamente forem chamadas á herança, tanto a respeito da posse como do dominio e quanto á partilha, 2015 — de acrescer, quando tem lugar a favor dos herdeiros, 1852 e seguintes — dos herdeiros é indivisivel, mas quando se não fizer a partilha, 2015 — não existe nas doações, e com que excepções, 1167 — de retenção, tem-o o mandatario sobre o objecto do mandato, 1349 — de expressão, é livre, mas o que d'elle abusar em prejuizo da sociedade ou do homem, é responsavel nos termos da lei, 363 — de acção, em que consiste, 364 — o que d'elle abusar, attentando contra os direitos do outro ou da sociedade, é responsavel nos termos das leis, cit. art. — de representação, quando se dá na linha recta e na transversal, e com que efeitos, 1980 e seguintes — de registrar a renuncia ou de qualquer outro direito que provenha do registro, é nulla, 928 — litigioso, o que seja, 788 — de transformação, o que é, a quem pertence, e como pôde ser limitado, 2315 e 2316 — é consequencia do direito de propriedade, 2169 n.º 2 — de fruição, é consequencia do direito de propriedade, 2169 n.º 1 — que direitos abrange, 2287 e 2288 — o do solo abrange tambem toda a sua profundidade, com que excepção, mas tambem todo o espaço aereo, e em que termos, 2288 — de indemnisação, 2169 — de propriedade, e suas distincções, e quaes, em que consiste, 1268 e 2167 — quaes os direitos que abrange, 2169 — seus limites, 2170 — de propriedade absoluta, o que é, e quando como tal se presume, e qual é a propriedade resolavel, 2171 e 2172 — de propriedade singular e propriedade commun, o que é, 2175 — disposições respectivas a estes direitos, 2176 e seguintes. Vide Propriedade — a beneficio de inventario, perde-o o herdeiro, sonegando no inventario bens da herança, 2053 — o de beneficio de inventario; quando e em que tempo se não perde, 2045 — de indemnisação e de restituição, 2356 — de tapagem, o que é e disposições respectivas, 2346 e seguintes — de terceiro, em seu prejuizo não pôde admitir-se a compensação, 775 — de compascuo, 2262 — em que termos

fica abolido, 2264 e seguintes — de uso, 2254.

**Direitos** — Quanto aos que se adquirem por facto de vontade propria, e de outrem conjuntamente, e sobre contratos e obrigações de geral, 641 e seguintes — quaes se adquirem por mera posse e prescrição, 474 e seguintes — dos curadores dos bens dos ausentes, 71 e seguintes — pelos dos interesses dos menores, bem obrigação de velar os curadores geraes dos orphãos e os magistrados do ministerio publico, que fazem as vendas d'elles, 220 — só o cidadão portuguez pôde gosar de todos os que a lei civil reconhece e assegura, 17 — em concurso de direitos iguaes, que cessão, devem fazer os interessados e em que termos, 15 — quando a lei os reconhece, legitima os meios indispensaveis para a sua execução, 12 e 13 — sua confusão, 796 e seguintes — o meio de nos restituirmos ao uso dos nossos direitos, são os juizes e as acções, 2535 e 2537 — a sua renuncia quando pôde rescindir-se, 1038 — quaes os que adquire o credor pelo penhor, 860 — *civis*, os menores são incapazes de os exercitar, e os seus actos e contratos não os constituem em obrigação juridica, e com que excepção, 398 e seguintes — estes actos não podem ser impugnados pelos outros estipulantes, com fundamento na incapacidade do menor, 99 — perdem-se por sentença criminal que passar em julgado e em que termos, 355 e seguintes — quaes tem o auctor com relação aos seus escriptos, 576 — de traducção, 577.

— **e obrigações** — Quanto aos do senhorio, 1606 — quanto aos dos senhorios directos e dos foreiros, 1670 e seguintes — dos herdeiros e dos legatarios, 1791 e seguintes — quando podem repudiar-se, 1856 — os do auctor da herança se transmitem para os herdeiros, 2014 — do usufructo, como serão regulados, 2201 — não podem ser transmitidos, 703 — do estado, nas heranças, são os mesmos que de qualquer outro herdeiro, 2008 — só o homem é susceptivel de direitos e obrigações, 1 — são alienaveis, e só por lei expressa podem ser limitados, 368 — adquiridos por facto de vontade propria e de outrem conjuntamente, 641 e seguintes — ninguém pôde obrigar ou alienar os seus direitos a herança de pessoa viva,

2042 — os que provém do emprestimo, se transmitem aos herdeiros respectivos, 1509 — do depositario e do depositante, 1435 e seguintes — os do senhorio, tem o arrendatario obrigação de os defender, e em que termos, 1608 n.º 4 — o interdito por prodigalidade, quaes conserva, 345 — de propriedade perfeita e imperfeita, em que consistem, 2187 — de publicar trabalho litterario, 570 — os de terceiro adquiridos pela separação dos conjuges não se prejudicam pela reconciliação, 1218 — adquiridos, 8 — immobiliarios, como e em que termos podem ser prescriptos, 526 n.º 1 e 2, e 527 — do credor hypothecario, que subrogar no possuidor da hypotheca, 2123 — do constituinte e mandatario contra terceiro, 1350 — dos tutores, 243 — os immobiliarios estão sujeitos ao registo, 1722 — quaes os que se adquirem por simples disposição de lei, 1735 — os paternaes e conjugaes não podem ser alterados contra a disposição da lei, 1103 — dos reciprocos aos socios, 1251 — na expurgação das hypothecas, 938 e seguintes — sem estarem pagos os que se devem a fazenda, não pôde fazer-se o registo, 980 — auctores dramaticos gosam da propriedade de seus escriptos, bem como seus herdeiros, e em que termos, 594 e 601 — com a doação dos bens moveis e immoveis comprehender-se-hão os direitos e acções, 1461 — o usufructuario é obrigado a avisar o senhorio quando os seus direitos forem ameaçados, 2240.

**Discursos** — Podem ser publicados os que forem proferidos officialmente, mas não colleccionados, sem consentimento do seu auctor, 571 e 572.

**Dispensa** — Para casamento civil ha de ser concedida, occorrendo motivos ponderosos, 1073 § unico.

**Disposições doCodigo Civil** — As que dependerem de certas repartições publicas que se hão de crear, só podem começar a ter vigor desde a sua existencia (lei de 1 de julho de 1867) — inofficiosas, 1784 e seguintes.

**Dívidas** — Não resulta da remissão de penhora, a remissão da dívida, 872 — o serem pagaveis em diversos logares não obsta a compensação, 776 — a fiança não pôde exceder a dívida principal nem ser contrahida em condições mais onerosas, 823 — extingue-se pela novação, 807 e 809 — extin-

quem-se, confundindo-se o credito e debito na mesma pessoa, 796 e seguintes — praso de pagamento, 740 — que pessoas podem pagar e a quem, 747, 748 e 749 — quando pôde haver a compensação, 765 e seguintes — direitos de terceiro que emprestou dinheiro ao devedor, para pagamento da divida, constando essa circumstancia do titulo, 780 — *liquida*, o que seja, 765 § 1 — exigível, § 2 — quando não forem de igual somma poder-se-ha dar a compensação na parte correspondente, 766 — *hypothecaria*, para ser registada é preciso o competente manifesto de decima de juros, 980 § unico — prescrevem pelo lapso de seis mezes as de estalagens e hospedarias, etc., 538 — pelo lapso de um anno as retribuições dos professores, mestres particulares, etc., 539 — pelo lapso de dois annos as retribuições dos advogados e procuradores, 540 — pelo lapso de tres annos as dos mestres e professores que ensinam por anno, 541 — prescrevem pelo lapso de cinco annos, as de pensões emphyteuticas, censiticas, rendas, alugueres, juros, etc., 543 n.º 1, 2 e 3 — enquanto ás do menor, 224 n.º 10 — *passivas*, quando podem ser pagas durante o inventario, 2056 — como se descrevem no inventario, 2077 — têm privilegio as provenientes de soldadas de creados de lavoura e de jornaes de operarios, 880 n.º 4 — por foros, censos, ou quinhões têm privilegio mobiliario, 880 n.º 1, e 881 n.º 1 — por venda 882 n.º 4. Vide *Privilegios* — a cobrança e arrecadação dos da herança pertence ao cabeça de casal, 2083 — as dos esposos anteriores ao matrimonio, não se communicam, excepto se outro consorte estiver pessoalmente obrigado, ou se tiverem sido applicadas em proveito commum, 1110 e 1111 — direito que assiste aos credores, 1112 — contrahidas na constancia do matrimonio, como são exigíveis e quaes as que se communicam, 1113 — se o dote for constituído por dividas activas, responderá o marido pelas quantias recebidas, e por aquellas que se perderem, 1161 — quando a mulher sem auctorisação do marido as não pôde contrahir, 1116 — para o seu pagamento quando se podem vender bens dotaes, 1149 n.º 3 — encargo de as pagar na doação, 1469 — as de jogo não se podem pedir judicialmente, 1542 e 1543

— o herdeiro responde por todas as do auctor da herança, excepto se aceitar a beneficio de inventario, 1792 e 2115 — como são attendidas nos inventarios de menores e maiores, 2117 e 2118 — quando não têm por ellas responsabilidade solidaria os socios na sociedade particular, 1272 — a separação para pagamento nos inventarios entre maiores como deve ser feita, 2152 — nos inventarios de maiores é preciso que constintam todos os interessados, e nos inventarios de menores é necessaria auctorisação do conselho de familia, 2117 e 2118 — quaes aquellas que não paga o usufructuario, 2234 e 2236 — aquellas que o pae paga pelo filho veem á collação, 2104 — sua cessão, 785 — subrogação, 778 — quando o pagamento depender de uma condição suspensiva, que se deve fazer, 811 — contrahidas pelo marido sem outorga da mulher, responde por ellas os bens proprios do marido, 1114 — quando o usufructuario as pagar, pôde havel-as do proprietario, 2235 — as do menor pôde o tutor pagal-as, estando auctorisado para isso, 243 n.º 10 — que effeito tem as perdoadas ou renunciadas com relação aos fiadores, 815 — para a sua prova, havendo hypotheca, é necessario escripto particular, se o valor é inferior a 50\$000 réis, se superior, escriptura publica, 912 — enquanto ás do doador, 1035 e 1470.

**Divisão de bens immobiliarios** — Deve ser feita em escriptura ou auto publico, 2184 — como se poderá renunciar a ella, 2185 — nenhum com-proprietario poderá ser obrigado a permanecer na indivisão, 2180 — quando a cousa não poder ser dividida em substancia, como se procede, 2183 — da cousa commum pôde fazer-se amigavelmente ou por arbitros, 2181 — quando pôde ter logar a dos prazos, 1662 e seguintes — se algum immovel não poder ser dividido, que deverá observar-se 1499.

**Divorcio** — Vide *Separação*.

**Doação** — O que seja, 1452 — não pôde abranger bens futuros, 1453 — sua divisão, 1454 — não as podem os conjuges fazer no mesmo acto, 1180 — aquelle que tiver de produzir os seus effeitos por morte do doador, tem a natureza de disposição de ultima vontade, e regula-se pelos testamentos, 1457 e

1789 — as doações *inter vivos* só produzirão efeitos para terceiros, desde o registo, 1459 § unico — pôde ser feita verbalmente ou por escrito, excepto se exceder a 500 000 réis, por que n'este caso será feita por escritura publica, 1459 — sua acção, 1446 — quando caduca, 1465 — quando passa livre de quaesquer encargos, 1475 — quando não é revogada por superveniencia de filhos, 1483 — a respectiva acção como se transmite, 1487 e 1490 — quaes as pessoas que podem fazer opposição de doações, 1476 e seguintes — qual a sua prova, 1459 — sua revogação e redução, 1438 e 1501 — feita por ambos os conjuges, como se confere, 2108 e 2110 — quando é permitida em pagamento aos casados, 1564 § unico — quando a não pôde haver em segundas nupcias, senão na terça dos bens, 1235 — quando se não transmite aos herdeiros do donatario, 1172 — como a podem fazer os menores, 1173 — em que termos a pode fazer o foreiro, 1667 — quando abrange os direitos e accões, 1644 — quando se entende que por ella se reserva a terça, 1462 — verbal, 1458 — para aceitar a que se faz ao menor é o tutor auctorizado pelo conselho de familia, 224 n.º 17 — em que termos estão sujeitos á collação, 2103 e 2104 — por terceiro a respeito dos esposos futuros, como se farão, 1175 — por marido e mulher, quando são revogaveis, 1178 — com que condições se pôde fazer, 1473 — quaes as causas de revogação, 1488 e 1492 — acresce-lhe a reserva, se o doador ficar sem dispor d'ella, 1464 — irrevogaveis, 1456 — a antenupcial não pôde ser annullada por falta de aceitação expressa, 1169.

**Documentos** — Dividem-se em authenticos e particulares, 2421 — o que sejam os primeiros, e sua divisão em officiaes e extra-officiaes, 2422 e 2423 — os authenticos officiaes constituem prova plena, 2425 — os extra-officiaes, como fazem prova plena, 2426 e 2493 — emquanto aos authenticos passados em paiz estrangeiro, 2420 — particulares, o que são, 2431 — que prova fazem, 2433, 2437 e 2440 — todos os apresentados serão rubricados pelo official do registo e emmassados, 2431 — são um meio de prova, 2407 n.º 3 — quando são nulos tanto os officiaes como os extra-officiaes, 2494 e 2495 — a sua fal-

sidade em que pôde consistir, 2496 — são admittidos a registo definitivo os authenticos, 978 n.º 4 — as contas do tutor devem ser acompanhadas d'elles, 251 — os particulares, em que termos são admittidos a registo, 978 n.º 6 — como se consideram datados em relação a terceiros, 2436.

**Dolo** — Fundamenta a acção de damno nas servidões 2285 — o menor não poderá valer-se da nullidade de seus actos, se tiver usado de dolo, 299 § unico — quando produz nullidade nos contratos, 663 — não se tomam em consideração na sua qualificação as considerações vagas e geraes, 2467 — o do usufructuario obriga-o a responder pelos fructos que prematuramente colher, 2233 — quando justifica a reclamação de aceitação da herança, 2036 n.º 2 — fundamenta a acção de rescisão nas transacções, 1719 — faz o credor responder pela evicção do objecto do penhor vendido, 869 — responsabilidade do conservador que recusar admitir a registo alguns titulos com dolo, 982 — responsabilidade da pessoa que não apresentar o testamento cerrado, que possui dentro de tres dias, 1937 — o contrato, cuja resolução depender de terceiro, julga-se não resolvido, se este for induzido a isso dolosamente, 681 — é válida a fiança da mulher casada, ainda que não seja commerciante, se o tiver havido em prejuizo do credor, 820 n.º 2 — nos contratos, o que seja, 663 § unico — quando e como pôde ser opposta tal nullidade, 693 — por elle é responsavel o cabeça de casal, 2080 — nas declarações ou impedimentos ao casamento civil, 1080 — quando se provar que o houve da parte do socio administrador, 1266 — o que possa haver nos contratos não se pôde renunciar, mas sim o que existir já, 668 e seg. — quem com elle vender o que não existe, responde por perdas e danos, 1558.

**e má fé** — No exercicio do cargo do testamenteiro, tornam este responsavel por perdas e danos, 1909 — no herdeiro, obriga-o ao pagamento de custas e quando, 2063 — na evicção não se pôde renunciar á responsabilidade que possa resultar, 1055 — quando auctorisa a acção de perdas e danos no contrato de deposito, 1433 n.º 3 — o dolo com fraude quando obsta aos contratos, 1512 n.º 10 — o dolo annulla o

testamento, 1748 — e motiva a acção penal, 1749 e 1750 — nos interessados nas partilhas, motiva a rescisão d'estes, provado que seja, 2166.

**Domicílio** — Em casos diversos previstos na lei, o exercício do direito e o cumprimento de obrigações é determinado pelo domicílio, 40 — do devedor é competente para as prestações, não havendo estipulação e não sendo o objecto movel, 739, 741 e 744 — os militares têm o seu onde o corpo estiver, 52 — qual o dos réos condemnados, 53 § 1 — das mulheres e filhos do condemnado, § 2 — qual é o do cidadão e o das corporações ou associações, 41 — pôde ser voluntario e necessario, 42 — voluntario e respectiva mudança, 43 e 44 — não havendo residência permanente, é considerado domicílio o logar onde o cidadão se achar, 45 — quando se pôde estipular o domicílio particular, 46 § unico — domicílio necessario, quaes as pessoas a elle sujeitas, e em que termos, 47 e seguintes — o necessario cessa desde quando, 54 — perante o respectivo juiz se intentam as causas de separação entre conjuges (regulamento 2.º de 12 de março de 1868).

**Dominante** — É o predio que se utilisa da servidão, 2267.

**Dominio** — Com a posse de bens communs está em ambos os conjuges na constancia do matrimonio, 1117 e 1127 — dos bens do ausente, quando o adquirirem os herdeiros e interessados, 79 e seguintes — não pôde o com-proprietario dispor da coisa commum que lhe não pertença em partilhas, 1566, 2195 e 2177 — emquanto ás aguas, 436 e 437 — com a posse da herança passa para os herdeiros legitimos ou instituidos desde o momento da morte do auctor da herança, 2011 — estão sujeitas a registo todas as acções que se dirigirem a haver o dominio, 949 n.º 3 — pôde ser registado, sendo requerido pelo proprietario, 949 § 1 — o directo pôde ser hypothecado, 890 n.º 3.

— **e posse** — Da herança se transmite para os herdeiros, quer instituidos, quer legitimos, desde o momento da morte do auctor d'ella, 2011. Vide *Occupação*.

— **util** — Sobre a hypotheca respectiva, 898 e 899 — pôde ser hypothecado o dos bens emphyteuticos, 890 n.º 3 — em que consiste, 1653 — é per-

petuo este contrato e celebrado por escriptura publica, 1654 e 1655.

**Donatario** — No caso de evicção fica este subrogado em todos os direitos do doador, 1468 § unico — emquanto ás bemfettorias, 1498 — tem obrigação de repor e quando, 2111 — não pôde estipular reversão em favor de terceiro, 1473.

**Dono da obra** — Quando, e mesmo no caso de empreitada, tem obrigação de pagar os materiaes e aos que trabalham, 1405.

**Dote** — Do pae ao filho é conferido pela morte d'aquelle, 2104 — deve-o o aggressor dar á offendida, pela violação da honra e virgindade, 2391 — os seus bens em que termos podem ser vendidos, 1554 — o casamento com dote, como é regido, em que pôde consistir e como serão especificados os bens no contrato, 1134 e seguintes — os esposos podem estipular na escriptura dotal fiança, caução ou hypotheca, 1139 — sua conversão, 1140 — sobre o constituido por paes ou por qualquer outra pessoa, 1142 e seguintes — de quaes dos seus bens se pôde dispôr, e quaes d'elles são inalienaveis, 1148 e 1149. Vide *Bens dotaes* e *Bens moveis* — no constituido por paes e mães entende-se que cada um se obrigou por metade, 1146 — se os paes não declararem que dotam por suas terças, o dote é levado em conta na legitima da dotada, deduzindo-se somente da terça dos paes aquillo em que exceder a legitima, 1147 — seu pagamento pôde estipular-se a prazos, 1148 — os rendimentos d'elle são communs, salvo estipulação em contrario, 1153 — é restituído á mulher ou a seus herdeiros, havendo separação ou dissolvido que seja o matrimonio, 1156 e 1157 — a sua entrega como se fará, consistindo em usufructo, censos, fóros ou quinhões, 1160 — consistindo em dividas activas, responde o marido pelas quantias recebidas e pelas não recebidas por culpa sua: quanto ás demais, satisfará com os titulos que tiver em seu poder, 1161 — reputa-se onus real e é sujeito a registo, 949 § 2 n.º 5 — seu registo provisorio, 968 e 971.

**Duplicado** — Se deve apresentar do titulo para registo e sobre que excepção, 983 — como será entregue ao outro conjuge na acção de separação conjugal (regulamento 2.º de 12 de março de 1868, art. 4 § 1).

**Dúvidas** — Sobre muros e paredes divisorias, 2336 e 2337 — sobre os contratos 685 — sobre duração da sociedade, 1275 e seguintes.

## E

**Edificação** — Em que termos é permitida entre os consortes de muros e paredes meias, 2330 e seguintes. Vide *Construções*.

**Edificações** — Vide *Empreitadas*.

**Edital** — É necessário para se celebrar o casamento civil, 1076 e 1077 — para se descobrir o dono do objecto achado, 423.

**Editor** — De qualquer obra, 585 e seguintes.

**Editos** — Para citação dos interessados insertos no registo da mera posse, são determinados, 524 — pessoas que por elles devem citar-se para assistirem ao processo de inventário, 1048.

**Educação** — Em que caso é comprehendida no legado de alimentos, 1831 § unico.

**Efeitos** — Quaes os que provêm da annullação do casamento, 1086 e seguintes — os do registo duram enquanto não for cancelado, 765.

— **Juridicos** — Não podem ser destruidos retroactivamente com offensa do disposto no art. 8 do Código Civil, e no art. 145 § 2, da Carta Constitucional da Monarchia, portaria de 28 de março de 1868, publicada no *Diario de Lisboa* de 30 d'este mez.

**Egreja** — Emquanto ao exercicio dos direitos civis, é havida como pessoa moral, salvo na parte em que a lei ordena o contrario, 37 e 38.

**Eirado** — Quando não pôde fazel-o o proprietario, 2325.

**Emancipação** — Pela dos filhos termina o poder paternal, 170 n.º 3 — é aos dezoito annos para os expostos, 291 — por que fórma e com que effeitos se realisa a do menor, 304 e seguintes — quaes os interdictos por incapacidade, por demencia, e por quem pôde ser requerida a interdicção, em que termos e com que effeitos, 314 e seguintes — a do menor pertence ao conselho de familia, faltando pae e mãe, 224 n.º 22 — concedida ao menor, não lhe pôde ser revogada, 310 — dos expostos

é feita pelo conselho de beneficencia pupillar, e pôde ter logar aos quinze annos, 288 e 289 — para produzir os seus effeitos para com terceiros, 308 e 309.

**Embargo** — Pôde-o fazer o auctor nos exemplares da obra reproduzidos fraudulentamente, 611 — não prejudica a acção de perdas e damnos, nem as acções criminaes, 612 — o da cousa depositada interrompe a respectiva restituição, 1448 — pôde oppô-lo o proprietario á obra nova, 2355 — na cousa furtada do deposito, 442 — de terceiro, quando os pôde oppôr a mulher á execução em bens administrados pelo marido, 1230.

**Embriaguez** — Motiva a rescisão, e a favor de quem, do acto ou contrato durante ella feito, protesto, 353 e 354 — completa, motiva a irresponsabilidade criminal, mas não desobriga da reparação civil, 2377.

**Emenda** — Nos assentos do registo civil, vide *Declaração* — se a tem ou não o testamento cerrado escripto pelo testador, deve o tabellião declarar no respectivo auto de approvação, 1922 n.º 4.

**Emendas ou entrelinhas** — Quando o official publico as não resalva, sendo o acto declarado por procurador, é nullo esse acto, 2495 n.º 8 Vide § unico.

**Emolumentos dos funcionarios publicos** — Quando prescrevem, 339 n.º 3 § 2.

**Empate** — Em conselho de familia, havendo-o, decide o juiz, 1206 § 2.

**Emphyteuse** — É propriedade imperfecta, 2189 n.º 1 — esta e a sub-emphyteuse reputam-se onus reaes e se acham sujeitos a registo, 949 § 2 n.º 3 — esta é prohibida para o futuro, 1701.

**Emprazamentos** — Vide art. 1653 e seguintes e 1689 — quando e em que termos téem logar estes contratos, 1653 e seguintes — quaes os bens que podem ser emprazados, 1664 e seguintes — quaes as pessoas que podem receber e dar de emprazamento, 1667 e seguintes — os particulares anteriores á promulgação do Código são mantidos e em que termos, 1689 e seguintes — sua prova, 1690 — sobre as respectivas estipulações e reduções, e fóros vencidos, 1691 e seguintes — os fideiussins ficam hereditarios puros, 1696 — providencias sobre os emprazamen-



tos de vidas ou de nomeação, 1697 e seguintes — quando acabam, 1689.

**Empregados publicos** — Vide *Funcionarios publicos*.

**Empreitadas** — Quando se dá este contrato, quaes os direitos e obrigações dos empreiteiros e do dono da obra, 1396 e seguintes, e 1407 — do empreiteiro, quando pôde rescindir-se, 1403 e 1404.

**Empreiteiro** — Seus direitos e obrigações, 1397 a 1408.

**Empréstimo** — Da coisa em usufructo, pôde fazel-o o usufructuario, 2207 — o que é, os seus respectivos direitos e obrigações se transmittem aos herdeiros, 1506 e seguintes e 1510 e seguintes — obrigações do mutuário, ou seja em generos ou dinheiro, 1523 e seguintes — sendo em moeda metallica, como é regulada a sua restituição, 1531 — feito ao menor, sem auctorisação, não pôde ser exigido, 1535 e seguintes — activos e passivos do menor, a respectiva auctorisação compete ao conselho de familia, 224 n.º 16 — para grangeios, vide *Dividas* — o que seja, 1506 — quando é commodato ou mutuo, 1507. Vide *Contratos*.

**Encargo** — Da testamentaria, pôde ser recusado, mas o testamenteiro, n'este caso, não pôde haver o legado que lhe tenha sido deixado, 1889 — é gratuito o do testamenteiro, 1892 — o da testamentaria não se transmitta e não pôde ser delegado, 1906 — por elle não responde o herdeiro além das forças da herança, 2013.

**Encravação do predio** — 2309.

**Enscadas** — São cousas publicas, 380 n.º 2.

**Enterro e funeral do testador** — É obrigação do testamenteiro, 1899 n.º 1 e 2116.

**Entrega** — A da coisa e a do preço constituem o contrato de venda, 1514 — como se effectua a de cousas moveis e immoveis, 1569 e 1570 — a da coisa vendida deve pelo vendedor ser feita ao comprador, 1568.

**Enxames** — É licito a qualquer occupar os que primeiro encontrar, e sob que excepções, 402.

**Enxoval** — Do pae ao filho, vem a collação, 2104 § 2 e 2105.

**Equívoco** — Do testador a respeito da pessoa do legatario ou da coisa

legada não annulla o legado, mostrando-se qual era a intenção do testador, 1837.

**Erro** — O de facto ou de direito, 638 e 738 — por erro de direito não pôde ser rescindida a transacção, mas pôde sê-lo por erro de facto ou por causa do dolo ou violencia, 1719 — se por elle se prestar consentimento, quando produz a nullidade do contrato, 656 e seguintes, e 660 e seguintes — produz nullidade, 663 e seguintes — de direito acerca da causa produz nullidade, excepto quando a lei declara o contrario, 658 — pôde ser ratificado, 696 — de facto revoga a confissão judicial, 2413 — de officio, por elle responde o juiz que não ouvir o curador, ainda que do seu despacho não resulte prejuizo aos menores, 221.

**Esubulho** — O possuidor que tiver justo receio de ser esbulhado pôde implorar a intervenção da justiça, 485 — pôde manter-se por sua propria força em acto consecutivo ao esbulho, 486, 2354 e 2367 — é necessario porém que o individuo não possa recorrer á força publica, 2370 — no caso de ser violento, 487 — acção respectiva, 489 e 504 — emquanto ao registo da posse, 949 n.º 3, e 952 § unico — não estão sujeitos ao registo estas acções, 949 n.º 3.

**Escambo** — É um contrato, e em que consiste, 1515 e 1592 — são applicaveis a este contrato as regras da compra e venda, 1594.

**Escavações** — Pôde o proprietario fazel-as no seu predio, 2321 — seus limites, 2322 e 2323.

**Escriptos** — Haver-se-ha por despedido o arrendatario que os pozer na casa arrendada, e será obrigado a mostrar o interior d'ella, 1625 e 1626.

**Escriptos particulares** — São um meio de prova, 2407 n.º 3, e 2421 — o que são, 2431 — sua força provatoria, 2422 — podem ser assignados de cruz ou a rogo, 1915, 2134 e 2495 n.º 4.

**Escriptura publica** — É um meio de prova, 2407 n.º 3 — só por ella se podem provar certos contratos, segundo a sua natureza e valor — é necessaria, quando o conjuge ausente voltar, depois de passados 20 annos, para restabelecer a communhão, 89 — o direito ás aguas só por ella pôde ser alienado, 439 — a cessão de privilegio, 627

pe  
lho  
foi  
sã  
ex  
so  
so  
do  
  
do  
th  
ju  
42  
m  
nã  
ma  
22  
15  
6  
de  
lit  
qu

— na consignação de rendimentos, 875 — na celebração do casamento contraído no reino, 1083 — nas convenções dos esposos relativas aos bens, 1097 — na especificação do dote, 1137 — nas doações feitas por terceiro aos esposados, 1175 — para annullar os efeitos da separação, 1129 — na constituição da sociedade particular, 1250 — no mandato judicial, 1355 — nas doações de bens immobiliarios de valor excedente a 50\$000 reis, 1459 — no contrato de mutuo excedente a 400\$000 reis, 1534 — no contrato de compra e venda de bens immobiliarios, de valor excedente a 50\$000 reis, 1590 § 1 — do escambo ou troca, 1594 — na usura, 1643 — no censo consignativo de futuro, 1646 — no empraçamento, 1655 — na transacção, 1712 — emquanto ás hypothecas, 912 — no reconhecimento dos filhos, 119 n.º 1 — são admittidas a registo definitivo, 978 n.º 4 e 980 — nos casos em que o Codigo exige a escriptura publica não pôde fazer-se prova de outro modo, como se vê dos artigos 10 e 686.

**Escrivães** — Não podem ser procuradores, 1354 n.º 4 — devem remetter ao encarregado do livro das tutelas a nota respectiva, 300 e seguintes — devem ter um livro numerado de repudio das heranças, 300 e 1034 — pôde perder o officio com responsabilidade de perdas e damnos, 300 e 929.

**Escultura** — Vide *Auctores*.

**Escusa** — Quando deve ser pedida pelo tutor, protutor e vogaes do conselho de familia, 229, 230 e 233 — quando for desattendida, e recorrerem da decisão d'elle, são obrigados a continuar a exercer os seus cargos até que seja resolvido o recurso, 231 — quaes as pessoas que podem escusar-se, 227 — quando não será attendida, 229.

**Estabelecimentos** — Em favor do de beneficencia pupillar reverterem os thesouros e cousas escondidas, em prejuizo dos direitos de terceiro, 419 § 4 e 427 — fabril, abrindo-se outro do mesmo genero, o usufructuario do primeiro não pôde empregar no segundo as mesmas marcas, modelos, desenhos etc., 2214 — quando não podem comprar, 1562 n.º 1 — suas hypothecas, 906 n.º 6 e 917 — os publicos gosam por espaço de cincoenta annos do direito ás obras litterarias que publicarem, 580 — emquanto á prescripção, são considera-

dos particulares, 516 — os publicos não gosam do privilegio da restituição por inteiro, 38 — só por trinta annos podem adquirir o usufructo, 2444.

**Estado** — Não gosa do privilegio da restituição por inteiro, 38 — quando succede, 2006 — é considerado como particular em relação á prescripção dos bens e direitos susceptiveis de dominio privado, 516 — sua capacidade como pessoa moral, 382 § unico — seus direitos e obrigações em relação á herança, 2007 — só por sentença pôde tomar posse da herança, 2008.

**Estatuto** — Aquelle que o invocar, precisa provar a sua existencia, 2406.

**Estrangeiros** — Quaes podem ser naturalizados e como, 19 e 21 — seus direitos e obrigações, 26 — por que lei é regulado o seu estado civil, 27 — sendo encontrados n'este reino podem ser demandados perante as justiças portuguezas, 28 e 29 — as sentenças que forem proferidas em tribunaes seus, podem ser executadas em Portugal, 31 — não podem ser testemunhas nos testamentos, 1966 n.º 1.

**Evicção** — Em que consiste, 1046 — obrigações do alheador, 1047 e 1048 — os seus efeitos podem ser augmentados ou diminuidos, 1055 — como respondem por ella os paes ou avós da dotada, 1142 — em que termos é o vendedor obrigado a presta-la, 1581 — na prestação da cousa legada, 1811 — quando responde por ella o credor do penhor, 869 — quando responde por ella o parceiro proprietario, 1307 — por ella não responde o doador, e com que excepção, 1468 — emquanto á troca, 1593 — emquanto á venda, 1568 n.º 3, e 1581 — a respectiva acção por que tempo prescreve, 2159 e 2162 — emquanto aos coherdeiros, é reciproca entre elles, 1811.

**Exame** — É feito por dois facultativos no processo de interdicção, 317 § 4 — é necessario nos documentos anteriores ao seculo 16.º, quando a sua authenticidade for suspeita em juizo, 2497 — exames e vistorias são um meio de prova, 2407 n.º 2 — é um dos deveres do testamenteiro, quando o testador os não especificar, 1899 n.º 4 — deve ser avaliado pelo julgador conforme as circumstancias e demais provas, 2419 — é applicavel, bem como as vistorias, a fa-

ctos, que tenham deixado vestígios ou possam ser sujeitos a inspecção, 2418.

**Excepções** — Com relação à prescrição de direitos immobiliarios, só pôde existir nos casos em que a lei determinar, 517 § unico e 530 — por ella, quando pôde allegar-se a prescrição e em que termos, 514 — por via d'ella pôde ser opposta a nullidade do contrato, 693 — cada um dos coherdeiros pôde pedir a totalidade da herança a que for chamado conjunctamente com os outros, sem que o demandado lh'a possa oppôr, 2016 — emquanto ao pagamento do dote, pedido pela mulher ou seus herdeiros, 1145 — quaes pôde oppôr o devedor ao credor, quando o fiador tiver feito o pagamento sem o seu consentimento, 841 — quaes o fiador pôde oppôr ao credor, 854 — a feita à regra geral não pôde applicar-se a nenhuns outros casos que não estejam especificados na lei, 11 — a que podem oppôr os compradores, 846.

**Execução de sentença** — A ecclesiastica, como é executada, 1088 e seguintes — na acção de curadoria definitiva dos bens do ausente, 65 — pelas dividas dos socios, 1274 — os titulos de execução apparelhada terão a mesma força contra os herdeiros que tinham contra o auctor da herança, precedendo a respectiva habilitação, 2124 — nos bens de praso, 1683 — emquanto a ella ser feita nos bens do fiador, deve haver-a nos bens do credor, 830 e seus numeros — emquanto às hypotheses dos artigos 1000, 1019 e 1023, podem vér-se as portarias de 28 de março de 1868 e de 30 de março do mesmo anno (*Diario de Lisboa*, de 30 de março do mesmo anno) — quando a transmissão proceder d'ella, o que se deve observar, 1621.

**Exercício** — O dos direitos adquiridos prova a sua posse, 2173 — ninguém por auctoridade propria pôde fazer-se restituir ao dos seus direitos, 2535.

**Expostos** — Quaes as pessoas assim consideradas, o por quem devem ser tuteladas e administradas, 284 — quando perfizerem sete annos de idade são postos à disposição do conselho de beneficencia pupillar, 285 — as pessoas que os tomarem a seu cargo ficam sendo seus tutores, 286 — obrigações do conselho de beneficencia pupillar, 288 — aos dezoito annos ficam emancipados, 291 — quando fallecerem sem tes-

tamento, 292 — são equiparados aos menores, 293 — do registro do seu nascimento, 2463 e 2467.

**Expressão** — O direito d'ella é livre, salva a responsabilidade pelos abusos, 363.

**Expropriação** — Por utilidade publica, é regulada por legislação especial, 2360 § unico — no caso de usufructo, quaes os direitos do usufructuario, 2248 — no arrendamento, será rescindido com prévia indemnisação do arrendatario, 1620 — torna exigíveis desde a sua data todas as obrigações que oneram o predio expropriado, 1024 — nas voluntarias por utilidade publica não se admittem preferencias, 1679 e 1687.

**Expurgação da hypotheca** — Aquelle que de novo adquiriu o predio, sobre que pesa uma ou mais hypotheças, como o expurga, 938, 939 e 940 — nas doações, como se procede, 1484 § 1 — os onus reaes por falta de registro, e em que termos, 1023.

**Extincção** — Da fiança, 848 e 849 — da sociedade, 1275 e seguintes — dos privilegios, 1026 e seus numeros — das hypotheças, 1027 e 1029 — do usufructo, 2241 e seguintes.

**Extracto** — Por elle são lavrados os registos no livro competente ao passo que forem requeridos, 958 — e emquanto à descripção predial o que deverá conter, 959 e 960.

**Extremas** — Respectiveos direitos e obrigações dos donos dos predios confinantes, 2340 e seguintes — o direito de exigir demarcação é imprescriptivel, salvo tendo prescripto a propriedade, 2345 — todo o proprietario pôde murar, vallar, rodear, etc., 2346.

## F

**Fabrica** — Vide *Estabelecimentos*.

**Facto** — D'elle nascem certos direitos e obrigações civis, 4 n.º 2, 3 e 4 — a prova que d'elles resultar é avaliada ao prudente arbitrio do julgador, 2513 e 2515 — a averiguação do que tenha deixado vestígios, é applicavel a prova por vistorias ou exames, 2418 — e será avaliada pelo julgador conforme as circumstancias, 2519 — sobre elle recae a confissão, 2408 — não terá effeito a confissão que recair em algum, cuja investigação a lei prohibir, 2412 § 1 —

é um meio para se demonstrar a falsidade dos documentos, 2496 n.º 3 — por elle póde ser constituída a servidão, 2271 e 2286.

**Factos** — D'elles resulta a obrigação de pagar, 741, 901 e 1020 — na prestação d'elles se resolvem os contratos, 710 e 711 — por elles ou por omisões podem ser offendidos os direitos d'outrem, 2362 e 2363 — responsabilidade criminal, que d'elles dimana, 2364.

**Facultativos** — As despesas feitas com elles gosam de privilegio sobre os moveis por espaço de seis mezes, 884 n.º 3 — as disposições do enfermo em favor do facultativo que lhe assistir não produzirão effeito se morrer d'essa molestia, 1769 — podem haver legados a titulo de remuneração, 1770.

**Fallencia** — Do devedor torna exigivel o credito antes de findo o praso, 741, 901 e 1021.

**Falsidade** — Dos documentos, em que póde consistir, 2496 — no caso de se suspeitar que ella existe, poderão os interessados requerer que os originaes sejam confrontados com os traslados na sua presença, 2500 — quando esses documentos forem anteriores ao seculo xvi, onde e por quem deve ser ordenado o exame, 2497 — com ella se illide a força provatoria dos documentos autenticos, 2493 — quem quizer registrar factos, que juridicamente não existem, incorre nas penas do crime de falsidade, além das perdas e damnos, 984.

**Falta** — De data do dia, mez, etc., annulla o acto feito pelo official publico, 2495 n.º 3 — de juizo, inhibe a pessoa de ser testemunha, 1966 n.º 3.

**Fazenda nacional** — Seus privilegios, 885 e 887 n.º 1 — suas hypothecas, 906 n.º 1, combinado com o 1013 — como adquire os bens das corporações perpetuas extinctas, 36 — quando succede nas heranças, 1969 n.º 6 — só na falta de todos os herdeiros testamentarios ou legitimos é que succede, 2006, combinado com o 1969 n.º 6 — não tem mais direitos que outro qualquer herdeiro e precisa de sentença para succeder, 2007 e 2008. Vide *Estado*.

**Fé em juizo** — Não a faz uma só testemunha em juizo, 2512 — por esse motivo não existe o juramento suppletorio, senão achando-se provata a acção ou a defeza, e havendo sómente dúvida

no quantitativo, 2533, combinado com 1387, 1439 e 2392 § 2.

**Fiador** — Seus direitos e obrigações, 838 — quando póde requerer a exoneração da fiança, 844 e 852 — fica exonerado, quando o credor aceitar qualquer cousa em pagamento da divida, 850 — quando póde ser compellido a pagar ao credor sem prévia execução dos bens do devedor, 830 n.º 1, 2 e 3 — direitos que tem contra o devedor, quando pagou por elle, 832 e 838 — sendo muitos, como ficam desonerados, 851 — sendo solidarios, 853 — que excepção podem oppor ao credor, 854 — sendo differentes, como respondem e devem proceder, sendo um só citado, 835 e 836 — o que pagou deve avisar o devedor, 812 — o perdão concedido ao devedor principal aproveita-lhes, 816 e 817 — podem propor a acção ou excepção de nullidade nos contratos, 694 — quando gosam do beneficio da divisão, 835.

**Fiança** — O que seja, 818 — quem póde afiançar, 819 — quando é válida a feita por mulheres, 820 — como se prova, 822 — quando é nulla, 822 — quando toma a natureza de abonação, 828 — seus effeitos em relação ao fiador e credor, 830 e 837 — seus effeitos em relação ao devedor e fiador, 838 e 844 — seus effeitos em relação aos fiadores entre si, 845 e 847 — como e quando se extingue, 848 e seguintes — quando póde o devedor exigir que o credor a preste ao penhor, 862.

**Fidei-commissario** — Adquire o direito á successão desde o momento da morte do testador, 1888 — por que tempo póde arrendar, 1601.

**Fidei-commisso** — Temporario de preterito só produz o seu effeito no primeiro grau da substituição, 1874 — não se considerará tal a disposição pela qual o testador deixa o usufructo de certa cousa a uma pessoa e a propriedade a outra, 1870 — a sua nullidade não envolverá a da instituição ou legado, 1869 — em que consiste, 1866 — em que termos é prohibido, 1867 e 1871.

**Fidelidade conjugal** — São a ella obrigados os conjuges, 1184 n.º 1.

**Filhos** — São legitimados pelo subsequente matrimonio, 119 — qual o modo como são reconhecidos, 119 n.º 1 — sendo nascidos na constancia do matrimonio, não se admite no registo civil

declaração em contrario, e com que excepção, 2468 — legitimos de segundo marido se consideram os que nascem cento e oitenta dias depois do casamento, 1234 — aos legitimos são equiparados os legitimados por subsequente matrimonio, 1988 — succedem aos ascendentes, 1969 e 1985 n.º 1 — quando podem ser desherdados pelos paes, 1875 e seguintes — do ausente, quando entram de posse dos bens do pae e quando os podem alienar, 90 e seguintes — dos conjuges separados, como é determinado o seu destino, 1209 — os que forem desobedientes e incorrigíveis podem ser presos a requerimento de seus paes, até trinta dias, 143 — successão dos legitimos, 1985 e 1988 — successão dos illegitimos, 1989 e 1992 — em que termos não succedem os illegitimos, 2005 — espurios, quaes são, 134 combinado com o 122 — quaes os direitos que tem os espurios, 135 e seguintes — quaes os que podem ser perflhados, e por isso não são espurios, 122 — como poderá ser feita esta perflhação, 123 e 124 — os menores não perflhados não estão sujeitos ao poder paternal, 167 — como termina e se suspende o poder paternal, 168 — a superveniencia d'elles quando não revoga a doação, 1483 — os de tabellião que approvar o testamento não podem ser testemunhas no testamento, 1966 n.º 6 — quando não são obrigados a conferir na herança, 2101 e 2103 — havendo legitimos ou legitimados e perflhados, como se procede na partilha, 1785 — acerca do registro dos reconhecimentos e legitimações, 2488 e seguintes — não podem comprar aos paes ou avós, 1565 — quando é permittida a acção de investigação de paternidade illegitima, 130 — quando herdam todos os bens, 1990 — só parte, 1991 e 2005 — tutela e alimentos dos filhos espurios, 279 — succedem por cabeça, 1986 — por stirpes, 1988 — de paes incognitos, quando nascem no reino são cidadãos portuguezes, 18 n.º 4 — não ha tutela legitima pelo que respeita aos filhos perflhados, 278 — o direito dos legitimos a vindicar o estado que lhes pertence é imprescriptivel, 111 — estas acções de vindicação de estado passam aos herdeiros, e em que termos, 112 — prescreve por quatro annos contados do fallecimento, 112 § unico — maiores, quando se consideram em so-

cidade com os paes, 1281 — emquanto aos effeitos da annullação do casamento a respeito dos filhos, 1091, combinado com os 165 e 1084 — menores de pessoas miseraveis, 294 e 296. Vide *Successão, Legitimação*.

**Filhação legitima** — Como se prova, 114 e 118 — é substituida pelo subsequente matrimonio, e em que circunstancias, 119 — quaes os filhos que são havidos como legitimos, 101 e seguintes — só os paes ou seus herdeiros a podem impugnar, 106 — esta acção prescreve passados quatro annos depois do fallecimento do filho legitimo, 112 § unico — julgada por sentença, deve ser registada, 2450 e 2469 — quando o filho for nascido na constancia do matrimonio, não será admittida declaração em contrario, 2468. Vide *Legitimidade*.

**Fim** — Na sociedade particular, preenchido elle, fica extincta, 1276 n.º 3 — o reconhecido pela lei, legitima o emprego dos meios proprios, 12.

**Fontes e nascentes** — O dono do predio onde houver alguma, póde servir-se d'ella e dispor do seu uso livremente, salvo o direito de terceiro, 444 — não é permittido alterar ou diminuir as publicas, 451 — são communs, 381 n.º 2. Vide 2291 — se o proprietario descobrir no seu predio alguma nova, como poderá encaminhar as vertentes, 446 — quando póde exigir indemnisação do uso que outros façam d'ellas, 448 — é licito a qualquer procural-as no seu predio por meio de poços, minas ou quaesquer escavações e em que termos, 450. Vide *Aguas*.

**Força** — O proprietario que é esbulhado ou perturbado póde usar d'ella contra o esbulhador ou perturbador, 486 e 487, combinados com os 2354, 2365, 2367 e 2370 — póde, pois, repellir-se a força com a força em acto consecutivo, porque d'outro modo só aos tribunaes pertence, 2535 — força maior ou caso fortuito, que direito dá ao commodatario, 1516 e 1517.

**Foreiro** — Seus direitos e obrigações, 1670 e seguintes — é obrigado a pagar todos os encargos e tributos que forem lançados ao predio, sendo indemnizado pelo senhorio, 1675 — no caso de querer vender ou dar em pagamento, que deverá fazer, 1678 — em que circunstancias poderá elle hypothecar ou onerar por qualquer fórma o predio

foreiro, 1676 — a acção por estas dividas é summaria, 1685 — durando, em que tempo podem ser exigidas as respectivas dividas, 1695.

**Forma externa** — Dos contratos, 686.

**Formação do conselho de família** — Sempre que haja conjugue sobrevivente, como se constitue e de que pessoas se compõe, 207 e seguintes — suas attribuições, 224 — pessoas que podem escusar-se, 234 e 235.

**Formalidades** — Das doações, 1458 e 1459 — do contrato de compra e venda, 1590 e seguintes — dos testamentos, 1911 e seguintes.

**Fôro** — A hypotheca ou onus, constituido pelo foreiro, não o pôde comprehender, 1676 — o que é, 1653 — deve ser pago no tempo e lugar convencionado, 1660 e 1661 — a qualidade e quantidade d'elle deve ser regulada pelas partes, contanto que seja certa e determinada, 1656 — quando se tiver estipulado que seja pago n'uma ou n'outra, o que se deve observar, 1691 — o que consistir em prestação certa pôde ser reduzido a requerimento do foreiro, 1692 — quando se pôde pedir a redução, 1688 — o encargo que d'elle resultar, passa com o legado ou herança, 1845.

**Fôro civil** — É o competente para julgar todas as questões entre auctores e emprazarios de obras dramaticas, 601.

**Foros** — Emquanto aos vencidos ao tempo da promulgação doCodigo, durante que praso podem ser exigidos, 1684 e 1695 — são considerados immoveis por serem direitos inherentes aos mesmos, 375 n.º 2 — os vencidos antes ou depois do casamento, quem os paga, 1115 — gosam de privilegio, 880 n.º 1 — estão sujeitos ao registo, 949 § 2 n.º 3, e 1023 § unico — o contrato que os estabelece deve ser celebrado por escriptura publica, 1655. Vide *Laudemio*.

**Fossos e vallas** — Quanto á sua construcção, 2338. Vide *Escavações*.

**Fraude** — Em que consiste, 1031 — nas doações não prejudica os credores, 1476 — quem por meio d'ella impedir que se revogue o testamento não pôde adquirir por meio d'elle, 1783 — quando annulla o testamento, 1748 — em que termos motiva a acção penal, 1749 — suas consequencias, 1042 — quando houver attracção dos animaes

bravios por meio d'ella, qual a responsabilidade do que a empregar, 401 § unico.

**Frestas** — Vide *Muros e paredes meias*, 2324 § 1, 2325 e 2326.

**Fructos** — Como responde o donatario, quando for revogada a doação por inofficiosidade, 1505 — o usufructuario tem direito a perceber todos aquelles que a cousa usufruida produzir, quer sejam naturaes, quer industriaes, quer civis, 2202 — desde quando pertencem ao usufructuario e ao proprietario, 2203 — os civis pertencem ao usufructuario dia por dia, 2205 — civis dizem-se as vendas e interesses; naturaes os que são produzidos espontaneamente; industriaes os que são produzidos mediante a acção do homem, 495 § 3 — que direito tem o proprietario, em relação áquelles que pertencem á arvore ou arbusto do predio confinante ou contiguo, 2318 e 2319 — os de arvore ou arbusto commum, como serão repartidos, 2320 § 3 — direito do legatario, 1840 — quando responde por elles o usufructuario, 2253 — o possuidor de boa fé faz seus aquelles que foram colhidos até o dia em que cessou a boa fé, 495 — como se dividem nas sociedades familiares, 1291 — communicam-se os dos bens incommunicaveis, 1109 § unico — rescindido o acto ou contrato simulado, serão estes restituídos, 1032 — a arrematação, adjudicação ou transmissão de predio não prejudica os privilegios mobiliarios especiaes, constituidos sobre fructos, 1021 — como se dividem os pendentes de bens dotaes, 1162 — os da cousa doada vem á collação desde o dia da abertura da herança, 2106 — quando os restitue o possuidor de má fé, 497 e 498 — o usuario ou morador usuario de um predio não pôde haver mais do que os necessarios para os seus gastos e de sua familia, quer esta se torne mais numerosa, quer menos, 2257 e 2259 — emquanto aos privilegios sobre elles, 880 e seguintes — dos bens do ausente, 85 — emquanto á partilha d'elles na parceria agricola, 1301 — os pendentes de quaesquer bens dotaes serão partilhados entre marido e mulher, ou seus herdeiros, 1162 — pertencem ao donatario os dos bens doados até ao dia em que for proposta a acção de revogação, 1485.

**Fruicção de direito** — Que com-

prehende, 2287 e 2288 — está comprehendido no direito de propriedade, 2169 n.º 1. Vide *Accessão*.

**Funcionários publicos** — Qual é o seu domicilio, 51 — não podem comprar aquelles bens, em cuja venda intervem como taes, 1562 n.º 4 — por que tempo prescrevem os seus emolumentos, 539 — quando não podem arrendar ou alugar quaesquer bens, 1595 — sua responsabilidade por perdas e danos, 2399.

**Fundos consolidados** — São immoveis por disposição da lei, 375 n.º 3 — descrevem-se no inventario, especificando-se a sua natureza e numero que tiverem, 2076 — pôde com elles satisfazer-se a obrigação assegurada por hypotheca, 940. Vide *Capitaes a juro*.

**Funeral** — As despesas d'elle serão pagas pela herança ainda indivisa, haja ou não herdeiros legitimarios, 2116. Vide *Portaria de 27 de abril de 1868*, e *Divida* — as despesas com elle feitas tem privilegio geral sobre os moveis, 884.

**Furto** — Da cousa depositada deve o depositario participal-o ao dono, sabendo quem foi, e não sabendo ao ministerio publico, 1442 — qual seja a sua responsabilidade, 2451 — emquanto ao cabeça de casal, 2079 e 2080 — da cousa empenhada, 860 n.º 2.

## G

**Gados** — Parceria pecuaria, o que seja, e quaes as suas condições, 1304 e seguintes.

**Garantia** — O vendedor é obrigado a dar a da cousa vendida, 1581 — o comprador tem direito a ser indemnizado, e em que termos, 1016, 1047 e 1555 — não poderá todavia rescindir-se o contrato de compra e venda a pretexto de lesão ou vícios da cousa, 1582 — o cumprimento das obrigações que resultam do contrato pôde ser assegurado por terceiro, 318.

**Gastos** — Quando por elles responde o alheador, e quando não, 1502 n.º 2 e 2503 — os da entrega da cousa vendida são por conta do vendedor, não havendo estipulação em contrario, 1570 — emquanto aos seus privilegios, 880 e seguintes.

**Genro** — Não pôde ser testemunha nas causas do sogro, 2511.

**Geração** — Cada geração forma um gráu, e a serie d'estes constitue o que se chama linha de parentesco, 1973 — modo de contar os gráus, 1366 e 1367.

**Gerencia** — Em que termos é o mandatario obrigado a continuar n'ella, 1366, e 1367 e 2368.

**Gestão de negocios** — Em que consiste, 1723 — o gestor é obrigado a dar contas, 1732 — aquelle que se intrometter na gestão de negocios será obrigado a concluil-os, se o proprietario não mandar o contrario, 1733 — quando é o gestor havido por socio, 1734 — da sua ratificação 1724 e seguintes — quando deve o gestor repor as cousas no seu antigo estado, 1727 — por que perdas responde, 1731.

**Governador civil** — Numera, rubrica e encerra o auto de abertura e publicação do testamento cerrado, 1933 e 1934 — tem em seu poder uma das chaves do cofre que deve haver em cada districto, para deposito e guarda dos testamentos cerrados, 1927 e 1928 — assigna o termo de entrega e deposito do testamento, 1929 — são-lhe remettidos os testamentos militares, 1945 § 3 — e do mesmo modo os maritimos e externos, 1957 e 1963.

**Gráu de parentesco** — É formado pelas gerações, constituindo cada um uma geração, e a serie d'elles, uma linha, 1973 — a linha pôde ser recta ou transversal, 1974 — modo de contar os gráus, 1976 e 1977.

## H

**Habilitação** — Sem ella não podem ter logar contra os herdeiros os titulos da execução apparelhada, 2124.

**Habitacão** — É onus real, e como tal sujeito ao registo 949 § 2 n.º 2 — é propriedade imperfeita, 2189 n.º 4 — o que seja, 2254 § unico — como se extinguem os direitos a ella inherentes, e como são regulados, 2255 — é comprehendida no legado de alimentos, 1831.

**Herança** — O direito a ella não pôde ser objecto de compra e venda, sendo de pessoa viva, 1536 e 2042 — abrange todos os bens, direitos e obrigações do auctor d'ella, que não forem

inteiramente pessoas, 1737 — se o auctor d'ella e seus herdeiros perecerem do mesmo desastre, que deverá observar-se, 1738 — se ella for toda distribuida em legados, como serão as dividas e encargos d'ella rateadas, 1794 e 1795 — no caso do testador dispôr de certa e determinada herança, será esta havida como legada, 1796 — no caso da herança ser toda distribuida em legados, quem será o testamenteiro, não o tendo declarado o testador, 1839 — quando será havida por aceite, pura e simplesmente, 2051 e 2052 — pôde ser aceite, pura e simplesmente, ou a beneficio de inventario, 2018 — o herdeiro não é obrigado a encargos, além das forças d'ella, se a aceitar a beneficio de inventario, 2019, combinado com o 1792 — os herdeiros que sonegam bens d'ella perdem o direito ao beneficio de inventario, 2053 — o administrador d'ella não pôde exercer, sem auctorisação judicial, actos que não sejam de mera administração, 2054 — durante a formação do inventario, o administrador d'ella pôde pagar os legados e dividas passivas, havendo accordo dos herdeiros, 2056 — no caso de execução, que direitos têm os credores, 2057 — por que dividas responde, 2063, 2115 e 2116 (sobre o art. 2063, veja-se a portaria de 27 de abril de 1868, e a de 10 de fevereiro do mesmo anno) — a sua aceitação ou repudio é um acto inteiramente voluntario e livre 2021 — quem a pôde aceitar ou repudiar, 2023, 2024 e 2025 — a aceitação pôde ser expressa ou tacita, 2027 — a cessão não envolve aceitação, 2029 — quando os herdeiros se não accordarem sobre a aceitação ou repudio, que poderão fazer, 2031 — como deve ser feito o repudio 2034 — desde quando começam os effeitos do repudio ou da aceitação d'ella, 2043 — o herdeiro maior ou emancipado que a quizer aceitar a beneficio de inventario, que deve fazer, 2044 e seguintes — quando podem ser os herdeiros demandados para que a aceitem ou renunciem, 1838 § 1 — quando pôde ser ordenada a imposição dos sellos, 2010 — havendo varias pessoas chamadas a ella, em quanto a partilha não for feita, será o seu direito indivisivel, 2015 e 2016 — o direito para a pedir por que tempo prescreve, 2017 não pôde ser repudiada pelo marido sem outorga da mulher, 1120 — quando

os parentes mais proximos a repudiam, a quem passará, 1972 — quando será ella posta em administração, 1822 — quando se abre e onde, 2009 — ninguém pôde aceitar-a ou repudiar-a conditionalmente, 2022 — quaes os actos que não envolvem aceitação, 2028 e 2029 — quem a repudia, pôde ser legatario, 2035 — os credores d'aquelle que repudia a herança podem ser auctorisados judicialmente a aceitar-a, 2040 — quando alguém tiver interesse em que o herdeiro a aceite, que poderá fazer, 2041 — quando existirem n'ella bens pertencentes a terceiro ou que devam passar precipuos a algum herdeiro, como devem ser arrolados, e quando poderão ser entregues, 2078 — qual a pena do cabeça de casal que sonegar bens d'ella, 2079 — com esta se confunde a obrigação do fiador e do devedor, mas não a do abonador, 849 — pela massa são abonadas as despesas da testamentaria, e com ella se transmite a obrigação de prestar alimentos, tendo sido judicialmente pedidos ou prestados, 176 — sobre os bens d'ella por obrigações proprias do herdeiro nunca ha hypotheca e em que termos, 897 — quem a deixar a um ou mais menores pôde nomear-lhes um tutor, se o pae ou mãe o não tiverem feito, 197 — a do menor deve o tutor aceitar-a a beneficio de inventario, 243 n.º 11 — o direito de acrescentar tambem pôde dar-se n'ella, 1853 — o nome, o estado do auctor d'ella, o dia mez e anno, e o lugar em que morreu, são declarações que deve fazer o cabeça de casal, 1072 n.º 1 — todos os bens d'ella serão descriptos, debaixo de juramento, pelo cabeça de casal, 1073 — sendo jacente, não succede o estado na propriedade dos escriptos, e todos poderão publical-os, salvo o direito dos credores, 591 — a condição de casar ou deixar de casar imposta ao herdeiro, e a que obrigar a tomar ou deixar de tomar o estado ecclesiastico ou certa e determinada profissão, em que caso será havida por não escripta, 1808 — é nulla a disposição feita pelo testador, sob condição do herdeiro fazer em seu testamento certa disposição em favor de alguém, 1809 — a condição que suspender por certo tempo a execução da disposição, que resultado tem, 1810 — quando se poderá pedir curador á herança jacente, 1838 § 1 — ficam a



seu cargo as despesas feitas com a entrega da cousa legada, 1842.

**Herdeiro** — Quem é, 1736 — pôde ser citado para aceitar ou repudiar a herança, 1838 § 1 — quem pôde ser instituído, 1791 — quaes as dividas e legados por que responde, 1792 e 2018 — quando for instituído debaixo de condição suspensiva, como deve proceder-se em relação á herança, 1822 e 1823 — a instituição de herdeiro caduca por superveniencia de filhos, 1760 e 1814 — que direito tem na herança absorvida por legados, 1800 — se fallecer sem aceitar ou repudiar a herança passará este direito aos seus herdeiros, 2033 — como requer a aceitação da herança a beneficio de inventario, 244 § unico e 2045 e seguintes — o que como tal for declarado por sentença, e reputado herdeiro em relação aos herdeiros e legatarios, 2030 — se estiver ausente, for menor ou interdito, proceder-se-ha a inventario e partilha, 2012 — quando lhe incumbe o cumprimento do testamento, 1893 — quando algum for menor ou interdito, a venda será feita em hasta publica, 1898 § unico — se forem todos maiores, podem concertar-se acerca da partilha, que deve ser feita em escriptura ou auto publico, 2013 — succedem em todos os direitos e obrigações do auctor da herança, e com que excepções, 2014 — quando entre elle e a herança não corre a prescripção, e que direito tem depois de pagos os legatarios e credores, 2060 — não o prejudica a nullidade da substituição fidei-commissaria, 1869 — pôde ser substituído, 1859 — em que caso não pôde o testador dispensar o inventario, 1896.

**Herdeiros** — Assim se consideram os curadores definitivos, 71 e seguintes — têm obrigação de cumprir o legado, se não renunciarem a herança, 1838 § 1 e seguintes — quando pagam o fóro ou pensão a que estiver obrigada a cousa legada, 1845 — succedem em todos os direitos e obrigações do auctor da herança, 2014 — aos substituídos e aos herdeiros *ab-intestato*, como aproveita o repudio da herança, 2062 — quando forem menores, que deverá fazer o testamentario, 1901 — e sendo maiores, 1900 — do ausente, seus direitos, 64 e seguintes — qualquer d'elles pôde intervir no processo intentado pelo cabeça de casal, 1083 § unico — os seus

nomes, estado e capacidade devem ser declarados pelo cabeça de casal, 2072 n.º 2 — dos auctores de obras dramaticas, seus direitos, 595 — quando se considera a herança aceite, pura e simplesmente a beneficio de inventario, 2051 — aquelles que sonegarem no inventario alguns bens da herança, perdem o direito aos mesmos, 2053 — quaes os actos que não podem exercer sem auctorisação judicial, 1054 — a ordem dos legitimarios não pôde ser alterada por convenção alguma, 1103.

**Homem** — Só elle é susceptivel de direitos e obrigações, n'isto consiste a sua capacidade juridica, 1.

**Homicidio** — O conjuge condemnado como auctor ou como cúmplice, não pôde casar com a pessoa que, como auctor ou cúmplice, haja perpetrado aquelle crime, 1058 n.º 4, e 1059 — em que consiste a indemnisação por perdas e danos por causa do homicidio, 2384. Vide *Crime*.

**Hospedagem** — Vide *Albergaria*.

**Hypotheca** — O que seja 888 — só pôde recair em bens immobiliarios, 889 — onera os bens em que recae, e sujeita-os directa e immediatamente ao cumprimento das obrigações a que serve de segurança, 892 — dividem-se em legaes e voluntarias, 904 — o que são umas e outras, 905 e 910 — quaes os credores que tem hypotheca legal, 906 — quem pôde hypothecar, e quaes os bens que podem ser hypothecados, 894 e seguintes — quando se pôde reforçar, 901 e 902 — quando por excepção, e de que modo pôde o credor apropriar-se do predio hypothecario, 903 — nos alimentos, 906 n.º 5 — deve ser constituida pelo titulo d'onde resulta a obrigação de os prestar, 932 — em titulos de credito predial, como deve ser registada, 933 — a de tornas é constituida pelo titulo de partilha, e será registada, 934 — nos bens de menor é precisa auctorisação do conselho de familia, 224 n.º 16 — em relação á d'este nos bens do tutor, 224 n.º 9 — hypothecas anteriores ao Codigo, como serão admissiveis a registo, 1000 a 1004 — dá direito a preferencia, 1005. Vide art. 1012 e seguintes — na do dominio util o senhorio directo conserva todos os seus direitos, 898 — a dos legados é constituida por testamento, 1935 — contrahidas em paiz estrangeiro, só produzem

effeito desde que forem registadas nas respectivas conservatorias, 964 — só podem recair em bens certos e por dividas aproximadamente certas, 911 e 936 — como pôde provar-se, 912.

**Hypothecas** — Quaes as que não podem ser denunciadas, mas sim substituidas ou dispensadas, 908 — como são constituídas, 916 — e como expurgadas, 938 — estão sujeitas ao registo, 949 n.º 1 — em favor da mulher casada, são constituídas pela respectiva escriptura dotal, e sujeitas ao registo, 925 e seguintes — sua extincção, 1027 e 1029 — quando houver dúvida ácerca dos bens para constituir a hypotheca, poderá fazer-se prévia avaliação, 937 — as voluntarias são constituídas pelos respectivos contratos ou disposições da ultima vontade, 936 — para as dotaes é obrigatorio o registo provisório, 968 e 970 — qualquer dos interessados pôde requerer que o predio seja arrematado pelo maior preço que obtiver, e em que termos, 941. Vide *Registo, Concursos*.

## I

**Idade** — A substituição pupillar termina apenas o substituído complete quatorze annos, 1859 e 1860 — noventa e cinco annos faz suppôr a morte do ausente, 78 n.º 5 e 83 — para ser testemunha nos testamentos, 1966 § unico, e 2510 n.º 3. Vide *Emancipação*, 304 e 310.

**Identidade** — Do testador no auto da approvação do testamento, 1922 n.º 5 — de objecto e direito a litigantes no caso julgado, 3503 n.º 1, 2 e 3.

**Ignorancia da lei** — Não é atendida, 9.

**Ilhas** — Quando pertencem ao estado, 2294.

**Illegalidades** — Sentenças e responsabilidade dos julgadores, 2401 e 2402.

**Immoveis** — O que se entende por esta palavra, 374 e 375 — são comprehendidos, na expressão bens ou cousas immobiliarias, 377 — como se repartem na sociedade familiar, 1290 — a disposição dos bens immobiliarios, que ficam pertencendo a cada um dos conjuges depois da separação, só por consentimento de ambos, ou judicial, é que pôde ser feita, 1216 — privilegio

sobre os immoveis do devedor, quem o tem, 887 — sobre elles recae a hypotheca, 889 — a entrega d'elles tem-se por feita com a dos respectivos titulos, 745.

**Impedimento** — O advogado ou procurador que o tiver, não pôde abandonar a procuradoria, sem substabelecer a procuração, 1362 — para contrahir o matrimonio, 1058, 1073, 1076 e 1080.

**Impossibilidade** — A physica annulla os contratos, 669 e 670.

**Impostos** — Por elles tem a fazenda nacional privilegio mobiliario em todas as classes, 885 — sobre o producto da venda dos bens usufruidos os paga o usufructuario, 2238 — os que dissem respeito ao capital ou á propriedade, por quem são pagos, 2239 — a quaes é obrigado o foreiro, 1675.

**Impotencia** — Do marido anterior ao matrimonio não pôde allegar-se para impugnar a legitimidade do filho, 104.

**Imprensa** — Vide *Publicação*.

**Incapacidade accidental** — Quando se dá, 353 e 354 — os incapazes de adquirir por testamento tambem não podem adquirir por successão legitima, 1779, 1781 e 1978 — a dos paes, judicialmente reconhecida, suspende o poder paternal, 168 — a de um dos estipulantes no contrato de deposito não exime o que aceitou o deposito, 1433 — a do herdeiro termina n'elle, 1979 — por demencia, 314 — a de algum dos socios é causa legitima para dissolver a sociedade, 1279 § unico — a do interdito dos direitos civis por effeito de sentença, 356 — a dos surdos-mudos, 337 — a do prodigo por sentença, 345 — a lei determina os modos por que ella pôde ser supprida, 5 — é válida a fiança, quando a obrigação for rescindida por nullidade resultante da incapacidade pessoal, 822 — os menores são incapazes por disposição da lei, 98 — a dos menores é supprida pelo poder paternal ou pela tutela, 100 — a prescripção negativa aproveita aos incapazes, 507. Vide *Embriaguez, Interdicção, Surdos-mudos*.

**Incommunicabilidade** — Quaes os bens sujeitos a ella, 1109 — as dividas dos esposos, anteriores ao matrimonio, e com que excepção, 1110 — emquanto ás dividas contrahidas na constancia do matrimonio, 1129.

**Incompetencia** — A do official publico, quando torna nullos os documentos extra-officiaes, 2495.

**Indemnisação** — Tem-a o fiador que foi obrigado a pagar pelo devedor, e em que termos, 838 e 839 — tem-a aquelle que adquiriu uma coisa por contrato oneroso, sendo privado d'ella por terceiro, 1046, 1047 e 1051 — em que consiste, 706 — tem direito a ella aquelle, cuja propriedade ou direitos foram violados, 2356 — se o proprietario desapprovar a gestão, deverá o gestor repôr as cousas no seu primitivo estado, 1727 e 1728 — por perdas e damnos, no caso de homicidio commettido voluntariamente, em que consiste, 2384 e seguintes — obrigação de a dar que tem aquelle que viola ou offende os direitos d'outrem, e como pôde ser feita essa offensa, 2361, 2362, e 2363 — por violação de honra e virgindade, 2391 — por offensa de direitos adquiridos, 2392 — este direito e obrigação transmite-se com a herança, excepto quando a lei determina o contrario, 2366 — quaes as comprehendidas nas hypotheças, 891 n.º 3 e 4 — em que termos a deve haver pela passagem de aguas, 456.

**Industria** — Quando na sociedade entrar um socio só com ella, que parte deve haver da mesma sociedade, 1263 e 1264 — em seu beneficio podem ser encanadas aguas, e com que limites, 456 — a todos é permitido usar d'ella, e em que termos, 567 e 569 — quaes são as industrias prohibidas, 615, confrontado com o 612.

**Ingratidão** — É uma das causas por que se podem revogar as doações, 1482 n.º 2 — como se deve entender, 1488 e 1489 — esta acção não pôde ser renunciada anticipadamente e prescreve por um anno, 1490 — contra quem não pôde ser intentada, 1491.

**Inhabeis** — As doações feitas a elles não produzem effeito, 1481, combinado com 1477 e 1478 — quem assim se diz por disposição da lei, 2511 — por incapacidade natural, 1966, 2492 e 2510.

**Injuria verbal ou por escripto** — A obrigação de a reparar prescreve por um anno, 539 n.º 6.

**Inofficiosidade** — Motiva a revogação da doação, 1182 e 1482 n.º 3.

**Inscrição** — A de um titulo transitivo de propriedade sem condição sus-

pensiva, envolve a transmissão da posse, 953 — a posse para prova da propriedade não pôde ser invocada em juizo emquanto se não mostrar registada, excepto nas acções meramente possessorias, 952 — o que deve conter, 960 — a sua prioridade, como será determinada, 956, combinado com o 1017.

**Insolvencia** — Quando o donatario se achar n'esse estado, que direito têm os interessados, 1504 — quando a parte a allegar, que deverá fazer o devedor, 1043 — em que consiste, 1036 — havendo-a, pôde o fiador exigir que o devedor o exonere da fiança ou pague a divida, 844 n.º 3 — faz expirar o mandato, 1363 n.º 4.

**Instituição de herdeiros**

Quem pôde ser instituido, 1791 — como respondem pelas dividas e legados do auctor da herança, 1792 e 2018 — a feita por pessoa que tinha filhos, mas que ignorava tel-os no tempo do testamento, annulla-o nas duas terças, 1760 e 1814 — aquelle ou aquelles que tiverem administrado a herança havida por legados, que direitos tem, 1800.

**Instituições** — As disposições doCodigo Civil, cuja execução depender de algumas que ainda não estiverem creadas, só terão vigor quando começarem a funcionar (lei de 1 de julho de 1867, e decreto de 12 de março de 1868.)

**Instrumentos** — Aquelles que se extraviarem podem ser judicialmente reformados, 2429.

**Interdicção por demencia**

— A quem se pôde applicar, e quando deve ser requerida, e por quem, 314 § unico e 315 — quando é o ministerio publico defensor do arguido, 315 § unico — quando é que este a deve requerer, 316 — perante quem deve ser proposta esta acção, 317 — o ministerio publico tem obrigação de appellar para a Relação do districto, da sentença que a julgar, 317 § 7 — quando é levantada, e de que modo, 336 — quando podem ser annullados os actos e contratos do interdicto, 1334 e 1335 — como é supprida a interdicção, 321 e seguintes — a quem seja deferida esta tutela, 320 e 330 — proferida sentença, que solemnidade se deve observar, 319 — emquanto a dos surdos-mudos, 337 a 339 — dos prodigos, 340 e 352 — por ella expira o mandato, 1365 n.º 3. Vide *Incapacidade*.

**Interdictos**—Todos aquelles que, pelo estado normal de suas faculdades mentaes, se mostrarem incapazes de regerem a sua pessoa e bens, são assim considerados, bem como os surdos-mudos declarados por sentença, 337 e 338 — os prodigos, 340 — e aquelles que assim são julgados por sentença penal condemnatoria, 355 — como devem ser tratados, 333 — são equiparados aos menores, 321 — a quem deve ser deferida a sua tutela, 320 — deve haver um protutor, 205 — procede-se sempre a inventario judicial e partilha se algum dos herdeiros for interdicto, 2012 e 2064 — tem hypotheca legal nos bens de seus tutores, administradores e curadores, 906 n.º 2 — e como será constituída, 919 e seguintes — se a tutela recair em marido ou mulher, não se procede a inventario, sendo o casamento por communhão de bens, 323 a 326 — da respectiva herança ou legado dará o testamenteiro conhecimento ao juiz competente, 1901 — a herança d'elles, por quem e como deve ser aceite, 2025.

**Interessado** — São nulos os actos em que o official publico o for, 1495 — qualquer pôde exigir do testamenteiro que lhe deixe examinar o testamento e tirar cópias legaes, 1899 n.º 1 — é inhabil para ser testemunha, 2511 n.º 1 — quando o conservador se recusar a passar as certidões que lhe forem requeridas, podem os interessados mandar fazer auto publico, 986 § unico.

**Interesses** — Quem, exercendo o proprio direito procura interesses, deve ceder a quem pretende evitar prejuizos, 14 e 15. Vide *Juros*.

**Interpellação** — O que é, e como pôde fazer-se, 711 §§ 1 e 2.

**Interpretação** — Das leis, por que principio se faz, 16 — dos contratos, 684 — das disposições testamentárias, 1761.

**Interrupção** — A prescripção interrompe-se por diversos modos, 552 e 554 — a da prescripção contra o devedor principal tem iguaes effeitos contra o seu fiador, 556 — o seu effeito inutilisa para a prescripção todo o tempo decorrido, 559 — e como se conta esse tempo, 560.

**Interrogatorios** — Se fazem no desasisado, quando um conselho de familia o considere tal, 317 § 4.

**Intimação** — Fal-a o credor ou

manda fazer ao devedor, 711 — faz-se ao tutor, curador ou administrador, para constituir a hypotheca no prazo que o conselho de familia indicar, sob pena de 10,000 a 100,000 reis, 922.

**Invenção** — Direitos correlativos, 613 e seguintes.

**Inventario** — Deve bavel-o sempre, quando algum dos herdeiros for menor, interdicto, ausente ou desconhecido, 2064 — sendo a mulher ou marido tutores, e sendo o casamento por communhão de bens, não se faz para o interdicto, 324 — em que prazo deve ser concluido, 2064 § 1 — não o ha entre maiores, excepto sendo requerido por algum dos herdeiros, 1900 e 2065 — é obrigado a fazel-o o usuário da mesma fórma que o usufructuario, 2256 — deve-se fazer de todos os bens de usufructo, 2221 n.º 1 — que declarações deve fazer n'elle o cabeça de casal, 2072 — dentro de que tempo deve ser começado, 2049 — quando pôde o juiz prolongar o prazo, 2050 — deve o tutor requerel-o dentro de oito dias, contados desde que lhe foi deferido o juramento, 243 n.º 4 — a cargo de quem ficam as custas d'elle, 2063 e 2157 — deve proceder a elle o usufructuario antes de tomar conta dos bens, 2221, (a este respeito pôde vér-se o Accordão da Relação do Porto, de 6 de novembro de 1868) — por elle recebe os bens do ausente o curador que lhe for nomeado e presta caução, 58 — compete promover-o ao herdeiro maior em poder de quem estiver a herança, 2044 — aquelle que tiver sido feito pelo herdeiro em primeiro grau, que depois repudiasse a herança, em que termos aproveita aos substituidos, 2062 — deve fazer-se e como, dos bens dos esposos, que casarem com simples communhão dos adquiridos, 1131 — dos bens do ausente na curadoria definitiva, 69 e 70 — quando houver separação de bens na sociedade conjugal, se procederá a inventario e partilha, 1211 — o herdeiro maior ou emancipado que deverá fazer, quando quizer aceitar a herança a beneficio de inventario, 2044.

**Invento** — Vide art. 2215 e 2218 — direitos que lhe são inherentes, 613 — a expropriação d'elle só pôde ser decretada por lei, 618 — suas addições 619 — sua transmissão, 626 — sua publicação, 629 — sua perda e nullidade

do seu privilegio, 632 — acção de nullidade e rescisão d'esse privilegio, 634.

**Investigação** — É prohibida a acção sobre a investigação da paternidade illegitima, e com que excepções, 130 — a da maternidade é permittida, e em que termos, 131 — em que tempo podem ser tentadas estas acções, 133. Vide *Registo de reconhecimentos e legitimações*, 2488 e seguintes.

**Irmão** — Herda do irmão fallecido *ab-intestato*, sem descendentes nem ascendentes, 2000 — se for germano, herda o dobro do uterino, 2001. Vide *Succeção*.

## J

**Janelas** — A que distancia do predio vizinho se podem levantar, 2323 e 2329. Vide *Muros e paredes meias*.

**Jogo** — Não é permittido como meio de adquirir, 1541 — as dividas d'elle não podem ser pedidas judicialmente, 1542 — o que é jogo de asar, 1512 § 1.

**Jóias** — Objectos de ouro e prata, de que modo e por quem são avaliados, 2092 — pertence ao conselho de familia designar a applicação que devem ter as pertencentes a menores, 224 n.º 11 — jóias dadas pelo esposo antes do casamento, roupas e vestidos não communicam, 1409 n.º 5.

**Jornaes de trabalhadores** — Por que tempo prescrevem, 538 — gosam de privilegio mobiliario especial, 883 n.º 2. Vide *Dividas*.

**Juiz** — O do domicilio do menor é competente para prover ácerca da sua pessoa e bens, 188 — é competente o do domicilio dos bens do ausente para a sua curadoria provisoria, 55 § 1 — responde por todos os prejuizos que por sua culpa os menores soffrerem, 192 e 222 — preside sem voto ao conselho de familia, 216 — que responsabilidade tem quando não ouvir o curador, 223 — que attribuições tem na tutela dos filhos espurios, e que recursos ha das suas decisões, 282 — não pôde supprir a prescripção, não sendo esta invocada pelas partes, 515 — quando no inventario entre maiores nomeia louvados, 2089 § unico e 2091 — como procederá, quando for requerido inventario para a aceitação beneficiaria da herança, 2048 e seguintes — a elle devem os testamen-

teiros dar conhecimento das heranças em que houver herdeiros ou legatarios, e como, 1894 e 1902 — na occupação dos animaes domesticos abandonados, a elle pôde requerer o depositario para que seja vendido o animal depositado, 408 § 7 — a elle poderá requerer o prodigo, passados cinco annos, para que a interdicção lhe seja levantada, 352 — na acção de interdicção por prodigalidade deve convocar o conselho de familia, 317 § 2 e 336 — na de incapacidade por prodigalidade avalia os factos apresentados, 340 — como avaliará a força probatoria dos documentos, 2514 e 2533 § unico — deve mandar ouvir o ministerio publico nas duvidas que o conservador pozer aos titulos a registrar, 981 § 2 — na tutela dos filhos espurios, que attribuições exerce, 282 — emquanto ao registo das tutelas, 300 e 303 — quando deve nomear aos menores tutor especial, 153 — quem deve nomear para curador dos bens do ausente, 57 — deve nomear curador ao ventre, e quando, 517 — quando pôde auctorisar a venda dos bens do filho debaixo do patrio poder, 150 e 151 — quando manda dar baixa ao menor no registo da tutela, e entregar-lhe os seus bens, 312 e seguintes — nomeia tutor aos filhos espurios na falta de nomeação dos paes, 280 e 282 — nomeia conselho de familia para os filhos pertilhadados, 275 — não pôde conceder alvará de emancipação a quem não tiver dezoito annos, e não consentir n'ella, 307 e seguintes — deve privar o viuvo do usufructo dos bens dos filhos, quando elle dentro de sessenta dias não tiver requerido inventario, 156 e seguintes — quando é obrigado a mandar entregar ao menor casado os seus bens, 309 — quando pôde auctorisar a venda dos bens do ausente, 91 — é obrigado a mandar ouvir os curadores em tudo que diga respeito aos interesses dos menores, 221 — não deve permittir que o tutor entre no exercicio da tutela sem prestar fiança, 224 n.º 9 — arbitra apanagio ao conjuge viuvo sem meios de subsistencia, 1232 — dá recurso dos seus despachos para a Relação, 349 — dá auctorisação para a venda dos bens do ausente, 76 e 77 — quando deve convocar o conselho de familia, 210 — no mandado deve declarar o fim da reunião, 211 — condemna os membros do conselho de familia que faltarem, 214

—  
vol  
pel  
244  
pó  
do  
—  
os  
po  
pó  
—  
ter  
pr  
ch  
po  
e  
se  
so  
m  
  
li  
s  
s  
  
v  
t  
e  
p  
q  
o  
a  
a  
d  
d  
n  
q  
2  
d  
q  
a  
ri  
da  
do  
se  
co  
nã  
25  
pr  
toc  
pr  
off  
un  
rel  
  
qu  
ris  
ric  
ac

le ao conselho de familia, sem i — quando é responsavel por perdas e damnos para com os lesados, 2401 e seguintes — em que casos não pôde ser procurador, 1354 n.º 3 — quando não pôde arrendar ou alugar, 1599 — quando não pôde adquirir por cessão os direitos ou creditos litigiosos, 785 — por crimes, abusos e erros de officio pôde ser demandado, 2402.

**Juizo** — O depoimento de uma testemunha, destituido de qualquer outra prova nao fará fé, 2512 — a elle deve chamar o novo possuidor do predio hypothecado todos os credores, 938 n.º 3, e 939 — a elle não pôde vir o marido, sem outorga da mulher, em questões sobre immoveis, e do mesmo modo a mulher, 1191 e 1192.

— **ecclesiastico** — A que se limita a sua jurisdicção, 1087 e 1088 — só elle é competente para annullar o casamento catholico, 1086.

**Juramento** — É um meio de prova, 2007 n.º 6 — divide-se em suppletorio e decisorio, 2521 — o que seja um e outro, 2522 — não pôde ser prestado por procurador, nem recair sobre factos que não toquem pessoalmente a quem o dá, 2520 — o suppletorio, tanto sobre a acção, como sobre a defeza, quando é admittido, 2533 — é obrigado a dal-o o depositante, se o depositario devassar o deposito, 1439 — na acção de soldadas não pagas, presta-o o amo, 1387 — quando é obrigado a dal-o o lesado, 2392 § 2 — o decisorio pôde ser deferido em todo o estado da causa, 2524 — quando não pôde tomar-se, 2523 — aquelle que recusar prestal-o ou referil-o á parte contraria ficará inhibido de dar qualquer outra prova, 2525 — quando não pôde ser deferido, 2426 — como se pôde exigir nas prescripções, 512 — contra quem faz prova, 2529 — quando não pôde retratar-se a parte que o der, 2528 — o de um credor solidario só faz prova a favor do devedor na parte que toca ao credor solidario, 2530 — deve prestal-o o cabeça de casal, 2073 — o officiosamente deferido pelo julgador a uma das partes não pôde por ella ser referido á outra, 2534.

**Juros** — Deve-os o mandatario, quando em proveito seu, e sem auctorisação os distrahir, 1340 — o mandatario é obrigado a pagal-os desde que se achar constituido em mora, 1533 — no

contrato de usura, quando são de 5 por cento, 1640 § unico — hypotheca, seus juros, 900 — não se podem exigir os vencidos de mais de cinco annos, nem juros de juros, 1642 — quaes os que se podem exigir dos bens dotaes, 1159 — não se presume feito o pagamento por conta da divida, emquanto houver juros vencidos, 730 — desde quando vencem juros os alcances do tutor, 253 e 257 § unico — a prescripção começa a correr para elles desde o dia do ultimo pagamento, 545 — são devidos pela mora no pagamento dos fóros, 1671 — quando os deve o usufructuario e a quem, 2222 e 2236 — em que circumstancias responde por elles o socio na sociedade particular, 1253 — quando os pôde exigir o cabeça de casal, 2086 — tem direito a elles o fiador que pagou pelo devedor, 838 n.º 2 — os legaes são de 5 por cento ao anno, 1640 § unico — no mutuo são devidos desde a mora, 1533 — quando se devem no contrato de consignação de rendimentos, 873 — por quem serão pagos os vencidos antes e depois do matrimonio, 1115 § 2 — quando são devidos á mulher ou seus herdeiros pelos bens moveis não restituídos pelo marido, 1159.

**Justa causa** — Com ella pôde terminar o serviço domestico, 1366 e 1377 — sem ella não pôde o amo despedir o creado, 1380 a 1382.

**Justa defeza** — Em que consiste, 2354, 2367 e 2370 — avalial-a pertence aos tribunaes, 2369.

## L

**Lagos e lagoas** — Vide *Accessão natural*, 2297 — são cousas publicas, 380 n.º 3.

**Laudemio** — Nos empraçamentos de preterito é conservado na forma estipulada o da quarentena, na falta de estipulação, 1693 — nos empraçamentos de futuro não o pôde haver, 1671 — a obrigação de o pagar incumbe ao adquirente, 1683 § unico — na subemphyteuse é pago pelo adquirente, 1705.

**Legados** — Além das forças d'elles não responde o legatario, 1793 — quando a herança assim for distribuida, como serão pagas as dividas, 1794 — quando é a herança havida como legado, 1796 — quando ficam sem effeito,

1811 — as despesas que com elles se fizerem ficam a cargo da herança, se o testador não dispor o contrario, 1842 — como deve ser entregue a coisa legada, 1843 — por elles da hypotheca legal, 906 n.º 8, e 1846 — os deixados em testamento pelo amo ao creado não se entendem por conta das soldadas, excepto quando for declarado em testamento, 1386 — aquelles que forem deixados em recompensa de serviços são considerados dividas da herança, 1793 — não caducam pela superveniencia de filhos, mas podem ser reduzidos por inofficiosos, 1814 — é nullo o de coisa alheia, 1801 — o feito a um credor, sem menção da divida, não extingue a divida, 1820 — se a coisa legada se achar empenhada, será desempenhada por conta da herança, 1816 — o que deve ser recebido em logar designado, como poderá ter effeito, 1817 — quando o testador legar certa coisa, como divida que não existe, que se deverá fazer, 1818 — não pôde ser exigido pelo testamenteiro que recusou o encargo da testamentaria, 1889 — quando e como deve ser entregue, 1843 — os de alimentos, que abrangem, 1831 — em que termos se não pôde aceitar, 1813 — o do usufructo, que tempo abrange, 1833 — se caducar o encargo, lucrará o legatario, 1854 § unico — o simples e puro, desde quando transfere ao legatario direito transmissivel, 1826 — o deixado ao menor para quando chegar á maioridade, não pôde ser exigido antes d'essa época, 1835 — quando recair como encargo sobre outro legado, é pedido ao legatario d'este, 1838 § 3 — como se entendem os feitos para obras pias, sem outra declaração, 1836 — quando poderão ser pagos, durante a formação do inventario, 2036 e 2038 — se a coisa legada estiver onerada, que se observará, 1845 — o legatario mais beneficiado será o testamenteiro, quando não houver nenhum nomeado, 1839 — o de uma casa com tudo que se achar dentro d'ella não comprehende as dividas activas, 1832 — quando se não annulla, havendo equivoco do testador na pessoa do legatario ou na coisa legada, 1837 — se o testamento for declarado nullo depois do pagamento do legado, que deverá observar-se, 1830 — como entre os coherdeiros se dará o direito de acrescer, 1852 e 1853 — entre os

legatarios não haverá direito de acrescer, 1854 — se for alternativo, a quem pertence a escolha, 1829 e 1830 — emquanto á fórma da nomeação feita pelo testador, 1797 e 1798 — por elles começará, e em que termos a redução das doações inofficiosas, 1493 e 1494 — pôde recebê-los o herdeiro que repudiar a herança, 2035.

**Legatario** — É aquelle em favor de quem o testa tor dispõe de certa parte da herança, 1736 — não responde pelos encargos do legado, senão até onde chegarem as forças d'elle, 1793 — direito do herdeiro contra o legatario, 1850 — quando poderá elle repetir o que houver pago, 1851 — receberá o proveito do encargo do legado, se este caducar, 1854 — tem direito aos fructos ou rendimentos da coisa legada desde a morte do testador, excepto ordenando este o contrario, 1840 — não pôde aceitar uma parte do legado e repudiar outra, 1813 — pela condição suspensiva, não fica inhibido de adquirir direito ao legado e de o poder transmittir a seus herdeiros, 1810 — quando poderá receber só a quota disponivel, 1788 — tem direito a reivindicar a coisa legada, 1857 — como e quando requererá o cumprimento do legado, 1838 — o equivoco do testador a seu respeito ou da coisa legada, não annulla o legado, 1837 — gosa do privilegio hypothecario, 1846 — qual o seu direito, sendo-lhe o legado deixado para depois de certo tempo, 1849 — quando não receber por culpa sua todo o legado que lhe foi deixado com encargo, ou se for evicta a coisa legada, que pôde fazer, 1851 — quando poderá optar, 1854 — qual o direito d'elle, no caso de lhe ser deixada pensão vitalicia annual, 1848 — quando responde pela entrega das cousas alheias ou suas, 1802 e seguintes.

**Legatarios** — Entre elles não ha direito de acrescer, 1854 — em que termos podem optar, 1854 — são chamados por editos para assistirem ao processo de inventario, 2048 — como e a quem devem pedir os legados, 1839 — seus direitos e obrigações, 1791 e seguintes — durante a formação do inventario, como poderão demandar os herdeiros, 2056 — quando são havidos por meros usufructuarios, 1873 — gosa de hypotheca legal, 904 n.º 8 — quando em relação a elles caducam os

legados, 1759 — como acresce a cousa legada aos testamentarios, 1900 — de que modo ficará quite aquelle que satisfizesse ao encargo do testamento, que depois foi declarado nullo, 1850.

**Legislação** — O Codigo revogou toda aquella que for comprehendida nas suas disposições e que for da mesma natureza, isto é, civil (art. 6 da lei de 1 de julho de 1867, e art. 3 do Codigo.)

**Legitima** — O que é, 1784 — havendo filhos legitimados ou legitimados e filhos perflhados, em que consistirá, 1785 — se o testador não tiver filhos, mas tiver paes, em que consistirá a d'estes, 1786 — se o testador tiver ao tempo da sua morte outros ascendentes, em que consiste a d'estes, 1787 — as pessoas obrigadas á prestação da legitima só podem dispôr da parte que a lei lhes permite, 1774 — qual seja essa parte, 1784 — o calculo da terça para o effeito da redução, como será feito, 1790 — se o marido ou mulher tiverem ao tempo do casamento ascendentes ou descendentes com direito a legitima, não poderão fazer doação em valor superior á terça, 1467 — quando podem os herdeiros legitimarios ser privados d'ella, 1875 e 1876 — os descendentes do desherdado, que sobreviverem ao testador, têm direito a ella, 1877 — os paes podem ser privados d'ella pelos filhos, 1878 e 1879. Vide *Desherdação*.

**Legitimação** — Aproveita aos filhos e descendentes d'estes, 120 — pelo matrimonio se legitimam os filhos nascidos antes d'elle, 119 — tem logar se os filhos provarem a sua filiação por meio de acção e sentença judicial, 119 n.º 2 — quando principiam os seus effeitos, 119 § 3 — os filhos legitimados pelo subsequente matrimonio são equiparados aos legitimados, 121 — para ellas ha um livro especial e um registo, 1445 n.º 4, e 1488 — faz caducar a instituição de herdeiro, 1814 — a que condições devem satisfazer os assentos no registo, 2490 — a operada pelo subsequente matrimonio dos paes, como deve ser notada á margem dos respectivos assentos, 1469. Vide *Filhos*.

**Legitimidade dos filhos**, 101 — só o pae ou seus herdeiros a podem impugnar, 106 — sendo impugnada e sendo menor o filho, ser-lhe ha dado um tutor, 113. Vide *Filhos*.

**Lei canonica** — Conforme ás

suas disposições deve ser celebrado o casamento catholico, 1069 — em que limites legisla a lei canonica para o casamento e a lei civil, 1070. Vide *Casamento*.

**Lei civil** — O que é, 5 — é igual para todos, 7 — não tem effeito retro-activo, e sob que excepção, 8 — a que faz excepções ás regras geraes, não pôde ser applicada a nenhuns casos que não estejam especificados n'ella, 11 — a que reconhece um direito legitima os meios indispensaveis para o seu exercicio, 12 — quem em conformidade com ella exerce o proprio direito não responde por prejuizos, 13 — com o pretexto de ignorancia d'ella ou desuso não pôde ninguém eximir-se de cumprir as obrigações, impostas por ella, 8 — por ella se constitue servidão, 2271 e 2272 — por disposição d'ella se pôde constituir usufructo, 2198 — quando por ella se não podem decidir as questões de direito civil, que deverá fazer-se, 16 — as cousas que estão fóra do commercio por disposição d'ella, não podem ser objecto de contracto, 671 n.º 1 — aquelle que tiver invocado alguma estrangeira, deve provar a sua existencia, sendo contestada, 2406 — os actos praticados contra a sua disposição são nulos, salvo quando ella determinar o contrario, 10 — os portuguezes que viajam em paiz estrangeiro, a qual estão sujeitos, 24 — a sua publicação é permittida a todos, conformando-se com a edição official, 571, 580 e 603.

**Leis commerciaes** — Quando regulam o contrato de barcagem, alquilaria e de recovagem, 1411.

**e regulamentos** — A falta de conformidade dos documentos officiaes com elles envolve nullidade, 2494.

**ou disposições testamentárias** — Quando a ellas ficam sujeitas as doações, 1457 e 1789.

**Leito de rio e esteiro** — É cousa publica, 380 n.º 2 — commum, 381 § 3.

**Lenhas** — Vide *Occupação e Direito de compascuo*.

**Ler** — O que não sabe ou não pôde é inhibido de fazer testamento cerrado, 1764 § unico e 1923.

**Lesão** — Com o pretexto d'ella não podera ser rescindido o contrato de compra e venda, 1582 — emquanto



respectiva acção de rescisão por incapacidade ou erro, 687 e seguintes — d'ella é o usufructuario obrigado a avisar o proprietario, 2240.

**Liberdade** — É um direito originario, e em que consiste, 359 n.º 2, e 361 — não se pôde coarctar ao interdito, e com que excepção, 333 § unico — em que consiste a indemnisação, fundada em pactos offensivos d'esta, 2388.

**Licença** — Aos menores não emancipados ou aos maiores, sob tutela, a quem pertencerá concedel-a, 1061 — da concessão ou denegação d'ella não ha recurso, 1062.

**Licitação** — Quando tem lugar, 2126 e 2127 — quando a poderá impugnar o coherdeiro, 2128 — é feita antes da partilha, 2127 — como serão os menores admittidos a licitar, 2130 — não pôde retractar-se, sendo legalmente feita, 2131 — quando deverão as cousas licitadas ser postas em hasta publica, 2129 e 2134 — quando a houver, como serão os não-licitantes ou não-conferentes inteirados, 2139.

**Linha de parentesco** — O que é, 1973 — é recta ou transversal, 1974 — a recta é descendente ou ascendente, 1975 — na linha recta os graus contam-se pelas gerações, excluido o progenitor, 1976 — modo de os contar na transversal, 1977 — é prohibido o casamento aos parentes na linha recta por consanguinidade ou afinidade, 1073 n.º 1 — aos parentes em terceiro grau na linha collateral, n.º 2 — aos parentes em terceiro grau, salvo obtendo dispensa, n.º 3 — por quem deva ser concedida a dispensa e com que fundamentos, § unico.

**Litigioso** — Para assim se considerar o direito, que é mister, 788.

**Livros do registo** — Depois de encerrados são remettidos com o seu duplicado á camara municipal, 2453 — ha-os na bibliotheca publica de Lisboa, no conservatorio real e na academia das Bellas-Artes, para n'elles serem registadas ou averbadas as obras litterarias que se publicarem, 604 e seguintes — cada escripto terá um para repudio das heranças, 2034 — quantos e quaes devem haver em cada uma das conservatorias, 957. Vide *Registos*.

**Locação** — Quando se dá este contrato, 1595 — quaes as pessoas que

a podem celebrar, 1597 — quaes as pessoas que podem aceitar, e quaes não, 1599 — o com-proprietario da cousa indivisa, quando a pôde fazer, 1598 — quando se diz arrendamento, e quando aluguer, 1596 — por que tempo se pôde fazer, 1600 — em que circumstancias é prohibido aos funcionarios publicos aceitar-a, 1599 — pôde sublocar aquelle a quem pelo contrato não for prohibido, 1605.

**Lotes** — Como devem ser formados, 2141 e 2142 — depois de formados podem os interessados reclamar, 2144. Vide *Partilhas*.

**Louvados** — Por quem e quando são nomeados, 2089 — quando o inventario for só de bens de menores, são nomeados pelo conselho de familia, 2090 — objectos de ouro e prata, por quem são avaliados, 2092.

**Lucros** — Da cousa doada vem á collação, e quando, 2105 — ninguém os deve tirar com damno alheio, 1433, n.º 2, 1724 e 1731 — no caso de rescisão do contrato, restituem-se, 1032 — responde por elles o socio na sociedade particular, 1254 e 1255 — na entrega d'elles se resolve a indemnisação, 706.

**Luto** — O credito proveniente d'elle gosa de privilegio geral sobre os moveis, 884 n.º 2.

**Luctuosa** — Não pôde convenccionar-se nos emprazamentos feitos depois da promulgação do Codigo, 1657.

## M

**Mãe** — A que passar a segundas nupcias perde a administração e usufructo dos bens dos filhos menores; pôde porém ser conservada n'ella por consentimento do conselho de familia, 162 e 165 — pôde ter um ou mais conselheiros para a dirigirem, 159 — pôde ser inhibida de reger a pessoa e bens de seus filhos, 162 — quando é obrigada a dar caução pela administração dos bens dos filhos, 162 § unico — seus direitos no caso de segunda viuvez, 164 — participa do poder paternal, 139 — pertence ao conselho de familia confirmar a binuba na administração dos bens do filho menor, 224 n.º 1 — no caso de ausencia ou impedimento do pae, é ella que faz as suas vezes, 139,

combinado com o 1117 § unico — que direitos têm em relação aos bens dos filhos, 144 e seguintes — deve dar parte ao juiz, no caso de gravidez, para lhe ser nomeado curador ao ventre, 157 — quando pôde nomear tutor aos filhos, 193 — quando perde o direito de dar ou negar consentimento aos filhos para casarem, 1060 e 1061 — por morte do marido, fica ella exercendo o poder paternal, 138 e 155.

**Mãe** — A responsabilidade proveniente d'ella não pôde renunciar-se, 1055 — contra que prescripções não pôde oppôr-se, 538 e 544 — nos contratos produz a sua nullidade, 663 — no caso de insolvencia do devedor, 1036 — a do alheador, que effeitos produz, 1048 — existindo na venda da coisa alheia, annulla o contrato, e com que responsabilidade, 1555 — no exercicio do cargo de testamenteiro, que effeitos tem, 1909 — quem com ella receber coisa indevida, deve restituil-a com perdas e damnos, 758 § 1 — como se procede, havendo-a na confusão, 2030 — emquanto aos actos e contratos celebrados em prejuizo de terceiro, 1033 e 1045 — presume-se no esbulho violento, 493 § 5 — obriga o possuidor á restituição dos fructos, 497 e 498 — na renuncia da sociedade, 1278.

**Maior** — Debaixo da tutela, em que penas incorre aquelle que casa sem a respectiva licença, 1060 e 1071 — que domicilio tem, 48 e 50.

**Majoridade** — É assignada, sem distincção de sexo, aos vinte e um annos completos, 311 — com certidão de idade, deve o menor requerer entrega dos bens e baixa no registo das tutelas, 312 — por ella termina o poder paternal, 170 n.º 3 — havendo sentença ou processo de interdicção, não podem ser entregues os bens ao maior, 313. Vide *Bens* — nos expostos ou abandonados é aos dezoito annos completos, 291.

**Mandado** — No que se passar para a convocação do conselho de familia, deve declarar-se o objecto principal que deve ser discutido, 211.

**Mandante** — Quando tem acção contra a mulher casada, e o menor não emancipado pelo exercicio do mandato, 1334 — quem o pôde ser e que actos podem ser objecto d'este contrato, 1332.

**Mandatario** — Suas obrigações

em relação ao constituinte, 1335 e 1343 — obrigações d'este em relação áquelle, 1344 e 1349 — obrigações e direitos de ambos em relação a terceiro, 1350 e 1353 — quando não pôde comprar, 1362 n.º 1 — quem não pôde ser mandatario ou procurador, 1354.

**Mandato** — O que é ou procuradoria, 1318 — em que consiste, 1318 — pôde ser verbal ou por escripto, 1318 — como se prova um e outro, 1326 — o instrumento que o confere, chama-se procuração, 1319 — quando é necessario procuração publica e quando particular, 1327 e 1328 — quando é sufficiente o simples mandato verbal, 1329 — é de sua natureza gratuito, e com que excepção, 1331 — o que pôde ser objecto do mandato, 1332 — quando termina, 1363 — pôde ser revogado pelo constituinte livremente, 1364 — o judicial só pôde ser conferido por procuração publica ou havida por tal, 1355 — quando se considera mandato a gestão, 1726 — quem pôde aceitar-o, 1333 — o judicial, que pessoas o não podem exercer, 1354.

**Manifesto** — Quando, sem elle, se não pôde fazer o registo definitivo, 980.

**Manutenção de posse** — Quaes as pessoas que a podem intentar e contra quem, 504 — por que tempo prescreve, 482 n.º 4, 485 e 504 § unico. — Vide *Acção*.

**Marachões** — O que produzem naturalmente pertence aos donos dos predios servientes, 458.

**Marido** — No matrimonio segundo o costume do reino, de que bens pôde dispôr, 1118 e 1119 — não pôde ser testemunha nas causas da mulher, 1185 — sem outorga da mulher não pôde fazer nem repudiar a herança, 1120 e 2024 — que responsabilidade tem, quando alhear bens dotaes nos casos em que o não pôde fazer, 1151 — não pôde dispôr em favor do seu cumplice, assim julgado, 1772 e 1774 — quando pôde contrahir dividas sem consentimento da mulher, 1110 — não pôde emprazar sem consentimento da mulher, 1668 — tem obrigação de proteger sua mulher, 1185 — por que obrigações da mulher responde, 1198 e 1199 — quando sobrevive, continua e com que excepções, na posse e administração dos bens do casal, 1122 e 1117 — quando pôde revo-

gar a auctorisação concedida á mulher, 1197 — não pôde alienar bens immobiliarios, nem estar em juizo sobre questões de propriedade e posse, sem consentimento da mulher, 1191 — os seus rendeiros têm direito a serem pagos das bemfeitorias necessarias e uteis que fizerem nos bens dotaes, 1163 — só por elle ou por seus herdeiros pôde ser arguida a nullidade proveniente da falta da auctorisação dada á mulher, 1200 e 1201 — a sua má administração auctorisca a separação de bens na sociedade conjugal, 1219 — o segundo nomeado tutor dos filhos da mulher, deve ser bonfímado pelo conselho de familia, 193 — incumbelhe, no caso de legitimação por subsequente matrimonio, a obrigação de requerer o averbamento da legitimação, 2469 § 2 — o que casar, tendo descendentes do primeiro matrimonio, quaes são os direitos que perde, 1235 — sendo tutor da mulher interdita, continua a exercer os seus direitos conjugaes, 326 — pôde revogar a auctorisação dada á mulher, 1197 e seguintes — seus direitos e obrigações, 1184 e seguintes — em que termos poderá dispôr dos bens mobiliarios dotaes, 1148 e 1149.

**Materias primas** — Pelo seu custo ha privilegio, 883 n.º 1.

**Maternidade** — Declaração d'ella, quando se admite no registo civil, 2467 — quando é permittida esta acção, 131 e 133.

**Matrimonio** — A mulher portugueza que casa com estrangeiro perde a sua qualidade de portugueza, mas pôde tornar a recuperall-a, e com que excepção, 22 n.º 4 — pôde annullar-se, 165 — o que seja, 1056 — é civil ou catholico, 1057 e 1081 — disposições communs a ambos, 1058 e 1068 — especiaes ao catholico, 1069 e 1071 — especiaes ao civil, 1072 e 1082 — sua prova, 1083 — sua annullação, 1086 e 1095 — legitima os filhos nascidos antes d'elle, 119 — dissolvido, termina a communhão, 1121 — desde a sua celebração principiam os effeitos da legitimação, 119 § 3 — a quem aproveita, e quaes os seus direitos, 120 e 121 — no registo do logar onde é celebrado, ahi se fazem os assentos respectivos, 2475 — dissolvido elle, restitue-se o dote á mulher ou a seus herdeiros, 1156 e 1158. Vide *Casamento*.

**Mattos e mattas** — Vide *Occupação, Propriedade*.

**Máu procedimento** — Motiva a rescisão do contrato de aprendizagem, 1425 n.º 3 — e do mesmo modo o máu tratamento do mestre, 1425 n.º 2.

**Medicos e cirurgiões** — As suas retribuições por que tempo prescrevem, 539 — em seu favor não produzem effeito as disposições do enfermo, e em que termos, 1769 e seguintes.

**Menores** — Quaes as pessoas assim consideradas, 97 e 311 — como podem emancipar-se, 304 e seguintes — concedida a emancipação não pôde ser revogada, 310 — como é supprida a sua incapacidade, 100 — os contratos por elles celebrados illegitimamente não podem ser impugnados pelos outros estipulantes, 99 — os actos e contratos legalmente celebrados pelos menores não podem por elles ser rescindidos, 298 — que disposições devem ser observadas na venda e arrendamento dos seus bens, 263 e 274 — não gosam do privilegio de restituição por inteiro, 297 e 299 — os não emancipados não podem ser procuradores, 1354 n.º 1 — não podem pedir a restituição do que tiverem pago, 1535 § unico e 1536 — quando são considerados como expostos, 283 — quando não corre contra elles a prescripção, 549 e 550 — o serviço d'elles com quem deve ser contratado, 1389 e 1390 — sendo herdeiros, ha inventario, 2012 e 2064 — tendo bens a grandes distancias, como se procede á sua administração, 225 — têm hypotheca legal nos bens dos seus tutores, 906 n.º 2, e 918 — ao conselho de familia pertence determinar qual deva ser a sua profissão, 224 n.º 7 — quando não podem exigir o legado antes do tempo marcado, posto que emancipados, 1835 — são válidos os empréstimos para alimentos por elles contrahidos, 1536 n.º 3 — os não emancipados não podem ser testamenteiros, posto que auctorisados pelos paes ou tutores, 1888 — nem testemunhas em testamentos, 1966 — os de quatorze annos, sendo varões, e os de doze, sendo femeas, não podem casar, 1073 n.º 4 — não podem ser testemunhas, 2510 n.º 3 — para prover ácerca da pessoa e bens d'elles, quem é competente, 188 — sendo herdeiros, quem deve dar parte do fallecimento, 189 — qual o seu domicilio, 47 e 50 —



os illegitimos perflhados estão sujeitos ao poder paternal, 166 — quando não podem testar em beneficio de tutores, mestres, ou de quaesquer pessoas a quem estejam entregues, 1767 e 1770 — casados, sem que seja averbado o registo provisorio do dote e da hypotheca, não se defere o requerimento para a entrega de bens, 930 — os actos praticados pelo menor sem a devida auctorisação, são nulos, 299 — por quem pôde ser aceite a herança deixada a menores e de que modo, 2025 — sendo interessados em bens do usufructo, d'elles se deve fazer inventario, 2221 n.º 1 — pelos seus direitos e interesses tem de velar os curadores geraes dos orphãos e magistrados do ministerio publico, 220 — os menores de vinte e um annos não podem casar sem licença, 1058 — obrigação que tem o testamenteiro de participar ao juiz respectivo a herança ou legado, 1901 — quando deve contra elles intentar-se a acção de demencia, 314 § unico — não podem emprazar nem receber de emprazamento, 1667 — os não emancipados, quando não podem ser mandatarios, 1334 e 1354 — a sua educação faz objecto dos alimentos, 171 — os não nascidos, como poderão adquirir doações, 1479 e seguintes — o que se deve observar nos emprazamentos de seus bens, 1665 — emquanto ao arrendamento e venda de seus bens, 263 e seguintes.

**Mestres** — As suas retribuições prescrevem pelo lapso de tres annos, 541 n.º 1 — não podem ser contemplados no testamento dos mesmos seus discipulos, 1768 — o mau tratamento revoga o contrato de aprendizagem, 1425 n.º 2 — não podem reter o aprendiz além do tempo convencionado, 1428 e 1429 — como são arbitrados os seus vencimentos na falta de agente, 1409.

**Mez** — Tem trinta dias, 560 § 2.

**Mezadas** — A mãe que passar a segundas nupcias, poderá exigir que o conselho de familia arbitre as necessarias a seus filhos, 162. Vide *Alimentos*.

**Militares** — Arregimentados e não arregimentados, onde têm o seu domicilio, 52 § unico — contra elles não corre a prescrição, estando em serviço activo, 551 n.º 5.

**Minas** — Não as pôde abrir de novo o usufructuario, 2213 — todos têm direito de as pesquisar independente de

auctorisação do governo, 465 e 466 — o que lhes diz respeito é regulado por legislação especial, 467 — em que termos as pôde abrir o proprietario no seu predio, 2321 e seguintes.

**Ministerio publico** — Requer a curadoria provisoria dos bens do ausente, 56 — vela pelos interesses dos ausentes, 62 — tem competencia para requerer o inventario dos bens que vierem ao ausente, 72 — é obrigado a dar-lhe informações o protutor do interdito, 330 — pôde intentar a acção de prodigalidade, 341 — é ouvido sobre a illegalidade dos titulos para registrar, 981 § 2 — é o defensor do arguido na interdicção requerida pelo parente successivo, 315 — appella sempre da sentença que julgar a interdicção, 317 n.º 7 — é ouvido no registo de mera posse, 524 — é ouvido nas causas de separação, 1207.

**Ministro da igreja** — O que celebrar algum casamento contra o disposto noCodigo, que penas tem, 1071.

**Mobiliarios e immobiliarios** — Vide *Privilegios*, 879.

**Moeda** — Em qual se farão os pagamentos, mesmo mudando de valor, 724 e seguintes — pôde ser substituida e como, 940 — a convencionada no contrato é mantida pela lei, 724 e 725.

**Mora** — 676 § 2.

**Moral publica** — Os actos que lhe são contrarios não podem fazer objecto de contrato, 671 n.º 4.

**Moratoria** — Feita ao devedor, extingue a fiança, 852.

**Morte** — Na sociedade particular, extingue a sociedade, 1276 n.º 4 — a do amo ou do servical, extingue o serviço domestico, 1385 — a certeza d'ella extingue a curadoria definitiva, 78 n.º 3 — constitue a data do escripto de alguns signatarios, 2436 n.º 2 — extingue a substituição pupillar a do substituido, 1860 — termina o contrato de aprendizagem, 1430.

**Morto** — Assim se presume o ausente que completou noventa e cinco annos, ou passados vinte de ausencia, 78 n.º 5 e 83.

**Mortos** — Quando muitos morrem do mesmo desastre, quaes se presumem ter morrido primeiro, 1738.

**Mouchões** — A quem pertencem os formados nos rios, 2294 a 2297.

**Movel** — Cousa ou bens moveis,

como se entende esta expressão, 377 § unico, e 378.

**Moveis** — Adquiridos pelos socios, quando se consideram da sociedade, 1286 — os de que o pae tiver o usufructo, como serão restituídos, 154 § unico — o que são, 373 — sua prescripção, 532 — não os deve entregar o empreiteiro sem receber o preço, 1407 — vendidos com má fé, 886 § 6.

**Mudança** — De estado e insolvencia, faz terminar o mandato, 1363 n.º 4 — de fortuna do devedor, que direito dá ao fiador, 843 n.º 2 — auctorisca o credor a exigir outro fiador, 825.

**Mudos** — Não podem ser testemunhas, 1966 n.º 5.

**Mulher** — A do prodigo, que for casada com separação de bens, conserva a administração dos seus proprios, 347 — não pôde contrahir dividas sem auctoriscação do marido, excepto estando elle ausente ou impedido, 1116 — quando pôde administrar, 1117 § unico — pôde dotar-se a si propria ou ser dotada, 1135 — deve prestar obediencia ao marido, 1185 — tem obrigação de acompanhar o marido, excepto para paiz estrangeiro, 1186 — a que for auctora não pôde publicar os seus escriptos sem consentimento do marido, 1187 — gosa das honras do marido que não sejam meramente inherentes ao cargo que elle exerce, e conserva-as enquanto não passar a segundas nupcias, 1188 — quaes as excepções em que pôde estar em juizo sem auctoriscação do marido, 1192 — não pôde sem auctoriscação do marido alienar ou adquirir bens, excepto nos casos em que a lei o permite, 1189 e 1193 — quando é válida a sua fiança, 820 n.º 3 — não pôde ser testamenteira sem auctoriscação do marido, 1887 — e como pôde ser supprida a auctoriscação, 1887 — ficando gravida á morte do marido, como deve proceder, 157 — suas obrigações e direitos, 1186 e seguintes — não pôde ser testemunha nas causas do marido, 2511 n.º 4 — as doações de moveis ou dinheiro, feitas pelo marido sem consentimento da mulher, são levadas em conta da meação d'elle, 1471 — quando tem direito de embargar de terceiro, sem necessidade da auctoriscação do marido, em qualquer execução feita nos seus bens dotaes ou proprios, 1230 — não pôde ser testemunha em testamento, 1966 — não pôde

aceitar nem repudiar herança sem auctoriscação do marido, ou supprimento d'ella, 2024 — casada, que domicilio tem, 49 — quando pôde requerer a separação de bens, 1219, 1223 e 1225 e seguintes — quando tem hypotheca legal nos bens do marido, 906 n.º 3 — como é constituida, 925 § unico — do ausente deve fazer inventario e partilhas, 90 e seguintes — estrangeira que casa com portuguez, fica portugueza, 18 n.º 6 — entre ella e terceiros, quando começam as prescripções, 551 § 3 — não pôde emprazar sem consentimento do marido, 1668 — pôde fazer doação ao marido, 1178 e seguintes — portugueza que casa com estrangeiro, quando se conserva portugueza, 22 n.º 4 — pôde mandar registrar a hypotheca do dote, 984 e 1003 — pela separação de bens entra na administração dos seus, 1223 — quando for tutora do marido exerce todos os direitos que lhe competem, 327.

**Municipalidades** — Quanto aos filhos menores de pessoas miseraveis, 294 e seguintes — municipio é pessoa moral, 382 § unico — pôde impôr multas pelas transgressões, 443 e seguintes.

**Muros e paredes meias** — Quando adquire n'elles communhão o proprietario confinante, 2328 — no muro commun não pôde um dos proprietarios abrir frestas, janellas, ou fazer qualquer outra abertura, sem consentimento do seu consorte, 2329 — o consorte que não tiver concorrido para o alçamento, como poderá adquirir communhão na parte augmentada, 2333 — a sua reparação e reconstrução, como deverá ser feita, 2334 — como se deverá proceder, quando os diversos andares de um edificio pertencerem a diversos proprietarios, 2335 — aquelles que estiverem entre predios rusticos, ou entre quintaes e pateos de predios urbanos, presumem-se communs, 2337.

**Musica** — Vide *Auctores*.

**Mutuário** — Desde quando adquirir a cousa mutuada, 1523 — quando e como é obrigado a restituir, 1524 e seguintes.

**Mutuo** — O que seja, 1507 — qual a sua prova, 1534.

**Mutuo consenso** — É exigido para a validade dos contratos, 641 e 643

n.º 2 — deve ser claramente manifestado, 647 e 648.

## IN

**Nascimentos** — Seu registo em casos especiaes, 1470 e 1474 — no registo dos nascimentos podem os paes reconhecer seus filhos, nascidos antes do matrimonio, 119 n.º 1, e 2490 § 1 — como se provam, 2441 e 2442 — o civil, o que comprehende, 2445 n.º 1 — em viagem de mar, 2471 — nos lazaretos, 2470 — em que praso deve ser apresentado o recém-nascido ao registo civil, 2439 — quem é obrigado a fazer as declarações respectivas, 2460 e 2464 — quando não podem ser admittidas as declarações de paternidade, maternidade ou avoenga dos filhos illegitimos, e sob que excepção, 2467.

**Nascituros** — Quando podem adquirir por doação, 1479 — seus direitos, 1777 e 1824 — adquirem a capacidade jurídica, 6.

**Naturalisação** — Como se podem naturalisar os estrangeiros, 19 e seguintes.

**Naufragio** — Vide *Occupação*.

**Negligencia** — Quando por ella é responsavel o socio, 1258 — emquanto á dos paes e tutores, 2379 — e culpa, são synonymos no contrato de compra, 717 — por ella póde annullar-se o contrato, 735.

**Ninhos** — É absolutamente defeso destruil-os em qualquer predio atheio, 393.

**Nomeação** — A de um nóvo procurador equivale á revogação da primeira procuração, 1365 — de legatarios, 1791 e seguintes — de louvados, vide *Avaliação*.

**Noivos** — Que declarações devem fazer para poderem casar civilmente, 1075 — escolhem um dos seus districtos para fazerem o casamento, 1077 § 1 — comparecem por si ou por procurador, 1081.

**Nota marginal** — Se o testamento cerrado a tem, que deverá fazer o tabellião, 1922 n.º 4.

**Notificação** — Da cessão, deve ser feita ao devedor por forma autentica, e para que, 780, 791 e 792.

**Novação** — Como se effectua, 802 — não se presume, e é necessario que

seja expressamente estipulada, 803 — como póde fazer-se, 804 — quando fica sem effeito e quando é nulla, 810 e 813 — quaes os seus effeitos, 805 e 814 — extincta por ella a divida antiga, ficam tambem extinctos todos os direitos e obrigações accessorias, 807 — quando por ella ficam exonerados todos os com-devedores, 809 — quando ella for nulla, subsiste a antiga obrigação, 813.

**Nulla** — É a cessão de direitos ou creditos litigiosos ás auctoridades, que a respeito d'elles tenham competencia, 785 § unico — é a venda da cousa que não existe nem póde existir, 1558 — é a convenção esponsalicia que altera a ordem legal da successão, 1103 e 1197 — quando o é a doação, 1460, 1473, e 1481 e seguintes — os contratos da mulher sem auctorisação do marido, 1200 — é a obrigação de contrahir futuro casamento, 1067 — quando o é a divisão da cousa immobiliaria, 2184. Vide *Nullidade*.

**Nullidade** — A de titulos para registo é resolvida pelo poder judicial, e esta resolução apresentada ao conservador, por ella se tornará definitivo o registo, 981 § 2 — quando existe na divisão das cousas immobiliarias, 2184 — a da substituição fidei-commissaria não envolve a nullidade da instituição ou legado, 1869 — quando existe nos pagamentos de dividas e legados da herança durante a formação do inventario respectivo, 2056 § 2 — no testamento extorquido por violenciã, por dolo ou fraude, 1748, 1751 e 1773 — quando existe nas decisões, 1460 — a dos actos praticados contra a lei, como póde sanar-se, 10 e § unico — existe na renuncia do direito de registar ou de qualquer outro que provenha do registo, 998 — em que casos existe, dando-se a posse de bens immobiliarios, 954 e 955 — quando existe nos actos praticados pelos menores, 299 — a da condição, por impossibilidade, produz a da obrigação, que da condição dependia, 683 — a do contrato póde ser opposta por via de excepção, 693 e seguintes — a da pena nos contratos não os annulla, 673 — mas existe na condição que estipular no contrato certa pena de não cumprimento do contrato, 674 e e 675 — existe no contrato, e quando, 656 e seguintes, 660 a 668 — dos privilegios e perda dos inventos, 632 e seguintes — quando existe

nos actos e contratos celebrados pelo interdito, 334 e 335 — em que termos pôde ser sanada pelos tribunaes a da nomeação de vogaes para o conselho de familia, feita contra os preceitos da lei, 207 § 3 — a de contratos de casamento, 1067 e § unico — existe na venda de coisa alheia, e sobre que responsabilidade, 1555 § unico — e na venda de coisa que não existe, 1558 § unico — quando existe nas doações, 1480 e 1481 — quando d'esta se pôde valer o incapaz que aceitar o deposito, 1433 n.º 2 — no contrato feito entre as partes com seus advogados e procuradores, 1358 — quando existe nos contratos de compra e venda, 1567 § unico — quando pôde ser allegada pelo marido, ou por seus herdeiros, a que provier por falta de auctorisação à mulher, 1200 — como pôde sanar-se, 1202 — quando existe na sociedade, 1242, vide *Nulla* — a do casamento catholico só no juizo ecclesiastico se pôde demandar, 1086 a 1088 — sobre a do casamento civil, 1089 e 1090 a 1094 — a do casamento produz, quanto aos bens dos conjuges, os mesmos effeitos que tem a dissolução por morte, 1095 — quando existe nos documentos officiaes, 2494 — quando existe nos documentos extra-officiaes, 2495 — havendo-a na novação, fica subsistindo a antiga obrigação, 813 — existe na fiança que recae em obrigação que não seja válida, 822 §§ 1 e 2 — a do casamento civil quando se dá, 1074.

**Nullidade de processo** — É o unico fundamento para a rescisão das partilhas judicialmente feitas, 2164, 2165 e 2166.

— **de registo** — As acções sobre a sua nullidade estão sujeitas a registo, 949 n.º 3.

— **de testamento** — Por defeito de formas ou de solemnidades externas, por que tempo prescreve, e como é contado, 1967.

**Nulla** — É o serviço domestico, sendo contratado por toda a vida, 1371 — são os contratos de censo consignativo, que não forem celebrados por escriptura publica, 1646 — é o contrato, cujo objecto não seja physica e legalmente possível, 669, 670, 684 e 685 — como se entende esta impossibilidade physica, 670, 684 e 685 — é o legado de coisa alheia, mas em que caso se deve satisfazer esse legado, 1801 — é a dis-

posição do testador, quando feita sob condição de que o seu herdeiro ou legatario faça em seu testamento igual disposição a seu favor ou de outrem, 1809 — em que caso o não é o testamento aberto, 1939 — é o testamento publico, faltando-lhe as formalidades prescriptas, 1919 — e sob que responsabilidades para o tabellião, citado artigo — quando o são os pagamentos de dividas e legados da herança, durante a formação do inventario respectivo, 2056 § 2 — são os actos do mandatario por este praticados fóra dos limites expressos no mandato, 1351 e seguintes — quando o são os actos em relação a terceiros, e de que resulte modificação ou transmissão de propriedade não registada, 955 — os arrendamentos por mais tempo que o usufructo, 1601.

**Numero de paginas** — É preciso que se declare no acto da approvação do testamento cerrado, 1922 n.º 2.

## O

**Obito** — Como se prova, 114, 2441, 2444 e 2445 — antes do cadaver ser sepultado, deverá ser feito o respectivo registo, 2481 e seguintes — o de preterito como se prova, 2443. Vide *Registo civil*.

**Objecto dos contratos** — 643 — é nulla aquelle em que o consentimento for extorquido por coacção, 656 — deve ser physica e moralmente possível, 669 — emquanto às clausulas que podem ser estipuladas, 672 e seguintes — tudo que não está exceptuado por lei e regulamentos administrativos, estando no commercio, 1553.

**Obras** — Não havendo declaração, em que praso as deve concluir o empreiteiro, 1399 e 1408 — quando estiverem feitas, em que casos se pôde requerer a sua demolição, 713 — se alguém as fizer em terreno seu com materiaes alheios, que deverá observar-se, 2304 — piedosas encarregadas em testamento, 1836 e 1902. Vide *Empreitada*.

— **dramaticas** — Em que termos gosam os auctores d'ellas da sua propriedade e dos direitos que lhes são inherentes, 594 e 601 — artisticas, 602 — emquanto às obrigações communs aos auctores das obras litterarias, dramaticas e artisticas, 603 e 606.



**Obras litterarias** — Com que disposições se deve conformar o auctor d'ellas, 603 e 606 — qual a responsabilidade que tem os contrafactores ou usurpadores da propriedade d'ellas, 607 e 612 — as manuscriptas são trabalho do seu auctor, 570 e 593. Vide *Trabalho*.

**Obrigações** — Civil, o que é e que legislação lhe é applicavel, 340 — a de conferir, havendo contestação, não suspende a partilha, prestando caução o conferente, 2112 — extincta a principal, fica extincto o respectivo privilegio, 1026 n.º 1, e 1029 — extingue-se com o deposito, 761 e 762 — o que a ella se obrigou, não a cumprindo, de que modo responde por perdas e danos, 711 e seguintes — a dos fiadores, quando se extingue, 848 — a reprovada por lei não pôde ser objecto de novação, 812 — quando é que se não extingue a do abonador, 849 — a do fiador como principal pagador, quando auctorisa o credor a demandal-o sem prévia execução dos bens do devedor, 830 — ninguém pôde eximir-se da imposta por lei, 712 n.º 2 § 1 — nasce do contrato a que alguém se sujeita, 641 — a do fiador e devedor extingue-se com a herança, 848 e 849 — se a novação for nulla, fica ella tambem nulla, 813 — d'ella, quando podem nascer hypothecas legaes, não a contrahem o menor de vinte e um annos pelos contratos anteriores a essa época, 98 e seguintes — a de reparar a offensa, quando se dá, 368 — os direitos d'ella resultantes como se transmittem, 703 — a solidaria obriga a cada um e a todos os obrigados, 731, 742, 752, 1348 e 1904.

**Obrigações** — O domicilio do cidadão determina em certos casos o cumprimento d'ellas, 40. Vide *Domicilio* — as impostas por lei não podem ser objecto de contrato, 671 n.º 4 — os portuguezes que as contrahirem em paiz estrangeiro, podem ser demandados no reino, 25 — emquanto aos senhores e foreiros, 1670 e seguintes e 1689 — as paternas não podem alterar-se por pacto antenupecial, 1103 — a que provém do emprestimo, 1509 — emquanto ao depositario e depositante, 1435 — o credor com penhor, 861 — as que oneram o predio expropriado, desde quando obrigam, 1023 e 1024 — quaes as dos socios na sociedade particular, 1251 —

ninguem pôde eximir-se do seu cumprimento, quando imposto por lei, allegando ignorancia ou desuso d'ella, 9 — extinguem-se, não tendo sido exigido o seu cumprimento legal, 505. Vide *Contratos*.

**Oculos para luz** — Podem ser abertos para a propriedade do visinho, 2325.

**Occupação de thesouros e cousas escondidas** — Vide *Thesouros*. — É permittida a de quaesquer objectos de productos naturaes que não forem propriedade exclusiva de outrem, 430 — das aguas, como é permittida, 731 — as cousas moveis abandonadas podem ser occupadas pelo primeiro que as encontre, 411 e 412 — das embarcações e de outros objectos naufragados, 428 — a das substancias animaes creadas nas aguas publicas regula-se pelas disposições dos art. 429, 468 e 469 — emquanto aos animaes bravios, 400 — emquanto aos animaes domesticos abandonados, perdidos ou extraviados, 404 e seguintes — aquelle que se apropriar de thesouros e cousas escondidas perde a parte que lhe pertencia, 427 — que occupação devem dar os paes aos filhos, 140 — em relação a pastos, lenhas e matos, 472 e 473. Vide *Pastos*.

**Offensa de direitos** — Todo aquelle que offender ou violar, constitue-se na obrigação de indemnizar o lesado, 2361 — os direitos podem ser offendidos por factos ou por omissões, 2362 — responsabilidade criminal e civil que lhe é inherente, 2364 e 2365.

**Officiaes** — Os do registo civil, que disposições devem observar para a celebração do casamento civil, 1076 a 1082 — em que termos devem lavrar o assento do casamento, 2477 e 2478 — que declarações se devem lançar no assento do casamento, 2465 — os de justiça não podem ser procuradores nos seus respectivos julgados, excepto em causa propria, 1354 n.º 4 — o official publico que no documento declara quem é o pae e mãe do filho perflhado commette erro de officio, 120 e 2467.

**Onus reaes** — São sujeitos a registo, 949 n.º 2 — podem ser registados provisoriamente, 967 a 970. Vide *Regulamento* de 14 de maio de 1868 — qual o praso dentro do qual devem ser registados, 1023 — em predios posteriormente hypothecados preferem as divi-

das hypothecarias, 889 — precisam de registo para terem effeito em relação a terceiros, 951 — podem ter registo provisório, 967 n.º 2. Vide *Emphyteuse*.

**Opção** — É um direito que compete ao senhorio directo, 1677 e 1678 — quando é que tem o legatário este direito, 1854.

**Outorga** — Não a precisa a mulher para embargar a penhora nos seus bens dotaes ou proprios, 1230.

## P

### **Pae ou seus herdeiros** —

Como e quando podem impugnar a legitimidade dos filhos, 107 e 113 — pôde nomear em seu testamento um ou mais conselheiros que dirijam e aconselhem a mãe viúva, 159 — quando não gosa d'esta faculdade, 159 § unico — nos casos em que é obrigado a dar alimento ao filho espurio, pôde o pae ou a mãe nomear-lhe tutor, 272 — na falta d'elle ou da mãe quem nomeia, 280 — elle ou a mãe podem nomear um só tutor para todos os filhos ou diferentes para cada um, 194 a 196 — pôde nomear tutor em testamento ou por actos *inter-vivos* ao filho menor interdito, 193 — o que deve entregar ao filho logo que se emancipe ou chegue a maioridade, 154 — a mãe que dentro em sessenta dias não requerer inventario perde o usufructo dos bens do filho, 149, 155 e 156 — seu poder na constancia do matrimonio, 137 e 154 — e dissolvido o matrimonio, 155 e 165.

**Paes** — Quando abusarem do poder paternal, que penas podem ter, 141 — só lhes pertence o usufructo dos bens que os filhos adquirem por seu trabalho, industria ou recursos proprios, quando estão na sua companhia, 145 — pertence-lhes só a administração, 146 — sendo meros usufructuarios não podem alienar, hypothecar ou por qualquer modo gravar os bens de que são meros usufructuarios, 150 — quando são obrigados a prestar caução, 151 — não são obrigados a dar contas da sua gerencia, excepto dos bens de que forem meros administradores, 152 — dissolvido o matrimonio por morte d'um, ao sobrevivente fica o poder paternal, 155 — quando respondem pelos prejuizos causados pelos filhos, 2379 — que encargos têm

pelo usufructo dos bens dos filhos, 149 — entre elles e os filhos maiores pôde haver sociedade, 1241 e 1281 — esta sociedade pôde ser expressa ou tacita, 1231 — legitimos, como e quando succedem a seus filhos, 1993 § unico — illegitimos, 1994 e 1995 — como devem proceder no cancellamento de qualquer hypotheca de seus filhos, 993 — quando não podem vender a filhos, 1565 — quando podem ser desherdados pelos filhos, 1878 e seguintes — na herança de seus ascendentes, o que devem conferir, 2101 — pertence-lhes, e em que termos, a propriedade e usufructo dos bens adquiridos pelos filhos enquanto estão debaixo do seu poder, 144 e 145.

**Paga** — É a ella obrigado o comprador no tempo e logar convencionado, 1583 — quando deve ser posta em deposito, § 2 — pela falta d'ella não se pôde rescindir o contrato, 1585 — a quem e por quem pôde ser feita, 747 e 749. Vide *Prestação*.

**Pagamento** — O praso para elle, em favor de quem se suppõe, 740 — torna-se exigivel, havendo fallencia do devedor, 741 — do mesmo modo quando a hypotheca se tornar insufficiente para segurança da divida, 901 — e na expropriação por qualquer modo feita, 1024 — as dividas pagaveis em prestações, não se pagando uma, pôde o credor exigir a totalidade d'ellas, 742 — quando se não fizer e houver penhor, em que termos se procede á venda d'elle, 863 — annullado elle, como renasce a hypotheca, 1029 — pôde ser rescindido o feito por devedor insolvente, antes do vencimento da obrigação, 1039 — feito pelo fiador, que direitos lhe confere, 838 e seguintes — o das dividas a que o predio está hypothecado expurga a hypotheca, 938 n.º 1 — deve ser feito na moeda convencionada, existindo ella legalmente, 724 e 726 — e não existindo, 725 — das dividas da herança, 2115 e seguintes — nos inventarios de menores ou pessoas a elles equiparados, como deve ser feito, 2120 — não querendo o credor aceitar-o, poderá o devedor livrar-se pelo deposito judicial, 759 — o do dote, como se fará, 2145 — havendo diversas dividas, é da escolha do devedor aquella por conta de que paga, 728 e 729 — se forem varios os obrigados ao pagamento da mesma cousa, como responderá cada um, 731.

**Parceiros** — A elles é applicavel o disposto em relação aos locadores e arrendatarios, e em que termos, 1303.

**Parceria agricola** — É comprehendida na parceria rural, 1298 — o que seja, 1299 — se durante o tempo do contrato fallecer algum dos estipulantes, os herdeiros não serão responsáveis pelo cumprimento do contrato, e com excepção, 1300 § unico — os lavradores estipulantes não podem levantar os fructos de que devam partilha sem o fazer saber ao proprietario, 1301 — não existindo o proprietario na freguezia, o farão diante de duas testemunhas, e se de outro modo procederem, qual a sua responsabilidade, §§ 1 e 2 — o parceiro que deixar o predio sem cultura, será responsável por perdas e damnos, 1302.

— **pecuaria** — Consiste na entrega que uma pessoa faz a outra de certos animaes para os criar, pensar ou vigiar com ajuste de repartirem entre si os lucros todos, 1304 — as condições d'este contrato são reguladas a aprazimento das partes, 1305 — obrigações do parceiro pensador e do proprietario, 1306 e 1317 — e sendo a estipulação pela qual se convencionou que todas as perdas resultantes de casos fortuitos pertençam ao parceiro pensador, por que tempo dura, 1313.

— **rural** — Abrange a pecuaria e agricola, 1298. Vide *Parceria agricola*, 1299 e seguintes.

**Paredes meias** — Vide *Muros*.

**Parentes** — Não podem contrahir casamento, aquelles que estão presos pela consanguinidade ou afinidade na linha recta e os da linha collateral no segundo gráu, 1073, combinado com o 1976 — os que estiverem em terceiro gráu na linha collateral podem obter dispensa, 1073 n.º 3 — como são chamados á successão legitima, 1669 e seguintes, 1970 a 1972 — não podem ser procuradores os ascendentes ou descendentes do julgador, 1354 n.º 7 — de que podem recorrer os do menor, 226 — a disposição em seu favor, sem designação de quaes, considera-se feita em favor dos mais proximos, 1742 — o mais proximo do recém-nascido, sendo maior, e residindo aonde o nascimento occorreu, é obrigado a fazer as respectivas declarações, 2460.

**Parochias** — São havidas como pessoas moraes, 382 § unico.

**Parocho** — Quando lhe compete fazer o averbamento á margem do registo de casamento, 1088 — remette a acta do contrato de casamento ao official do registo civil, 2476.

**Parte** — Quando é tida por confissão, 2411 § unico — do fallecimento de pessoa que deixou menores, quem é obrigado a dal-a, dentro de que tempo, e sob que pena, 189 e seguintes — do furto do deposito, quem a deve dar e a quem, 1442.

**Parteira** — Na falta de paes e parentes, é ella obrigada a fazer as declarações respectivas ao registo civil, 2460 e 2474 — deve assignar o respectivo registo, 2463.

**Partilha** — Legalmente feita, confere aos herdeiros a propriedade exclusiva dos bens que são repartidos, 2158 — judicialmente feita e confirmada por sentença, não pôde ser rescindida senão nos casos de nullidade de processo, 687 e 2164 — se for feita com preterição de algum dos herdeiros, como será rescindida, 2163 — extra-judicialmente feita, quando pôde ser rescindida, 2163 — sobre a fórma d'ella, quando são ouvidos os interessados, 2126 — entre maiores deve ser feita por escriptura publica ou acto publico, 2013 — como se faz nas sociedades particulares, 1290 e seguintes — quando a pôde requerer o proprietario, 2180 — quando entre os bens partiveis houver algum objecto que não caiba nos lotes ou não possa dividir-se, como deverá proceder-se, 2145 e 2147 — depois de feitas as partilhas, cada um dos coherdeiros só responde em proporção com a parte que recebeu, 2115 — como se fará na sociedade universal, 1248, 1260 e 1280 — quando houver omissão de algum objecto que n'ella devesse entrar, far-se-ha partilha adicional, 2166 — não deixará de proseguir quando occorrer disputa sobre a conferencia ou collação entre os coherdeiros, se o conferente prestar caução, 2112 — como se procederá quando houver alguma pensão vitalicia annual imposta pelo auctor da herança, 2147 — a quem se entregam os titulos das propriedades divididas, 2154 — quando tem logar a arrematação em hasta publica, 2134 e seguintes — quando algum dos interessados quizer licitar, deve declarar-o na sua resposta, 2126 — ha inventario e partilha judicial

sempre que houver algum interessado ausente ou interdito, 321 e 2012 — quando os herdeiros forem todos maiores, não havendo interdictos nem ausentes, poderão fazer partilha extrajudicial e amigavel, 2013 — quando houver algum immovel que não possa ser dividido, o que se observará, 1499 — emquanto á revogação e redução por inofficiosidade, que deverá observar-se, 1501.

**Passagem** — Nos predios como é concedida, 2310.

**Pastagens** — As produzidas em terrenos do estado, nos baldios ou terrenos municipaes ou parochiaes, como e por quem podem ser occupadas, 472 e 473. Vide *Direito de compascuo*.

**Paternidade** — Declaração d'ella, quando se admite no registo civil, 166 e 2467 — illegitima, em que termos é prohibida a sua investigação, 130 — dos filhos illegitimos declarados no registo civil sem consentimento do pae, 123.

**Patrimonio** — Sem a collação, 2104 e 2105.

**Pedreiras** — Não as pôde abrir de novo o usufructuario, 2213.

**Pena** — Estabelecida pelos contrahentes por não cumprimento do contrato, quando não pôde ter validade, 673 — a importancia d'ella fica dependente da convenção das partes, 674 e 675 — o direito de exigir nasce da simples mora na execução do contrato, 676 § 2 — incorre na estabelecida no Código Penal aquelle que impedir por dolo, fraude ou violencia, que alguém faça as suas ultimas disposições, 1749 — se ella for nulla não terá o contrato validade, 672 e seguintes — soffre-a o tutor que não tiver bens para satisfazer o alcance para com o pupillo, 255 — soffre-a aquelle que vender uma cousa a differentes pessoas, 1578 e 1579 — qual a applicada aos funcionarios publicos pelas transgressões das regras do registo civil, 2458 — se for extincta por effeito de revisão e annullação de sentença, como serão válidos os actos do condemnado, 358 § unico — em qual incorre o ministro da igreja que celebrar o casamento contra o disposto no artigo 1058, 1071 — em qual incorre o procurador ou advogado no exercicio de suas funções, e por que factos, 1357 e 1361. Vide *Procurador*.

**Penhor** — O que é e o que pôde ser objecto d'elle, 855 a 857 — quem o pôde constituir, 859 — quaes os direitos e obrigações que dá ao credor, 860 e 861 — o credito que lhe diz respeito tem privilegio mobiliario, 886 — quando se pôde fazer vender, 863 — não se pôde exigir sem o pagamento total, 870 e 871.

**Penhora** — Quando não pôde fazer-se na parte do producto da récita que aos auctores de obras dramaticas pertence, 597 — a dos bens immobiliarios, está sujeita a registo, 949 n.º 7 — o fiador que foi compellido a pagar, nomeia a ella bens do devedor, 833 — quando se pôde fazer na parceria pecuaria, 1315 — por fóros, 1645.

**Pensamento** — O do homem é inviolavel, 362.

**Pensões** — Emphyteuticas, ou subemphyteuticas, ou censiticas e alimenticias, por que tempo prescrevem, 843 — vitalicia annual, como será paga no inventario, 2148 e 2150 — quando são pagas pelos paes, 148 n.º 3.

**Perdão** — O dado ao devedor aproveitado ao fiador, mas o concedido a este não aproveita aquelle, 816 e 817.

**Perdas** — Quando se podem dar e com que effeitos, 751, 814 e 817.

— e **danos** — Quando por ellas é responsavel o escrivão, 929 — emquanto aos empregados publicos, 2399 e 2403 — da sociedade, como se dividem, 709 — por ellas responde o que se obrigou por um facto que não prestou, 711 a 714 — quando responde por ellas o testamentario nomeado, 1890 — quando por ellas responde o depositario, 1436 e seguintes — quando não podem exceder os juros, 720 — esta acção não se illide com a absolvição do réo nos tribunaes criminaes, 2505 — tem obrigação de as pagar o devedor a seu fiador, 838 — quando por ellas responde o conservador, 980 § unico — em que consistem, 706 — quando por ellas é responsavel o alheador de má fé, 1048 — quando por ellas responde o vendedor da cousa litigiosa, 1537 e 1538 — quando por ellas ha acção no contrato de aprendizagem, 1425 § unico — por ellas responde o demandado incapaz no contrato de deposito, 1433 n.º 2 — quando responde por ellas o commodatario, 1518 — responde por ellas o que intervier em negocio de outrem contra sua

de posse velha, 482 n.º 4, e 489 — por que tempo prescreve a respectiva acção, 504 — o possuidor que é perturbado ou esbulhado, de que modo se pôde manter ou restituir, 486, combinado com os 2083, 2365, 2367 e 2370 — qual é a melhor posse, 488 § unico — por ella se extinguem obrigações, e se adquirem cousas e direitos, 505 — dos direitos adquiridos e provas do exercício d'elles, 484 — todas as acções que se dirigem a haver a posse ou dominio, estão sujeitas ao registo, 949 n.º 3 — a judicial de bens immobiliarios, quando se não pôde dar, 954 — não pôde ser invocada em juizo por prova de propriedade enquanto se não registrar, 952 — está sujeita a registo, 949 — é o vendedor obrigado a assegurar a posse pacifica da propriedade vendida, 1581 — a mera posse como pôde ser registada, 524 — na dos bens fica o conjuge sobrevivente até se ultimarem as partilhas, e com que excepções, 1122 — para o effeito da prescripção, o que deve ser, 517 § unico — qual é a titulada, 518 — continua e publica, 522 e 523 — da herança não pôde tomar o estado sem sentença que a decreta, 2008 — passa para os herdeiros do auctor da herança, 2011 e 2052 — pertence ao herdeiro beneficiado, 2044 e 2052.

— **de estado** — Em que consiste, 115.

**Posseiro** — Quem é, 2190 — só elle é competente para administrar e arrendar o predio indiviso, 2191 — tem direito a alhear a sua posse, e tem direito de preferencia, quando algum dos quinhoeiros quizer vender, 2195.

**Possuidor** — Tem direito a ser mantido na sua posse contra qualquer turbacão ou esbulho, 484 e seguintes — o de boa fé, quando pôde levantar as bemfeitorias e quaes, 500 e seguintes — em caso de dúbida presume-se que possue em proprio nome, 481 §§ 1 e 2 — como perde a posse, 482. Vide *Posse*.

**Postura municipal** — Deve provar-a quem a allegar, 2406.

**Pousada** — Vide *Albergaria*, 1419.

**Praso** — Findo o do mandato, este acaba, 1363 n.º 5 — do arrendamento de predios rusticos, quando não for declarado no contrato, qual o direito respectivo, 1628 e 1629.

**Prazos** — São hereditarios como bens allodiaes, mas não podem dividir-se por glebas e com que excepção, 1662

— quaes os bens que podem ser empraçados, 1664 — quando é que o predio empraçado é devolvido ao senhorio, 1663 — quem pôde dar e receber de empraçamento, 1667 e 1669 n.ºs 1 e 2 — os de livre nomeação são exceptuados de communhão enquanto não tomarem a natureza dos phateusins hereditarios, 1109 n.º 1. Vide *Empraçamento*.

**Preço** — O da arrematação é depositado no mesmo acto, ou se presta caução ao prompto pagamento, 2137 — por elle e não pelo da avaliação se regulará a partilha, 2133 — quando algum interessado se não conformar com elle, deve fazer declaração na partilha, 2132. Vide *Arrematação*, *Adjudicação* — da cousa vendida, como se pôde estipular, 1546 — comprada na constancia do matrimonio, tem communhão entre os esposos, 1109 — da compra, quando o pôde pedir o vendedor, 1573 — nas obras de empreitada não pôde exigir-se maior, ainda que augmente o preço dos materiaes e salarios, 1401.

**Predios** — Os communs não podem ser hypothecados sem consentimento de todos, excepto sendo divisíveis, 915 — quando se julgam livres pela expurgacão da hypotheca, 946 e 949 — indivisos só devem ser encabeçados em posseiro, 2191 — onde devem ser feitos os seus registos, 950 — quando lhe pertencem as aguas e os leitos dos rios, 381 — quando se devem dividir, 1499 — os murados, vallados ou tapados não podem ser invadidos, excepto com licença do proprietario, 389 — os inferiores devem receber as aguas dos superiores, 461.

**Preferencia** — A quem pertence na venda do predio emphyteutico, 1703 — quando a tem o credor sobre o subrogado, 782 — não é admittida nas expropriações por utilidade publica, 1678 § 3, e 1679 — quando perde o credor o direito d'ella, 763 — tem-a o senhorio directo na venda do dominio util e o fobreiro na venda do dominio directo, 1678 e 1681 — dos valores liquidados dos moveis sobre que ha privilegios geraes, os especiaes por que regra se regula, 1007 e 1010 — nas hypothecas, como se dá, 1015 — por privilegio mobiliario ou imobiliario, quando tem logar, 880 a 886 — tem-a o credor do valor do penhor, 860 n.º 1 — entre os subrogados qual prefere, 874 — tem-a os credores da so-

cidade nos bens d'ella, 1274 — em hypotheca de preterito, 1000 e 1019 — não a tem quem, podendo, não usou do direito de compensação, 769. Vide *Concursos*.

**Preferencias** — Nos inventarios, quando tem lugar, 2135 — no caso da execução, de que modo tem lugar durante a formação do respectivo inventario, 2057 e seguintes — a hypotheca só é causa de preferencia sendo registada, 1006. Vide *Concursos, Creditos*.

**Prejuizos** — Em que circumstancias é responsavel o cabeça de casal, 2080 e 2081 — por elles não responde quem obra em conformidade da lei, 13 — por elles é responsavel o que falta ao cumprimento do contrato, 705 — o que dá causa o mandatario para com o seu constituinte, 1337 — em que póde consistir a indemnisação, 706 — responde por elles o credor do penhor, 861 n.º 1 — o que procura interesses deve ceder a quem pretende evitar prejuizos, havendo collisão, 14 — para com a sociedade é responsavel o socio que os causou por culpa ou negligencia, 1258 — quando responde por elles o senhorio, 1606 n.º 5 — o arrendatario, 1608 n.º 2 e 5 — quando se pagam pela servidão obrigatoria, 2314 — os que resultam de delictos correccionaes, ou de pagar quaesquer multas judiciaes, quando prescrevem, 543 § 3 — tem-os o credor pelo contrato do devedor quando d'elle resultar insolvencia, 1033 — pela offensa da liberdade, 2388 — pelas injurias, 2389 — pela offensa de direitos adquiridos, 2392 — por elle, quando responde o commodante, 1521 — mutuante, 1532 — quaes os que podem ser do mandatario e quando, 1344 — o mantido ou restituído na posse é d'elles indemnizado e em que termos, 492 — quando se dão, tem lugar a rescisão e em que termos, 1030 — quando por elles responde o creado de servir, 2380 — o estalajadeiro, 2381. Vide *Responsabilidade*.

**Premio de seguro** — Vide *Dividas*.

**Prelecções e discursos dos professores publicos** — Como podem ser reproduzidos por outrem, 573.

**Prescrição em geral** — O que é e como se divide, 505 e seguintes — o que póde ser objecto d'el-

la, 506 — a quem aproveita, 507 e 508 — quem não póde adquirir por meio d'ella, 510 e seguintes — como meio de defeza, como póde ser allegada, 514 — os juizes não a podem supprir, de officio, não sendo invocada, 515 — quaes os requisitos da prescrição positiva, 517 e 524 — como podem ser prescriptas as cousas moveis, 532 — em que consiste a prescrição negativa, 535 — a de direitos, que por sua natureza se exerce raras vezes, como póde dar-se, 531 — desde quando se começa a contar, 536 — quando não tem lugar, 537 — entre que pessoas e contra quem não póde ella começar nem correr, 551 — a interrupção d'ella em favor de alguns dos credores solidarios, aproveita igualmente a todos, 558 e 559 — para ella como se conta o tempo, 560 e 563 — como deve ser regulada a que tiver começado a correr antes da promulgação doCodigo Civil, 560 e 563 — a interrupção contra o devedor principal tem os mesmos effeitos para o seu fiador, 556 — que é necessario para que se interrompa em relação a todos os devedores não solidarios, 567 — extingue o usufructo, 2241 n.º 4 — quando corre nas servidões continuas e descontinuas, 2280 e 2281 — da acção de evicção entre os herdeiros, quando se dá, 2162 — como é applicavel aos prazos, 1686 — como existe nos moveis dotaes, 551 — na acção de perdas e damnos na cousa emprestada, 1522 — na acção de doação inofficiosa, 1503 — na acção de nulidade de testamento, quando tem lugar, 1967 — extingue o privilegio, 1026 n.º 3 — quando póde verificar-se para servir de fundamento ao cancelamento, 994 — não póde havel-a na novação, 803 — é de um anno a de acção o revogação de doação por ingratidão, 1490 — diversas prescrições, 538 a 547 — das acções de manutenção e de restituição, 504 § unico — quando a ha nos immoveis e nos direitos immobiliarios, 526 e seguintes — como aproveita a todos os com-possuidores, 511 — da acção de rescisão, quando se dá, 1044 e 1045 — é applicavel aos prazos da mesma forma que aos outros bens immobiliarios, 1686 e 1695.

**Prescrições** — Não se dão na acção de demarcação, 2344 — são de trinta dias para a acção de damno causado pelos caçadores, 390 — não se dão

contra a acção dos filhos illegitimos para vindicar o estado que lhes pertence, 111 — as que tiverem começado a correr antes da promulgação do Código, como são reguladas, 564 — que direito tem aquelles a quem forem oppostas as mencionadas nos art. 538 a 541, 542 — quando não correm, se suspendem e se interrompem, 549 e 552 — é de futuro imprescriptivel o direito ás aguas, 439.

**Prestação** — Em que consiste, 714 — como deve fazer-se, 721 — o que é obrigado e não a satisfaz, responde por perdas e danos, 711 n.º 1 e 2 — a quem se deve fazer e a quem não, 748 e seguintes — quaes as pessoas que a podem fazer e de que modo, 747 e seguintes — com alternativa, 733 e seguintes — na falta de estipulação, em que tempo e lugar se deve fazer, 703 e 744 — por effeito de contrato, em que consiste e como deve ser feita, e que effeitos tem, 714 e seguintes — a falta de pagamento de uma dá direito ao credor de exigir todas as outras, 742 — não sendo o tempo d'ella determinado, como serão satisfeitas, 743 e 744 — quando é exigivel o legado, se a prestação for periodica, 1841 § unico — as incertas de fóros podem ser reduzidas a certas, 1692 — em que moeda deve ser feita, 724 e seguintes.

**Presumpções** — O que são, 2516 — como podem ser illididas 2518 — quando podem ser admittidas, 2519 — de casados, quando e em favor de quem se dá, 1084 — de boa fé, dá-se no possuidor emquanto se não provar o contrario, 478 — de direito, quem a tem não precisa provar o que allega, 2517 — a de illegitimidade dos filhos, quando póde ser illidida, 103 e 104 — quando se dá de que o pae e a mãe se dotaram por igual, 1146 e 1147.

**Prioridade** — Das inscripções do registo, como se regula, 956 e 1017.

**Privilegio** — O que é e suas diversas especies, 878 — quaes os creditos que gosam de privilegio immobiliario, 880 e 886 — de privilegio mobiliario, 887 — os privilegios dão direito a preferencia, independente de registo, 1006 — nullidade e perda de privilegio de invento, 632 e seguintes — como se extingue, 1026 — o de invenção póde vender-se, 613 — o das custas e despesas de liquidação do valor dos objectos sujeitos ao concurso, prefere a to-

dos os immobiliarios, 1011 — como será graduado em concurso com outros, 1013.

**Processo** — Póde o credor intentar o criminal pelo furto de penhor, 860 n.º 2 — qual a acção para construir os aqueductos, e haver os prejuizos resultantes d'elles, 457.

**Procreação** — Logo que o individuo é procreado, fica debaixo da protecção da lei, 6.

**Procuração** — O que é, quem a póde fazer e de que fórma, 1318 e seguintes — geral, que actos póde autorisar, 1325 — publica, qual é, e quando é necessaria, 1320 e 1327 — póde dar-se no consentimento para casamento, 1068 — como acaba, 1363 — póde ser publica ou particular, 139 — judicial, a quem não póde fazer-se, 1354 — a dois ou mais procuradores, com a clausula de que um nada possa fazer sem o outro, não póde admittir-se em juizo, 1356 — como se revoga, 1364 e 1365 — em que termos por meio d'ella se póde fazer o termo de deposito do testamento, 1929 § unico — é necessario declarar no contrato que por meio d'ella se faz a sua existencia sob pena de nullidade, 2495 n.º e § unico.

**Procurador** — Quem em juizo o não póde ser, 1354 — póde sel-o juntamente com outro individuo, tendo iguaes poderes independentes, 1356 — quando é nullo o contrato que fizer com a parte, 1358 — não póde abandonar a procuradoria ao constituinte, 1362 — não póde procurar contra a parte de quem aceita o mandato, 1360. Vide *Mandato*.

**Professores** — Quando prescreve a sua retribuição, 539 e 541 § 1.

**Promessa** — De compra e venda, que effeitos produz, 1548.

**Propriedade** — Sómente a propria se póde vender, 1555 § unico — a das aguas e do alveo ou leito pertence ao predio onde nasce, ou por onde passa, ou com o qual confina, 381 — das obras de litteratura, gravura, musica e lithographia, como se prova, 606 — da cousa vendida, é o vendedor obrigado a assegurar-a ao comprador, 1581 — das cousas certas transfere-as independentemente de tradição, 715 e seguintes — dos pastos, mattos e lenhas creados em terrenos municipaes ou parochiaes, a quem pertencem, 473 —

litteraria, por que regra é regida, 590 — das heranças jacentes, 591 — a dos filhos, em que termos pertence aos paes, 144 — em que consiste a propriedade perfeita e imperfeita, 2187 e 2188 — immobiliaria de portuguezes, em quanto aos actos que devem produzir o seu effeito, 24 — o exposto ou abandonado tem-a de tudo quanto adquirir na sua menoridade, 290. Vide *Direito de propriedade*.

**Proprietario** — Quando responde pela perda que tiver o usufructuario, 2234 — pôde repellir a força para defender a sua propriedade e embargar a obra nova, 2354 e 2355 — o condicional como pôde hypothecar, 896 — o singular e commum exercem exclusivamente os seus direitos, 2175 e 2176 — quando responde pela contribuição da propriedade constituida em usufructo, 2239 — seu direito de demarcação, 2340 — de restituição e indemnisação, 2356 — de alienação, 2357 e seguintes — de tapagem, 2346 — pôde cortar as raizes e ramos das arvores dos vizinhos, que entrarem no seu predio, 2317 e 2320 — commum pôde hypothecar a sua respectiva parte, 915 — quando lhe aproveita a prescrição do seu comproprietario, 512 — de que modo pôde abrir fossos e fazer escavações no seu predio, 2321. Vide *Com-proprietario*.

**Protesto judicial** — Contra que recusas ou omissões do conservador tem lugar, e perante quem, 986 n.º 1 e 3 — deve ser feito perante o tabelião em presença de duas testemunhas pelos actos celebrados pelos incapazes, 353.

**Protutor** — Em quem pôde recair a nomeação, 206 — quem não pôde ser, 234 — quem pôde escusar-se, 227 — quaes as suas attribuições, 258 e 260 — pôde exigir do tutor todos os esclarecimentos relativos à sua gerencia, 260 — pôde assistir às deliberações do conselho de familia, mas não votar, 259 — não pôde aceitar procuração do tutor em objectos de sua gerencia, 261 — havendo tutela, deve haver protutor e por quem deve ser nomeado, 205 — não pôde comprar, nem por si, nem por interposta pessoa os bens de seus pupillos durante a protutela, 1562 n.º 2 — por quem, e quando deve ser nomeado aos interdictos, 330 — assiste ao arrendamento dos bens dos menores, quando se faz por mais de tres annos, 265 e

266 — de que pôde recorrer e para onde, 226 — é nomeado em conselho de familia, 224 n.º 4 — dá ao curador dos orphãos todos os esclarecimentos exigidos a bem dos menores, 221.

**Prova** — Como se faz o do mandato, 1326 — como se faz a do mutuo, 1534 — faz prova plena a confissão judicial da parte contra o confitente, e sob que excepções, 2412 — a quem incumbe a obrigação de provar, 2405 e 2406 — quaes os meios de prova admittidos por esteCodigo, 2407 — a dos nascimentos, casamentos e obitos, como se faz, 2441 e 2444 — a testemunhal, como é regulada, 2506 e 2515 — a do casamento civil, como se faz, 1083 e 1084 — não existe no escripto particular contra o proprio que o escreveu e assignou, estando este sempre na posse do escripto, 2437 — como será avaliada, 2514 — de servidão, de que resulta, 2274 e seguintes — a testemunhal, quando é admittida, 2506 e seguintes — dos emprazamentos anteriores à promulgação doCodigo, em que consiste, 1690 — na separação entre marido e mulher, quem carece d'ella, 1207.

**Provincias ultramarinas** — A lei de 1 de julho de 1867, art. 9.º, auctorizou o governo a mandar-lhes applicar as disposições contidas n'esteCodigo.

**Publicação** — A das leis e quaesquer outras peças officiaes, todos a podem fazer, e de que modo, 571 e 572 — a das prelecções dos mestres e professores publicos, e sermões, como poderá ser feita, 573 — quando se não pôde fazer, 610 — litteraria, pôde o auctor fazel-a independente de censura prévia ou de restricção alguma, 570.

**Públicas-fórmulas** — Em que circumstancias fazem prova, 2501 § un.

## Q

**Qualidade** — A do predio registado deve constar do extracto que se fizer na descripção predial, 959 n.º 3 — a de cidadão portuguez, como se adquire e perde, 18 e 23.

**Questões** — Como se resolvem as que dizem respeito a direitos e obrigações civis, não estando determinadas pelo contexto da lei, 16 — as que se suscitarem sobre a habilitação de her-



deiros ou dos que concorrerem ao inventario, como se resolvem, 2087 — as da servidão são resolvidas summariamente, e de que modo, 2278 § unico.

**Quinhão** — O que é, 2190 — imposto em immoveis, passa ao legatario, 1846 — contra todos os quinhoeiros se poderá intentar as respectivas acções, 2193 — é uma limitação ao direito de propriedade, 2189 n.º 3, e 2190 — é considerado onus real, e como tal sujeito a registo, 949 § 2 n.º 4 — para o futuro é prohibida a constituição de quinhões, 2196.

**Quinhoeiros** — Quem são, 2190 § 1 — quando reverte em proveito d'elles o augmento do rendimento proveniente de bemfeitorias, 2192 — cada um pôde onerar o seu quinhão ou augmental-o em todo ou em parte, e de que modo, 2194 e 2195 — para todos elles podem ser iguaes as quotas de rendas, ou maiores para uns, ou menores para outros, 2190 § 2 — sem consentimento de todos os quinhoeiros não pôde ser onerado o predio indiviso *in totum*, 2195 — gosam do direito de preferencia, quando o possessor quizer vender ou dar em pagamento a sua posse, 2195 § 1.

**Quitacão** — Quando o credor se nega a dal-a, tem logar o pagamento por meio de deposito, e de que modo, 759 e seguintes.

## R

**Recebimento** — Em que caso não pôde o credor ser compellido a verificar-o, 747 § unico — quando se recusa, auctorisa o devedor a depositar, 759 e seguintes.

**Recemnacido** — Como se deve fazer o registo que lhe diz respeito, 2463 e 2465 — apresentado o cadaver de algum, como se procede, 2466 — é apresentado ao official do registo civil para fazer o assento, 2459 — que declarações se devem fazer, e de que modo, 2460 — emquanto aos expostos, 2461.

**Recibos** — São precisos para legitimação de contas do tutor, 251.

**Reconhecimento autentico** — Como se faz, 2436 — quando faltar o da assignatura dos titulos particulares apresentados ao registo, como

deverá proceder o conservador, 981 — a identidade dos outorgantes deve ser reconhecida no acto, sob pena de nullidade, 2495 n.º 6.

— **de filhos** — Quando o pae ou mãe o fizerem em separado, como deverão proceder, 125 — o filho maior não o pôde ser sem o seu consentimento, 126 — o do menor, durante que tempo pôde ser contestado, 127 e 128 — quaes os direitos que os filhos adquiriram pela perfilhação, 129, 1989, 1990 e 2488 — dos filhos illegitimos feito por qualquer auto authenticico, como será notado, 2469.

— **do testador** — Deve o tabelião declaral-o no auto de approvação do testamento cerrado, 1922. Vide *Assignatura*.

**Recovagem** — Em que consistem os direitos que lhe são inherentes, 1410 e seguintes — tem privilegio, 882 n.º 2.

**Recoveiros** — Quando são considerados como depositarios, 1412 — seu direito de receber o preço convencionado, 1413 e 1414 — respondem por perdas e damnos, 1415.

**Recurso** — Das decisões do conselho de familia, não o ha, e com que excepção, 1208 e 1209 — não se admitte da licença ou denegação do menor para casar, 1062 — emquanto á rescisão dos contratos, 699 — o de revista não suspende a execução da sentença da relação, e sob que excepção, 317 n.º 9.

**Reducção** — Das doações inofficiosas, como se faz, 1493 e seguintes.

**Regedor de parochia** — Em que caso procede á abertura ou publicação do testamento cerrado, 1933 § unico e seguintes.

**Regimen dotal** — Disposições que lhe são respectivas, 1134.

**Registo** — O que é que está sujeito a elle, e o logar onde deve fazer-se, 949 e 950 — o da mera posse, quando e como deve ser feito, 524 e 525 — para o das tutelas dos menores e interdictos ha um livro proprio numerado e rubricado pelo juiz respectivo, 300 — quem é d'elle encarregado e como deve ser feito, 300 a 303 — a falta de registo dos titulos e direitos a elles sujeitos, quando não impede que sejam invocados entre as proprias partes e seus herdeiros, 951 a 953 — a inscripção no registo de um titulo translativo de propriedade sem

condição suspensiva, envolve a transmissão da posse, 953 — sem elle não pôde dar-se a posse dos bens immobiliarios, 954 — o da posse é preciso para prova da propriedade, 952 — sem elle são nulos os actos de que resulta modificação ou transmissão de propriedade, 955 — que livros deve haver na conservatoria, 957 — qué titulos podem ser admitidos a registo, 978 — como deve ser feito o registo, 958 — emquanto á prioridade das inscripções, 956 — o da mera posse só pôde verificar-se nos termos prescriptos, 954 (vide art. 525 e 528) — deve fazer-se de todas as transmissões de bens ou direitos immobiliarios; como se regula e quando é preciso nas doações, 1459 § un. e 1722 — sem elle, o contrato de compra e venda nos bens immoveis não produz effeito em relação a terceiro, 1591 — sem elle não ha privilegio de direito de preferencia, e só com elle a hypotheca é causa de preferencia, 1006 — quando sem elle e em que termos a lei concede preferencia a certos credores e quaes, 878 e seguintes (vide *Dividas*) — tem obrigação de o fazer o senhorio directo do encargo emphyteutico, e para que effeito, 1670 — como se fará o dos titulos de credito predal, 933 — como se fará o de tornas, 934 — o dos legados é feito em relação aos bens respectivos, 935 — quem pretender registar algum dos factos sujeitos a registo, sem que elle exista juridicamente, é responsavel por perdas e damnos, 984 — e se o fizer dolosamente incorre nas penas de falsidade, 984 — quando feito em paiz estrangeiro, só pôde ser feito no reino se estiver devidamente legalizado, 979 (vide art. 980) — se faz da sentença de interdicção no livro das tutelas e em que termos, 319 — como se deve verificar o das tutelas, 300 e seguintes — sem elle não produz effeito o alvará de emancipação em relação a terceiros, 308 § unico — do testamento, em que praso tem obrigação de o fazer o testamenteiro, 1899 n.º 2 — quando pôde ser feito em relação a todos os bens do devedor, e qual o direito d'este em tal caso, 909 — de creditos que têm privilegio, que effeitos produz, 907 § unico — é um facto publico e se deve apresentar a quem o quizer ver com as certidões que se pedirem, 985 (vide art. 986 § unico) — o respectivo titulo para re-

gisto será em duplicado apresentado ao conservador e sobre que excepção, 983 — sobre cancellamento do registo provisorio e definitivo, vide art. 988 e seguintes — em relação aos prazos respectivos para o registo, vejam-se as portarias de 28 de março de 1868, de 30 do mesmo mez e anno, e de 17 e 3 de março de 1870 — emquanto ás doações, 1458 e 1459 — estão sujeitos a elle a escriptura publica e o escripto particular, 978 e seguintes.

#### **Registo dos casamentos —**

Onde deve ser feito, 2457 — que declarações deve mencionar, 2478 — sendo o casamento annullado, como será averbada a respectiva sentença, 2480 — é uma das obrigações constituídas no registo civil, e como se procede a elle, 2445 e 2475 — o portuguez que contrahir o matrimonio em paiz estrangeiro, dentro de que praso e onde deverá lançar o respectivo assento quando voltar ao reino, 2479 — por quem deve ser assignado e que declarações se devem n'elle especificar, 2463 e 2464.

— **civil** — Depois de creado é por elle que se provam os nascimentos, casamentos e obitos, 2441 e seguintes — haverá um dos reconhecimentos e das legitimações e seus respectivos assentos, e quaes, 2488 e 2489 — o que devem conter estes assentos, 2490 — todos os actos do estado civil feitos fóra dos domicilios das partes, como podem ser transcriptos no registo civil dos domicilios, 2454 — podem e quando ser lavrados na residencia das partes interessadas, 2455 — os actos dos estrangeiros residentes no reino podem ser lançados no registo civil a seu requerimento, 2456 — quanto á parte organica das repartições dos registos, obrigações respectivas e forma de registo, penas e transgressões, vide artigos 2457 e 2458.

— **definitivo** — Quaes os titulos que a elle são admitidos, 978. Vide art. 980.

— **hypothecario** — Sobre o respectivo cancellamento por parte do tutor, vide art. 924 — em que termos se pôde fazer das hypothecas anteriores á promulgação doCodigo Civil, 1000 e seguintes.

— **dos nascimentos** — Por elle se prova a filiação legitima, 114 — e na sua falta, como se suppre, 114

(vide art. 117 e 119 e seguintes) — nos assentos de nascimento dos expostos, de que se deve fazer menção, 2465 — que pessoas são obrigadas a fazer as declarações do nascimento, 2460 — e a da existência dos expostos e dos recém-nascidos abandonados, 2461 — qual é o official do registo civil competente para tomar a declaração, 2462 — como se procede nos respectivos assentos de nascimento, quando houver legitimação dos filhos por subsequente matrimonio dos paes, e reconhecimento dos illegítimos, feito por escriptura publica, testamento, ou qualquer outro acto solenne, 2469 — n'elle será admittida declaração de paternidade, maternidade ou avoenga dos filhos illegítimos, e com que excepções, 2467 — sendo o filho nascido na constancia do matrimonio, não pôde ser admittida no registo civil declaração em contrario, e com que excepção, 2468 — é um dos encargos do registo civil, e como se procede n'este caso, 2445, 2459 e seguintes (vide artigo 2470 e seguintes.)

**Registo dos obitos** — É uma das obrigações constituídas no registo civil, 2445 — como se procede a elle, e como se fará, 2481. Vide *Assentos*.

— **provisorio** — Haverá um, onde é lançado, em que objectos pôde recair, e para que é obrigatorio (sendo em todos os outros casos facultativo), 966 e 968 — como pôde ser feito em diferentes casos, e quando se converte em definitivo, 970 e 971 — o dos dotes, hypothecas dotaes e alfinetes, só pôde ser feito á vista dos traslados dos respectivos contratos, e pelo averbamento da certidão de casamento se torna definitivo, 971 — por que disposições se rege, 972 e 973 — em que outros casos é permittido este registo, 976 e 977 — quando se extingue, 974 e 975.

— **de reconhecimento e de legitimação de filhos** — É uma das obrigações constituídas no registo civil, e como se procede n'este caso, 2445 e seguintes (vide art. 2488 e seguintes.)

**Regulamentos** — Para a execução doCodigo Civil serão feitos pelo governo (carta de lei de 1 de julho de 1867, art. 8.º) — enquanto estes não existirem, não é possível a plena execução doCodigo, na parte em que d'el-

les está dependente (decreto e regulamento de 1 e 12 de março de 1868.)

**Reivindicação** — Dos bens dotaes alheados, passa este direito para os herdeiros da mulher, 150 § 2.º — da cousa legada, 1857.

**Religiosas professoras** — Não podem testar, 1764 n.º 4, e 1773.

**Remissão** — Do penhor não resulta a presumpção da remissão de dividas, 872 — em que consiste e como se pôde fazer a dos censos consignativos de preterito, 1750 e seguintes.

**Rendas** — Quando prescrevem, 543 n.º 2 — não as pagando o arrendatario, tem o senhorio o direito a despedil-o, 1607 n.º 1 e 2 — não pôde exigir-se a diminuição d'ellas com fundamento de esterilidade extraordinaria ou perda consideravel de fructos pendentes, e com que excepção, 630 — poderá comtudo o arrendatario exigir abatimento n'ellas, quando for estorvado o uso do predio, 1612 — em que caso pertencem ao usufructuario, 2224 — a transferencia do direito de as receber, como se regula, 1635. Vide *Dividas e Pensões*.

**Rendeiro** — Vide *Arrendatario e Proprietario*.

**Rendimentos** — É uma das bases que os louvados devem tomar na avaliação dos predios rusticos e urbanos, 2094 — quando sobre os dos bens dotaes ou proprios da mulher recair a execução, pôde ella embargar de terceiro, 1230 — quando pertencem ao conjugue os dos bens do ausente, 85 — a consignação d'elles como se pôde fazer, 876 § unico — os dos bens incommunicaveis não se incluem na incommunicabilidade, 1109 — direito do legatario a elles, 1840 — com todos os bens se devem entregar aos filhos depois da sua maioridade ou emancipação, 154 — os dos bens dotaes, como são partilhados entre o marido e a mulher ou seus herdeiros, 1162 — quando são devidos os bens dotaes, 1144 — os do interdicto, sendo necessario, serão com preferencia applicados ao melhoramento do seu estado, 332.

**Renovação** — Em que caso se entende existir nos arrendamentos de predios urbanos, 1626 — do registo regulou-se e de que modo a execução do artigo 1019, com referencia aos 1100 e 1103 (portaria de 28 de março de 1868).

**Renúncia** — A da successão de pessoa viva é nulla, 2042 — da dissolução na sociedade, quando é permitida, 1278 — supõe na communhão dos bens d'elle o requerimento para a separação do marido e mulher, 1222 — a do direito de registrar é nulla e não se pôde dar em relação ao direito de adquirir por qualquer meio ou prescrição, 508 — a do usufructuario extingue o usufructo, 2241 n.º 5 — a do dono do predio dominante acaba a servidão, 2279 n.º 3 — pôde o pae ou mãe fazel-a do usufructo dos bens do filho, 149 — não a pôde fazer o doador do seu direito de revogação por superveniencia de filhos, 1486 — pela do mandatario acaba o mandato, 1363 n.º 2 — pela de algum dos socios se extingue a sociedade particular, 1275 e 1279 — não a pôde fazer a mulher em relação ao registo do dote, 928 — não se pôde dar em relação a nullidade proveniente do dolo ou de coacção, 668.

**Reparação** — O que é e quem a pôde fazer nos predios dados em usufructo, 2228 — é obrigado a ella quem violar ou offender o direito de outro, 2361 — qual a que deve fazer o usufructuario nos bens do usufructo, 2229 e 2230 — da conservação, quando a ella é obrigado o usuario ou morador usuario, 2259 e seguintes — o direito d'ella transmite-se com a herança, 2366.

**Representação** — De obra dramatica em theatro, é necessario licença do auctor ou de seus herdeiros, 595 e 1979 e seguintes. Vide *Auctores dramaticos*.

**Repudio** — O da herança é um acto livre, 2024 — ninguem o pôde fazer em parte, com termo ou conditionalmente, 2022 — quem o pôde fazer, 2023 — feito elle, não fica o repudiante privado do direito aos legados que lhe tinham sido deixados, 2035 — feito por herdeiro em primeiro gráu, como aproveita aos outros, 2062 — os seus effectos, quando começam, 2043 — o que provém por um lado não prejudica o que vier por outro, 2020 — como deve ser feito, 2034 e seguintes — para repudiar a herança deixada a surdos-mudos, como se deve proceder, 2026.

**Rescisão** — Quando tem logar a das partilhas feitas extrajudicialmente, 2163 — da divida, quando não desobriga

o fiador, 822 e seguintes — quando tem logar no contrato de empreitada, 1403 — quando tem logar nas partilhas judicialmente feitas, 2164 — quando tem logar na prestação com alternativa, 735 — nos actos e contratos, quando tem logar, 1030 e seguintes — seus effectos, 1044 — dos actos praticados pelos menores, 298 e 299 — quando prescreve, 1015 — tendo logar na doação por superveniencia de filhos, são restituídos os bens doados ao doador, ou seu valor, estando alienados, 1484 — pelo incapaz, quando aproveita ao capaz, 700 — por falta de consentimento do conjuge, 701 e 1189 — quando tem logar a da renúncia em favor dos credores do usufructuario, 2242 — tem logar no contrato de serviço domestico por toda a vida, 1371 — tem logar nas transacções por erro de facto, ou por causa de dolo ou violencia, 1719 — do contrato, quando a pôde requerer o comprador, 1572 e 1576 e seguintes — mas não o vendedor, 1574 e 1582.

**Responsabilidade** — Proveniente da não execução das obrigações, 2393 — pelos prejuizos causados por animaes e por outras cousas de dominio particular, 2394 e 2395 — por perdas e damnos para evitar outros damnos, 2396 e 2397 — por perdas e damnos provenientes da inobservancia de regulamentos ou por desleixo ou imprudencia, 2398 — por perdas e damnos feitas por empregados publicos no exercicio de suas funcções, 2399 — dos contrafactores dos inventos, 636 e seguintes — dos contrafactores ou usurpadores de propriedade litteraria, 603, 607 e seguintes — dos juizes, 2401 e seguintes — a criminal e civil, em que consistem, 2364 e 2367 e seguintes — do empreiteiro, 1399 e 1408 — a de factos criminosos, como se gradua, 2382.

**Restituição** — Como tem logar pela violação de direitos, 2356 — *in integrum*, foi abolida, 38 — não gosam d'ella os menores, 297 — a de direito usurpado com perdas e damnos, como se faz, 2392 — quando a de qualquer objecto não for possivel, 697 — este direito resulta do de propriedade, 2169 n.º 4 — quando tem logar a dos animaes no seu valor, 401 — de deposito, como se deve fazer, 1439 e 1445 — é feita da coisa empenhada e quando, 861 n.º 2 — da coisa empenhada pre-

suppõe a remissão do direito do mesmo penhor, 871 — da posse, por quem, contra quem, e durante que tempo pôde ser intentada esta acção, 504 § unico — do dote, 1158 e 1165 — dos objectos do usufructo, 2208 e seguintes.

**Restricções da propriedade** — Quando tem lugar em defeza de propriedade alheia, 2317 e seguintes.

**Retenção** — Quando é permittida a do predio arrendado, 1614 — em quanto dura conserva-se a posse, 474 § 1 — em que termos a tem o mandatario, 1349 — em que termos gosam d'ella os recoveiros e barqueiros, 1414. Vide *Direito*.

**Retribuição** — Quando a perde o testamenteiro, 1903 § 3 — quando acresce a dos outros testamenteiros, 1907 — na falta de convenção sobre o que se deve pagar ao serviçal em trabalho rustico, o que deverá fazer-se, 1374 — por quanto tempo prescreve a dos professores e mestres particulares que ensinam por mez e por ajuste annual, 539 n.º 1, e 541 n.º 1. Vide *Médicos e cirurgiões, Mestres, Prescrições*.

**Retroacção** — O registo convertido em definitivo pelo averbamento da sentença, retrocede á data do provisorio, 525.

**Retroactividade** — Quando se dá na lei, 8.

**Reunião** — A de dois predios dominante e serviente, faz terminar a servidão, 2279 n.º 1. Vide *Servidão*.

**Reversão da coisa doada** — Pôde ser estipulada e em que termos, 1473 — em favor de terceiro é nulla, 1474 — quando se dá, passam os bens livres de quaesquer encargos, 1475. Vide *Doações*.

**Revogação** — Quando pôde ter lugar a das doações consummadas, 1482 n.º 1 a 3 — a da emancipação não pôde ter lugar, 310 — por ella acaba o mandato, 1363 — das doações entre conjuges, em que tempo e de que modo pôde ser feita, 1181 a 1183 — rescindida por superveniencia de filhos, 1484 — como se regula a revogação ou reducção por inofficiosidade, 1501 — por que tempo prescreve esta acção, 1503. Vide *Doações*.

— **do testamento** — Como pôde ser feita, 1754.

**Risco** — Por conta de quem corre no deposito, 761 — o da coisa corre sempre por conta de seu dono, nos contratos em que a prestação da coisa não envolve transferencia da propriedade, e com que excepção, 719 — da obra, quando corre por conta do empreiteiro, 1397 — por conta do dono, 1398 e 1399 — da coisa vendida, 1550 — quando deve ser regulado pelo Codigo Civil, ou pelo Codigo Commercial, 1540 — na sociedade, quando o socio tiver contribuido com objectos certos e determinados não fungiveis, por conta de quem correrá, 1259 — quando por elle responde a sociedade, 1260 e 1261.

**Rubrica** — A sua existencia deve ser declarada pelo tabellião que lavrar o auto de approvação do testamento cerrado, 1922 n.º 3 — deve ser feita pela pessoa que assignar o testamento cerrado em todas as suas folhas, 1920 § unico.

## S

**Salarios** — Gosam de privilegio geral sobre os moveis, 884 n.º 5 — os dos procuradores judiciaes, e os adiantamentos por elles feitos prescrevem pelo lapso de dois annos, 540 — os procuradores e advogados haverão os de estylo no respectivo auditorio, além das despezas que fizerem com a causa, 1359 (vide *Dividas*) — o serviço domestico e saldo das contas do tutor, como será feito, 244. Vide *Alcances e Juros*, 257 e seguintes.

**Sebes** — A quem pertence a propriedade das sebes vivas, 2351 — as mortas, aonde podem ser collocadas, 2353 — a sebe commum, por quem será conservada e replantada, 2352 — todo o proprietario as pôde fazer, e de que modo, 2346.

**Segredos** — Não os pôde o advogado ou procurador revelar á parte contraria, 1361.

**Segundas nupcias** — A viuva que as quizer celebrar antes de terem decorrido trezentos dias depois da morte do marido, será obrigada a verificar-se se está ou não grávida, 1233 — a que proceder de modo contrario, a que penas fica sujeita, 1234 — o homem ou mulher que as contrahir, tendo outros filhos ou descendentes successiveis no

anterior matrimonio, o que poderá communicar, 1235 — a mulher que as contrahir depois de ter completado cincoenta annos, o que poderá alhear, 1237 — por que disposições é regulado o segundo matrimonio, 1239. Vide *Casamentos*.

**Seguro** — Quando se dá este contrato, 1538 — quando disser respeito a objectos commerciaes, deve ser regulado peloCodigo Commercial, 1540 — o seu premio no ultimo anno corrente tem preferencia nos productos seguros, 883. Vide *Dividas*.

**Sementeiras** — Em terreno alheio, que resultados tem, 2306. Vide *Plantações*.

**Sementes** — Direitos respectivos, 1301 n.º 3 (vide *Dividas*) — quanto á preferencia do seu embolso, 880 § 3.

**Senhorio** — Suas obrigações, 1606 n.ºs 1 a 5 — em que casos poderá despedir o arrendatario antes de acabar o arrendamento, 1607 — os arrendamentos excedentes a um anno, havendo adiantamento de renda, e os excedentes a quatro, não a havendo, estão sujeitos ao registo, 1622, combinado com os 949 § 2 n.º 6, 967 n.º 5, e 978 n.º 7.

**Senhorio directo** — É obrigado a registar o encargo emphyteutico, para que este produza effeitos em relação a terceiros, 1670 — na falta de pagamento de fóros, que direitos tem, 1671 — em que caso poderá consolidar os dois dominios util e directo, 1672 — deve abonar ao foreiro as contribuições respectivas ao fóro, 1675 § unico — quando o foreiro quizer doar ou trocar o predio, deverá d'isso avisar o senhorio, 1677 — se quizer vender ou dar em pagamento o predio, deverá igualmente avisar o senhorio, 1678 — as pessoas Moraes não gosam do direito de preferencia, 1679 — qual o direito que compete ao senhorio no caso do foreiro o não avisar da venda, 1681 — não pôde exigir as prestações atrazadas de mais de cinco annos, senão por obrigação de dividas feitas pelo foreiro, 1684 e 1693 (este prazo de cinco annos foi prorogado posteriormente) — os senhorios directos de bens particulares, anteriores á promulgação doCodigo, conservam-se mantidos na forma dos respectivos direitos, 1689 e 1694 — podem em todo o tempo usar do direito de preferencia, 1681.

**Senhorio util** — Vide *Foreiro*.

**Sentenças** — As proferidas pelos tribunaes estrangeiros sobre direitos civis entre portuguezes e estrangeiros, podem ser executadas perante os tribunaes portuguezes, 31 — em que termos deve ser proferida e dada á execução a que defere a curadoria definitiva dos bens do ausente, 65 — a de interdicção por demencia, quando e por quem deve ser proferida, 317 — deve ser publicada e registada, 319 — é executada pela autoridade civil a proferida no juizo ecclesiastico, 1088 — a que annullou o casamento, como será averbada, 2480 — passada em julgado, por effeito d'ella se extingue a hypotheca, 1027 n.º 2 — tendo passado em julgado a que julgar a prescripção, por ella se poderá fazer o cancelamento, 994 — criminaes por contrafacção de inventos quanto aos objectos adjudicados, 638 e seguintes — não se dão contra o ausente sem citação e edital, 65 — legitima os filhos, 119 n.º 2 — são admittidas a registo definitivo, 978 n.º 1, e 980 — as que passam em julgado, em que termos estão sujeitas ao registo, 949 n.º 3 — todas as de filiação, em que termos serão averbadas á margem, 2469 § 1 — como é por ellas responsavel o juiz, 2401 e seguintes — a que julgar a separação, deve ser annunciada, 1225 § 1 — são necessarias para fazer qualquer alteração no registo civil, 2450 — as que julgar a posse, para se registarem que requisitos devem ter, 524. Vide *Questões*.

**Separação** — A de pessoas e bens por quem é requerida e como, 1205 e seguintes — seu processo (regulamento de 12 de março de 1868) — quaes as causas de separação, 1204 — estas causas são julgadas pelo juiz e pelo conselho de familia, 1206 — em todos os casos que haja separação de bens deve haver inventario e partilha, 1211 — o conjuge que lhe der causa perderá o que tiver recebido do outro, 1213 — emquanto á simples separação judicial de bens, 1219 e seguintes — em casamentos feitos por menores não emancipados ou maiores sobre a tutela sem o necessario consentimento, 1060 — a judicial, quando existe por culpa do conjuge sobrevivente, não pôde elle succeder ao conjuge finado, 165 e 2003. Vide *Sociedade conjugal e Matrimonio*.

**Serviço domestico** — É o contrato pelo qual o individuo se obriga

a prestar temporariamente a outro, com quem convive, certos serviços mediante certa retribuição, 1370 — o estipulado por toda a vida de um ou de ambos os contrahentes é nullo, 1371 — qual o tempo de duração d'este contrato, 1372 e 1373 — acerca da retribuição, que deverá observar-se, 1374 e 1375 — quando pôde o serviçal ausentar-se ou despedir-se, 1376 e 1377 — o que se despedir sem justa causa, em que penas incorre, 1379 — o amo não pôde despedir o serviçal sem justa causa, 1381 — obrigações do serviçal, 1383 — obrigações do amo, 1384 — quando é que tem logar o juramento do amo na acção de soldadas, 1387 — com quem deve fazer-se o contrato de serviço dos menores, 1389.

**Serviço prestado** — Nos exercicios prestados nas artes liberaes, como serão regulados os seus respectivos vencimentos, 1409.

— **salariado** — O que é, 1391 — obrigações do serviçal, 1392 e 1394 — obrigações do servido, 1393 e 1395.

**Servidões** — O que são, 2267 — as servidões são inseparaveis dos predios a que pertencem, 2268 — como se dividem, e o que é cada uma das suas especies, 2270 — as continuas apparentes como podem ser adquiridas, 2272 — as continuas não apparentes, e as continuas apparentes ou não apparentes, como podem ser adquiridas, 2273, combinado com o 474 n.º 1 — a disposição d'este artigo não se applica ás servidões adquiridas á promulgação d'este Código, 2273 § unico — o dono do predio dominante, que obras pôde fazer no predio serviente, 2276 — as questões que se levantarem, como serão resolvidas, 2278 § unico — como acabam, 2279 — como corre para ellas a prescripção, 2280 — das servidões constituídas pela natureza da cousa ou da lei, 2282 a 2286 — constituem propriedade imperfecta, 2189 n.º 6 — em que termos é regulado este encargo, 2312 — são onus reaes sujeitos a registo, 949 § 2 n.º 2 — quando cessa esta obrigação, 2313 — as acções mencionadas no art. 484, em que termos são applicaveis ás continuas não apparentes e ás descontínuas, 490 — gosa d'ellas o usufructuario, 2206 — quando houver divisão de predio, de modo que sejam necessarias novas servidões, se fará nova declaração, 2143.

*Vide Direito de accesso, Transito e Propriedade.*

**Setteiras** — Quando as pôde abrir o proprietario, 2325. *Vide Frestas.*

**Sevicias** — São causa legitima de separação dos conjuges, 1204 n.º 4.

**Signaes** — Quaes os que excluem a presumpção de communhão entre muros, pátios e quintas de predios rusticos ou urbanos, 2337.

**Signal** — No contrato de compra e venda, a perda d'elle vale como compensação de perdas e danos, 1548.

**Soccorro** — É uma obrigação conjugal, 1384 n.º 3 — é obrigado a prestar-o aquelle que presenciar aggressões contra o direito de propriedade, 2368.

**Sociedade** — O que é, 1240 — de que modo se pôde provar, 1241 — quando começa e quando termina, 1275 e 1277 — n'ella como são feitas as partilhas, 1280 — pela renúncia de algum dos socios, quando tem effeito a dissolução, 1278 e 1279 — quando responde para com o socio, 1261.

— **conjugal** — De que modo pôde ser interrompida, 1203 — e como restabelecida, 1218 — como deve proceder o conjuge que pretender separar-se, 1206 — enquanto aos filhos, o que deve observar-se, 1212 e seguintes — havendo separação, ha sempre inventario e partilhas, 1211.

— **familiar** — O que é, 1281 — como pôde ser constituida, 1282 — como se rege, 1283 e seguintes — o que é que está a cargo d'esta sociedade, 1285 — dissolvida ella, como se procederá á partilha, 1289.

— **particular** — O que é, 1249 — como pôde ser provada, 1250 — direitos e obrigações reciprocas dos socios, 1251 e 1271 — suas obrigações em relação a terceiro, 1272 e 1274 — como é regulada sua administração, 1262 e 1270 — como se distribuem pelos socios os lucros e as perdas, 1262 e 1265.

— **universal** — Quaes os bens que pôde abranger, 1243 — de todos os bens presentes, como pôde constituir-se e provar-se, 1244 — quaes as despezas que ficam a cargo da que for de todos os bens presentes e futuros, 1246 — e quaes as que ficam a cargo da que for só de adquiridos, 1247 — como serão feitas as partilhas, 1248.

**Socio** — O encarregado da administração, que actos pôde praticar, 1266

e 1270 — sua responsabilidade, 1251 e 1252 — quando responde pelos juros, 1253 — quando póde renunciar a sociedade, 1278 — em que termos é para com elle responsavel a sociedade, 1261.

**Sogro** — Em que causas não póde ser testemunha, 2511 n.º 3.

**Soldadas** — De creados, por que tempo prescrevem, 538 e 539 — não se entende por conta d'ellas o legado deixado em testamento pelo amo ao creado, 1386 — de creados de lavoura ou jornaleiros, que preferencia tem, 880 § 3 — na falta de provas, para justificar o pedido pelo creado, é questão resolvida pelo juramento do amo, 1387 — o que póde o amo descontar na soldada do creado, 1388 — tem privilegio geral sobre os moveis, 884 n.º 4. Vide *Retribuição e Serviço domestico*.

**Solidariedade** — Quando a houver, póde o fiador exigir de qualquer dos devedores a totalidade da divida, 840 — dá-se em todos os que commetterem offensas contra os direitos de alguem, 2372 — e com que direitos fica aquelle que pagar por todos, 2371.

**Solo** — O que comprehende, 2288.

**Sonegados** — Os herdeiros que sonegarem os bens no inventario, perdem o direito ao beneficio do mesmo, 2053.

**Subemphyteuse** — É prohibida para o futuro, 1701 — emquanto á de preterito, o que se deve observar, 1702 — a quem pertence o respectivo direito de preferencia, 1703 — está sujeita ao registo a anterior á promulgação doCodigo, 949 § 2 n.º 3.

**Suborno** — Quando fundamenta a substituição dos membros do conselho de familia, 1206 § 3 n.º 1.

**Subrogação** — De que modo se póde dar, 778 — que direitos adquire aquelle que pagar sem consentimento do devedor, 779 — que direito póde exercer o subrogado, 781 — quando não póde haver subrogação parcial, 783 — póde o credor fazel-a com o herdeiro que pagou, 2123 — quando a póde o tutor aceitar pelo menor, 244 n.º 3.

**Substancias vegetaes terrestres e aquaticas** — Disposições que lhes são relativas, 468, 472 e 473. Vide *Occupação*.

**Substituição directa ou vulgar** — O que seja, quem a póde fazer e quando acaba, 1858 e 1859.

**Substituição fidei-commisaria** — Qual é, 1866 — em que é prohibida para o futuro e com que excepções, 1867 — a nullidade d'ella não envolve a da instituição de herdeiro ou legado, 1869 — que disposições são havidas por fidei-commissarias, e como taes prohibidas, 1871 e 1872 — os herdeiros ou legatarios, cujas heranças estejam sujeitas a ellas, são havidos por meros usufructuarios, 1873.

— **pupillar** — O que é, e quando tem lugar, 1860 — quando fica sem effeito, 1862 — que bens póde abranger, 1863 — os chamados a ella, como recebem a herança, 1864.

**Successão** — Em que consiste e como se divide, 1735 — quem se diz herdeiro e legatario, 1736 — que bens abrange a herança, 1737.

— **legitima** — Em que consiste, 1968 — como se defere, 1969 — o parente mais proximo em gráu exclue o mais remoto, 1970 — quem não póde por ella adquirir e com que excepção, 1978 e 1979 — os filhos legitimos e seus descendentes como succedem aos paes e demais ascendentes, 1985 — se os descendentes se acharem todos no primeiro gráu, como succedem, 1986 — como succederão, quando concorrerem todos ou parte d'elles representativamente, 1987 — entre os filhos legitimos comprehendem-se os legitimados por subsequente matrimonio, 1988 — os filhos illegitimos para succederem *ab intestato* a seus paes, em que circumstancias se devem achar, 1989 — se não concorrerem com posteridade legitima, que bens herdarão, 1990 — concorrendo com filhos legitimos, como herdarão, 1991 e 1992 — a dos paes legitimos, quando o filho fallecer sem descendentes, como se defere e com que excepção, 1993 — a dos paes illegitimos quando o filho falleça sem posteridade e sem consorte sobrevivivo, 1994 e 1995 — aos ascendentes do segundo gráu e dos seguintes é conferida a herança do fallecido na falta de paes, 1996 — estando todos no mesmo gráu, como é a herança repartida entre elles, 1997 — não se achando no mesmo gráu, será a herança conferida ao mais proximo, 1998 — como succedem na herança do filho perfilhado ou reconhecido, 1999 — não havendo descendentes nem ascendentes, se o fallecido não tiver disposto de seus



bens, quem herda, 2000 — se deixar ao mesmo tempo irmãos germanos, consanguíneos ou uterinos, tem os germanos dobrada parte da herança, 2001 — na falta de descendentes, ascendentes, e irmãos descendentes d'estes, succede o conjuge sobrevivente e com que excepção, 2003.

#### **Successão testamentária**

— O que é, 1739 — a disposição de certos parentes ou quaesquer outras pessoas sem designação, como se regula, 1742 — quaes as condições impostas pelo testador, que se reputam não escriptas, 1743 e 1744.

**Successor** — Sua obrigação quanto á collação dos bens não partiveis, 2113 e 2114.

**Suffragios** — Pela alma do fallecido não os paga a herança, salvo quando são ordenados em testamento, 2116 — só podem abranger o terço da terça do testador, 1775.

#### **Superveniencia de filhos**

— Sendo legitimos, e sendo casados o doador ao tempo de doação, motiva a revogação da doação nos dois terços, 1482, 1483 e 1485 e seguintes — quando não annulla as doações entre esposos, 1169.

**Surdo** — O que o for inteiramente, como pôde fazer testamento publico, 1916 — não pôde ser testemunha em testamento nem em outras causas, 1996.

**Surdos-mudos** — Em que tempo estão sujeitos á tutela, 337 — como podem fazer testamento cerrado, 1924 — a herança que lhe for deixada, como pôde ser aceite ou repudiada, 2026.

### **T**

**Tabellião** — É competente para arrolar os bens da herança, quando isto lhe for requerido pelo testamenteiro, 1900 § unico — em favor d'elle não pôde dispôr o testador, quando elle tiver feito o testamento, 1772 — perante elle e com testemunhas, deve o testador declarar a sua ultima vontade, 1912 — tanto elle como as testemunhas devem conhecer o testador ou justificar-se da sua identidade, 1913 — a elle apresentará o testador a sua ultima vontade, 1921 — sempre na presença das testemunhas, sem ler o testamento cerrado, lavrará o tabellião auto de ap-

provação, 1922 — emquanto ao testamento do surdo-mudo, que deverá fazer, 1924 — é obrigado a lançar uma nota no seu livro, 1926 — em que penas incorre, não observando as formalidades que são estabelecidas pela lei, 1925 — que formalidades deve observar quando o testador quizer fazer o seu testamento publico, 1914 e seguintes.

**Tapagem** — Todo o proprietario pôde murar, vallar, rodear de sebes a sua propriedade, ou tapal-a, e em que termos, 2346 e seguintes — quando se presumem communs os vallados e regueiras entre predios de diversos donos, 2348 e 2349 — a conservação da valla, ou regueira commum, por que disposições se regula, 2350.

**Tempo** — Como corre para a prescrição das cousas moveis, 532 e 534 — emquanto á prescrição negativa, 535 — é obrigação do comprador cumprir tudo o que estipulou no tempo e logar convencionado, 1583 — no tempo e logar convencionado deve ser pago o fóro, 1660 — quando não houver declaração, o que deve observar-se, 1661 — o do legado de usufructo, quando se entende por toda a vida, 1833 — sendo o legatario corporação perpetua, seloha por tempo de trinta annos, 1834 — antes do tempo marcado não pôde o menor receber o legado, 1835 — finda a sociedade, acaba o contrato social, 1276 n.º 1 — o do arrendamento nos predios urbanos, qual é, e quando se não estipular no contrato, como se entenderá o tempo por que foi feito, 1623 § unico — o da prescrição, como se conta, 560 e seguintes — quanto ao da prescrição em testamentos, 1967 — qual o em que deve pagar o cedente a responsabilidade que na cessão contrahiu pelo devedor, 793 — a designação do tempo em que deve começar ou cessar o effeito da instituição do herdeiro ter-se-ha como não escripta, 1747 — quanto ao logar e tempo da prestação, 739 e seguintes — o de noventa e cinco annos de idade do ausente termina a curadoria definitiva do ausente, 78 n.º 5, e 79 e seguintes.

**Terça** — Nas duas terças partes dos bens da herança consistirá a legitima dos herdeiros em linha recta descendente ou ascendente, 1784 § unico — quando os filhos forem perfilhados depois de contrahido o matrimonio, a

sua quota hereditaria sairá da terça disponível da herança, 1785 § 2 — quando se entende que o doador, que em contrato de casamento fizer doação, reserva a terça dos mesmos bens, 1462 — quando se entende que o doador reserva a terça da terça, 1463 e 1464 § unico — emquanto a ella, vale o testamento do que tinha filhos, que não conhecia ou sobrevieram depois de feito o testamento, 1760.

**Terceiro** — Póde constituir hypotheca, em favor de outrem, em bens do mesmo terceiro, 895 — póde dar penhor ao credor de quaesquer dividas sem consentimento do devedor, 839 — se por titulo authenticco emprestar dinheiro para pagamento de dividas, fica subrogado nos direitos do credor, 780 — póde oppôr-se á compensação, 777 — o que paga por outrem, que direitos adquire, 778 e seguintes — para elle desde quando começa a correr a separação de bens, 1229 — o que contrata com o mandatario, tem acção contra elle, 1352 — tem acção contra a posse em virtude de titulos não registados, 951 e seguintes — tem acção para annullar ou rescindir os contratos celebrados em seu prejuizo, 1030 e seguintes.

**Termo** — Quando chega, extingue o usufructo, 2241 — do mandato, quando se verifica, 1363 e seguintes — da curadoria definitiva, 78 e seguintes.

**Terrenos** — Os baldios, municipios e parochiaes são communs, 381 n.º 1. Vide *Propriedade* — terrenos encravados, vide *Direito, Transito*.

**Testador** — Instituinto-se certa generalidade de pessoas, póde commetter a terceiro a repartição da herança, 1740 § unico — não póde prohibir que se impugne o testamento, nos casos de nullidade declarada pela lei, 1752 — não póde renunciar o direito de revogar o testamento, 1754 — para a determinação da legitima, o que se deve observar quando ao mesmo tempo houver filhos legitimos, ou legitimados, ou perflibados, 1785 (vide *Legitima*) — se deixar herdeiros legitimarios, a que póde auctorisar o testamentario, 1895 — por elle póde ser escripto e assignado o testamento cerrado, ou por outra pessoa a seu rôgo, 1920 — quando póde o testador deixar de assignar o testamento, 1920 § unico — deve apresentar a sua

ultima disposição perante qualquer tabellião e com testemunhas, declarando que esta é a sua ultima vontade, 1921 — póde conservar o testamento ou entregal-o a pessoa de sua confiança, ou deposital-o e onde, 1927 — em que termos tem direito de instituir herdeiros e nomear legatarios, 1791 e seguintes — de que forma póde substituir uma ou mais pessoas aos herdeiros ou aos legatarios, 1858 — desde a sua morte se transmite a successão ao fidei-commisario, 1868 — póde nomear uma ou mais pessoas para cumprir o seu testamento, 1885. Vide *Herança*.

**Testamentaria** — Quando caduca, e neste caso a quem passa, 1904 § unico.

**Testamenteiro** — Quem é, 1885 — quem o póde ser e quem não, 1886 a 1888 — o nomeado póde recusar o encargo, e dentro de que tempo o póde fazer, 1889 e 1890 — o que aceitar, como póde demittir-se, 1891 — se se escusar de o ser, perde o que lhe for deixado no testamento, 1780 — quando se escusar, não póde exigir o legado que lhe for deixado por causa da testamentaria, 1889 — o seu encargo é gratuito, salvo a retribuição do testador, 1892 — suas attribuições, 1894, 1899 e seguintes, e 1905 e seguintes — o seu encargo não póde ser delegado nem se transmite a herdeiros, 1906 — as despesas que fizer são abonadas pela herança, 1908 — quando é responsavel por perdas e damnos, 1909 — havendo impedimento ou escusa, a quem incumbe o cumprimento do testamento, 1893 — como póde satisfazer ás despesas a seu cargo, 1898 — dentro de que tempo deve cumprir o testamento, quando n'elle não houver praso assignado, 1903 — a quem é obrigado a dar conta da sua gerencia, 1905 — quando for mais do que um, e o testador haja legado a todos os conjuntos alguma retribuição, a quem acresce a parte do que se escusar ou não poder aceitar o encargo, 1907 — como são abonadas as despesas feitas por elle no cumprimento do seu encargo, 1908 — o que se houver com dolo ou má fé no cumprimento do seu encargo, a que fica sujeito, 1909 — não póde comprar directamente, nem por interposta pessoa, os bens da herança, emquanto durar a testamentaria. Vide *Testamento, Testador*.

todos aquelles em que o bem dos filhos  
o exigir, 159 — a que por elle deixa o  
amo ao serviçal, não se entende que  
seja por conta das soldadas, 1386 —  
constitue a hypotheca dos legados, 935  
— a que despezas é obrigada a heran-  
ça, 2116 (suspensão pela portaria de 27  
de abril de 1868) — diversas fórmulas de  
testamento, 1910.

**Testamento cerrado**—Como se faz, 1920 e seguintes — deve ser apresentado ao tabelião e com testemunhas, 1921 — não o podem fazer os 'que não souberem ou não poderem ler, 1923 — como o pôde fazer o surdo-mudo, 1924 — sua nullidade, 1925 e seguintes — apparecendo aberto, dilacerado ou viciado de forma que não possa ler-se, como deverá proceder-se, 1940 — sua abertura e publicação, 1932 e seguintes — responsabilidade d'aquelle que o não apresentar, tendo-o, e dentro de que tempo, depois da morte do testador, deverá apresental-o, 1937 e 1938.

— **externo** — O que é, e como produz os seus efeitos, 1961 — quem pôde servir de tabellião na celebração e aprovação d'elle, 1962 — obrigações dos que fizerem esse testamento, servindo de tabelliães, 1963 e 1964.

— **marítimo** — O que é e como deve ser feito, 1948 e 1951 — onde deve ser depositado, e em que termos, 1953 e seguintes — em que caso unicamente produzirá efeito, 1958 — faltando-lhe alguma das solemnidades prescriptas, não produzirá efeito, 1960.

— **militar** — Qual é, como deve ser feito, e onde depositado, 1944 e 1945 — o militar ou empregado civil que souber escrever, pôde fazê-lo por seu próprio punho e de que forma, 1946 — faltando-lhe alguma das formalidades prescriptas na lei, não produz efeito, 1947.

— **publico** — O que é, 1911 — disposições que lhe são relativas, 1912 e 1919 — enquanto às pessoas que não podem ser testemunhas nos testamentos, 1966, combinado com o 2510.

**Testemunhas** — Quem o póde ser e quem não nos testamentos, 1966 — quem o não póde ser nos actos entre vivos, 2492 — enquanto as diversas especies de contratos, 2510 — o depoimento de uma só, destituído de qualquer uma outra prova, não faz fé em juízo, 2512 — como deve ser avaliada?

**Maillard's Second Law**

cl  
qu  
co  
pa  
co

a força probatoria dos seus depoimentos, 2514 — quando prevalece a do réo, 2515 — são necessárias como idoneas no testamento publico, 1912 — devem conhecer o testador e certificar-se de que está em seu juizo perfeito, e livre de toda a coacção, 1913 — devem assignar o acto feito pelo official publico, sob pena de nullidade, 2495 n.º 3.

**Theatro** — Sem consentimento do auctor, ou de quem o representante, nenhuma obra alli pôde ser representada, 595 § 1.

**Thesouro** — Quem o encontrar, sendo o dono conhecido, como deverá proceder, 422 — se aquelle que achar o objecto perdido não souber de quem é, o que é obrigado a fazer, 423 — se o objecto estiver perdido ha mais de trinta annos, ficará sendo propriedade do possuidor, 424 — ninguém o poderá procurar em terreno alheio sem permissão do dono, 425 e 426 — o descoberto pelo usufructuario no predio usufruido, por que disposições se regula, 2216.

**Título justo** — O que é, 518 — não se presume, 519.

**Titulos ou documentos** — Particular, o que é, 2431 — como deve ser feito, 2432 e 2433 — por elles se faz a demarcação dos predios, 2341 e 2344 — os particulares podem ser assignados de cruz ou a rôgo, 2434 — como se consideram em relação a terceiros, 2436 — estão sujeitos a registo, 978 § 6 — não se registando, que penas tem, 951 — emquanto aos titulos ou documentos authenticos, o apparecimento de novos titulos não invalida a transacção, e com que excepção, 1720 — emquanto ao seu registo, 978 n.º 4 — quando pôde o conservador recusar-se a registal-os, 941, 984 e 1025.

**Tombos** — Os das corporações ecclesiasticas extinctas, conservados em qualquer estação publica, quando são considerados como registos publicos para a qualificação da authenticidade dos documentos, 2423 § 2.º

**Tornas** — Se algum dos interessados declarar que não quer dal-as, como se procederá, 2146 — tem hypotheca legal, 906 n.º 7 — como se fara o seu registo, 934 — são constituídas como titulos de partilha, 934 — a di-nheiro, devem evitar-se quanto for possível, 2182.

**Trabalho** — Todos podem usar d'este direito, e como pôde ser limitado, 567 — quem no exercicio d'elle lesar os direitos de outrem, em que termos é responsavel, 568 — os resultados d'elle constituem propriedade em favor da pessoa que o exerce, 569. Vide *Serviço domestico*.

— **litterario** — Por que disposições se regula, 570 — a quem e quando é permittida a sua expropriação, 587 — é permittida a publicação das leis e regulamentos, e quaesquer outros actos publicos officiaes, 571 — com que limitações, 572 e seguintes, e 603 e seguintes. Vide *Auctores dramaticos e Obras dramaticas*.

**Tradição** — Vide *Posse*.

**Traducção** — Durante que tempo não pôde ser reproduzida senão pelo traductor, 577.

**Transacção** — É um contrato, e em que consiste, 1710 — pôde ser judicial ou extra-judicial, 1711 — o que é uma e outra, 1712 e 1713 — a feita por um dos com-interessados não obriga os outros, nem pôde ser invocada por elles, 1716 — a feita sobre interesse civil, resultante de delicto, não prejudica a acção do ministerio publico, 1717 — produz entre as partes o effeito de cousa julgada, 1718 — mas para produzir esse effeito, é preciso que se dêem as circumstancias do artigo 2503 (vide *Caso julgado*) — em que termos pôde ser rescindida, 1719 — a feita entre o fiador e o credor não abrange o devedor principal; nem entre este e o credor abrange o fiador, e com que excepção, 834 — quando pôde ou não ser invalidada por descobrimento de novos titulos, 1720.

**Transferencia** — A de cousas certas e determinadas por contratos, opera-se independente da tradição ou da posse, 715 e 717.

**Transformação** — Disposições que lhe são applicaveis, 2315 e seguintes — e com que direitos resulta da propriedade, 2169 n.º 2.

**Transito ou accesso** — Em que termos é exigivel por parte dos proprietarios dos terrenos encravados, 2309 e 2314.

**Transmissão** — Dos bens ou direitos immobiliarios, está sujeita a registo e em que termos, 1722 — da propriedade dos inventos, é regida pelas leis que regulam a propriedade movel,

626 — e com que alterações, 627 e 628 — a da propriedade não rescinde o arrendamento, sendo este feito em titulo authenticico ou authenticado, 1619 — se resultar de expropriações por utilidade publica, rescinde o arrendamento, 1620 — da herança do dominio e da posse d'ella se dá desde a morte do seu auctor, 2011.

**Transversaes** — Quando são chamados á herança, 2004 e 2005 (vide *Successão*) — constitue a quinta ordem de successão, 1969 n.º 5.

**Traslados** — Extrahidos na devida fórma dos documentos authenticos originaes, têm a força probatoria dos proprios originaes, 2498 e 2499 — quando devem ser confrontados com os originaes, 2500 — quando têm fé, 1501.

**Trespasse** — O seu direito não o pôde fazer o usuario ou morador usuario, 2256 e 2258. Vide *Successão*.

**Tributos** — A elles é obrigado o foreiro, podendo comtudo exigir do senhorio directo o respectivo fôro, 1675 — e quaesquer outros encargos annuaes, impostos sobre o producto ou renda dos bens usufruidos, 2238.

**Troca** — O que é, 1592 — quando se dá, 1545 § unico e disposições respectivas, 1592 a 1594.

**Tutela** — Quem d'ella se pôde escusar, 227 e seguintes — em que casos não é admittida a escusa, 228 e seguintes — quem d'ella pôde ser removido, 235 — como se dará aos filhos menores não perfilhados, 167 e 279 — suppre a incapacidade do menor, 100 — tambem se dá aos surdos-mudos, e sob os limites e termos d'ella, 337 e seguintes — em que penas incorre o tutelado, cassando sem a respectiva licença, 1060 — a dos filhos perfilhados, como se rege, 275 e seguintes — na dos filhos espuorios, como se procede, 279 e seguintes — a dos filhos legitimos ou illegitimos suppre o poder dos paes, na sua falta ou impedimento, 185 — ninguem d'ella pôde ser escuso, 186 — por quem é exercida, 188 e §§ (vide art. 189 e seguintes) — como é regulada a dos filhos de pessoas miseraveis, 294 e 296 — a dos conjuges, dos ascendentes ou dos descendentes dura por todo o tempo da interdicção, 331 — a dos menores expostos e abandonados, sendo os paes desconhecidos, a cargo de quem fica, 284 — a confiada pela mãe em testa-

mento ao segundo marido, é confirmada pelo conselho de familia, 224 n.º 5 — a approvação e exame das suas contas pertence ao conselho de familia, 250 — quando a dos interdictos por demencia recair no pae ou na mãe, como deve regular-se, 322 — recaindo no marido ou na mulher, que disposições se devem observar, 323 e 327 — e recaindo nos filhos maiores ou outras pessoas, 328.

**Tutela dativa** — Dá-se na falta dos tutores testamentarios e legitimos, 202 — em conselho de familia são nomeados os seus tutores dativos, os quaes não são obrigados a servirem por mais de tres annos, 203 e 204.

— **legitima** — A quem pertence e quando, 199 e seguintes — deve ser confirmada pelo conselho de familia, 201 § 2.

— **testamentária** — A quem pertence, e em que termos, 193 e seguintes.

**Tutelados** — Os maiores de quatorze annos tem direito de assistir ás deliberações do conselho de familia, sempre que se tratarem negocios de maior importancia, 212 — entre elles e seus tutores não começa nem corre a prescripção, 551 n.º 2.

**Tutelas** — Onde são registadas, como e sob que responsabilidade, 300 e seguintes.

**Tutor** — Sempre que for impugnada a presumpção da legitimidade do filho menor, ser-lhe-ha dado um, 113 — como será feita esta nomeação, 113 § unico — é dado ao menor, quando o pae for inhibido de reger a pessoa e os bens do mesmo menor, 141 — e quando entre elle e seus paes se levantarem conflictos de interesses, 153 — quando pôde o pae ou mãe nomeal-o ao filho menor ou interdicto, em testamento ou por acto authenticico, 193 e 196 — quando o poderão nomear as pessoas que deixarem ao menor herança ou legado, 197 — o testamentario por que tempo serve, 198 — o legitimo por que tempo serve, 201 — o dativo por quem é nomeado, e por que tempo é obrigado a servir, 203 e 204 — assiste com voto consultivo ás deliberações do conselho de familia, 215 — quem o não pôde ser, 234 — o removido não pôde ser vogal do conselho de familia, 242 — seus direitos e obrigações, 243 e seguintes — que actos lhe são prohibidos, 244 —

quando poderá receber doações do menor, 243 — sua gratificação, 247 — por que é responsável para com o menor, 248 — é obrigado a dar contas da sua gerencia e a quem, 249 — quaes as despesas que lhe serão abonadas, 252 — como lhe será pago o saldo das suas contas, 254 — seus alcances, 253 e seguintes — quando a elle e seus descendentes lhe não é permitido o casamento com a sua tutelada, 1063 e 1058 n.º 2 — quem não pôde ser compellido a aceitar a tutela, 228 e 230 — quando e como responde pela entrega dos bens e rendimentos ao menor, 930 § unico — faz arrendamento dos bens dos seus pupillos, não excedente a tres annos, 264 e 265 — não pôde comprar os bens do tutelado, 1562 n.º 2 — por quem é feita a sua remoção, 224 n.º 6.

**Tutores** — Nos cancellamentos que dizem respeito aos bens ou direitos de menores, que devem fazer, 993 — nos conselhos de familia o seu voto é meramente consultivo, 213 — devem dar ao curador dos orphãos todos os esclarecimentos que este lhe exigir em relação aos menores, 221 — quaes as pessoas que o não podem ser, 234 — por que tempo duram os testamentarios, 198 — a falta d'elles como é supprida, 202 — os dativos são nomeados pelo conselho de familia, 224 n.º 3 — legitimados, são confirmados pelo conselho de familia, 224 n.º 2.

## U

**Ultima vontade** — Por ella se pôde constituir o usufructo, 2198.

**Uso** — É um onus real sujeito a registo, 949 § 2 n.º 2 — o da coisa arrendada não pôde embarçar o senhorio, e com que excepção, 1606 n.º 3 — qual é o unico que pertence ao arrendatario, 1608 n.º 3 — o da propriedade commum e administração da mesma, como serão regulados, 2179 — em que consiste, 2254 — os direitos do uso e habitação, como se constituem e extinguem, 2253 e seguintes — o da servidão constituída não se pôde estorvar, e quando se pôde mudar esta, 2278 — o não uso pelo tempo necessario para a prescripção, acaba a servidão, 2279 n.º 2 — uso e administração da coisa commum, como se regula, 2179 — o de

habitação o que seja, 2254 § unico — os seus direitos constituem-se, e se extinguem pelos mesmos modos que o usufructo, e se regulam pelo seu titulo e na sua falta, 2255.

**Usuario** — É obrigado a inventario e a prestar caução, 2256 — o dos fructos de um predio, em que termos e até que ponto os pôde gosar, 2257 — não pode vender, alugar, nem trespassar por qualquer modo o seu direito, 2258 — quando é sujeito ás despesas de cultura, aos reparos de conservação e pagamento de contribuições, 2259 e 2260.

**Usufructo** — Resulta do direito de propriedade, 2169 n.º 1 — o que é, e como pôde ser constituido, 2197, 2198 e 2200 — em favor de quem se pôde dar, 2199 — direitos e obrigações que lhe são inherentes, 2201 — constituido em um rebanho de animaes, a que obrigações liga o usufructuario, 2223 §§ 1 e 2 — quando acaba, 2241 — até que tempo se pôde estabelecer a favor de qualquer estabelecimento, 2244 — concedido até certa idade de terceira pessoa, durará pelos annos prefixos, posto que antes falleça essa terceira pessoa, e sob que excepção, 2245 — constituido em edificio, destruido este, em que termos cessam os direitos do usufructuario, 2246 §§ 1 a 3 — como se procede no caso de indemnisação do usufructo expropriado por utilidade publica, 2248 — não se extingue, mas em que caso tem o proprietario acção contra o usufructuario, 2249. — o constituido a favor de varias pessoas acaba pela morte do ultimo usufructuario, 2250 e 2251 — transmite-se pela entrega dos titulos, 1160 — qual o que pôde ser hypothecado, 890 n.º 2 — reputa-se onus real, e é sujeito a registo, 940 § 2 n.º 2 (vide *Dote*) — o dos bens dos filhos perfilhados não o gosam os paes, 166.

**— dos bens dos filhos —** Quando, e em que termos pertence aos paes, 144 e 145 — quando não pertence aos paes nem o usufructo nem a administração dos bens dos filhos, 147 n.ºs 1 a 3 — dos bens dos filhos menores perde-o a mãe que passar a segundas nupcias, 162 — tornando esta a enviivar, recobra aquella administração, 164 § unico — a que encargos está sujeito, 148.

**Usufructuario** — Seus direitos

e obrigações, 2202 e seguintes — tem o direito de usufruir todos os fructos que a coisa usufruida produz, 2202 — pertencem-lhe os fructos agrarios, naturaes ou industriaes, pendentes ao começar o usufructo, e não é obrigado a abonar despesa alguma ao proprietario, 2203 — dos productos industriaes fabris, quaes lhe pertencem ao começar o usufructo, 2204 — emquanto aos fructos civis, 2205 — emquanto às cousas accrescidas ao usufructo, 2206 — o de vinhas, oliveas, e de quaesquer arvores ou arbustos fructiferos ou não, que direitos ou obrigações tem, 2210 e 2212 — que deve fazer quando descobrir no predio usufruido algum thesouro, 2216 — quaes as bemfeitorias que pôde fazer, e quaes as que pôde levantar, 2217 — de que meios pôde usar para ser mantido no usufructo, 2219 §§ 1 e 2 — suas obrigações antes de tomar conta do usufructo, 2221 — sua responsabilidade quando alienar o usufructo, 2224 — que reparações deve fazer no predio usufruido, 2228 a 2230 — que direito tem pelas quantias adiantadas para pagamento das dividas da herança, 2235 e 2236 — sobre elle recaem os tributos ordinarios e quaesquer outros encargos annuaes, impostos sobre a renda dos bens usufruidos, 2238 — emquanto às contribuições impostas no capital ou na propriedade, 2239 §§ 1 e 2 — quando colher os fructos prematuramente e com dolo, qual é a sua responsabilidade, 2253 — se a coisa usufruida for expropriada por utilidade publica, que direito tem, 2248.

**Usura** — O que é, 1636 — como se distracta este contrato, 1641 — sua prova, 1534 e § — seu objecto, 1637 e 1638. Vide *Juros*.

**Usurpação** — Quando a ha obriga a restituição e a indemnisação, se offende o direito de propriedade, 2169 n.º 4.

**Usurpadores** — De propriedade litteraria ou artistica, que responsabilidade têm, e como serão punidos, 607 e seguintes.

**Utilidade publica** — O testamenteiro que for encarregado de fazer alguma obra de utilidade publica, como deverá proceder, 1902 e seguintes.

— **propria** — N'esta conversão, e uso, ou producto da coisa alheia, consiste o usufructo, 2197.

## V

**Valla** — Com que disposições se deve conformar aquelle que quizer fazer alguma, 2346 e 2353. Vide *Escavações* (2321 a 2323 e §§), *Fossos*.

**Vallados** — Em que casos se presumem communs, quando os ha entre predios de diferentes donos, 2348 e seguintes.

**Valor** — Rescindido o contrato, como poderá havel-o cada um dos contraentes, 197 — se o valor for superior a 50\$000 réis, só por escriptura publica pôde ser constituída e provada a hypotheca voluntaria, 912 — quando ácerca d'elle houver duvida para a constituição da hypotheca, o que se deverá fazer, 937 — qual o direito do usufructuario pelo valor das reparações extraordinarias que fizer, 2229 § 1 — para se dar aos predios rusticos e urbanos, o que deverão fazer os louvados, 2094 — o de dominio util e directo como será calculado, 2095 e 2096 — como responde o donatario pelos valores dos bens da doação, quando revogada ou reduzida, 1492 e 1501 — quando o valor dos bens doados exceder a porção legitimária do donatario, será o excesso computado no excesso dos doadores, 2111 — aquelle que em terreno seu construir alguma obra com materiaes de outrem, adquirirá os materiaes, pagando o seu valor, além das perdas e danos, 2304 e seguintes — no caso de usurpação ou esbulho, como se fará a restituição d'elle, 2392 §§ 1 e 2 — quando é o usufructuario obrigado a restituir as cousas fungiveis que consumiu, 2209 — quando é o depositante obrigado a provar o de deposito, 1440 § unico — no caso de redução por superveniençia dos filhos, como será restituído ao doador o valor dos bens, 1484.

**Varanda** — Quando não a pôde fazer o proprietario, junto á extrema do seu terreno, 2325.

**Velhice** — Não serve de fundamento para impugnar a legitimidade do filho, 105.

**Vencimentos** — Por que tempo prescrevem os dos trabalhadores, e dos officiaes mecanicos que trabalham por jornal, 538 n.º 1 — emquanto às prescripções especiaes para diversos officios e profissões, 538 e seguintes — o fiador que pagar a divida antes do ven-

cimento, quando a pôde exigir do vendedor, 843 e 844.

**Venda** — O que é, 1544 — quando é que este contrato se torna escambo, 1545 — o que podem convencionar os estipulantes emquanto ao preço, 1546 — o risco da coisa vendida como será regulado, 1550 — para a apreciação d'este contrato não é necessaria a tradição do objecto, 1549 — para produzir effeito em relação a terceiros é necessario que o respectivo titulo seja registado, 1549 — as despesas da escriptura e registo ficam a cargo do comprador, 1552 — o que pôde ser objecto d'este contrato, 1553 e 1554 — ninguém pôde vender coisa alheia, 1555 — não pôde ser objecto d'este contrato a herança de pessoa viva, 1556 e 2042 — quem pôde celebrar este contrato, 1559 e 1567 — a dos bens mobiliarios e immobiliarios dos menores como deve ser feita, 267 e 274 — a de coisa que não existe é nulla, 1558 — quando entre os bens partiveis houver algum objecto não licitado e que não caiba nos lotes, como deve fazer-se a sua venda, 2145 e 2146 — se for feita a venda de algum predio subemphyteutico, a quem pertence o direito de preferencia, 1703 — na emphyteuse, 1678 — emquanto ao laudemio, 1705 — responsabilidade d'aquelle que a fizer de qualquer obra litteraria ou artistica, 609 — quando deve ser feita em hasta publica, 2119 e 2120 — forma d'este contrato, 589 — sendo o valor superior a 50,000 réis, só por escriptura publica se pôde provar, 1590. Vide *Compra*.

— **dos bens dotaes** — Podem fazel-a os paes para dotar os filhos, ou para os estabelecer, 1149 — pôde tambem fazer-se para alimentos, para pagamento de dividas da mulher ou do dotador, para reparação dos bens dotaes, 1149.

— **de bens hereditarios** — Quando é feita em hasta publica, 2053.

— **dos bens dos menores** — Como deverá fazer-se, 267 e 1898 § unico — para a dos moveis do menor, e respectiva applicação pelo tutor, é necessaria auctorisação do conselho de familia, 224 n.º 13 — de todos os objectos, e em que excepção se pôde fazer, 1553.

— **a retrò** — O que é, 1586 —

fica para o futuro prohibida, 1578 — emquanto á celebração em época anterior á promulgação doCodigo, o que deve observar-se, 1588.

**Vendedor** — Suas obrigações, 1568 — quem o pôde ser, 1539 e seguintes — como responde pela negligencia, 717 — não é obrigado a entregar a coisa vendida sem o pagamento do preço estipulado, 1574 — como deve fazer a entrega, 1575 — quando responde por perdas e damnos, 1579 e 1580 — as despesas da entrega da coisa vendida correm por sua conta, 1570 — depois da entrega da coisa vendida, não pôde rescindir o contrato por falta de pagamento de preço. Vide *Alheador*, *Comprador*.

**Ventre** — Quando a elle se nomeia curador em proveito do nascituro, 157 § unico.

**Vestuario** — É comprehendido no legado de alimentos, 1831.

**Vícios redhibitorios** — Quando com o pretexto de os haver no contrato de compra e venda pôde este ser rescindido, 1582 — em nenhum outro caso pôde ser rescindido o contrato de compra e venda com o fundamento de lesão, 1582.

**Vícios** — Quaes os que podem illidir a força probatoria dos documentos, 2493 e seguintes.

**Violação de honra e virgindade** — Em que consiste e qual a sua indemnisação, 2391.

**Violencia** — Quando a ha motiva a rescisão da transacção, 1719 — annulla o testamento, 1748 e seguintes — justifica a aceitação de herança, 2036 n.º 1 — quando auctorisa a repellar a força com a força, 2368 a 2370.

**Vistorias e exames** — É um meio de prova, 2407 n.º 2 — quando devem ter logar, 2418 — como devem ser avaliadas, 2419.

**Viuva** — A que contrahir segundas nupcias, antes de passados trezentos dias depois da morte do marido, é obrigada a sujeitar-se a um exame, para se verificar se está ou não grávida, 1233 e 1234 — se casar tendo descendentes do primeiro marido, só comunica a terça dos bens que tiver ou adquirir dos parentes por doação ou herança, 1235 — a que contrahir matrimonio depois de ter completado cincoenta annos, o que poderá alhear,



1237. Vide *Segundas nupcias*, *Matri-  
monio*.

**Vogaes** — Quem o não póde ser  
do conselho de familia, 234 — enquanto  
às suas escusas, 233 — quem, e quaes  
as pessoas chamadas a este cargo, 207  
— são obrigados a comparecer pessoal-  
mente, 213 e 214 — como são tomadas  
as suas decisões, 219 — quando não  
tem voto, 218 — o tutor ou protutor

que for removido, não o póde ser, 242.  
Vide *Conselho de familia*.

**Volta** — A do ausente extingue a  
curadoria, 78 n.º 1.

**Voto no conselho de fami-  
lia** — Quem o tem, 213 e 218 — são  
necessarios tres conformes, 217 — ne-  
nhum vogal do conselho de familia o  
tem em cousa relativa aos seus interes-  
ses, 218.



combinado com o 1117 § unico — que direitos têm em relação aos bens dos filhos, 144 e seguintes — deve dar parte ao juiz, no caso de gravidez, para lhe ser nomeado curador ao ventre, 157 — quando pôde nomear tutor aos filhos, 193 — quando perde o direito de dar ou negar consentimento aos filhos para casarem, 1060 e 1061 — por morte do marido, fica ella exercendo o poder paternal, 138 e 155.

**Mãe** — A responsabilidade proveniente d'ella não pôde renunciar-se, 1055 — contra que prescripções não pôde oppôr-se, 538 e 544 — nos contratos produz a sua nullidade, 663 — no caso de insolvencia do devedor, 1036 — a do alheador, que effeitos produz, 1048 — existindo na venda da coisa alheia, annulla o contrato, e com que responsabilidade, 1555 — no exercicio do cargo de testamenteiro, que effeitos tem, 1909 — quem com ella receber coisa indevida, deve restituil-a com perdas e damnos, 758 § 1 — como se procede, havendo-a na confusão, 2030 — emquanto aos actos e contratos celebrados em prejuizo de terceiro, 1033 e 1045 — presume-se no esbulho violento, 493 § 5 — obriga o possuidor á restituição dos fructos, 497 e 498 — na renuncia da sociedade, 1278.

**Maior** — Debaixo da tutela, em que penas incorre aquelle que casa sem a respectiva licença, 1060 e 1071 — que domicilio tem, 48 e 50.

**Majoridade** — É assignada, sem distincção de sexo, aos vinte e um annos completos, 311 — com certidão de idade, deve o menor requerer entrega dos bens e baixa no registo das tutelas, 312 — por ella termina o poder paternal, 170 n.º 3 — havendo sentença ou processo de interdicção, não podem ser entregues os bens ao maior, 313. Vide *Bens* — nos expostos ou abandonados é aos dezoito annos completos, 291.

**Mandado** — No que se passar para a convocação do conselho de familia, deve declarar-se o objecto principal que deve ser discutido, 211.

**Mandante** — Quando tem acção contra a mulher casada, e o menor não emancipado pelo exercicio do mandato, 1334 — quem o pôde ser e que actos podem ser objecto d'este contrato, 1332.

**Mandatario** — Suas obrigações

em relação ao constituinte, 1335 e 1343 — obrigações d'este em relação áquelle, 1344 e 1349 — obrigações e direitos de ambos em relação a terceiro, 1350 e 1353 — quando não pôde comprar, 1362 n.º 1 — quem não pôde ser mandatario ou procurador, 1354.

**Mandato** — O que é ou procuradoria, 1318 — em que consiste, 1318 — pôde ser verbal ou por escripto, 1318 — como se prova um e outro, 1326 — o instrumento que o confere, chama-se procuração, 1319 — quando é necessario procuração publica e quando particular, 1327 e 1328 — quando é sufficiente o simples mandato verbal, 1329 — é de sua natureza gratuito, e com que excepção, 1331 — o que pôde ser objecto do mandato, 1332 — quando termina, 1363 — pôde ser revogado pelo constituinte livremente, 1364 — o judicial só pôde ser conferido por procuração publica ou havida por tal, 1355 — quando se considera mandato a gestão, 1726 — quem pôde acceital-o, 1333 — o judicial, que pessoas o não podem exercer, 1354.

**Manifesto** — Quando, sem elle, se não pôde fazer o registo definitivo, 980.

**Manutenção de posse** — Quaes as pessoas que a podem intentar e contra quem, 504 — por que tempo prescreve, 482 n.º 4, 485 e 504 § unico. — Vide *Acção*.

**Marachões** — O que produzem naturalmente pertence aos donos dos predios servientes, 458.

**Marido** — No matrimonio segundo o costume do reino, de que bens pôde dispôr, 1118 e 1119 — não pôde ser testemunha nas causas da mulher, 1185 — sem outorga da mulher não pôde fazer nem repudiar a herança, 1120 e 2024 — que responsabilidade tem, quando alhear bens dotaes nos casos em que o não pôde fazer, 1151 — não pôde dispôr em favor do seu cumplice, assim julgado, 1772 e 1774 — quando pôde contrahir dividas sem consentimento da mulher, 1110 — não pôde emprazar sem consentimento da mulher, 1668 — tem obrigação de proteger sua mulher, 1185 — por que obrigações da mulher responde, 1198 e 1199 — quando sobrevive, continua e com que excepções, na posse e administração dos bens do casal, 1122 e 1117 — quando pôde revo-

gar a auctorisacão concedida á mulher, 1197 — não póde alienar bens immobiliarios, nem estar em juizo sobre questões de propriedade e posse, sem consentimento da mulher, 1191 — os seus rendeiros têm direito a serem pagos das bemfeitorias necessarias e uteis que fizerem nos bens dotaes, 1163 — só por elle ou por seus herdeiros póde ser arguida a nullidade proveniente da falta da auctorisacão dada á mulher, 1200 e 1201 — a sua má administração auctorisca a separação de bens na sociedade conjugal, 1219 — o segundo nomeado tutor dos filhos da mulher, deve ser bonfímado pelo conselho de familia, 193 — incumbelhe, no caso de legitimação por subsequente matrimonio, a obrigação de requerer o averbamento da legitimação, 2469 § 2 — o que casar, tendo descendentes do primeiro matrimonio, quaes são os direitos que perde, 1235 — sendo tutor da mulher interdicta, continua a exercer os seus direitos conjugaes, 326 — póde revogar a auctorisacão dada á mulher, 1197 e seguintes — seus direitos e obrigações, 1184 e seguintes — em que termos poderá dispôr dos bens mobiliarios dotaes, 1148 e 1149.

**Materias primas** — Pelo seu custo ha privilegio, 883 n.º 1.

**Maternidade** — Declaração d'ella, quando se admite no registo civil, 2467 — quando é permittida esta acção, 131 e 133.

**Matrimonio** — A mulher portugueza que casa com estrangeiro perde a sua qualidade de portugueza, mas póde tornar a recuperall-a, e com que excepção, 22 n.º 4 — póde annullar-se, 165 — o que seja, 1056 — é civil ou catholico, 1057 e 1081 — disposições communs a ambos, 1058 e 1068 — especiaes ao catholico, 1069 e 1071 — especiaes ao civil, 1072 e 1082 — sua prova, 1083 — sua annullação, 1086 e 1095 — legitima os filhos nascidos antes d'elle, 119 — dissolvido, termina a communhão, 1121 — desde a sua celebração principiam os effeitos da legitimação, 119 § 3 — a quem aproveita, e quaes os seus direitos, 120 e 121 — no registo do logar onde é celebrado, ahi se fazem os assentos respectivos, 2475 — dissolvido elle, restitue-se o dote á mulher ou a seus herdeiros, 1156 e 1158. Vide *Casamento*.

**Mattos e mattas** — Vide *Occupação, Propriedade*.

**Máu procedimento** — Motiva a rescisão do contrato de aprendizagem, 1425 n.º 3 — e do mesmo modo o máu tratamento do mestre, 1425 n.º 2.

**Medicos e cirurgiões** — As suas retribuições por que tempo prescrevem, 539 — em seu favor não produzem effeito as disposições do enfermo, e em que termos, 1769 e seguintes.

**Menores** — Quaes as pessoas assim consideradas, 97 e 311 — como podem emancipar-se, 304 e seguintes — concedida a emancipação não póde ser revogada, 310 — como é supprida a sua incapacidade, 100 — os contratos por elles celebrados illegitimamente não podem ser impugnados pelos outros estipulantes, 99 — os actos e contratos legalmente celebrados pelos menores não podem por elles ser rescindidos, 298 — que disposições devem ser observadas na venda e arrendamento dos seus bens, 263 e 274 — não gosam do privilegio de restituição por inteiro, 297 e 299 — os não emancipados não podem ser procuradores, 1354 n.º 1 — não podem pedir a restituição do que tiverem pago, 1535 § unico e 1536 — quando são considerados como expostos, 283 — quando não corre contra elles a prescripção, 549 e 550 — o serviço d'elles com quem deve ser contratado, 1389 e 1390 — sendo herdeiros, ha inventario, 2012 e 2064 — tendo bens a grandes distancias, como se procede á sua administração, 225 — têm hypotheca legal nos bens dos seus tutores, 906 n.º 2, e 918 — ao conselho de familia pertence determinar qual deva ser a sua profissão, 224 n.º 7 — quando não podem exigir o legado antes do tempo marcado, posto que emancipados, 1835 — são válidos os emprestimos para alimentos por elles contrahidos, 1536 n.º 3 — os não emancipados não podem ser testamenteiros, posto que auctorisados pelos paes ou tutores, 1888 — nem testemunhas em testamentos, 1966 — os de quatorze annos, sendo varões, e os de doze, sendo femeas, não podem casar, 1073 n.º 4 — não podem ser testemunhas, 2510 n.º 3 — para prover ácerca da pessoa e bens d'elles, quem é competente, 188 — sendo herdeiros, quem deve dar parte do fallecimento, 189 — qual o seu domicilio, 47 e 50 —



os illegitimos perflhados estão sujeitos ao poder paternal, 166 — quando não podem testar em beneficio de tutores, mestres, ou de quaesquer pessoas a quem estejam entregues, 1767 e 1770 — casados, sem que seja averbado o registo provisorio do dote e da hypotheca, não se defere o requerimento para a entrega de bens, 930 — os actos praticados pelo menor sem a devida auctorisação, são nulos, 299 — por quem pôde ser aceite a herança deixada a menores e de que modo, 2025 — sendo interessados em bens do usufructo, d'elles se deve fazer inventario, 2221 n.º 1 — pelos seus direitos e interesses tem de velar os curadores geraes dos orphãos e magistrados do ministerio publico, 220 — os menores de vinte e um annos não podem casar sem licença, 1058 — obrigação que tem o testamenteiro de participar ao juiz respectivo a herança ou legado, 1901 — quando deve contra elles intentar-se a acção de demencia, 314 § unico — não podem emprazar nem receber de emprazamento, 1667 — os não emancipados, quando não podem ser mandatarios, 1334 e 1354 — a sua educação faz objecto dos alimentos, 171 — os não nascidos, como poderão adquirir doações, 1479 e seguintes — o que se deve observar nos emprazamentos de seus bens, 1665 — emquanto ao arrendamento e venda de seus bens, 263 e seguintes.

**Mestres** — As suas retribuições prescrevem pelo lapso de tres annos, 541 n.º 1 — não podem ser contemplados no testamento dos mesmos seus discipulos, 1768 — o mau tratamento revoga o contrato de aprendizagem, 1425 n.º 2 — não podem reter o aprendiz além do tempo convencionado, 1428 e 1429 — como são arbitrados os seus vencimentos na falta de agente, 1409.

**Mez** — Tem trinta dias, 560 § 2.

**Mezadas** — A mãe que passar a segundas nupcias, poderá exigir que o conselho de familia arbitre as necessarias a seus filhos, 162. Vide *Alimentos*.

**Militares** — Arregimentados e não arregimentados, onde têm o seu domicilio, 52 § unico — contra elles não corre a prescripção, estando em serviço activo, 551 n.º 5.

**Minas** — Não as pôde abrir de novo o usufructuario, 2213 — todos têm direito de as pesquisar independente de

auctorisação do governo, 465 e 466 — o que lhes diz respeito é regulado por legislação especial, 467 — em que termos as pôde abrir o proprietario no seu predio, 2321 e seguintes.

**Ministerio publico** — Requer a curadoria provisoria dos bens do ausente, 56 — vela pelos interesses dos ausentes, 62 — tem competencia para requerer o inventario dos bens que vierem ao ausente, 72 — é obrigado a dar-lhe informações o protutor do interdicto, 330 — pôde intentar a acção de prodigalidade, 341 — é ouvido sobre a illegalidade dos titulos para registrar, 981 § 2 — é o defensor do arguido na interdicção requerida pelo parente successivo, 315 — appella sempre da sentença que julgar a interdicção, 317 n.º 7 — é ouvido no registo de mera posse, 524 — é ouvido nas causas de separação, 1207.

**Ministro da igreja** — O que celebrar algum casamento contra o disposto noCodigo, que penas tem, 1071.

**Mobiliarios e immobiliarios** — Vide *Privilegios*, 879.

**Moeda** — Em qual se farão os pagamentos, mesmo mudando de valor, 724 e seguintes — pôde ser substituida e como, 940 — a convencionada no contrato é mantida pela lei, 724 e 725.

**Mora** — 676 § 2.

**Moral publica** — Os actos que lhe são contrarios não podem fazer objecto de contrato, 671 n.º 4.

**Moratoria** — Feita ao devedor, extingue a fiança, 852.

**Morte** — Na sociedade particular, extingue a sociedade, 1276 n.º 4 — a do amo ou do servical, extingue o serviço domestico, 1385 — a certeza d'ella extingue a curadoria definitiva, 78 n.º 3 — constitue a data do escripto de alguns signatarios, 2436 n.º 2 — extingue a substituição pupillar a do substituido, 1860 — termina o contrato de aprendizagem, 1430.

**Morto** — Assim se presume o ausente que completou noventa e cinco annos, ou passados vinte de ausencia, 78 n.º 5 e 83.

**Mortos** — Quando muitos morrem do mesmo desastre, quaes se presumem ter morrido primeiro, 1738.

**Mouchões** — A quem pertencem os formados nos rios, 2294 a 2297.

**Movel** — Cousa ou bens moveis,

como se entende esta expressão, 377 § unico, e 378.

**Moveis** — Adquiridos pelos socios, quando se consideram da sociedade, 1286 — os de que o pae tiver o usufructo, como serão restituídos, 154 § unico — o que são, 373 — sua prescripção, 532 — não os deve entregar o empreiteiro sem receber o preço, 1407 — vendidos com má fé, 886 § 6.

**Mudança** — De estado e insolvencia, faz terminar o mandato, 1363 n.º 4 — de fortuna do devedor, que direito dá ao fiador, 843 n.º 2 — auctorisca o credor a exigir outro fiador, 825.

**Mudos** — Não podem ser testemunhas, 1966 n.º 5.

**Mulher** — A do prodigo, que for casada com separação de bens, conserva a administração dos seus proprios, 347 — não pôde contrahir dividas sem auctorisação do marido, excepto estando elle ausente ou impedido, 1116 — quando pôde administrar, 1117 § unico — pôde dotar-se a si propria ou ser dotada, 1135 — deve prestar obediencia ao marido, 1185 — tem obrigação de acompanhar o marido, excepto para paiz estrangeiro, 1186 — a que for auctora não pôde publicar os seus escriptos sem consentimento do marido, 1187 — gosa das honras do marido que não sejam meramente inherentes ao cargo que elle exerce, e conserva-as enquanto não passar a segundas nupcias, 1188 — quaes as excepções em que pôde estar em juizo sem auctorisação do marido, 1192 — não pôde sem auctorisação do marido alienar ou adquirir bens, excepto nos casos em que a lei o permite, 1189 e 1193 — quando é válida a sua fiança, 820 n.º 3 — não pôde ser testamenteira sem auctorisação do marido, 1887 — e como pôde ser supprida a auctorisação, 1887 — ficando gravida á morte do marido, como deve proceder, 157 — suas obrigações e direitos, 1186 e seguintes — não pôde ser testemunha nas causas do marido, 2511 n.º 4 — as doações de moveis ou dinheiro, feitas pelo marido sem consentimento da mulher, são levadas em conta da meação d'elle, 1471 — quando tem direito de embargar de terceiro, sem necessidade da auctorisação do marido, em qualquer execução feita nos seus bens dotaes ou proprios, 1230 — não pôde ser testemunha em testamento, 1966 — não pôde

aceitar nem repudiar herança sem auctorisação do marido, ou supprimento d'ella, 2024 — casada, que domicilio tem, 49 — quando pôde requerer a separação de bens, 1219, 1223 e 1225 e seguintes — quando tem hypotheca legal nos bens do marido, 906 n.º 3 — como é constituida, 925 § unico — do ausente deve fazer inventario e partilhas, 90 e seguintes — estrangeira que casa com portuguez, fica portugueza, 18 n.º 6 — entre ella e terceiros, quando começam as prescripções, 551 § 3 — não pôde emprazar sem consentimento do marido, 1668 — pôde fazer doação ao marido, 1178 e seguintes — portugueza que casa com estrangeiro, quando se conserva portugueza, 22 n.º 4 — pôde mandar registrar a hypotheca do dote, 984 e 1003 — pela separação de bens entra na administração dos seus, 1223 — quando for tutora do marido exerce todos os direitos que lhe competem, 327.

**Municipalidades** — Quanto aos filhos menores de pessoas miseraveis, 294 e seguintes — municipio é pessoa moral, 382 § unico — pôde impôr multas pelas transgressões, 443 e seguintes.

**Muros e paredes meias** — Quando adquire n'elles communhão o proprietario confinante, 2328 — no muro commun não pôde um dos proprietarios abrir frestas, janellas, ou fazer qualquer outra abertura, sem consentimento do seu consorte, 2329 — o consorte que não tiver concorrido para o alçamento, como poderá adquirir communhão na parte augmentada, 2333 — a sua reparação e reconstrução, como deverá ser feita, 2334 — como se deverá proceder, quando os diversos andares de um edificio pertencerem a diversos proprietarios, 2335 — aquelles que estiverem entre predios rusticos, ou entre quintaes e pateos de predios urbanos, presumem-se communs, 2337.

**Musica** — Vide *Auctores*.

**Mutuário** — Desde quando adquirir a cousa mutuada, 1523 — quando e como é obrigado a restituir, 1524 e seguintes.

**Mutuo** — O que seja, 1507 — qual a sua prova, 1534.

**Mutuo consenso** — É exigido para a validade dos contratos, 641 e 643

n.º 2 — deve ser claramente manifestado, 647 e 648.

## IN

**Nascimentos** — Seu registo em casos especiaes, 1470 e 1474 — no registo dos nascimentos podem os paes reconhecer seus filhos, nascidos antes do matrimonio, 119 n.º 1, e 2490 § 1 — como se provam, 2441 e 2442 — o civil, o que comprehende, 2445 n.º 1 — em viagem de mar, 2471 — nos lazaretos, 2470 — em que praso deve ser apresentado o recém-nascido ao registo civil, 2439 — quem é obrigado a fazer as declarações respectivas, 2460 e 2464 — quando não podem ser admittidas as declarações de paternidade, maternidade ou avoenga dos filhos illegitimos, e sob que excepção, 2467.

**Nascituros** — Quando podem adquirir por doação, 1479 — seus direitos, 1777 e 1824 — adquirem a capacidade jurídica, 6.

**Naturalisação** — Como se podem naturalisar os estrangeiros, 19 e seguintes.

**Naufragio** — Vide *Occupação*.

**Negligencia** — Quando por ella é responsavel o socio, 1258 — emquanto á dos paes e tutores, 2379 — e culpa, são synonymos no contrato de compra, 717 — por ella póde annullar-se o contrato, 735.

**Ninhos** — É absolutamente defeso destruil-os em qualquer predio atheio, 393.

**Nomeação** — A de um nóvo procurador equivale á revogação da primeira procuração, 1365 — de legatarios, 1791 e seguintes — de louvados, vide *Avaliação*.

**Noivos** — Que declarações devem fazer para poderem casar civilmente, 1075 — escolhem um dos seus districtos para fazerem o casamento, 1077 § 1 — comparecem por si ou por procurador, 1081.

**Nota marginal** — Se o testamento cerrado a tem, que deverá fazer o tabellião, 1922 n.º 4.

**Notificação** — Da cessão, deve ser feita ao devedor por forma autentica, e para que, 780, 791 e 792.

**Novação** — Como se effectua, 802 — não se presume, e é necessario que

seja expressamente estipulada, 803 — como póde fazer-se, 804 — quando fica sem effeito e quando é nulla, 810 e 813 — quaes os seus effeitos, 805 e 814 — extincta por ella a divida antiga, ficam tambem extinctos todos os direitos e obrigações accessorias, 807 — quando por ella ficam exonerados todos os com-devedores, 809 — quando ella for nulla, subsiste a antiga obrigação, 813.

**Nulla** — É a cessão de direitos ou creditos litigiosos ás auctoridades, que a respeito d'elles tenham competencia, 785 § unico — é a venda da cousa que não existe nem póde existir, 1558 — é a convenção esponsalicia que altera a ordem legal da successão, 1103 e 1197 — quando o é a doação, 1460, 1473, e 1481 e seguintes — os contratos da mulher sem auctorisação do marido, 1200 — é a obrigação de contrahir futuro casamento, 1067 — quando o é a divisão da cousa immobiliaria, 2184. Vide *Nullidade*.

**Nullidade** — A de titulos para registo é resolvida pelo poder judicial, e esta resolução apresentada ao conservador, por ella se tornará definitivo o registo, 981 § 2 — quando existe na divisão das cousas immobiliarias, 2184 — a da substituição fidei-commissaria não envolve a nullidade da instituição ou legado, 1869 — quando existe nos pagamentos de dividas e legados da herança durante a formação do inventario respectivo, 2056 § 2 — no testamento extorquido por violenciã, por dolo ou fraude, 1748, 1751 e 1773 — quando existe nas decisões, 1460 — a dos actos praticados contra a lei, como póde sanar-se, 10 e § unico — existe na renuncia do direito de registrar ou de qualquer outro que provenha do registo, 998 — em que casos existe, dando-se a posse de bens immobiliarios, 954 e 955 — quando existe nos actos praticados pelos menores, 299 — a da condição, por impossibilidade, produz a da obrigação, que da condição dependia, 683 — a do contrato póde ser opposta por via de excepção, 693 e seguintes — a da pena nos contratos não os annulla, 673 — mas existe na condição que estipular no contrato certa pena de não cumprimento do contrato, 674 e e 675 — existe no contrato, e quando, 656 e seguintes, 660 a 668 — dos privilegios e perda dos inventos, 632 e seguintes — quando existe

nos actos e contratos celebrados pelo interdito, 334 e 335 — em que termos pôde ser sanada pelos tribunaes a da nomeação de vogaes para o conselho de familia, feita contra os preceitos da lei, 207 § 3 — a de contratos de casamento, 1067 e § unico — existe na venda de coisa alheia, e sobre que responsabilidade, 1555 § unico — e na venda de coisa que não existe, 1558 § unico — quando existe nas doações, 1480 e 1481 — quando d'esta se pôde valer o incapaz que aceitar o deposito, 1433 n.º 2 — no contrato feito entre as partes com seus advogados e procuradores, 1358 — quando existe nos contratos de compra e venda, 1567 § unico — quando pôde ser allegada pelo marido, ou por seus herdeiros, a que provier por falta de auctorisação à mulher, 1200 — como pôde sanar-se, 1202 — quando existe na sociedade, 1242, vide *Nulla* — a do casamento catholico só no juizo ecclesiastico se pôde demandar, 1086 a 1088 — sobre a do casamento civil, 1089 e 1090 a 1094 — a do casamento produz, quanto aos bens dos conjuges, os mesmos effeitos que tem a dissolução por morte, 1095 — quando existe nos documentos officiaes, 2494 — quando existe nos documentos extra-officiaes, 2495 — havendo-a na novação, fica subsistindo a antiga obrigação, 813 — existe na fiança que recae em obrigação que não seja válida, 822 §§ 1 e 2 — a do casamento civil quando se dá, 1074.

**Nullidade de processo** — É o unico fundamento para a rescisão das partilhas judicialmente feitas, 2164, 2165 e 2166.

— **de registo** — As acções sobre a sua nullidade estão sujeitas a registo, 949 n.º 3.

— **de testamento** — Por defeito de formas ou de solemnidades externas, por que tempo prescreve, e como é contado, 1967.

**Nulla** — É o serviço domestico, sendo contratado por toda a vida, 1371 — são os contratos de censo consignativo, que não forem celebrados por escriptura publica, 1646 — é o contrato, cujo objecto não seja physica e legalmente possível, 669, 670, 684 e 685 — como se entende esta impossibilidade physica, 670, 684 e 685 — é o legado de coisa alheia, mas em que caso se deve satisfazer esse legado, 1801 — é a dis-

posição do testador, quando feita sob condição de que o seu herdeiro ou legatario faça em seu testamento igual disposição a seu favor ou de outrem, 1809 — em que caso o não é o testamento aberto, 1939 — é o testamento publico, faltando-lhe as formalidades prescriptas, 1919 — e sob que responsabilidades para o tabellião, citado artigo — quando o são os pagamentos de dividas e legados da herança, durante a formação do inventario respectivo, 2056 § 2 — são os actos do mandatario por este praticados fóra dos limites expressos no mandato, 1351 e seguintes — quando o são os actos em relação a terceiros, e de que resulte modificação ou transmissão de propriedade não registada, 955 — os arrendamentos por mais tempo que o usufructo, 1601.

**Numero de paginas** — É preciso que se declare no acto da approvação do testamento cerrado, 1922 n.º 2.

## O

**Obito** — Como se prova, 114, 2441, 2444 e 2445 — antes do cadaver ser sepultado, deverá ser feito o respectivo registo, 2481 e seguintes — o de preterito como se prova, 2443. Vide *Registo civil*.

**Objecto dos contratos** — 643 — é nulla aquelle em que o consentimento for extorquido por coacção, 656 — deve ser physica e moralmente possível, 669 — emquanto às clausulas que podem ser estipuladas, 672 e seguintes — tudo que não está exceptuado por lei e regulamentos administrativos, estando no commercio, 1553.

**Obras** — Não havendo declaração, em que praso as deve concluir o empreiteiro, 1399 e 1408 — quando estiverem feitas, em que casos se pôde requerer a sua demolição, 713 — se alguém as fizer em terreno seu com materiaes alheios, que deverá observar-se, 2304 — piedosas encarregadas em testamento, 1836 e 1902. Vide *Empreitada*.

— **dramaticas** — Em que termos gosam os auctores d'ellas da sua propriedade e dos direitos que lhes são inherentes, 594 e 601 — artisticas, 602 — emquanto às obrigações communs aos auctores das obras litterarias, dramaticas e artisticas, 603 e 606.



**Obras litterarias** — Com que disposições se deve conformar o auctor d'ellas, 603 e 606 — qual a responsabilidade que tem os contrafactores ou usurpadores da propriedade d'ellas, 607 e 612 — as manuscriptas são trabalho do seu auctor, 570 e 593. Vide *Trabalho*.

**Obrigações** — Civil, o que é e que legislação lhe é applicavel, 340 — a de conferir, havendo contestação, não suspende a partilha, prestando caução o conferente, 2112 — extincta a principal, fica extincto o respectivo privilegio, 1026 n.º 1, e 1029 — extingue-se com o deposito, 761 e 762 — o que a ella se obrigou, não a cumprindo, de que modo responde por perdas e danos, 711 e seguintes — a dos fiadores, quando se extingue, 848 — a reprovada por lei não pôde ser objecto de novação, 812 — quando é que se não extingue a do abonador, 849 — a do fiador como principal pagador, quando auctorisa o credor a demandal-o sem prévia execução dos bens do devedor, 830 — ninguém pôde eximir-se da imposta por lei, 712 n.º 2 § 1 — nasce do contrato a que alguém se sujeita, 641 — a do fiador e devedor extingue-se com a herança, 848 e 849 — se a novação for nulla, fica ella tambem nulla, 813 — d'ella, quando podem nascer hypothecas legaes, não a contraher o menor de vinte e um annos pelos contratos anteriores a essa época, 98 e seguintes — a de reparar a offensa, quando se dá, 368 — os direitos d'ella resultantes como se transmittem, 703 — a solidaria obriga a cada um e a todos os obrigados, 731, 742, 752, 1348 e 1904.

**Obrigações** — O domicilio do cidadão determina em certos casos o cumprimento d'ellas, 40. Vide *Domicilio* — as impostas por lei não podem ser objecto de contrato, 671 n.º 4 — os portuguezes que as contrahirem em paiz estrangeiro, podem ser demandados no reino, 25 — emquanto aos senhores e foreiros, 1670 e seguintes e 1689 — as paternas não podem alterar-se por pacto antenupecial, 1103 — a que provém do emprestimo, 1509 — emquanto ao depositario e depositante, 1435 — o credor com penhor, 861 — as que oneram o predio expropriado, desde quando obrigam, 1023 e 1024 — quaes as dos socios na sociedade particular, 1251 —

ninguem pôde eximir-se do seu cumprimento, quando imposto por lei, allegando ignorancia ou desuso d'ella, 9 — extinguem-se, não tendo sido exigido o seu cumprimento legal, 505. Vide *Contratos*.

**Oculos para luz** — Podem ser abertos para a propriedade do visinho, 2325.

**Occupação de thesouros e cousas escondidas** — Vide *Thesouros*. — É permittida a de quaesquer objectos de productos naturaes que não forem propriedade exclusiva de outrem, 430 — das aguas, como é permittida, 731 — as cousas moveis abandonadas podem ser occupadas pelo primeiro que as encontre, 411 e 412 — das embarcações e de outros objectos naufragados, 428 — a das substancias animaes creadas nas aguas publicas regula-se pelas disposições dos art. 429, 468 e 469 — emquanto aos animaes bravios, 400 — emquanto aos animaes domesticos abandonados, perdidos ou extraviados, 404 e seguintes — aquelle que se apropriar de thesouros e cousas escondidas perde a parte que lhe pertencia, 427 — que occupação devem dar os paes aos filhos, 140 — em relação a pastos, lenhas e matos, 472 e 473. Vide *Pastos*.

**Offensa de direitos** — Todo aquelle que offender ou violar, constitue-se na obrigação de indemnizar o lesado, 2361 — os direitos podem ser offendidos por factos ou por omissões, 2362 — responsabilidade criminal e civil que lhe é inherente, 2364 e 2365.

**Officiaes** — Os do registo civil, que disposições devem observar para a celebração do casamento civil, 1076 a 1082 — em que termos devem lavrar o assento do casamento, 2477 e 2478 — que declarações se devem lançar no assento do casamento, 2465 — os de justiça não podem ser procuradores nos seus respectivos julgados, excepto em causa propria, 1354 n.º 4 — o official publico que no documento declara quem é o pae e mãe do filho perflhado commette erro de officio, 120 e 2467.

**Onus reaes** — São sujeitos a registo, 949 n.º 2 — podem ser registados provisoriamente, 967 a 970. Vide *Regulamento* de 14 de maio de 1868 — qual o praso dentro do qual devem ser registados, 1023 — em predios posteriormente hypothecados preferem as divi-

das hypothecarias, 889 — precisam de registo para terem effeito em relação a terceiros, 951 — podem ter registo provisório, 967 n.º 2. Vide *Emphyteuse*.

**Opção** — É um direito que compete ao senhorio directo, 1677 e 1678 — quando é que tem o legatário este direito, 1854.

**Outorga** — Não a precisa a mulher para embargar a penhora nos seus bens dotaes ou proprios, 1230.

## P

### **Pae ou seus herdeiros** —

Como e quando podem impugnar a legitimidade dos filhos, 107 e 113 — pôde nomear em seu testamento um ou mais conselheiros que dirijam e aconselhem a mãe viúva, 159 — quando não gosa d'esta faculdade, 159 § unico — nos casos em que é obrigado a dar alimento ao filho espurio, pôde o pae ou a mãe nomear-lhe tutor, 272 — na falta d'elle ou da mãe quem nomeia, 280 — elle ou a mãe podem nomear um só tutor para todos os filhos ou differentes para cada um, 194 a 196 — pôde nomear tutor em testamento ou por actos *inter-vivos* ao filho menor interdito, 193 — o que deve entregar ao filho logo que se emancipe ou chegue a maioridade, 154 — a mãe que dentro em sessenta dias não requerer inventario perde o usufructo dos bens do filho, 149, 155 e 156 — seu poder na constancia do matrimonio, 137 e 154 — e dissolvido o matrimonio, 155 e 165.

**Paes** — Quando abusarem do poder paternal, que penas podem ter, 141 — só lhes pertence o usufructo dos bens que os filhos adquirem por seu trabalho, industria ou recursos proprios, quando estão na sua companhia, 145 — pertence-lhes só a administração, 146 — sendo meros usufructuarios não podem alienar, hypothecar ou por qualquer modo gravar os bens de que são meros usufructuarios, 150 — quando são obrigados a prestar caução, 151 — não são obrigados a dar contas da sua gerencia, excepto dos bens de que forem meros administradores, 152 — dissolvido o matrimonio por morte d'um, ao sobrevivente fica o poder paternal, 155 — quando respondem pelos prejuizos causados pelos filhos, 2379 — que encargos têm

pelo usufructo dos bens dos filhos, 149 — entre elles e os filhos maiores pôde haver sociedade, 1241 e 1281 — esta sociedade pôde ser expressa ou tacita, 1231 — legitimos, como e quando succedem a seus filhos, 1993 § unico — illegitimos, 1994 e 1995 — como devem proceder no cancellamento de qualquer hypotheca de seus filhos, 993 — quando não podem vender a filhos, 1565 — quando podem ser desherdados pelos filhos, 1878 e seguintes — na herança de seus ascendentes, o que devem conferir, 2101 — pertence-lhes, e em que termos, a propriedade e usufructo dos bens adquiridos pelos filhos enquanto estão debaixo do seu poder, 144 e 145.

**Paga** — É a ella obrigado o comprador no tempo e logar convencionado, 1583 — quando deve ser posta em deposito, § 2 — pela falta d'ella não se pôde rescindir o contrato, 1585 — a quem e por quem pôde ser feita, 747 e 749. Vide *Prestação*.

**Pagamento** — O praso para elle, em favor de quem se suppõe, 740 — torna-se exigivel, havendo fallencia do devedor, 741 — do mesmo modo quando a hypotheca se tornar insufficiente para segurança da divida, 901 — e na expropriação por qualquer modo feita, 1024 — as dividas pagaveis em prestações, não se pagando uma, pôde o credor exigir a totalidade d'ellas, 742 — quando se não fizer e houver penhor, em que termos se procede á venda d'elle, 863 — annullado elle, como renasce a hypotheca, 1029 — pôde ser rescindido o feito por devedor insolvente, antes do vencimento da obrigação, 1039 — feito pelo fiador, que direitos lhe confere, 838 e seguintes — o das dividas a que o predio está hypothecado expurga a hypotheca, 938 n.º 1 — deve ser feito na moeda convencionada, existindo ella legalmente, 724 e 726 — e não existindo, 725 — das dividas da herança, 2115 e seguintes — nos inventarios de menores ou pessoas a elles equiparados, como deve ser feito, 2120 — não querendo o credor aceitar-o, poderá o devedor livrar-se pelo deposito judicial, 759 — o do dote, como se fará, 2145 — havendo diversas dividas, é da escolha do devedor aquella por conta de que paga, 728 e 729 — se forem varios os obrigados ao pagamento da mesma cousa, como responderá cada um, 731.

**Parceiros** — A elles é applicavel o disposto em relação aos locadores e arrendatarios, e em que termos, 1303.

**Parceria agricola** — É comprehendida na parceria rural, 1298 — o que seja, 1299 — se durante o tempo do contrato fallecer algum dos estipulantes, os herdeiros não serão responsáveis pelo cumprimento do contrato, e com excepção, 1300 § unico — os lavradores estipulantes não podem levantar os fructos de que devam partilha sem o fazer saber ao proprietario, 1301 — não existindo o proprietario na freguezia, o farão diante de duas testemunhas, e se de outro modo procederem, qual a sua responsabilidade, §§ 1 e 2 — o parceiro que deixar o predio sem cultura, será responsável por perdas e damnos, 1302.

— **pecuaria** — Consiste na entrega que uma pessoa faz a outra de certos animaes para os criar, pensar ou vigiar com ajuste de repartirem entre si os lucros todos, 1304 — as condições d'este contrato são reguladas a aprazimento das partes, 1305 — obrigações do parceiro pensador e do proprietario, 1306 e 1317 — e sendo a estipulação pela qual se convencionou que todas as perdas resultantes de casos fortuitos pertençam ao parceiro pensador, por que tempo dura, 1313.

— **rural** — Abrange a pecuaria e agricola, 1298. Vide *Parceria agricola*, 1299 e seguintes.

**Paredes meias** — Vide *Muros*.

**Parentes** — Não podem contrahir casamento, aquelles que estão presos pela consanguinidade ou afinidade na linha recta e os da linha collateral no segundo gráu, 1073, combinado com o 1976 — os que estiverem em terceiro gráu na linha collateral podem obter dispensa, 1073 n.º 3 — como são chamados á successão legitima, 1669 e seguintes, 1970 a 1972 — não podem ser procuradores os ascendentes ou descendentes do julgador, 1354 n.º 7 — de que podem recorrer os do menor, 226 — a disposição em seu favor, sem designação de quaes, considera-se feita em favor dos mais proximos, 1742 — o mais proximo do recém-nascido, sendo maior, e residindo aonde o nascimento occorreu, é obrigado a fazer as respectivas declarações, 2460.

**Parochias** — São havidas como pessoas moraes, 382 § unico.

**Parocho** — Quando lhe compete fazer o averbamento á margem do registo de casamento, 1088 — remette a acta do contrato de casamento ao official do registo civil, 2476.

**Parte** — Quando é tida por confissão, 2411 § unico — do fallecimento de pessoa que deixou menores, quem é obrigado a dal-a, dentro de que tempo, e sob que pena, 189 e seguintes — do furto do deposito, quem a deve dar e a quem, 1442.

**Parteira** — Na falta de paes e parentes, é ella obrigada a fazer as declarações respectivas ao registo civil, 2460 e 2474 — deve assignar o respectivo registo, 2463.

**Partilha** — Legalmente feita, confere aos herdeiros a propriedade exclusiva dos bens que são repartidos, 2158 — judicialmente feita e confirmada por sentença, não pôde ser rescindida senão nos casos de nullidade de processo, 687 e 2164 — se for feita com preterição de algum dos herdeiros, como será rescindida, 2163 — extra-judicialmente feita, quando pôde ser rescindida, 2163 — sobre a fórma d'ella, quando são ouvidos os interessados, 2126 — entre maiores deve ser feita por escriptura publica ou acto publico, 2013 — como se faz nas sociedades particulares, 1290 e seguintes — quando a pôde requerer o proprietario, 2180 — quando entre os bens partiveis houver algum objecto que não caiba nos lotes ou não possa dividir-se, como deverá proceder-se, 2145 e 2147 — depois de feitas as partilhas, cada um dos coherdeiros só responde em proporção com a parte que recebeu, 2115 — como se fará na sociedade universal, 1248, 1260 e 1280 — quando houver omissão de algum objecto que n'ella devesse entrar, far-se-ha partilha adicional, 2166 — não deixará de proseguir quando occorrer disputa sobre a conferencia ou collação entre os coherdeiros, se o conferente prestar caução, 2112 — como se procederá quando houver alguma pensão vitalicia annual imposta pelo auctor da herança, 2147 — a quem se entregam os titulos das propriedades divididas, 2154 — quando tem logar a arrematação em hasta publica, 2134 e seguintes — quando algum dos interessados quizer licitar, deve declarar-o na sua resposta, 2126 — ha inventario e partilha judicial

sempre que houver algum interessado ausente ou interdito, 321 e 2012 — quando os herdeiros forem todos maiores, não havendo interdictos nem ausentes, poderão fazer partilha extrajudicial e amigavel, 2013 — quando houver algum immovel que não possa ser dividido, o que se observará, 1499 — emquanto á revogação e redução por inofficiosidade, que deverá observar-se, 1501.

**Passagem** — Nos predios como é concedida, 2310.

**Pastagens** — As produzidas em terrenos do estado, nos baldios ou terrenos municipaes ou parochiaes, como e por quem podem ser occupadas, 472 e 473. Vide *Direito de compascuo*.

**Paternidade** — Declaração d'ella, quando se admite no registo civil, 166 e 2467 — illegitima, em que termos é prohibida a sua investigação, 130 — dos filhos illegitimos declarados no registo civil sem consentimento do pae, 123.

**Patrimonio** — Sem a collação, 2104 e 2105.

**Pedreiras** — Não as pôde abrir de novo o usufructuario, 2213.

**Pena** — Estabelecida pelos contrahentes por não cumprimento do contrato, quando não pôde ter validade, 673 — a importancia d'ella fica dependente da convenção das partes, 674 e 675 — o direito de exigir nasce da simples mora na execução do contrato, 676 § 2 — incorre na estabelecida no Código Penal aquelle que impedir por dolo, fraude ou violencia, que alguém faça as suas ultimas disposições, 1749 — se ella for nulla não terá o contrato validade, 672 e seguintes — soffre-a o tutor que não tiver bens para satisfazer o alcance para com o pupillo, 255 — soffre-a aquelle que vender uma cousa a differentes pessoas, 1578 e 1579 — qual a applicada aos funcionarios publicos pelas transgressões das regras do registo civil, 2458 — se for extincta por effeito de revisão e annullação de sentença, como serão válidos os actos do condemnado, 358 § unico — em qual incorre o ministro da igreja que celebrar o casamento contra o disposto no artigo 1058, 1071 — em qual incorre o procurador ou advogado no exercicio de suas funções, e por que factos, 1357 e 1361. Vide *Procurador*.

**Penhor** — O que é e o que pôde ser objecto d'elle, 855 a 857 — quem o pôde constituir, 859 — quaes os direitos e obrigações que dá ao credor, 860 e 861 — o credito que lhe diz respeito tem privilegio mobiliario, 886 — quando se pôde fazer vender, 863 — não se pôde exigir sem o pagamento total, 870 e 871.

**Penhora** — Quando não pôde fazer-se na parte do producto da récita que aos auctores de obras dramaticas pertence, 597 — a dos bens immobiliarios, está sujeita a registo, 949 n.º 7 — o fiador que foi compellido a pagar, nomeia a ella bens do devedor, 833 — quando se pôde fazer na parceria pecuaria, 1315 — por fóros, 1645.

**Pensamento** — O do homem é inviolavel, 362.

**Pensões** — Emphyteuticas, ou subemphyteuticas, ou censiticas e alimenticias, por que tempo prescrevem, 843 — vitalicia annual, como será paga no inventario, 2148 e 2150 — quando são pagas pelos paes, 148 n.º 3.

**Perdão** — O dado ao devedor aproveitado ao fiador, mas o concedido a este não aproveita aquelle, 816 e 817.

**Perdas** — Quando se podem dar e com que effeitos, 751, 814 e 817.

— e **danos** — Quando por ellas é responsavel o escrivão, 929 — emquanto aos empregados publicos, 2399 e 2403 — da sociedade, como se dividem, 709 — por ellas responde o que se obrigou por um facto que não prestou, 711 a 714 — quando responde por ellas o testamentario nomeado, 1890 — quando por ellas responde o depositario, 1436 e seguintes — quando não podem exceder os juros, 720 — esta acção não se illide com a absolvição do réo nos tribunaes criminaes, 2505 — tem obrigação de as pagar o devedor a seu fiador, 838 — quando por ellas responde o conservador, 980 § unico — em que consistem, 706 — quando por ellas é responsavel o alheador de má fé, 1048 — quando por ellas responde o vendedor da cousa litigiosa, 1537 e 1538 — quando por ellas ha acção no contrato de aprendizagem, 1425 § unico — por ellas responde o demandado incapaz no contrato de deposito, 1433 n.º 2 — quando responde por ellas o commodatario, 1518 — responde por ellas o que intervier em negocio de outrem contra sua

**vontade, 1731** — do mesmo modo responde o usufructuario com o proprietario, 2240 — o tabellião, 1919 — o senhorio, 1610 e 1611 — o arrendatario de predios rusticos não os cultivando de modo que não sejam deteriorados, 1627 — o alquilador, 1416 e 1418 — responde por ellas o vendedor que não entregou a cousa vendida, 1572 — em que termos por ellas responde o parceiro pecuario, 1306 e 1307 — o socio, 1274 — o mandatario, 1336 e 1338 — quando responde por ellas o que não auxiliar o aggreddido na offensa dos direitos por este adquiridos, 2368 e 2371.

**Perfilhação** — Quaes os filhos illegitimos que não podem ser perfilhados, 122 — por quem pôde ser feita, 123 — por quem pôde ser contestada, 128 — a posterior ao testamento não annulla a instituição de herdeiro, 1814 e 1815 — habilita os filhos illegitimos a succederem a seus paes *ab-intestato*, 1989 — que direitos dá, 1990 a 1992 — os filhos assim perfilhados ficam sujeitos ao patrio poder, 166.

**Perigo de extravio** — Em que casos auctorisa a exigencia de caução, 2052.

**Peritos** — Como são nomeados, e que objectos avaliam, 2093.

**Pesca** — Nas aguas publicas e communs é permitida a todos, conforme os regulamentos, 393 — para o exercicio d'ella não é permitido devastar os terrenos marginaes, 396 — nas aguas particulares, a quem pertence, 397 — é regulada administrativamente nas aguas publicas emquanto ao modo, tempo e multas correccionaes, 398.

**Pessoas fallecidas** — Que deixarem filhos, e que viverem na posse de estado de casados, presumem-se casados, emquanto se não demonstrar o contrario, 1084.

**Pessoas mornaes** — Quaes são, 32 e seguintes — quando não têm direito de preferencia, 1679 — assim se considera o estado, o municipio e a parochia, 382 § unico — são consideradas como particulares relativamente á prescripção dos bens de direito, susceptivel de damno, 516 — como podem succeder, 1781 — como lhes é permitido receber de emprazamento, 1669 — quaes podem comprar e vender, 1478 e 1559.

**Petição de herança** — Por que tempo prescreve este direito, 2017.

**Pintura** — Vide *Auctores*.

**Plantações** — Emquanto ás feitas em terreno alheio com sementes ou plantas suas, ou em terreno proprio com sementes ou plantas alheias, o que se deverá observar, 2305 — em terreno alheio, quando produzem o direito de accessão immobiliaria, 2306.

**Pleitos** — Por causa d'elles não pôde a mulher estar em juizo sem auctorisação do marido, e sob que excepção, 1193 e 1194.

**Pocos** — Quem os pôde abrir no seu predio, e sob que limitações, 2321 a 2323.

**Poder materno** — Conserva-o a mãe pelo que disser respeito á pessoa dos filhos, quando passar a segundas nupcias, 162.

**Poder paternal** — A elle estão sujeitos os filhos menores illegitimos perfilhados, e com que excepção, 166 e 167 — quando se suspende, 168 e seguintes — obrigações dos paes na constancia do matrimonio, 137 — seu poder e obrigações, dissolvido o matrimonio, 155 e seguintes — seu poder e obrigações em relação aos filhos illegitimos, 166 e 167 — suspende-se por incapacidade dos paes judicialmente reconhecida, ou por ausencia d'elles, 168 n.º 1 e 2 — quando termina, 170 — o conjuge que sobreviver ao outro continúa no exercicio d'elle, 153 — quanto aos filhos legitimados, 119 — quanto aos perfilhados, 122 e seguintes — quanto aos filhos espurios, 134 e seguintes — emquanto aos alimentos, 171 e seguintes — como é supprida a sua falta, 185 e 186.

**Portuguez** — O que casar em paizes estrangeiros, deve fazel-o segundo a lei portugueza para o casamento produzir os effeitos civis, 1063 e seguintes — pôde contrahir o casamento civil, seja qual for a sua religião, 1072. Vide *Cidadãos portuguezes*.

**Posse** — Retenção ou fruição de qualquer cousa ou direito, 474 — pôde ser de boa ou de má fé, 475 e 476 — produz em favor do possuidor a presumpção da propriedade, 477 — o que pôde ser objecto d'ella, 479 — pôde ser adquirida e exercida, tanto em proprio nome, como em nome de outrem, 481, combinado com os 477, 484, 504, 860 n.º 2, e 1451 — como pôde o possuidor perder a posse, 482 — não existe acção

de posse velha, 482 n.º 4, e 489 — por que tempo prescreve a respectiva acção, 504 — o possuidor que é perturbado ou esbulhado, de que modo se pôde manter ou restituir, 486, combinado com os 2083, 2365, 2367 e 2370 — qual é a melhor posse, 488 § unico — por ella se extinguem obrigações, e se adquirem cousas e direitos, 505 — dos direitos adquiridos e provas do exercício d'elles, 484 — todas as acções que se dirigem a haver a posse ou dominio, estão sujeitas ao registo, 949 n.º 3 — a judicial de bens immobiliarios, quando se não pôde dar, 954 — não pôde ser invocada em juizo por prova de propriedade enquanto se não registrar, 952 — está sujeita a registo, 949 — é o vendedor obrigado a assegurar a posse pacifica da propriedade vendida, 1581 — a mera posse como pôde ser registada, 524 — na dos bens fica o conjuge sobrevivente até se ultimarem as partilhas, e com que excepções, 1122 — para o effeito da prescripção, o que deve ser, 517 § unico — qual é a titulada, 518 — continua e publica, 522 e 523 — da herança não pôde tomar o estado sem sentença que a decreta, 2008 — passa para os herdeiros do auctor da herança, 2011 e 2052 — pertence ao herdeiro beneficiado, 2044 e 2052.

— **de estado** — Em que consiste, 115.

**Possessor** — Quem é, 2190 — só elle é competente para administrar e arrendar o predio indiviso, 2191 — tem direito a alhear a sua posse, e tem direito de preferencia, quando algum dos quinhoeiros quizer vender, 2195.

**Possuidor** — Tem direito a ser mantido na sua posse contra qualquer turbacão ou esbulho, 484 e seguintes — o de boa fé, quando pôde levantar as bemfeitorias e quaes, 500 e seguintes — em caso de dúbida presume-se que possue em proprio nome, 481 §§ 1 e 2 — como perde a posse, 482. Vide *Posse*.

**Postura municipal** — Deve provar-a quem a allegar, 2406.

**Pousada** — Vide *Albergaria*, 1419.

**Praso** — Findo o do mandato, este acaba, 1363 n.º 5 — do arrendamento de predios rusticos, quando não for declarado no contrato, qual o direito respectivo, 1628 e 1629.

**Prazos** — São hereditarios como bens allodiaes, mas não podem dividir-se por glebas e com que excepção, 1662

— quaes os bens que podem ser empraçados, 1664 — quando é que o predio empraçado é devolvido ao senhorio, 1663 — quem pôde dar e receber de empraçamento, 1667 e 1669 n.ºs 1 e 2 — os de livre nomeação são exceptuados de communhão enquanto não tomarem a natureza dos phateusins hereditarios, 1109 n.º 1. Vide *Empraçamento*.

**Preço** — O da arrematação é depositado no mesmo acto, ou se presta caução ao prompto pagamento, 2137 — por elle e não pelo da avaliação se regulará a partilha, 2133 — quando algum interessado se não conformar com elle, deve fazer declaração na partilha, 2132. Vide *Arrematação*, *Adjudicação* — da cousa vendida, como se pôde estipular, 1546 — comprada na constancia do matrimonio, tem communhão entre os esposos, 1109 — da compra, quando o pôde pedir o vendedor, 1573 — nas obras de empreitada não pôde exigir-se maior, ainda que augmente o preço dos materiaes e salarios, 1401.

**Predios** — Os communs não podem ser hypothecados sem consentimento de todos, excepto sendo divisíveis, 915 — quando se julgam livres pela expurgacão da hypotheca, 946 e 949 — indivisos só devem ser encabeçados em posseiro, 2191 — onde devem ser feitos os seus registos, 950 — quando lhe pertencem as aguas e os leitos dos rios, 381 — quando se devem dividir, 1499 — os murados, vallados ou tapados não podem ser invadidos, excepto com licença do proprietario, 389 — os inferiores devem receber as aguas dos superiores, 461.

**Preferencia** — A quem pertence na venda do predio emphyteutico, 1703 — quando a tem o credor sobre o subrogado, 782 — não é admittida nas expropriações por utilidade publica, 1678 § 3, e 1679 — quando perde o credor o direito d'ella, 763 — tem-a o senhorio directo na venda do dominio util e o fobreiro na venda do dominio directo, 1678 e 1681 — dos valores liquidados dos moveis sobre que ha privilegios geraes, os especiaes por que regra se regula, 1007 e 1010 — nas hypothecas, como se dá, 1015 — por privilegio mobiliario ou imobiliario, quando tem logar, 880 a 886 — tem-a o credor do valor do penhor, 860 n.º 1 — entre os subrogados qual prefere, 874 — tem-a os credores da so-

cidade nos bens d'ella, 1274 — em hypotheca de preterito, 1000 e 1019 — não a tem quem, podendo, não usou do direito de compensação, 769. Vide *Concursos*.

**Preferencias** — Nos inventarios, quando tem lugar, 2135 — no caso da execução, de que modo tem lugar durante a formação do respectivo inventario, 2057 e seguintes — a hypotheca só é causa de preferencia sendo registada, 1006. Vide *Concursos*, *Creditos*.

**Prejuizos** — Em que circumstancias é responsavel o cabeça de casal, 2080 e 2081 — por elles não responde quem obra em conformidade da lei, 13 — por elles é responsavel o que falta ao cumprimento do contrato, 705 — o que dá causa o mandatario para com o seu constituinte, 1337 — em que póde consistir a indemnisação, 706 — responde por elles o credor do penhor, 861 n.º 1 — o que procura interesses deve ceder a quem pretende evitar prejuizos, havendo collisão, 14 — para com a sociedade é responsavel o socio que os causou por culpa ou negligencia, 1258 — quando responde por elles o senhorio, 1606 n.º 5 — o arrendatario, 1608 n.º 2 e 5 — quando se pagam pela servidão obrigatoria, 2314 — os que resultam de delictos correccionaes, ou de pagar quaesquer multas judiciaes, quando prescrevem, 543 § 3 — tem-os o credor pelo contrato do devedor quando d'elle resultar insolvencia, 1033 — pela offensa da liberdade, 2388 — pelas injurias, 2389 — pela offensa de direitos adquiridos, 2392 — por elle, quando responde o commodante, 1521 — mutuante, 1532 — quaes os que podem ser do mandatario e quando, 1344 — o mantido ou restituído na posse é d'elles indemnizado e em que termos, 492 — quando se dão, tem lugar a rescisão e em que termos, 1030 — quando por elles responde o creado de servir, 2380 — o estalajadeiro, 2381. Vide *Responsabilidade*.

**Premio de seguro** — Vide *Dividas*.

**Prelecções e discursos dos professores publicos** — Como podem ser reproduzidos por outrem, 573.

**Prescrição em geral** — O que é e como se divide, 505 e seguintes — o que póde ser objecto d'el-

la, 506 — a quem aproveita, 507 e 508 — quem não póde adquirir por meio d'ella, 510 e seguintes — como meio de defeza, como póde ser allegada, 514 — os juizes não a podem supprir, de officio, não sendo invocada, 515 — quaes os requisitos da prescrição positiva, 517 e 524 — como podem ser prescriptas as cousas moveis, 532 — em que consiste a prescrição negativa, 535 — a de direitos, que por sua natureza se exerce raras vezes, como póde dar-se, 531 — desde quando se começa a contar, 536 — quando não tem lugar, 537 — entre que pessoas e contra quem não póde ella começar nem correr, 551 — a interrupção d'ella em favor de alguns dos credores solidarios, aproveita igualmente a todos, 558 e 559 — para ella como se conta o tempo, 560 e 563 — como deve ser regulada a que tiver começado a correr antes da promulgação doCodigo Civil, 560 e 563 — a interrupção contra o devedor principal tem os mesmos effeitos para o seu fiador, 556 — que é necessario para que se interrompa em relação a todos os devedores não solidarios, 567 — extingue o usufructo, 2241 n.º 4 — quando corre nas servidões continuas e descontinuas, 2280 e 2281 — da acção de evicção entre os herdeiros, quando se dá, 2162 — como é applicavel aos prazos, 1686 — como existe nos moveis dotaes, 551 — na acção de perdas e damnos na cousa emprestada, 1522 — na acção de doação inofficiosa, 1503 — na acção de nulidade de testamento, quando tem lugar, 1967 — extingue o privilegio, 1026 n.º 3 — quando póde verificar-se para servir de fundamento ao cancelamento, 994 — não póde havel-a na novação, 803 — é de um anno a de acção o revogação de doação por ingratidão, 1490 — diversas prescrições, 538 a 547 — das acções de manutenção e de restituição, 504 § unico — quando a ha nos moveis e nos direitos immobiliarios, 526 e seguintes — como aproveita a todos os com-possuidores, 511 — da acção de rescisão, quando se dá, 1044 e 1045 — é applicavel aos prazos da mesma forma que aos outros bens immobiliarios, 1686 e 1695.

**Prescrições** — Não se dão na acção de demarcação, 2344 — são de trinta dias para a acção de damno causado pelos caçadores, 390 — não se dão

contra a acção dos filhos illegitimos para vindicar o estado que lhes pertence, 111 — as que tiverem começado a correr antes da promulgação do Código, como são reguladas, 564 — que direito tem aquelles a quem forem oppostas as mencionadas nos art. 538 a 541, 542 — quando não correm, se suspendem e se interrompem, 549 e 552 — é de futuro imprescriptivel o direito ás aguas, 439.

**Prestação** — Em que consiste, 714 — como deve fazer-se, 721 — o que é obrigado e não a satisfaz, responde por perdas e damnos, 711 n.º 1 e 2 — a quem se deve fazer e a quem não, 748 e seguintes — quaes as pessoas que a podem fazer e de que modo, 747 e seguintes — com alternativa, 733 e seguintes — na falta de estipulação, em que tempo e logar se deve fazer, 703 e 744 — por effeito de contrato, em que consiste e como deve ser feita, e que effeitos tem, 714 e seguintes — a falta de pagamento de uma dá direito ao credor de exigir todas as outras, 742 — não sendo o tempo d'ella determinado, como serão satisfeitas, 743 e 744 — quando é exigivel o legado, se a prestação for periodica, 1841 § unico — as incertas de fóros podem ser reduzidas a certas, 1692 — em que moeda deve ser feita, 724 e seguintes.

**Presumpções** — O que são, 2516 — como podem ser illididas 2518 — quando podem ser admittidas, 2519 — de casados, quando e em favor de quem se dá, 1084 — de boa fé, dá-se no possuidor emquanto se não provar o contrario, 478 — de direito, quem a tem não precisa provar o que allega, 2517 — a de illegitimidade dos filhos, quando póde ser illidida, 103 e 104 — quando se dá de que o pae e a mãe se dotaram por igual, 1146 e 1147.

**Prioridade** — Das inscripções do registo, como se regula, 956 e 1017.

**Privilegio** — O que é e suas diversas especies, 878 — quaes os creditos que gosam de privilegio immobiliario, 880 e 886 — de privilegio mobiliario, 887 — os privilegios dão direito a preferencia, independente de registo, 1006 — nullidade e perda de privilegio de invento, 632 e seguintes — como se extingue, 1026 — o de invenção póde vender-se, 613 — o das custas e despesas de liquidação do valor dos objectos sujeitos ao concurso, prefere a to-

dos os immobiliarios, 1011 — como será graduado em concurso com outros, 1013.

**Processo** — Póde o credor intentar o criminal pelo furto de penhor, 860 n.º 2 — qual a acção para construir os aqueductos, e haver os prejuizos resultantes d'elles, 457.

**Procreação** — Logo que o individuo é procreado, fica debaixo da protecção da lei, 6.

**Procuração** — O que é, quem a póde fazer e de que fórma, 1318 e seguintes — geral, que actos póde autorisar, 1325 — publica, qual é, e quando é necessaria, 1320 e 1327 — póde dar-se no consentimento para casamento, 1068 — como acaba, 1363 — póde ser publica ou particular, 139 — judicial, a quem não póde fazer-se, 1354 — a dois ou mais procuradores, com a clausula de que um nada possa fazer sem o outro, não póde admittir-se em juizo, 1356 — como se revoga, 1364 e 1365 — em que termos por meio d'ella se póde fazer o termo de deposito do testamento, 1929 § unico — é necessario declarar no contrato que por meio d'ella se faz a sua existencia sob pena de nullidade, 2495 n.º e § unico.

**Procurador** — Quem em juizo o não póde ser, 1354 — póde sel-o juntamente com outro individuo, tendo iguaes poderes independentes, 1356 — quando é nullo o contrato que fizer com a parte, 1358 — não póde abandonar a procuradoria ao constituinte, 1362 — não póde procurar contra a parte de quem aceita o mandato, 1360. Vide *Mandato*.

**Professores** — Quando prescreve a sua retribuição, 539 e 541 § 1.

**Promessa** — De compra e venda, que effeitos produz, 1548.

**Propriedade** — Sómente a propria se póde vender, 1555 § unico — a das aguas e do alveo ou leito pertence ao predio onde nasce, ou por onde passa, ou com o qual confina, 381 — das obras de litteratura, gravura, musica e lithographia, como se prova, 606 — da cousa vendida, é o vendedor obrigado a assegurar-a ao comprador, 1581 — das cousas certas transfere-as independentemente de tradição, 715 e seguintes — dos pastos, mattos e lenhas creados em terrenos municipaes ou parochiaes, a quem pertencem, 473 —



litteraria, por que regra é regida, 590 — das heranças jacentes, 591 — a dos filhos, em que termos pertence aos paes, 144 — em que consiste a propriedade perfeita e imperfeita, 2187 e 2188 — immobiliaria de portuguezes, em quanto aos actos que devem produzir o seu effeito, 24 — o exposto ou abandonado tem-a de tudo quanto adquirir na sua menoridade, 290. Vide *Direito de propriedade*.

**Proprietario** — Quando responde pela perda que tiver o usufructuario, 2234 — pôde repellir a força para defender a sua propriedade e embargar a obra nova, 2354 e 2355 — o condicional como pôde hypothecar, 896 — o singular e commum exercem exclusivamente os seus direitos, 2175 e 2176 — quando responde pela contribuição da propriedade constituida em usufructo, 2239 — seu direito de demarcação, 2340 — de restituição e indemnisação, 2356 — de alienação, 2357 e seguintes — de tapagem, 2346 — pôde cortar as raizes e ramos das arvores dos vizinhos, que entrarem no seu predio, 2317 e 2320 — commum pôde hypothecar a sua respectiva parte, 915 — quando lhe aproveita a prescrição do seu comproprietario, 512 — de que modo pôde abrir fossos e fazer escavações no seu predio, 2321. Vide *Com-proprietario*.

**Protesto judicial** — Contra que recusas ou omissões do conservador tem lugar, e perante quem, 986 n.º 1 e 3 — deve ser feito perante o tabelião em presença de duas testemunhas pelos actos celebrados pelos incapazes, 353.

**Protutor** — Em quem pôde recair a nomeação, 206 — quem não pôde ser, 234 — quem pôde escusar-se, 227 — quaes as suas attribuições, 258 e 260 — pôde exigir do tutor todos os esclarecimentos relativos á sua gerencia, 260 — pôde assistir ás deliberações do conselho de familia, mas não votar, 259 — não pôde aceitar procuração do tutor em objectos de sua gerencia, 261 — havendo tutela, deve haver protutor e por quem deve ser nomeado, 205 — não pôde comprar, nem por si, nem por interposta pessoa os bens de seus pupillos durante a protutela, 1562 n.º 2 — por quem, e quando deve ser nomeado aos interdictos, 330 — assiste ao arrendamento dos bens dos menores, quando se faz por mais de tres annos, 265 e

266 — de que pôde recorrer e para onde, 226 — é nomeado em conselho de familia, 224 n.º 4 — dá ao curador dos orphãos todos os esclarecimentos exigidos a bem dos menores, 221.

**Prova** — Como se faz o do mandato, 1326 — como se faz a do mutuo, 1534 — faz prova plena a confissão judicial da parte contra o confitente, e sob que excepções, 2412 — a quem incumbe a obrigação de provar, 2405 e 2406 — quaes os meios de prova admittidos por esteCodigo, 2407 — a dos nascimentos, casamentos e obitos, como se faz, 2441 e 2444 — a testemunhal, como é regulada, 2506 e 2515 — a do casamento civil, como se faz, 1083 e 1084 — não existe no escripto particular contra o proprio que o escreveu e assignou, estando este sempre na posse do escripto, 2437 — como será avaliada, 2514 — de servidão, de que resulta, 2274 e seguintes — a testemunhal, quando é admittida, 2506 e seguintes — dos emprazamentos anteriores á promulgação doCodigo, em que consiste, 1690 — na separação entre marido e mulher, quem carece d'ella, 1207.

**Provincias ultramarinas** — A lei de 1 de julho de 1867, art. 9.º, auctorizou o governo a mandar-lhes applicar as disposições contidas n'esteCodigo.

**Publicação** — A das leis e quaesquer outras peças officiaes, todos a podem fazer, e de que modo, 571 e 572 — a das prelecções dos mestres e professores publicos, e sermões, como poderá ser feita, 573 — quando se não pôde fazer, 610 — litteraria, pôde o auctor fazel-a independente de censura prévia ou de restricção alguma, 570.

**Públicas-fórmulas** — Em que circumstancias fazem prova, 2501 § un.

## Q

**Qualidade** — A do predio registado deve constar do extracto que se fizer na descripção predial, 959 n.º 3 — a de cidadão portuguez, como se adquire e perde, 18 e 23.

**Questões** — Como se resolvem as que dizem respeito a direitos e obrigações civis, não estando determinadas pelo contexto da lei, 16 — as que se suscitarem sobre a habilitação de her-

deiros ou dos que concorrerem ao inventario, como se resolvem, 2087 — as da servidão são resolvidas summariamente, e de que modo, 2278 § unico.

**Quinhão** — O que é, 2190 — imposto em immoveis, passa ao legatario, 1846 — contra todos os quinhoeiros se poderá intentar as respectivas acções, 2193 — é uma limitação ao direito de propriedade, 2189 n.º 3, e 2190 — é considerado onus real, e como tal sujeito a registo, 949 § 2 n.º 4 — para o futuro é prohibida a constituição de quinhões, 2196.

**Quinhoeiros** — Quem são, 2190 § 1 — quando reverte em proveito d'elles o augmento do rendimento proveniente de bemfeitorias, 2192 — cada um pôde onerar o seu quinhão ou augmental-o em todo ou em parte, e de que modo, 2194 e 2195 — para todos elles podem ser iguaes as quotas de rendas, ou maiores para uns, ou menores para outros, 2190 § 2 — sem consentimento de todos os quinhoeiros não pôde ser onerado o predio indiviso *in totum*, 2195 — gosam do direito de preferencia, quando o possessor quizer vender ou dar em pagamento a sua posse, 2195 § 1.

**Quitacão** — Quando o credor se nega a dal-a, tem logar o pagamento por meio de deposito, e de que modo, 759 e seguintes.

## R

**Recebimento** — Em que caso não pôde o credor ser compellido a verificar-o, 747 § unico — quando se recusa, auctorisa o devedor a depositar, 759 e seguintes.

**Recemnacido** — Como se deve fazer o registo que lhe diz respeito, 2463 e 2465 — apresentado o cadaver de algum, como se procede, 2466 — é apresentado ao official do registo civil para fazer o assento, 2459 — que declarações se devem fazer, e de que modo, 2460 — emquanto aos expostos, 2461.

**Recibos** — São precisos para legitimação de contas do tutor, 251.

**Reconhecimento autentico** — Como se faz, 2436 — quando faltar o da assignatura dos titulos particulares apresentados ao registo, como

deverá proceder o conservador, 981 — a identidade dos outorgantes deve ser reconhecida no acto, sob pena de nullidade, 2495 n.º 6.

**de filhos** — Quando o pae ou mãe o fizerem em separado, como deverão proceder, 125 — o filho maior não o pôde ser sem o seu consentimento, 126 — o do menor, durante que tempo pôde ser contestado, 127 e 128 — quaes os direitos que os filhos adquiriram pela perfilhação, 129, 1989, 1990 e 2488 — dos filhos illegitimos feito por qualquer auto authenticico, como será notado, 2469.

**do testador** — Deve o tabellião declaral-o no auto de approvação do testamento cerrado, 1922. Vide *Assignatura*.

**Recovagem** — Em que consistem os direitos que lhe são inherentes, 1410 e seguintes — tem privilegio, 882 n.º 2.

**Recoveiros** — Quando são considerados como depositarios, 1412 — seu direito de receber o preço convencionado, 1413 e 1414 — respondem por perdas e damnos, 1415.

**Recurso** — Das decisões do conselho de familia, não o ha, e com que excepção, 1208 e 1209 — não se admitte da licença ou denegação do menor para casar, 1062 — emquanto á rescisão dos contratos, 699 — o de revista não suspende a execução da sentença da relação, e sob que excepção, 317 n.º 9.

**Reducção** — Das doações inofficiosas, como se faz, 1493 e seguintes.

**Regedor de parochia** — Em que caso procede á abertura ou publicação do testamento cerrado, 1933 § unico e seguintes.

**Regimen dotal** — Disposições que lhe são respectivas, 1134.

**Registo** — O que é que está sujeito a elle, e o logar onde deve fazer-se, 949 e 950 — o da mera posse, quando e como deve ser feito, 524 e 525 — para o das tutelas dos menores e interdictos ha um livro proprio numerado e rubricado pelo juiz respectivo, 300 — quem é d'elle encarregado e como deve ser feito, 300 a 303 — a falta de registo dos titulos e direitos a elles sujeitos, quando não impede que sejam invocados entre as proprias partes e seus herdeiros, 951 a 953 — a inscripção no registo de um titulo translativo de propriedade sem

condição suspensiva, envolve a transmissão da posse, 953 — sem elle não pôde dar-se a posse dos bens immobiliarios, 954 — o da posse é preciso para prova da propriedade, 952 — sem elle são nulos os actos de que resulta modificação ou transmissão de propriedade, 955 — que livros deve haver na conservatoria, 957 — qué titulos podem ser admitidos a registo, 978 — como deve ser feito o registo, 958 — emquanto á prioridade das inscripções, 956 — o da mera posse só pôde verificar-se nos termos prescriptos, 954 (vide art. 525 e 528) — deve fazer-se de todas as transmissões de bens ou direitos immobiliarios; como se regula e quando é preciso nas doações, 1459 § un. e 1722 — sem elle, o contrato de compra e venda nos bens immoveis não produz effeito em relação a terceiro, 1591 — sem elle não ha privilegio de direito de preferencia, e só com elle a hypotheca é causa de preferencia, 1006 — quando sem elle e em que termos a lei concede preferencia a certos credores e quaes, 878 e seguintes (vide *Dividas*) — tem obrigação de o fazer o senhorio directo do encargo emphyteutico, e para que effeito, 1670 — como se fará o dos titulos de credito predal, 933 — como se fará o de tornas, 934 — o dos legados é feito em relação aos bens respectivos, 935 — quem pretender registar algum dos factos sujeitos a registo, sem que elle exista juridicamente, é responsavel por perdas e damnos, 984 — e se o fizer dolosamente incorre nas penas de falsidade, 984 — quando feito em paiz estrangeiro, só pôde ser feito no reino se estiver devidamente legalizado, 979 (vide art. 980) — se faz da sentença de interdicção no livro das tutelas e em que termos, 319 — como se deve verificar o das tutelas, 300 e seguintes — sem elle não produz effeito o alvará de emancipação em relação a terceiros, 308 § unico — do testamento, em que praso tem obrigação de o fazer o testamenteiro, 1899 n.º 2 — quando pôde ser feito em relação a todos os bens do devedor, e qual o direito d'este em tal caso, 909 — de creditos que têm privilegio, que effeitos produz, 907 § unico — é um facto publico e se deve apresentar a quem o quizer ver com as certidões que se pedirem, 985 (vide art. 986 § unico) — o respectivo titulo para re-

gisto será em duplicado apresentado ao conservador e sobre que excepção, 983 — sobre cancellamento do registo provisorio e definitivo, vide art. 988 e seguintes — em relação aos prazos respectivos para o registo, vejam-se as portarias de 28 de março de 1868, de 30 do mesmo mez e anno, e de 17 e 3 de março de 1870 — emquanto ás doações, 1458 e 1459 — estão sujeitos a elle a escriptura publica e o escripto particular, 978 e seguintes.

#### **Registo dos casamentos —**

Onde deve ser feito, 2457 — que declarações deve mencionar, 2478 — sendo o casamento annullado, como será averbada a respectiva sentença, 2480 — é uma das obrigações constituídas no registo civil, e como se procede a elle, 2445 e 2475 — o portuguez que contrahir o matrimonio em paiz estrangeiro, dentro de que praso e onde deverá lançar o respectivo assento quando voltar ao reino, 2479 — por quem deve ser assignado e que declarações se devem n'elle especificar, 2463 e 2464.

— **civil** — Depois de creado é por elle que se provam os nascimentos, casamentos e obitos, 2441 e seguintes — haverá um dos reconhecimentos e das legitimações e seus respectivos assentos, e quaes, 2488 e 2489 — o que devem conter estes assentos, 2490 — todos os actos do estado civil feitos fóra dos domicilios das partes, como podem ser transcriptos no registo civil dos domicilios, 2454 — podem e quando ser lavrados na residencia das partes interessadas, 2455 — os actos dos estrangeiros residentes no reino podem ser lançados no registo civil a seu requerimento, 2456 — quanto á parte organica das repartições dos registos, obrigações respectivas e forma de registo, penas e transgressões, vide artigos 2457 e 2458.

— **definitivo** — Quaes os titulos que a elle são admitidos, 978. Vide art. 980.

— **hypothecario** — Sobre o respectivo cancellamento por parte do tutor, vide art. 924 — em que termos se pôde fazer das hypothecas anteriores á promulgação doCodigo Civil, 1000 e seguintes.

— **dos nascimentos** — Por elle se prova a filiação legitima, 114 — e na sua falta, como se suppre, 114

(vide art. 117 e 119 e seguintes) — nos assentos de nascimento dos expostos, de que se deve fazer menção, 2465 — que pessoas são obrigadas a fazer as declarações do nascimento, 2460 — e a da existência dos expostos e dos recém-nascidos abandonados, 2461 — qual é o official do registo civil competente para tomar a declaração, 2462 — como se procede nos respectivos assentos de nascimento, quando houver legitimação dos filhos por subsequente matrimonio dos paes, e reconhecimento dos illegítimos, feito por escriptura publica, testamento, ou qualquer outro acto solenne, 2469 — n'elle será admittida declaração de paternidade, maternidade ou avoenga dos filhos illegítimos, e com que excepções, 2467 — sendo o filho nascido na constancia do matrimonio, não pôde ser admittida no registo civil declaração em contrario, e com que excepção, 2468 — é um dos encargos do registo civil, e como se procede n'este caso, 2445, 2459 e seguintes (vide artigo 2470 e seguintes.)

**Registo dos obitos** — É uma das obrigações constituídas no registo civil, 2445 — como se procede a elle, e como se fará, 2481. Vide *Assentos*.

— **provisorio** — Haverá um, onde é lançado, em que objectos pôde recair, e para que é obrigatorio (sendo em todos os outros casos facultativo), 966 e 968 — como pôde ser feito em diferentes casos, e quando se converte em definitivo, 970 e 971 — o dos dotes, hypothecas dotaes e alfinetes, só pôde ser feito á vista dos traslados dos respectivos contratos, e pelo averbamento da certidão de casamento se torna definitivo, 971 — por que disposições se rege, 972 e 973 — em que outros casos é permittido este registo, 976 e 977 — quando se extingue, 974 e 975.

— **de reconhecimento e de legitimação de filhos** — É uma das obrigações constituídas no registo civil, e como se procede n'este caso, 2445 e seguintes (vide art. 2488 e seguintes.)

**Regulamentos** — Para a execução doCodigo Civil serão feitos pelo governo (carta de lei de 1 de julho de 1867, art. 8.º) — enquanto estes não existirem, não é possível a plena execução doCodigo, na parte em que d'el-

les está dependente (decreto e regulamento de 1 e 12 de março de 1868.)

**Reivindicação** — Dos bens dotaes alheados, passa este direito para os herdeiros da mulher, 150 § 2.º — da cousa legada, 1857.

**Religiosas professoras** — Não podem testar, 1764 n.º 4, e 1773.

**Remissão** — Do penhor não resulta a presumpção da remissão de dividas, 872 — em que consiste e como se pôde fazer a dos censos consignativos de preterito, 1750 e seguintes.

**Rendas** — Quando prescrevem, 543 n.º 2 — não as pagando o arrendatario, tem o senhorio o direito a despedil-o, 1607 n.ºs 1 e 2 — não pôde exigir-se a diminuição d'ellas com fundamento de esterilidade extraordinaria ou perda consideravel de fructos pendentes, e com que excepção, 630 — poderá comtudo o arrendatario exigir abatimento n'ellas, quando for estorvado o uso do predio, 1612 — em que caso pertencem ao usufructuario, 2224 — a transferencia do direito de as receber, como se regula, 1635. Vide *Dividas e Pensões*.

**Rendeiro** — Vide *Arrendatario e Proprietario*.

**Rendimentos** — É uma das bases que os louvados devem tomar na avaliação dos predios rusticos e urbanos, 2094 — quando sobre os dos bens dotaes ou proprios da mulher recair a execução, pôde ella embargar de terceiro, 1230 — quando pertencem ao conjugue os dos bens do ausente, 85 — a consignação d'elles como se pôde fazer, 876 § unico — os dos bens incommunicaveis não se incluem na incommunicabilidade, 1109 — direito do legatario a elles, 1840 — com todos os bens se devem entregar aos filhos depois da sua maioridade ou emancipação, 154 — os dos bens dotaes, como são partilhados entre o marido e a mulher ou seus herdeiros, 1162 — quando são devidos os bens dotaes, 1144 — os do interdicto, sendo necessario, serão com preferencia applicados ao melhoramento do seu estado, 332.

**Renovação** — Em que caso se entende existir nos arrendamentos de predios urbanos, 1626 — do registo regulou-se e de que modo a execução do artigo 1019, com referencia aos 1100 e 1103 (portaria de 28 de março de 1868).

**Renúncia** — A da successão de pessoa viva é nulla, 2042 — da dissolução na sociedade, quando é permitida, 1278 — supõe na communhão dos bens d'elle o requerimento para a separação do marido e mulher, 1222 — a do direito de registrar é nulla e não se pôde dar em relação ao direito de adquirir por qualquer meio ou prescripção, 508 — a do usufructuario extingue o usufructo, 2241 n.º 5 — a do dono do predio dominante acaba a servidão, 2279 n.º 3 — pôde o pae ou mãe fazel-a do usufructo dos bens do filho, 149 — não a pôde fazer o doador do seu direito de revogação por superveniencia de filhos, 1486 — pela do mandatario acaba o mandato, 1363 n.º 2 — pela de algum dos socios se extingue a sociedade particular, 1275 e 1279 — não a pôde fazer a mulher em relação ao registo do dote, 928 — não se pôde dar em relação a nullidade proveniente do dolo ou de coacção, 668.

**Reparação** — O que é e quem a pôde fazer nos predios dados em usufructo, 2228 — é obrigado a ella quem violar ou offender o direito de outro, 2361 — qual a que deve fazer o usufructuario nos bens do usufructo, 2229 e 2230 — da conservação, quando a ella é obrigado o usuario ou morador usuario, 2259 e seguintes — o direito d'ella transmite-se com a herança, 2366.

**Representação** — De obra dramatica em theatro, é necessario licença do auctor ou de seus herdeiros, 595 e 1979 e seguintes. Vide *Auctores dramaticos*.

**Repudio** — O da herança é um acto livre, 2024 — ninguém o pôde fazer em parte, com termo ou conditionalmente, 2022 — quem o pôde fazer, 2023 — feito elle, não fica o repudiante privado do direito aos legados que lhe tinham sido deixados, 2035 — feito por herdeiro em primeiro gráu, como aproveita aos outros, 2062 — os seus effeitos, quando começam, 2043 — o que provém por um lado não prejudica o que vier por outro, 2020 — como deve ser feito, 2034 e seguintes — para repudiar a herança deixada a surdos-mudos, como se deve proceder, 2026.

**Rescisão** — Quando tem logar a das partilhas feitas extrajudicialmente, 2163 — da divida, quando não desobriga

o fiador, 822 e seguintes — quando tem logar no contrato de empreitada, 1403 — quando tem logar nas partilhas judicialmente feitas, 2164 — quando tem logar na prestação com alternativa, 735 — nos actos e contratos, quando tem logar, 1030 e seguintes — seus effeitos, 1044 — dos actos praticados pelos menores, 298 e 299 — quando prescreve, 1015 — tendo logar na doação por superveniencia de filhos, são restituídos os bens doados ao doador, ou seu valor, estando alienados, 1484 — pelo incapaz, quando aproveita ao capaz, 700 — por falta de consentimento do conjuge, 701 e 1189 — quando tem logar a da renúncia em favor dos credores do usufructuario, 2242 — tem logar no contrato de serviço domestico por toda a vida, 1371 — tem logar nas transacções por erro de facto, ou por causa de dolo ou violencia, 1719 — do contrato, quando a pôde requerer o comprador, 1572 e 1576 e seguintes — mas não o vendedor, 1574 e 1582.

**Responsabilidade** — Proveniente da não execução das obrigações, 2393 — pelos prejuizos causados por animaes e por outras cousas de dominio particular, 2394 e 2395 — por perdas e damnos para evitar outros damnos, 2396 e 2397 — por perdas e damnos provenientes da inobservancia de regulamentos ou por desleixo ou imprudencia, 2398 — por perdas e damnos feitas por empregados publicos no exercicio de suas funcções, 2399 — dos contrafactores dos inventos, 636 e seguintes — dos contrafactores ou usurpadores de propriedade litteraria, 603, 607 e seguintes — dos juizes, 2401 e seguintes — a criminal e civil, em que consistem, 2364 e 2367 e seguintes — do empreiteiro, 1399 e 1408 — a de factos criminosos, como se gradua, 2382.

**Restituição** — Como tem logar pela violação de direitos, 2356 — *in integrum*, foi abolida, 38 — não gosam d'ella os menores, 297 — a de direito usurpado com perdas e damnos, como se faz, 2392 — quando a de qualquer objecto não for possivel, 697 — este direito resulta do de propriedade, 2169 n.º 4 — quando tem logar a dos animaes no seu valor, 401 — de deposito, como se deve fazer, 1439 e 1445 — é feita da coisa empenhada e quando, 861 n.º 2 — da coisa empenhada pre-

suppõe a remissão do direito do mesmo penhor, 871 — da posse, por quem, contra quem, e durante que tempo pôde ser intentada esta acção, 504 § unico — do dote, 1158 e 1165 — dos objectos do usufructo, 2208 e seguintes.

**Restricções da propriedade** — Quando tem lugar em defeza de propriedade alheia, 2317 e seguintes.

**Retenção** — Quando é permittida a do predio arrendado, 1614 — em quanto dura conserva-se a posse, 474 § 1 — em que termos a tem o mandatario, 1349 — em que termos gosam d'ella os recoveiros e barqueiros, 1414. Vide *Direito*.

**Retribuição** — Quando a perde o testamenteiro, 1903 § 3 — quando acresce a dos outros testamenteiros, 1907 — na falta de convenção sobre o que se deve pagar ao serviçal em trabalho rustico, o que deverá fazer-se, 1374 — por quanto tempo prescreve a dos professores e mestres particulares que ensinam por mez e por ajuste annual, 539 n.º 1, e 541 n.º 1. Vide *Médicos e cirurgiões, Mestres, Prescrições*.

**Retroacção** — O registo convertido em definitivo pelo averbamento da sentença, retrocede á data do provisorio, 525.

**Retroactividade** — Quando se dá na lei, 8.

**Reunião** — A de dois predios dominante e serviente, faz terminar a servidão, 2279 n.º 1. Vide *Servidão*.

**Reversão da coisa doada** — Pôde ser estipulada e em que termos, 1473 — em favor de terceiro é nulla, 1474 — quando se dá, passam os bens livres de quaesquer encargos, 1475. Vide *Doações*.

**Revogação** — Quando pôde ter lugar a das doações consummadas, 1482 n.º 1 a 3 — a da emancipação não pôde ter lugar, 310 — por ella acaba o mandato, 1363 — das doações entre conjuges, em que tempo e de que modo pôde ser feita, 1181 a 1183 — rescindida por superveniencia de filhos, 1484 — como se regula a revogação ou reducção por inofficiosidade, 1501 — por que tempo prescreve esta acção, 1503. Vide *Doações*.

— **do testamento** — Como pôde ser feita, 1754.

**Risco** — Por conta de quem corre no deposito, 761 — o da coisa corre sempre por conta de seu dono, nos contratos em que a prestação da coisa não envolve transferencia da propriedade, e com que excepção, 719 — da obra, quando corre por conta do empreiteiro, 1397 — por conta do dono, 1398 e 1399 — da coisa vendida, 1550 — quando deve ser regulado pelo Codigo Civil, ou pelo Codigo Commercial, 1540 — na sociedade, quando o socio tiver contribuido com objectos certos e determinados não fungiveis, por conta de quem correrá, 1259 — quando por elle responde a sociedade, 1260 e 1261.

**Rubrica** — A sua existencia deve ser declarada pelo tabellião que lavrar o auto de approvação do testamento cerrado, 1922 n.º 3 — deve ser feita pela pessoa que assignar o testamento cerrado em todas as suas folhas, 1920 § unico.

## S

**Salarios** — Gosam de privilegio geral sobre os moveis, 884 n.º 5 — os dos procuradores judiciaes, e os adiantamentos por elles feitos prescrevem pelo lapso de dois annos, 540 — os procuradores e advogados haverão os de estylo no respectivo auditorio, além das despezas que fizerem com a causa, 1359 (vide *Dividas*) — o serviço domestico e saldo das contas do tutor, como será feito, 244. Vide *Alcances e Juros*, 257 e seguintes.

**Sebes** — A quem pertence a propriedade das sebes vivas, 2351 — as mortas, aonde podem ser collocadas, 2353 — a sebe commum, por quem será conservada e replantada, 2352 — todo o proprietario as pôde fazer, e de que modo, 2346.

**Segredos** — Não os pôde o advogado ou procurador revelar á parte contraria, 1361.

**Segundas nupcias** — A viuva que as quizer celebrar antes de terem decorrido trezentos dias depois da morte do marido, será obrigada a verificar-se se está ou não grávida, 1233 — a que proceder de modo contrario, a que penas fica sujeita, 1234 — o homem ou mulher que as contrahir, tendo outros filhos ou descendentes successiveis no

anterior matrimonio, o que poderá communicar, 1235 — a mulher que as contrahir depois de ter completado cincoenta annos, o que poderá alhear, 1237 — por que disposições é regulado o segundo matrimonio, 1239. Vide *Casamentos*.

**Seguro** — Quando se dá este contrato, 1538 — quando disser respeito a objectos commerciaes, deve ser regulado peloCodigo Commercial, 1540 — o seu premio no ultimo anno corrente tem preferencia nos productos seguros, 883. Vide *Dividas*.

**Sementeiras** — Em terreno alheio, que resultados tem, 2306. Vide *Plantações*.

**Sementes** — Direitos respectivos, 1301 n.º 3 (vide *Dividas*) — quanto á preferencia do seu embolso, 880 § 3.

**Senhorio** — Suas obrigações, 1606 n.ºs 1 a 5 — em que casos poderá despedir o arrendatario antes de acabar o arrendamento, 1607 — os arrendamentos excedentes a um anno, havendo adiantamento de renda, e os excedentes a quatro, não a havendo, estão sujeitos ao registo, 1622, combinado com os 949 § 2 n.º 6, 967 n.º 5, e 978 n.º 7.

**Senhorio directo** — É obrigado a registar o encargo emphyteutico, para que este produza effeitos em relação a terceiros, 1670 — na falta de pagamento de fóros, que direitos tem, 1671 — em que caso poderá consolidar os dois dominios util e directo, 1672 — deve abonar ao foreiro as contribuições respectivas ao fóro, 1675 § unico — quando o foreiro quizer doar ou trocar o predio, deverá d'isso avisar o senhorio, 1677 — se quizer vender ou dar em pagamento o predio, deverá igualmente avisar o senhorio, 1678 — as pessoas Moraes não gosam do direito de preferencia, 1679 — qual o direito que compete ao senhorio no caso do foreiro o não avisar da venda, 1681 — não pôde exigir as prestações atrazadas de mais de cinco annos, senão por obrigação de dividas feitas pelo foreiro, 1684 e 1693 (este prazo de cinco annos foi prorogado posteriormente) — os senhorios directos de bens particulares, anteriores á promulgação doCodigo, conservam-se mantidos na forma dos respectivos direitos, 1689 e 1694 — podem em todo o tempo usar do direito de preferencia, 1681.

**Senhorio util** — Vide *Foreiro*.

**Sentenças** — As proferidas pelos tribunaes estrangeiros sobre direitos civis entre portuguezes e estrangeiros, podem ser executadas perante os tribunaes portuguezes, 31 — em que termos deve ser proferida e dada á execução a que defere a curadoria definitiva dos bens do ausente, 65 — a de interdicção por demencia, quando e por quem deve ser proferida, 317 — deve ser publicada e registada, 319 — é executada pela autoridade civil a proferida no juizo ecclesiastico, 1088 — a que annullou o casamento, como será averbada, 2480 — passada em julgado, por effeito d'ella se extingue a hypotheca, 1027 n.º 2 — tendo passado em julgado a que julgar a prescripção, por ella se poderá fazer o cancelamento, 994 — criminaes por contrafacção de inventos quanto aos objectos adjudicados, 638 e seguintes — não se dão contra o ausente sem citação e edital, 65 — legitima os filhos, 119 n.º 2 — são admittidas a registo definitivo, 978 n.º 1, e 980 — as que passam em julgado, em que termos estão sujeitas ao registo, 949 n.º 3 — todas as de filiação, em que termos serão averbadas á margem, 2469 § 1 — como é por ellas responsavel o juiz, 2401 e seguintes — a que julgar a separação, deve ser annunciada, 1225 § 1 — são necessarias para fazer qualquer alteração no registo civil, 2450 — as que julgar a posse, para se registarem que requisitos devem ter, 524. Vide *Questões*.

**Separação** — A de pessoas e bens por quem é requerida e como, 1205 e seguintes — seu processo (regulamento de 12 de março de 1868) — quaes as causas de separação, 1204 — estas causas são julgadas pelo juiz e pelo conselho de familia, 1206 — em todos os casos que haja separação de bens deve haver inventario e partilha, 1211 — o conjuge que lhe der causa perderá o que tiver recebido do outro, 1213 — emquanto á simples separação judicial de bens, 1219 e seguintes — em casamentos feitos por menores não emancipados ou maiores sobre a tutela sem o necessario consentimento, 1060 — a judicial, quando existe por culpa do conjuge sobrevivente, não pôde elle succeder ao conjuge finado, 165 e 2003. Vide *Sociedade conjugal e Matrimonio*.

**Serviço domestico** — É o contrato pelo qual o individuo se obriga

a prestar temporariamente a outro, com quem convive, certos serviços mediante certa retribuição, 1370 — o estipulado por toda a vida de um ou de ambos os contrahentes é nullo, 1371 — qual o tempo de duração d'este contrato, 1372 e 1373 — acerca da retribuição, que deverá observar-se, 1374 e 1375 — quando pôde o serviçal ausentar-se ou despedir-se, 1376 e 1377 — o que se despedir sem justa causa, em que penas incorre, 1379 — o amo não pôde despedir o serviçal sem justa causa, 1381 — obrigações do serviçal, 1383 — obrigações do amo, 1384 — quando é que tem lugar o juramento do amo na acção de soldadas, 1387 — com quem deve fazer-se o contrato de serviço dos menores, 1389.

**Serviço prestado** — Nos exercicios prestados nas artes liberaes, como serão regulados os seus respectivos vencimentos, 1409.

— **salariado** — O que é, 1391 — obrigações do serviçal, 1392 e 1394 — obrigações do servido, 1393 e 1395.

**Servidões** — O que são, 2267 — as servidões são inseparaveis dos predios a que pertencem, 2268 — como se dividem, e o que é cada uma das suas especies, 2270 — as continuas apparentes como podem ser adquiridas, 2272 — as continuas não apparentes, e as continuas apparentes ou não apparentes, como podem ser adquiridas, 2273, combinado com o 474 n.º 1 — a disposição d'este artigo não se applica ás servidões adquiridas á promulgação d'este Código, 2273 § unico — o dono do predio dominante, que obras pôde fazer no predio serviente, 2276 — as questões que se levantarem, como serão resolvidas, 2278 § unico — como acabam, 2279 — como corre para ellas a prescripção, 2280 — das servidões constituídas pela natureza da cousa ou da lei, 2282 a 2286 — constituem propriedade imperfecta, 2189 n.º 6 — em que termos é regulado este encargo, 2312 — são onus reaes sujeitos a registo, 949 § 2 n.º 2 — quando cessa esta obrigação, 2313 — as acções mencionadas no art. 484, em que termos são applicaveis ás continuas não apparentes e ás descontínuas, 490 — gosa d'ellas o usufructuario, 2206 — quando houver divisão de predio, de modo que sejam necessarias novas servidões, se fará nova declaração, 2143.

*Vide Direito de accesso, Transito e Propriedade.*

**Setteiras** — Quando as pôde abrir o proprietario, 2325. *Vide Frestas.*

**Sevicias** — São causa legitima de separação dos conjuges, 1204 n.º 4.

**Signaes** — Quaes os que excluem a presumpção de communhão entre muros, pátios e quintas de predios rusticos ou urbanos, 2337.

**Signal** — No contrato de compra e venda, a perda d'elle vale como compensação de perdas e danos, 1548.

**Soccorro** — É uma obrigação conjugal, 1384 n.º 3 — é obrigado a prestar-o aquelle que presenciar aggressões contra o direito de propriedade, 2368.

**Sociedade** — O que é, 1240 — de que modo se pôde provar, 1241 — quando começa e quando termina, 1275 e 1277 — n'ella como são feitas as partilhas, 1280 — pela renúncia de algum dos socios, quando tem effeito a dissolução, 1278 e 1279 — quando responde para com o socio, 1261.

— **conjugal** — De que modo pôde ser interrompida, 1203 — e como restabelecida, 1218 — como deve proceder o conjuge que pretender separar-se, 1206 — enquanto aos filhos, o que deve observar-se, 1212 e seguintes — havendo separação, ha sempre inventario e partilhas, 1211.

— **familiar** — O que é, 1281 — como pôde ser constituida, 1282 — como se rege, 1283 e seguintes — o que é que está a cargo d'esta sociedade, 1285 — dissolvida ella, como se procederá á partilha, 1289.

— **particular** — O que é, 1249 — como pôde ser provada, 1250 — direitos e obrigações reciprocas dos socios, 1251 e 1271 — suas obrigações em relação a terceiro, 1272 e 1274 — como é regulada sua administração, 1262 e 1270 — como se distribuem pelos socios os lucros e as perdas, 1262 e 1265.

— **universal** — Quaes os bens que pôde abranger, 1243 — de todos os bens presentes, como pôde constituir-se e provar-se, 1244 — quaes as despezas que ficam a cargo da que for de todos os bens presentes e futuros, 1246 — e quaes as que ficam a cargo da que for só de adquiridos, 1247 — como serão feitas as partilhas, 1248.

**Socio** — O encarregado da administração, que actos pôde praticar, 1266



e 1270 — sua responsabilidade, 1251 e 1252 — quando responde pelos juros, 1253 — quando póde renunciar a sociedade, 1278 — em que termos é para com elle responsavel a sociedade, 1261.

**Sogro** — Em que causas não póde ser testemunha, 2511 n.º 3.

**Soldadas** — De creados, por que tempo prescrevem, 538 e 539 — não se entende por conta d'ellas o legado deixado em testamento pelo amo ao creado, 1386 — de creados de lavoura ou jornaleiros, que preferencia tem, 880 § 3 — na falta de provas, para justificar o pedido pelo creado, é questão resolvida pelo juramento do amo, 1387 — o que póde o amo descontar na soldada do creado, 1388 — tem privilegio geral sobre os moveis, 884 n.º 4. Vide *Retribuição e Serviço domestico*.

**Solidariedade** — Quando a haver, póde o fiador exigir de qualquer dos devedores a totalidade da divida, 840 — dá-se em todos os que commetterem offensas contra os direitos de alguem, 2372 — e com que direitos fica aquelle que pagar por todos, 2371.

**Solo** — O que comprehende, 2288.

**Sonegados** — Os herdeiros que sonegarem os bens no inventario, perdem o direito ao beneficio do mesmo, 2053.

**Subemphyteuse** — É prohibida para o futuro, 1701 — emquanto á de preterito, o que se deve observar, 1702 — a quem pertence o respectivo direito de preferencia, 1703 — está sujeita ao registo a anterior á promulgação doCodigo, 949 § 2 n.º 3.

**Suborno** — Quando fundamenta a substituição dos membros do conselho de familia, 1206 § 3 n.º 1.

**Subrogação** — De que modo se póde dar, 778 — que direitos adquire aquelle que pagar sem consentimento do devedor, 779 — que direito póde exercer o subrogado, 781 — quando não póde haver subrogação parcial, 783 — póde o credor fazel-a com o herdeiro que pagou, 2123 — quando a póde o tutor aceitar pelo menor, 244 n.º 3.

**Substancias vegetaes terrestres e aquaticas** — Disposições que lhes são relativas, 468, 472 e 473. Vide *Occupação*.

**Substituição directa ou vulgar** — O que seja, quem a póde fazer e quando acaba, 1858 e 1859.

**Substituição fidei-commisaria** — Qual é, 1866 — em que é prohibida para o futuro e com que excepções, 1867 — a nullidade d'ella não envolve a da instituição de herdeiro ou legado, 1869 — que disposições são havidas por fidei-commissarias, e como taes prohibidas, 1871 e 1872 — os herdeiros ou legatarios, cujas heranças estejam sujeitas a ellas, são havidos por meros usufructuarios, 1873.

— **pupillar** — O que é, e quando tem lugar, 1860 — quando fica sem effeito, 1862 — que bens póde abranger, 1863 — os chamados a ella, como recebem a herança, 1864.

**Successão** — Em que consiste e como se divide, 1735 — quem se diz herdeiro e legatario, 1736 — que bens abrange a herança, 1737.

— **legitima** — Em que consiste, 1968 — como se defere, 1969 — o parente mais proximo em gráu exclue o mais remoto, 1970 — quem não póde por ella adquirir e com que excepção, 1978 e 1979 — os filhos legitimos e seus descendentes como succedem aos paes e demais ascendentes, 1985 — se os descendentes se acharem todos no primeiro gráu, como succedem, 1986 — como succederão, quando concorrerem todos ou parte d'elles representativamente, 1987 — entre os filhos legitimos comprehendem-se os legitimados por subsequente matrimonio, 1988 — os filhos illegitimos para succederem *ab intestato* a seus paes, em que circumstancias se devem achar, 1989 — se não concorrerem com posteridade legitima, que bens herdarão, 1990 — concorrendo com filhos legitimos, como herdarão, 1991 e 1992 — a dos paes legitimos, quando o filho fallecer sem descendentes, como se defere e com que excepção, 1993 — a dos paes illegitimos quando o filho falleça sem posteridade e sem consorte sobrevivivo, 1994 e 1995 — aos ascendentes do segundo gráu e dos seguintes é conferida a herança do fallecido na falta de paes, 1996 — estando todos no mesmo gráu, como é a herança repartida entre elles, 1997 — não se achando no mesmo gráu, será a herança conferida ao mais proximo, 1998 — como succedem na herança do filho perfilhado ou reconhecido, 1999 — não havendo descendentes nem ascendentes, se o fallecido não tiver disposto de seus

bens, quem herda, 2000 — se deixar ao mesmo tempo irmãos germanos, consanguíneos ou uterinos, tem os germanos dobrada parte da herança, 2001 — na falta de descendentes, ascendentes, e irmãos descendentes d'estes, succede o conjuge sobrevivente e com que excepção, 2003.

#### **Successão testamentária**

— O que é, 1739 — a disposição de certos parentes ou quaesquer outras pessoas sem designação, como se regula, 1742 — quaes as condições impostas pelo testador, que se reputam não escriptas, 1743 e 1744.

**Successor** — Sua obrigação quanto á collação dos bens não partiveis, 2113 e 2114.

**Suffragios** — Pela alma do fallecido não os paga a herança, salvo quando são ordenados em testamento, 2116 — só podem abranger o terço da terça do testador, 1775.

#### **Superveniencia de filhos**

— Sendo legitimos, e sendo casados o doador ao tempo de doação, motiva a revogação da doação nos dois terços, 1482, 1483 e 1485 e seguintes — quando não annulla as doações entre esposos, 1169.

**Surdo** — O que o for inteiramente, como pôde fazer testamento publico, 1916 — não pôde ser testemunha em testamento nem em outras causas, 1996.

**Surdos-mudos** — Em que tempo estão sujeitos á tutela, 337 — como podem fazer testamento cerrado, 1924 — a herança que lhe for deixada, como pôde ser aceite ou repudiada, 2026.

### **T**

**Tabellião** — É competente para arrolar os bens da herança, quando isto lhe for requerido pelo testamenteiro, 1900 § unico — em favor d'elle não pôde dispôr o testador, quando elle tiver feito o testamento, 1772 — perante elle e com testemunhas, deve o testador declarar a sua ultima vontade, 1912 — tanto elle como as testemunhas devem conhecer o testador ou justificar-se da sua identidade, 1913 — a elle apresentará o testador a sua ultima vontade, 1921 — sempre na presença das testemunhas, sem ler o testamento cerrado, lavrará o tabellião auto de ap-

provação, 1922 — emquanto ao testamento do surdo-mudo, que deverá fazer, 1924 — é obrigado a lançar uma nota no seu livro, 1926 — em que penas incorre, não observando as formalidades que são estabelecidas pela lei, 1925 — que formalidades deve observar quando o testador quizer fazer o seu testamento publico, 1914 e seguintes.

**Tapagem** — Todo o proprietario pôde murar, vallar, rodear de sebes a sua propriedade, ou tapal-a, e em que termos, 2346 e seguintes — quando se presumem communs os vallados e regueiras entre predios de diversos donos, 2348 e 2349 — a conservação da valla, ou regueira commum, por que disposições se regula, 2350.

**Tempo** — Como corre para a prescrição das cousas moveis, 532 e 534 — emquanto á prescrição negativa, 535 — é obrigação do comprador cumprir tudo o que estipulou no tempo e logar convencionado, 1583 — no tempo e logar convencionado deve ser pago o fóro, 1660 — quando não houver declaração, o que deve observar-se, 1661 — o do legado de usufructo, quando se entende por toda a vida, 1833 — sendo o legatario corporação perpetua, seloha por tempo de trinta annos, 1834 — antes do tempo marcado não pôde o menor receber o legado, 1835 — finda a sociedade, acaba o contrato social, 1276 n.º 1 — o do arrendamento nos predios urbanos, qual é, e quando se não estipular no contrato, como se entenderá o tempo por que foi feito, 1623 § unico — o da prescrição, como se conta, 560 e seguintes — quanto ao da prescrição em testamentos, 1967 — qual o em que deve pagar o cedente a responsabilidade que na cessão contrahi pelo devedor, 793 — a designação do tempo em que deve começar ou cessar o effeito da instituição do herdeiro ter-se-ha como não escripta, 1747 — quanto ao logar e tempo da prestação, 739 e seguintes — o de noventa e cinco annos de idade do ausente termina a curadoria definitiva do ausente, 78 n.º 5, e 79 e seguintes.

**Terça** — Nas duas terças partes dos bens da herança consistirá a legitima dos herdeiros em linha recta descendente ou ascendente, 1784 § unico — quando os filhos forem perfilhados depois de contrahido o matrimonio, a

sua quota hereditaria sairá da terça disponível da herança, 1785 § 2 — quando se entende que o doador, que em contrato de casamento fizer doação, reserva a terça dos mesmos bens, 1462 — quando se entende que o doador reserva a terça da terça, 1463 e 1464 § unico — emquanto a ella, vale o testamento do que tinha filhos, que não conhecia ou sobrevieram depois de feito o testamento, 1760.

**Terceiro** — Póde constituir hypotheca, em favor de outrem, em bens do mesmo terceiro, 895 — póde dar penhor ao credor de quaesquer dividas sem consentimento do devedor, 839 — se por titulo authentico emprestar dinheiro para pagamento de dividas, fica subrogado nos direitos do credor, 780 — póde oppôr-se á compensação, 777 — o que paga por outrem, que direitos adquire, 778 e seguintes — para elle desde quando começa a correr a separação de bens, 1229 — o que contrata com o mandatario, tem acção contra elle, 1352 — tem acção contra a posse em virtude de titulos não registados, 951 e seguintes — tem acção para annullar ou rescindir os contratos celebrados em seu prejuizo, 1030 e seguintes.

**Termo** — Quando chega, extingue o usufructo, 2241 — do mandato, quando se verifica, 1363 e seguintes — da curadoria definitiva, 78 e seguintes.

**Terrenos** — Os baldios, municipaes e parochiaes são communis, 381 n.º 1. Vide *Propriedade* — terrenos encravados, vide *Direito, Transito*.

**Testador** — Instituinto-se certa generalidade de pessoas, póde commetter a terceiro a repartição da herança, 1740 § unico — não póde prohibir que se impugne o testamento, nos casos de nullidade declarada pela lei, 1752 — não póde renunciar o direito de revogar o testamento, 1754 — para a determinação da legitima, o que se deve observar quando ao mesmo tempo houver filhos legitimos, ou legitimados, ou perflibados, 1785 (vide *Legitima*) — se deixar herdeiros legitimarios, a que póde auctorisar o testamentario, 1895 — por elle póde ser escripto e assignado o testamento cerrado, ou por outra pessoa a seu rôgo, 1920 — quando póde o testador deixar de assignar o testamento, 1920 § unico — deve apresentar a sua

ultima disposição perante qualquer tabellião e com testemunhas, declarando que esta é a sua ultima vontade, 1921 — póde conservar o testamento ou entregal-o a pessoa de sua confiança, ou deposital-o e onde, 1927 — em que termos tem direito de instituir herdeiros e nomear legatarios, 1791 e seguintes — de que forma póde substituir uma ou mais pessoas aos herdeiros ou aos legatarios, 1858 — desde a sua morte se transmite a successão ao fidei-commisario, 1868 — póde nomear uma ou mais pessoas para cumprir o seu testamento, 1885. Vide *Herança*.

**Testamentaria** — Quando caduca, e neste caso a quem passa, 1904 § unico.

**Testamentario** — Quem é, 1885 — quem o póde ser e quem não, 1886 a 1888 — o nomeado póde recusar o encargo, e dentro de que tempo o póde fazer, 1889 e 1890 — o que aceitar, como póde demittir-se, 1891 — se se escusar de o ser, perde o que lhe for deixado no testamento, 1780 — quando se escusar, não póde exigir o legado que lhe for deixado por causa da testamentaria, 1889 — o seu encargo é gratuito, salvo a retribuição do testador, 1892 — suas attribuições, 1894, 1899 e seguintes, e 1905 e seguintes — o seu encargo não póde ser delegado nem se transmite a herdeiros, 1906 — as despesas que fizer são abonadas pela herança, 1908 — quando é responsavel por perdas e damnos, 1909 — havendo impedimento ou escusa, a quem incumbe o cumprimento do testamento, 1893 — como póde satisfazer ás despesas a seu cargo, 1898 — dentro de que tempo deve cumprir o testamento, quando n'elle não houver praso assignado, 1903 — a quem é obrigado a dar conta da sua gerencia, 1905 — quando for mais do que um, e o testador haja legado a todos os conjuntos alguma retribuição, a quem acresce a parte do que se escusar ou não poder aceitar o encargo, 1907 — como são abonadas as despesas feitas por elle no cumprimento do seu encargo, 1908 — o que se houver com dolo ou má fé no cumprimento do seu encargo, a que fica sujeito, 1909 — não póde comprar directamente, nem por interposta pessoa, os bens da herança, emquanto durar a testamentaria. Vide *Testamento, Testador*.

todos aquelles em que o bem dos filhos  
o exigir, 159 — a que por elle deixa o  
amo ao serviçal, não se entende que  
seja por conta das soldadas, 1386 —  
constitue a hypotheca dos legados, 935  
— a que despezas é obrigada a heran-  
ça, 2116 (suspensão pela portaria de 27  
de abril de 1868) — diversas fórmulas de  
testamento, 1910.

**Testamento cerrado**—Como se faz, 1920 e seguintes — deve ser apresentado ao tabelião e com testemunhas, 1921 — não o podem fazer os 'que não souberem ou não poderem ler, 1923 — como o pôde fazer o surdo-mudo, 1924 — sua nullidade, 1925 e seguintes — apparecendo aberto, dilacerado ou viciado de forma que não possa ler-se, como deverá proceder-se, 1940 — sua abertura e publicação, 1932 e seguintes — responsabilidade d'aquelle que o não apresentar, tendo-o, e dentro de que tempo, depois da morte do testador, deverá apresental-o, 1937 e 1938.

— **externo** — O que é, e como produz os seus efeitos, 1961 — quem pôde servir de tabellião na celebração e aprovação d'elle, 1962 — obrigações dos que fizerem esse testamento, servindo de tabelliães, 1963 e 1964.

— **marítimo** — O que é e como deve ser feito, 1948 e 1951 — onde deve ser depositado, e em que termos, 1953 e seguintes — em que caso unicamente produzirá efeito, 1958 — faltando-lhe alguma das solemnidades prescriptas, não produzirá efeito, 1960.

— **militar** — Qual é, como deve ser feito, e onde depositado, 1944 e 1945 — o militar ou empregado civil que souber escrever, pôde fazê-lo por seu próprio punho e de que forma, 1946 — faltando-lhe alguma das formalidades prescriptas na lei, não produz efeito, 1947.

— **publico** — O que é, 1911 — disposições que lhe são relativas, 1912 e 1919 — emquanto às pessoas que não podem ser testemunhas nos testamentos, 1966, combinado com o 2510.

**Testemunhas** — Quem o póde ser e quem não nos testamentos, 1966 — quem o não póde ser nos actos entre vivos, 2492 — enquanto as diversas especies de contratos, 2510 — o depoimento de uma só, destituído de qualquer uma outra prova, não faz fé em juízo, 2512 — como deve ser avaliada?

**Handwritten:** 1992-93

clo  
qu  
co  
pa  
co  
s  
s  
m  
th  
c  
m  
m

a força probatoria dos seus depoimentos, 2514 — quando prevalece a do réo, 2515 — são necessarias como idoneas no testamento publico, 1912 — devem conhecer o testador e certificar-se de que está em seu juizo perfeito, e livre de toda a coacção, 1913 — devem assignar o acto feito pelo official publico, sob pena de nullidade, 2495 n.º 3.

**Theatro** — Sem consentimento do auctor, ou de quem o representante, nenhuma obra alli pôde ser representada, 595 § 1.

**Thesouro** — Quem o encontrar, sendo o dono conhecido, como deverá proceder, 422 — se aquelle que achar o objecto perdido não souber de quem é, o que é obrigado a fazer, 423 — se o objecto estiver perdido ha mais de trinta annos, ficará sendo propriedade do possuidor, 424 — ninguém o poderá procurar em terreno alheio sem permissão do dono, 425 e 426 — o descoberto pelo usufructuario no predio usufruido, por que disposições se regula, 2216.

**Título justo** — O que é, 518 — não se presume, 519.

**Titulos ou documentos** — Particular, o que é, 2431 — como deve ser feito, 2432 e 2433 — por elles se faz a demarcação dos predios, 2341 e 2344 — os particulares podem ser assignados de cruz ou a rôgo, 2434 — como se consideram em relação a terceiros, 2436 — estão sujeitos a registo, 978 § 6 — não se registando, que penas tem, 951 — emquanto aos titulos ou documentos authenticos, o apparecimento de novos titulos não invalida a transacção, e com que excepção, 1720 — emquanto ao seu registo, 978 n.º 4 — quando pôde o conservador recusar-se a registal-os, 941, 984 e 1025.

**Tombos** — Os das corporações ecclesiasticas extinctas, conservados em qualquer estação publica, quando são considerados como registos publicos para a qualificação da authenticidade dos documentos, 2423 § 2.º

**Tornas** — Se algum dos interessados declarar que não quer dal-as, como se procederá, 2146 — tem hypotheca legal, 906 n.º 7 — como se fara o seu registo, 934 — são constituídas como titulos de partilha, 934 — a di-nheiro, devem evitar-se quanto for possível, 2182.

**Trabalho** — Todos podem usar d'este direito, e como pôde ser limitado, 567 — quem no exercicio d'elle lesar os direitos de outrem, em que termos é responsavel, 568 — os resultados d'elle constituem propriedade em favor da pessoa que o exerce, 569. Vide *Serviço domestico*.

— **litterario** — Por que disposições se regula, 570 — a quem e quando é permittida a sua expropriação, 587 — é permittida a publicação das leis e regulamentos, e quaesquer outros actos publicos officiaes, 571 — com que limitações, 572 e seguintes, e 603 e seguintes. Vide *Auctores dramaticos e Obras dramaticas*.

**Tradição** — Vide *Posse*.

**Traducção** — Durante que tempo não pôde ser reproduzida senão pelo traductor, 577.

**Transacção** — É um contrato, e em que consiste, 1710 — pôde ser judicial ou extra-judicial, 1711 — o que é uma e outra, 1712 e 1713 — a feita por um dos com-interessados não obriga os outros, nem pôde ser invocada por elles, 1716 — a feita sobre interesse civil, resultante de delicto, não prejudica a acção do ministerio publico, 1717 — produz entre as partes o effeito de cousa julgada, 1718 — mas para produzir esse effeito, é preciso que se dêem as circumstancias do artigo 2503 (vide *Caso julgado*) — em que termos pôde ser rescindida, 1719 — a feita entre o fiador e o credor não abrange o devedor principal; nem entre este e o credor abrange o fiador, e com que excepção, 834 — quando pôde ou não ser invalidada por descobrimento de novos titulos, 1720.

**Transferencia** — A de cousas certas e determinadas por contratos, opera-se independente da tradição ou da posse, 715 e 717.

**Transformação** — Disposições que lhe são applicaveis, 2315 e seguintes — e com que direitos resulta da propriedade, 2169 n.º 2.

**Transito ou accesso** — Em que termos é exigivel por parte dos proprietarios dos terrenos encravados, 2309 e 2314.

**Transmissão** — Dos bens ou direitos immobiliarios, está sujeita a registo e em que termos, 1722 — da propriedade dos inventos, é regida pelas leis que regulam a propriedade movel,

626 — e com que alterações, 627 e 628 — a da propriedade não rescinde o arrendamento, sendo este feito em titulo authenticico ou authenticado, 1619 — se resultar de expropriações por utilidade publica, rescinde o arrendamento, 1620 — da herança do dominio e da posse d'ella se dá desde a morte do seu auctor, 2011.

**Transversaes** — Quando são chamados á herança, 2004 e 2005 (vide *Successão*) — constitue a quinta ordem de successão, 1969 n.º 5.

**Traslados** — Extrahidos na devida fórma dos documentos authenticos originaes, têm a força probatoria dos proprios originaes, 2498 e 2499 — quando devem ser confrontados com os originaes, 2500 — quando têm fé, 1501.

**Trespasse** — O seu direito não o pôde fazer o usuario ou morador usuario, 2256 e 2258. Vide *Successão*.

**Tributos** — A elles é obrigado o foreiro, podendo comtudo exigir do senhorio directo o respectivo fôro, 1675 — e quaesquer outros encargos annuaes, impostos sobre o producto ou renda dos bens usufruidos, 2238.

**Troca** — O que é, 1592 — quando se dá, 1545 § unico e disposições respectivas, 1592 a 1594.

**Tutela** — Quem d'ella se pôde escusar, 227 e seguintes — em que casos não é admittida a escusa, 228 e seguintes — quem d'ella pôde ser removido, 235 — como se dará aos filhos menores não perfilhados, 167 e 279 — suppre a incapacidade do menor, 100 — tambem se dá aos surdos-mudos, e sob os limites e termos d'ella, 337 e seguintes — em que penas incorre o tutelado, casando sem a respectiva licença, 1060 — a dos filhos perfilhados, como se rege, 275 e seguintes — na dos filhos espuorios, como se procede, 279 e seguintes — a dos filhos legitimos ou illegitimos suppre o poder dos paes, na sua falta ou impedimento, 185 — ninguem d'ella pôde ser escuso, 186 — por quem é exercida, 188 e §§ (vide art. 189 e seguintes) — como é regulada a dos filhos de pessoas miseraveis, 294 e 296 — a dos conjuges, dos ascendentes ou dos descendentes dura por todo o tempo da interdicção, 331 — a dos menores expostos e abandonados, sendo os paes desconhecidos, a cargo de quem fica, 284 — a confiada pela mãe em testa-

mento ao segundo marido, é confirmada pelo conselho de familia, 224 n.º 5 — a approvação e exame das suas contas pertence ao conselho de familia, 250 — quando a dos interdictos por demencia recair no pae ou na mãe, como deve regular-se, 322 — recaindo no marido ou na mulher, que disposições se devem observar, 323 e 327 — e recaindo nos filhos maiores ou outras pessoas, 328.

**Tutela dativa** — Dá-se na falta dos tutores testamentarios e legitimos, 202 — em conselho de familia são nomeados os seus tutores dativos, os quaes não são obrigados a servirem por mais de tres annos, 203 e 204.

— **legitima** — A quem pertence e quando, 199 e seguintes — deve ser confirmada pelo conselho de familia, 201 § 2.

— **testamentária** — A quem pertence, e em que termos, 193 e seguintes.

**Tutelados** — Os maiores de quatorze annos tem direito de assistir ás deliberações do conselho de familia, sempre que se tratarem negocios de maior importancia, 212 — entre elles e seus tutores não começa nem corre a prescripção, 551 n.º 2.

**Tutelas** — Onde são registadas, como e sob que responsabilidade, 300 e seguintes.

**Tutor** — Sempre que for impugnada a presumpção da legitimidade do filho menor, ser-lhe-ha dado um, 113 — como será feita esta nomeação, 113 § unico — é dado ao menor, quando o pae for inhibido de reger a pessoa e os bens do mesmo menor, 141 — e quando entre elle e seus paes se levantarem conflictos de interesses, 153 — quando pôde o pae ou mãe nomeal-o ao filho menor ou interdicto, em testamento ou por acto authenticico, 193 e 196 — quando o poderão nomear as pessoas que deixarem ao menor herança ou legado, 197 — o testamentario por que tempo serve, 198 — o legitimo por que tempo serve, 201 — o dativo por quem é nomeado, e por que tempo é obrigado a servir, 203 e 204 — assiste com voto consultivo ás deliberações do conselho de familia, 215 — quem o não pôde ser, 234 — o removido não pôde ser vogal do conselho de familia, 242 — seus direitos e obrigações, 243 e seguintes — que actos lhe são prohibidos, 244 —

quando poderá receber doações do menor, 243 — sua gratificação, 247 — por que é responsável para com o menor, 248 — é obrigado a dar contas da sua gerencia e a quem, 249 — quaes as despesas que lhe serão abonadas, 252 — como lhe será pago o saldo das suas contas, 254 — seus alcances, 253 e seguintes — quando a elle e seus descendentes lhe não é permitido o casamento com a sua tutelada, 1063 e 1058 n.º 2 — quem não pôde ser compellido a aceitar a tutela, 228 e 230 — quando e como responde pela entrega dos bens e rendimentos ao menor, 930 § unico — faz arrendamento dos bens dos seus pupillos, não excedente a tres annos, 264 e 265 — não pôde comprar os bens do tutelado, 1562 n.º 2 — por quem é feita a sua remoção, 224 n.º 6.

**Tutores** — Nos cancellamentos que dizem respeito aos bens ou direitos de menores, que devem fazer, 993 — nos conselhos de familia o seu voto é meramente consultivo, 213 — devem dar ao curador dos orphãos todos os esclarecimentos que este lhe exigir em relação aos menores, 221 — quaes as pessoas que o não podem ser, 234 — por que tempo duram os testamentarios, 198 — a falta d'elles como é supprida, 202 — os dativos são nomeados pelo conselho de familia, 224 n.º 3 — legitimos, são confirmados pelo conselho de familia, 224 n.º 2.

## U

**Ultima vontade** — Por ella se pôde constituir o usufructo, 2198.

**Uso** — É um onus real sujeito a registo, 949 § 2 n.º 2 — o da coisa arrendada não pôde embarçar o senhorio, e com que excepção, 1606 n.º 3 — qual é o unico que pertence ao arrendatario, 1608 n.º 3 — o da propriedade commum e administração da mesma, como serão regulados, 2179 — em que consiste, 2254 — os direitos do uso e habitação, como se constituem e extinguem, 2253 e seguintes — o da servidão constituída não se pôde estorvar, e quando se pôde mudar esta, 2278 — o não uso pelo tempo necessario para a prescripção, acaba a servidão, 2279 n.º 2 — uso e administração da coisa commum, como se regula, 2179 — o de

habitação o que seja, 2254 § unico — os seus direitos constituem-se, e se extinguem pelos mesmos modos que o usufructo, e se regulam pelo seu titulo e na sua falta, 2255.

**Usuario** — É obrigado a inventario e a prestar caução, 2256 — o dos fructos de um predio, em que termos e até que ponto os pôde gosar, 2257 — não pode vender, alugar, nem trespassar por qualquer modo o seu direito, 2258 — quando é sujeito ás despesas de cultura, aos reparos de conservação e pagamento de contribuições, 2259 e 2260.

**Usufructo** — Resulta do direito de propriedade, 2169 n.º 1 — o que é, e como pôde ser constituido, 2197, 2198 e 2200 — em favor de quem se pôde dar, 2199 — direitos e obrigações que lhe são inherentes, 2201 — constituido em um rebanho de animaes, a que obrigações liga o usufructuario, 2223 §§ 1 e 2 — quando acaba, 2241 — até que tempo se pôde estabelecer a favor de qualquer estabelecimento, 2244 — concedido até certa idade de terceira pessoa, durará pelos annos prefixos, posto que antes falleça essa terceira pessoa, e sob que excepção, 2245 — constituido em edificio, destruido este, em que termos cessam os direitos do usufructuario, 2246 §§ 1 a 3 — como se procede no caso de indemnisação do usufructo expropriado por utilidade publica, 2248 — não se extingue, mas em que caso tem o proprietario acção contra o usufructuario, 2249. — o constituido a favor de varias pessoas acaba pela morte do ultimo usufructuario, 2250 e 2251 — transmite-se pela entrega dos titulos, 1160 — qual o que pôde ser hypothecado, 890 n.º 2 — reputa-se onus real, e é sujeito a registo, 940 § 2 n.º 2 (vide *Dote*) — o dos bens dos filhos perfilhados não o gosam os paes, 166.

— **dos bens dos filhos** — Quando, e em que termos pertence aos paes, 144 e 145 — quando não pertence aos paes nem o usufructo nem a administração dos bens dos filhos, 147 n.ºs 1 a 3 — dos bens dos filhos menores perde-o a mãe que passar a segundas nupcias, 162 — tornando esta a enviivar, recobra aquella administração, 164 § unico — a que encargos está sujeito, 148.

**Usufructuario** — Seus direitos

e obrigações, 2202 e seguintes — tem o direito de usufruir todos os fructos que a coisa usufruida produz, 2202 — pertencem-lhe os fructos agrarios, naturaes ou industriaes, pendentes ao começar o usufructo, e não é obrigado a abonar despesa alguma ao proprietario, 2203 — dos productos industriaes fabris, quaes lhe pertencem ao começar o usufructo, 2204 — emquanto aos fructos civis, 2205 — emquanto às cousas accrescidas ao usufructo, 2206 — o de vinhas, oliveas, e de quaesquer arvores ou arbustos fructiferos ou não, que direitos ou obrigações tem, 2210 e 2212 — que deve fazer quando descobrir no predio usufruido algum thesouro, 2216 — quaes as bemfeitorias que pôde fazer, e quaes as que pôde levantar, 2217 — de que meios pôde usar para ser mantido no usufructo, 2219 §§ 1 e 2 — suas obrigações antes de tomar conta do usufructo, 2221 — sua responsabilidade quando alienar o usufructo, 2224 — que reparações deve fazer no predio usufruido, 2228 a 2230 — que direito tem pelas quantias adiantadas para pagamento das dividas da herança, 2235 e 2236 — sobre elle recaem os tributos ordinarios e quaesquer outros encargos annuaes, impostos sobre a renda dos bens usufruidos, 2238 — emquanto às contribuições impostas no capital ou na propriedade, 2239 §§ 1 e 2 — quando colher os fructos prematuramente e com dolo, qual é a sua responsabilidade, 2253 — se a coisa usufruida for expropriada por utilidade publica, que direito tem, 2248.

**Usura** — O que é, 1636 — como se distracta este contrato, 1641 — sua prova, 1534 e § — seu objecto, 1637 e 1638. Vide *Juros*.

**Usurpação** — Quando a ha obriga a restituição e a indemnisação, se offende o direito de propriedade, 2169 n.º 4.

**Usurpadores** — De propriedade litteraria ou artistica, que responsabilidade têm, e como serão punidos, 607 e seguintes.

**Utilidade publica** — O testamenteiro que for encarregado de fazer alguma obra de utilidade publica, como deverá proceder, 1902 e seguintes.

— **propria** — N'esta conversão, e uso, ou producto da coisa alheia, consiste o usufructo, 2197.

## V

**Valla** — Com que disposições se deve conformar aquelle que quizer fazer alguma, 2346 e 2353. Vide *Escavações* (2321 a 2323 e §§), *Fossos*.

**Vallados** — Em que casos se presumem communs, quando os ha entre predios de diferentes donos, 2348 e seguintes.

**Valor** — Rescindido o contrato, como poderá havel-o cada um dos contraentes, 197 — se o valor for superior a 50\$000 réis, só por escriptura publica pôde ser constituída e provada a hypotheca voluntaria, 912 — quando ácerca d'elle houver duvida para a constituição da hypotheca, o que se deverá fazer, 937 — qual o direito do usufructuario pelo valor das reparações extraordinarias que fizer, 2229 § 1 — para se dar aos predios rusticos e urbanos, o que deverão fazer os louvados, 2094 — o de dominio util e directo como será calculado, 2095 e 2096 — como responde o donatario pelos valores dos bens da doação, quando revogada ou reduzida, 1492 e 1501 — quando o valor dos bens doados exceder a porção legitimária do donatario, será o excesso computado no excesso dos doadores, 2111 — aquelle que em terreno seu construir alguma obra com materiaes de outrem, adquirirá os materiaes, pagando o seu valor, além das perdas e damnos, 2304 e seguintes — no caso de usurpação ou esbulho, como se fará a restituição d'elle, 2392 §§ 1 e 2 — quando é o usufructuario obrigado a restituir as cousas fungiveis que consumiu, 2209 — quando é o depositante obrigado a provar o de deposito, 1440 § unico — no caso de redução por superveniençia dos filhos, como será restituído ao doador o valor dos bens, 1484.

**Varanda** — Quando não a pôde fazer o proprietario, junto á extrema do seu terreno, 2325.

**Velhice** — Não serve de fundamento para impugnar a legitimidade do filho, 105.

**Vencimentos** — Por que tempo prescrevem os dos trabalhadores, e dos officiaes mecanicos que trabalham por jornal, 538 n.º 1 — emquanto às prescripções especiaes para diversos officios e profissões, 538 e seguintes — o fiador que pagar a divida antes do ven-



cimento, quando a pôde exigir do vendedor, 843 e 844.

**Venda** — O que é, 1544 — quando é que este contrato se torna escambo, 1545 — o que podem convencionar os estipulantes emquanto ao preço, 1546 — o risco da coisa vendida como será regulado, 1550 — para a apreciação d'este contrato não é necessaria a tradição do objecto, 1549 — para produzir effeito em relação a terceiros é necessario que o respectivo titulo seja registado, 1549 — as despesas da escriptura e registo ficam a cargo do comprador, 1552 — o que pôde ser objecto d'este contrato, 1553 e 1554 — ninguém pôde vender coisa alheia, 1555 — não pôde ser objecto d'este contrato a herança de pessoa viva, 1556 e 2042 — quem pôde celebrar este contrato, 1559 e 1567 — a dos bens mobiliarios e immobiliarios dos menores como deve ser feita, 267 e 274 — a de coisa que não existe é nulla, 1558 — quando entre os bens partiveis houver algum objecto não licitado e que não caiba nos lotes, como deve fazer-se a sua venda, 2145 e 2146 — se for feita a venda de algum predio subemphyteutico, a quem pertence o direito de preferencia, 1703 — na emphyteuse, 1678 — emquanto ao laudemio, 1705 — responsabilidade d'aquelle que a fizer de qualquer obra litteraria ou artistica, 609 — quando deve ser feita em hasta publica, 2119 e 2120 — forma d'este contrato, 589 — sendo o valor superior a 50,000 réis, só por escriptura publica se pôde provar, 1590. Vide *Compra*.

— **dos bens dotaes** — Podem fazel-a os paes para dotar os filhos, ou para os estabelecer, 1149 — pôde tambem fazer-se para alimentos, para pagamento de dividas da mulher ou do dotador, para reparação dos bens dotaes, 1149.

— **de bens hereditarios** — Quando é feita em hasta publica, 2053.

— **dos bens dos menores** — Como deverá fazer-se, 267 e 1898 § unico — para a dos moveis do menor, e respectiva applicação pelo tutor, é necessaria auctorisação do conselho de familia, 224 n.º 13 — de todos os objectos, e em que excepção se pôde fazer, 1553.

— **a retrò** — O que é, 1586 —

fica para o futuro prohibida, 1578 — emquanto á celebração em época anterior á promulgação doCodigo, o que deve observar-se, 1588.

**Vendedor** — Suas obrigações, 1568 — quem o pôde ser, 1539 e seguintes — como responde pela negligencia, 717 — não é obrigado a entregar a coisa vendida sem o pagamento do preço estipulado, 1574 — como deve fazer a entrega, 1575 — quando responde por perdas e damnos, 1579 e 1580 — as despesas da entrega da coisa vendida correm por sua conta, 1570 — depois da entrega da coisa vendida, não pôde rescindir o contrato por falta de pagamento de preço. Vide *Alheador, Comprador*.

**Ventre** — Quando a elle se nomeia curador em proveito do nascituro, 157 § unico.

**Vestuario** — É comprehendido no legado de alimentos, 1831.

**Vícios redhibitorios** — Quando com o pretexto de os haver no contrato de compra e venda pôde este ser rescindido, 1582 — em nenhum outro caso pôde ser rescindido o contrato de compra e venda com o fundamento de lesão, 1582.

**Vícios** — Quaes os que podem illidir a força probatoria dos documentos, 2493 e seguintes.

**Violação de honra e virgindade** — Em que consiste e qual a sua indemnisação, 2391.

**Violencia** — Quando a ha motiva a rescisão da transacção, 1719 — annulla o testamento, 1748 e seguintes — justifica a aceitação de herança, 2036 n.º 1 — quando auctorisa a repellar a força com a força, 2368 a 2370.

**Vistorias e exames** — É um meio de prova, 2407 n.º 2 — quando devem ter logar, 2418 — como devem ser avaliadas, 2419.

**Viuva** — A que contrahir segundas nupcias, antes de passados trezentos dias depois da morte do marido, é obrigada a sujeitar-se a um exame, para se verificar se está ou não grávida, 1233 e 1234 — se casar tendo descendentes do primeiro marido, só comunica a terça dos bens que tiver ou adquirir dos parentes por doação ou herança, 1235 — a que contrahir matrimonio depois de ter completado cincoenta annos, o que poderá alhear,

1237. Vide *Segundas nupcias*, *Matrimónio*.

**Vogaes** — Quem o não póde ser do conselho de família, 234 — enquanto ás suas escusas, 233 — quem, e quaes as pessoas chamadas a este cargo, 207 — são obrigados a comparecer pessoalmente, 213 e 214 — como são tomadas as suas decisões, 219 — quando não tem voto, 218 — o tutor ou protutor

que for removido, não o póde ser, 242. Vide *Conselho de família*.

**Volta** — A do ausente extingue a curadoria, 78 n.º 1.

**Voto no conselho de família** — Quem o tem, 213 e 218 — são necessários tres conformes, 217 — nenhum vogal do conselho de família o tem em cousa relativa aos seus interesses, 218.

